



Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS
PPGENSCIÊNCIAS/ INFI/UFMS

Claudio Rodrigues Fabi

**EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA: UM OUTRO
CAMINHO POSSÍVEL PARA GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA**

Campo Grande/ MS
2025

CLAUDIO RODRIGUES FABI

**Educação e Participação Qualificada: um outro caminho possível para
Gestão Ambiental Pública**

.

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências da Universidade Federal Mato Grosso do Sul para a obtenção do título de Doutor em Ensino de Ciências. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Icléia Albuquerque de Vargas

Campo Grande/ MS
2025

Ficha de identificação da obra

FABI, Claudio Rodrigues

Educação e Participação Qualificada: um outro caminho possível
para Gestão Ambiental Pública; Orientadora: Prof.^a Dr.^a Icléia
Albuquerque de Vargas

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências- Linha Educação
Ambiental; Campo Grande – MS ; 2025.

232p.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências.

CLAUDIO RODRIGUES FABI

**EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA: UM OUTRO
CAMINHO POSSÍVEL PARA GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA**

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

BANCA EXAMINADORA

Dra. Icléia Albuquerque de Vargas (Orientadora)

Dr. Sandro Tonso
Membro Externo - UNICAMP

Dr. Breno Coelho Herrera
Membro Externo – UERJ

Dra. Suzete Rosana de Castro Wiziack
UFMS - Titular interno

Dra. Angela Zanon
UFMS – Titular Interno

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutora em Ensino de Ciências Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências da Universidade Federal Mato Grosso do Sul.

Campo Grande – MS/2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha esposa Mara, companheira de uma vida inteira, pelo apoio, cuidados e paciência, e às minhas filhas Rafaela e Nicole, meus amores incondicionais, e demais membros de minha família.

Agradeço aos colegas do ICMBio na pessoa da minha amiga e chefe no CEPTA, Dra. Carla Polaz.

Agradeço aos amigos da Educação Ambiental do IBAMA e do ICMBio na pessoa do sábio e companheiro Professor José da Silva Quintas

Agradeço aos participantes da pesquisa que se disponibilizaram permitindo a realização das entrevistas, Fernando, Ana Paula e Ulisses que fundamentaram nossa investigação. Agradeço a minha orientadora, Prof.^a Doutora Icléia Vargas, pela parceria, apoio e paciência.

Agradeço imensamente a todos os professores do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências da UFMS; agradeço também aos membros das bancas examinadoras do Exame de Qualificação e da Defesa de Tese: Professora Dra. Suzete Wiziack, Professor Dr. Philippe Layrargues, Professor Dr. Breno Herrera, Professor Dr. Sandro Tonso e a Professora Dra. Angela Zanon.

Por fim, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências da Universidade Federal Mato Grosso do Sul, a todos os servidores administrativos e colegas de turma que propiciaram o espaço necessário para elaboração dessa tese.

RESUMO

Esta tese teve como objetivo central analisar a relevância da participação qualificada, mediada pela Educação Ambiental Crítica, como instrumento estratégico para o aprimoramento da Gestão Ambiental Pública (GAP). O estudo toma como referência os Ciclos de Formação em Gestão Socioambiental promovidos pelo ICMBio, que abordam temas como Educação Ambiental, Gestão Participativa e Gestão de Conflitos no contexto das Unidades de Conservação (UCs) e da conservação de espécies da fauna ameaçadas de extinção. Fundamentada em autores como Paulo Freire, Enrique Leff, Philippe Layrargues e José da Silva Quintas, a pesquisa compreende a Educação Ambiental como instrumento de Gestão e a participação como prática formativa, crítica e situada politicamente. A metodologia adotada foi o estudo de caso, com análise de conteúdo de documentos, entrevistas e projetos elaborados por cursistas atuantes em duas UCs, uma de proteção integral e outra de uso sustentável, e em Centros de Pesquisa vinculados a Planos de Ação Nacional (PANs). Os resultados indicam que os processos formativos ampliam a compreensão dos conflitos socioambientais, fortalecem a gestão compartilhada e valorizam os saberes locais. Conclui-se que a Educação Ambiental Crítica, ao qualificar a participação social, contribui para práticas de gestão ambiental mais democráticas, sensíveis à diversidade sociocultural e mais eficazes na conservação da sociobiodiversidade.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Socioambiental; Participação Qualificada; Conservação da Biodiversidade

ABSTRACT

This thesis aimed to analyze the relevance of qualified participation, mediated by Critical Environmental Education, as a strategic tool for improving Public Environmental Management (PEM). The study is based on the Training Cycles in Socio-environmental Management promoted by ICMBio, which address topics such as Environmental Education, Participatory Management, and Conflict Management within the context of Protected Area (PA) and the conservation of endangered wildlife species. Grounded in authors such as Paulo Freire, Enrique Leff, Philippe Layrargues e José da Silva Quintas, the research understands Environmental Education as a management tool and participation as a formative, critical, and politically situated practice. The methodology adopted was a case study, with content analysis of documents, interviews, and projects developed by course participants working in two CUs—one of full protection and another of sustainable use—and in Research Centers linked to National Action Plans (NAPs). The results indicate that the training processes broaden the understanding of socio-environmental conflicts, strengthen shared management, and value local knowledge. It is concluded that Critical Environmental Education, by qualifying social participation, contributes to more democratic environmental management practices, sensitive to sociocultural diversity and more effective in conserving sociobiodiversity.

KEYWORDS: Socio-environmental Management; Qualified Participation; Biodiversity Conservation

RESUMEN

Esta tesis tiene como objetivo analizar la relevancia de la participación calificada, mediada por la Educación Ambiental Crítica, como instrumento estratégico para el fortalecimiento de la Gestión Ambiental Pública (GAP). El estudio se basa en los Ciclos de Formación en Gestión Socioambiental promovidos por el ICMBio, que abordan temas como Educación Ambiental, Gestión Participativa y Manejo de Conflictos en el contexto de las Unidades de Conservación y la conservación de especies de fauna amenazadas de extinción. Fundamentada en autores como Paulo Freire, Enrique Leff, Philippe Layrargues e José da Silva Quintas, la investigación comprende la participación como una práctica formativa, crítica y situada políticamente. La metodología adoptada fue el estudio de caso, con análisis de contenido de documentos, entrevistas y proyectos elaborados por cursistas activos en dos Unidades de Conservación, una de protección integral y otra de uso sostenible, y en Centros de Investigación vinculados a Planes de Acción Nacional (PAN). Los resultados indican que los procesos formativos amplían la comprensión de los conflictos socioambientales, fortalecen la gestión compartida y valorizan los saberes locales. Se concluye que la Educación Ambiental Crítica, al calificar la participación social, contribuye a prácticas de gestión ambiental más democráticas, sensibles a la diversidad sociocultural y más eficaces en la conservación de la sociobiodiversidad.

PALABRA CLAVE: Gestión Socioambiental; Participación Calificada; Conservación de la Biodiversidad.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 : Organograma ICMBio.....	16
FIGURA 2 : Organograma DISAT.....	17
FIGURA 3 : Mapa da APA Costa dos Corais.....	64
FIGURA 4: Banco de recifes APA Costa dos Corais.....	65
FIGURA 5: Jangada em pesca tradicional APA Costa dos Corais.....	67
FIGURA 6: Serra da Canastra em forma que lembra baú (canastra).....	75
FIGURA 7: Casca D'anta, cachoeira do Rio São Francisco	76
FIGURA 8: Cronograma Funcionamento de um PAN.....	92
FIGURA 9: Peixe Boi Marinho.....	95
FIGURA 10: Peixe Boi Marinho abraçando jangada.....	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Síntese Interpretativa Ana Paula.....	68
Tabela 2: Síntese Teórico-Interpretativa Ana Paula.....	69
Tabela 3 : Síntese Interpretativa Fernando Tizianel.....	78
Tabela 4: Síntese Teórico-Interpretativa Fernando Tizianel.....	80
Tabela 5: Síntese Participação Social Qualificada Ulisses.....	97
Tabela 6: Síntese Conservação Da Biodiversidade Ulisses.....	98
Tabela 7: Síntese Qualidade De Vida.....	99

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A.....	Plano de Curso GSA III
ANEXO B.....	Plano de Curso GSA IV
ANEXO C.....	Entrevista Ana Paula Oliviera Santos
ANEXO D.....	Entrevista Fernando Tizianel
ANEXO E.....	Entrevista José Ulisses
ANEXO F.....	Projeto de Intervenção Ana Paula O. Santos

LISTA DE SIGLAS/ ABREVIACÕES

APA – Área de Proteção Ambiental
CGSA – Curso de Gestão Socioambiental
CGEAM – Coordenação Geral de Educação Ambiental (IBAMA)
CGSAM – Coordenação Geral de Gestão Socioambiental
CNPT – Conselho Nacional de Política Territorial
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONDEMA – Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
COPAN – Coordenação de Planos de Ação Nacional
DIPLAN – Diretoria de Gestão e Planejamento (ICMBio)
DISAT – Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação
EA – Educação Ambiental
ENCEA – Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação Federais
FLONA – Floresta Nacional
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
GAP – Gestão Ambiental Pública
GSA – Gestão Socioambiental
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
MIF – Manejo Integrado do Fogo
MMA – Ministério do Meio Ambiente
NEA – Núcleo de Educação Ambiental
ONG – Organização Não Governamental
PAN – Plano de Ação Nacional para Conservação das Espécies Ameaçadas
PARNA – Parque Nacional
PDP – Plano de Desenvolvimento de Pessoas
PDS – Plano de Desenvolvimento Sustentável
PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental
PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente
PNSC – Parque Nacional da Serra da Canastra
SES – Secretaria de Estado da Saúde
SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente
UC – Unidade(s) de Conservação
UFAL – Universidade Federal de Alagoas

Sumário

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO.....13

1.1 Apresentando o Autor.....	13
1.2 Apresentando o Tema.....	15
1.2.1 O Curso de Gestão Socioambiental.....	16
1.2.2 Objetivo do Curso de Gestão Socioambiental.....	18
1.3 Educação Ambiental como Instrumento de Gestão.....	19
1.4 Participação Qualificada e Efetiva.....	21
1.5 – Justificativa.....	24
1.6 Questões de Pesquisa.....	25
1.7 Objetivos.....	25
1.7.1 Objetivo Geral.....	25
1.7.2 Objetivos Específicos.....	25
1.8 Metodologia.....	26
1.9 Estrutura da Tese.....	28

CAPÍTULO 2 REFERENCIAL TEÓRICO29

CAPÍTULO 3 – PARTICIPAÇÃO, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO POPULAR 50

CAPÍTULO 4 – ESTUDO DE CASO: CURSO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL58

4.1 Introdução ao Curso de Gestão Socioambiental.....	58
4.2 Estudos de casos selecionados dos Cursos GSA em Unidades de Conservação.....	63
4.2.1. Projeto de Intervenção na APA Costa dos Corais.....	64
Tabela Síntese interpretativa da entrevista com Ana Paula.....	68
4.2.2 Projeto de Intervenção Parque Nacional da Serra da Canastra.....	75
4.3 Considerações finais: formação, participação e gestão ambiental transformadora.....	85

CAPÍTULO 5: O CURSO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL E OS PLANOS DE AÇÃO NACIONAIS PARA CONSERVAÇÃO DE ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO (PAN) 87

5.2 Análise de conteúdo Entrevista José Ulisses dos Santos.....	97
5.3 A Educação Ambiental Crítica no Aprimoramento do PAN Peixe-boi-marinho.....	102

CAPÍTULO 6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS EM BUSCA DE UM NOVO CAMINHO..106

6.1 Contribuições Analíticas da Pesquisa: Educação Ambiental como Instrumento de Gestão Ambiental Pública.....	107
6.2 Educação Ambiental, Planos de Ação Nacional e Conservação da Biodiversidade.....	109
6.3 Alcance dos Objetivos Geral e Específicos.....	110
6.4 Contribuições da Pesquisa.....	112
6.5 Limitações da Pesquisa.....	113
6.6 Sugestões para Pesquisas Futuras.....	113
6.7 Considerações finais e caminhos de aprimoramento.....	114

REFERÊNCIAS.....118

ANEXOS.....126

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

*Terra, és o mais bonito dos planetas
Estão te maltratando por dinheiro
Tu que és a nave nossa irmã
Canta, leva tua vida em harmonia
E nos alimenta com teus frutos
Tu que és do homem a maçã
Vamos precisar de todo mundo
Um mais um é sempre mais que dois
Para melhor juntar as nossas forças
É só repartir melhor o pão
Recriar o paraíso agora
Para merecer quem vem depois.*

(Sal da Terra, música de Beto Guedes e Ronaldo Batos)

1.1 Apresentando o Autor

O trecho da música não é um mero detalhe mas o cerne da motivação, não apenas desta tese, mas das causas que considero fundantes, hoje, na minha realidade: discutir um planeta que nos alimenta com seus frutos, nossa nave e irmã, e é maltratado por dinheiro, que precisa urgentemente da participação de todos para merecermos o que virá depois.

Para contextualizar este trabalho, considero fundamental apresentar o lugar de onde falo. Sou analista ambiental desde 2003, tendo ingressado por concurso público no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Minha primeira lotação foi na Floresta Nacional de Humaitá, localizada no sul do estado do Amazonas, distante 200 km da cidade de Porto Velho-RO e a três dias de barco de Manaus-AM. Esse foi meu primeiro contato mais profundo com a questão ambiental, após cerca de 10 anos de atuação na educação pública e privada como professor de Matemática e Física, por ser graduado em Matemática e de coordenador pedagógico na rede pública de ensino no estado de São Paulo.

Paralelamente à minha atuação profissional, sempre tive duas atividades essenciais em minha vida: a música, tocando em bares e festas desde os anos 1990, e a militância política, com atuação em partidos políticos, associações e sindicatos de servidores.

Até minha entrada no Ibama, a questão ambiental não era tão relevante em minha trajetória quanto a luta contra a desigualdade social, que desenvolvia por meio de movimentos sindicais e partidários. Contudo, mudar de uma sala de aula em escola urbana de Jaguariúna-SP diretamente para a floresta em um município situado no arco do desmatamento amazônico, revelou-me um novo mundo de valores e desafios.

Ao assumir o cargo, não recebi formação inicial específica por parte do Ibama. Naquela época, a rotina de trabalho estava predominantemente associada à fiscalização e às ações de comando e controle, em um contexto de intensos confrontos entre o Estado e a ocupação ilegal da Floresta Amazônica.

Após quase dois anos na região amazônica, solicitei transferência para o Núcleo de Educação Ambiental da Superintendência do Ibama em Mato Grosso do Sul, onde minha experiência anterior na educação poderia ser mais bem aproveitada. Para suprir minha lacuna de conhecimento na área da educação ambiental, participei do curso “Introdução à Educação no Processo de Gestão Ambiental”, ministrado por José da Silva Quintas e sua equipe da Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGEAM). Esse curso foi decisivo para minha visão sobre a gestão ambiental pública (GAP), que ultrapassa a fiscalização e demais ações de comando e controle, envolvendo direitos dos cidadãos e participação qualificada em processos decisórios que impactam a qualidade de vida e a conservação ambiental.

Com a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), transferei-me para a Área de Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais, unidade marinha nos estados de Alagoas e Pernambuco. Nessa unidade, devido ao reduzido número de servidores, atuei em diversas frentes, como demandas administrativas, fiscalização e processos participativos de gestão e educação ambiental.

Em 2009, o ICMBio criou o Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade (ACADEBio), com o objetivo de capacitar agentes públicos da autarquia. Participei inicialmente de dois cursos: “Instrutor do ICMBio” e “Gestão Ambiental Participativa”. Essas capacitações me incentivaram a retomar os estudos acadêmicos e a concluir um mestrado em Inovação e Tecnologia na Unicamp, com o tema *Perspectivas da ENCEA para a efetividade da participação na gestão de unidades de conservação* (2009–2011). ENCEA que é a Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental aprovada em 2010, mas pouco utilizada pela gestão ambiental pública atualmente, infelizmente.

Desde 2013, atuo como instrutor e coordenador de cursos de Educação Ambiental e Gestão Socioambiental na ACADEBio, atendendo a servidores do ICMBio, do IBAMA, do MMA e do SISNAMA, além de populações tradicionais envolvidas na gestão de Unidades de Conservação Federais.

Essa trajetória consolidou minha visão sobre a relevância da participação social qualificada como eixo central da gestão ambiental pública, tema desta tese.

1.2 Apresentando o Tema

A escolha do tema desta pesquisa está diretamente relacionada à minha atuação profissional como analista ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), especialmente no que diz respeito ao planejamento e execução de estratégias educativas voltadas à participação social na gestão socioambiental de Unidades de Conservação da Natureza.

Ao escolher o tema busquei algo que pudesse produzir conhecimento capaz de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, promovendo qualidade de vida, mesmo ciente de que seria uma contribuição limitada no vasto universo do saber. Considerando minha atuação no meio ambiente, decidi investigar formas de aprimorar a Gestão Ambiental Pública (**GAP**).

Com base em minha experiência de vinte anos como analista ambiental e na realização de diversos cursos como discente e docente, optei por abordar a participação social como instrumento de aprimoramento da GAP. Diversos marcos legais estabelecem a participação como um direito dos cidadãos e um dever do Estado, mas nem sempre essa prerrogativa se concretiza em práticas eficazes.

Dessa forma, a pesquisa foca na importância da participação qualificada, promovida por processos educativos no âmbito do ICMBio. Essa autarquia federal, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), é responsável pela gestão de Unidades de Conservação Federais, proteção de espécies da fauna ameaçadas e preservação do patrimônio espeleológico em todo o território nacional. Sua atuação abrange uma ampla diversidade de populações humanas e ecossistemas, bem como patrimônios naturais, históricos e culturais.

O objetivo desta pesquisa é avaliar como a participação qualificada, fomentada pela Educação Ambiental, pode contribuir para a Gestão Ambiental Pública (GAP) no âmbito do ICMBio, com foco no Curso de Gestão Socioambiental. Este curso aborda Educação Ambiental, Gestão Participativa e Gestão de Conflitos, buscando promover

justiça socioambiental e conservação da biodiversidade em Unidades de Conservação Federais e Centros de Pesquisa. Para melhor compreensão do funcionamento da autarquia, será apresentada sua estrutura organizacional, destacando-se as diretorias e suas respectivas coordenações.

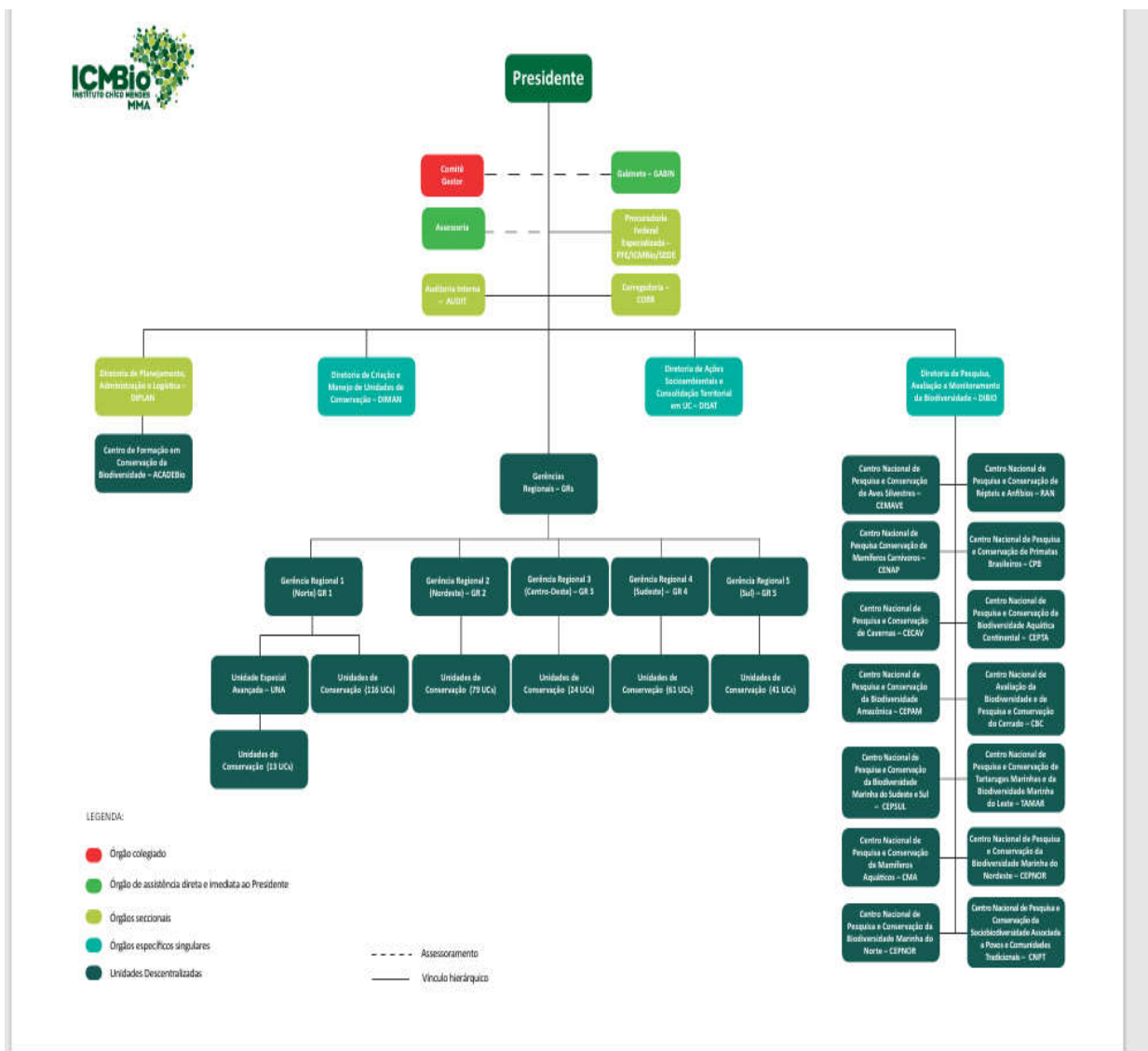


Fig. 1 - Organograma ICMBio (2022)

1.2.1 O Curso de Gestão Socioambiental

O Curso de Gestão Socioambiental está vinculado à Coordenação Geral de Gestão Socioambiental (CGSAM), que, por sua vez, integra a Diretoria de Ações Socioambientais e Territorialidades (DISAT). Até 2022, a CGSAM era responsável pela gestão da Coordenação de Gestão de Conflitos em Interfaces Territoriais (COGCOT), da

Divisão de Gestão Participativa e Educação Ambiental (DGPEA) e do Serviço de Voluntariado (SEVOL) (ver organograma da DISAT).

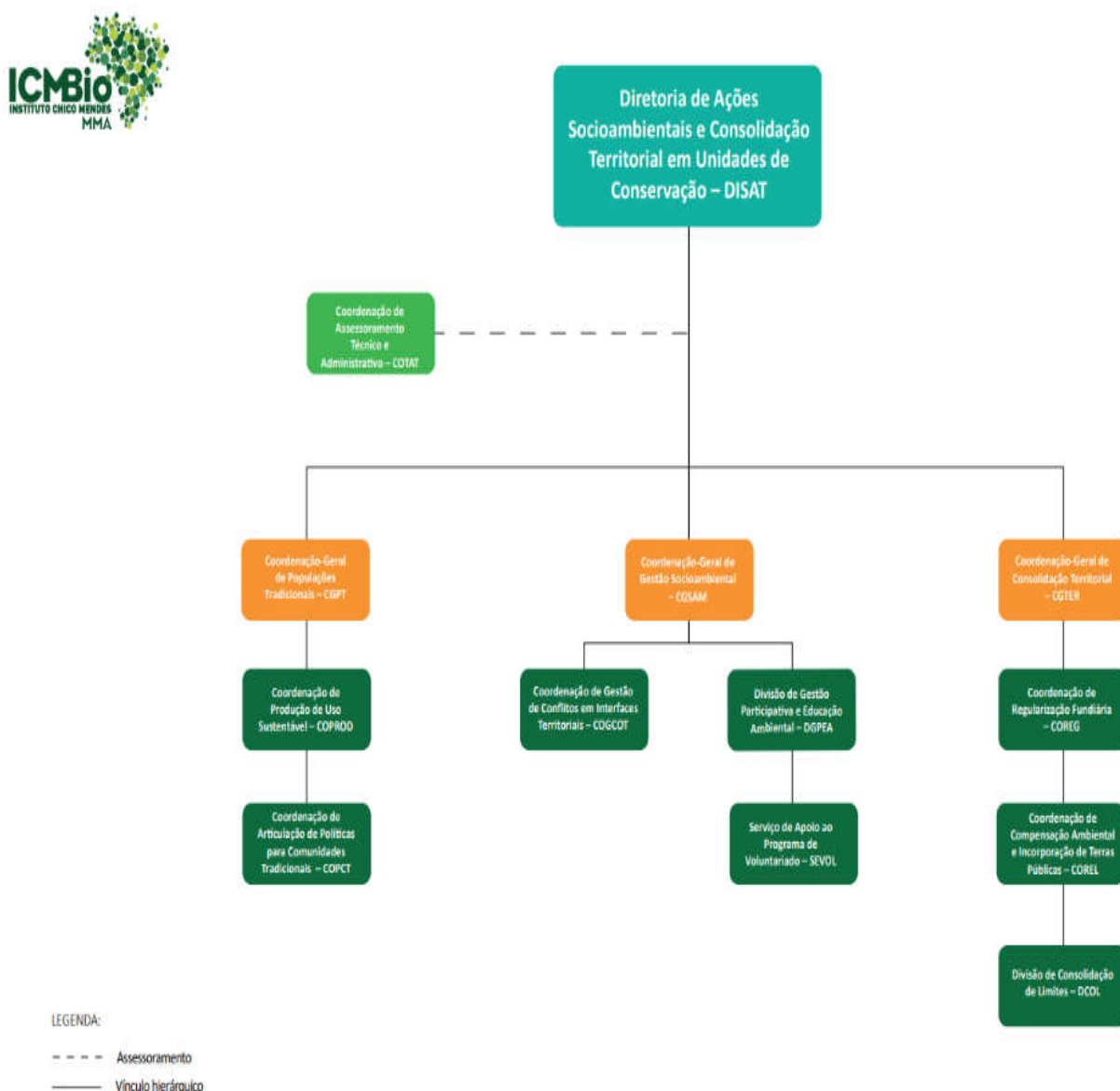


Fig. 2 : Organograma DISAT

As atribuições da CGSAM, conforme o regimento interno da instituição, incluem promover o diálogo e institucionalizar um conjunto de políticas relacionadas à gestão territorial, conservação e desenvolvimento socioambiental, fundamentadas nos princípios da Educação Ambiental.

Desde 2010, a CGSAM desenvolve processos educativos destinados à capacitação de servidores da instituição, integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente

(SISNAMA) e atores sociais vinculados à gestão ambiental pública. Essas atividades incluem cursos sobre gestão de conflitos, gestão participativa e educação ambiental.

Inicialmente oferecidos como cursos independentes, essas formações foram unificadas em 2013 no Curso de Gestão Socioambiental. Entre 2010 e 2021, esses processos capacitaram 413 participantes, incluindo servidores públicos do Sistema Nacional de Meio Ambiente-SISNAMA que envolve órgãos federais, estaduais e municipais, além de representantes de povos e comunidades tradicionais associados às Unidades de Conservação federais ou a projetos/organizações voltados à conservação de espécies da fauna ameaçadas de extinção.

1.2.2 Objetivo do Curso de Gestão Socioambiental

O Curso de Gestão Socioambiental visa contribuir para a formação de servidores do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e de outros atores sociais envolvidos na conservação da biodiversidade. “O curso busca capacitá-los para atuar na gestão ambiental pública, promovendo uma compreensão crítica do contexto histórico e sociopolítico de seus territórios de atuação. Além disso, estimula a articulação entre diferentes atores sociais, fortalecendo a participação social em consonância com as atribuições, objetivos e missão institucional do ICMBio” (Cunha, 2017, p.3).

Destinado exclusivamente à formação de adultos, o curso adota como um dos eixos metodológicos a elaboração de projetos de intervenção, a serem implementados pelos cursistas em seus territórios de atuação. Com esses projetos, acompanhados pela equipe pedagógica, visam-se aplicar os conhecimentos adquiridos durante o curso, constituindo em requisito obrigatório para a aprovação. Projetos desenvolvidos em parceria entre cursistas são permitidos, desde que estejam relacionados ao mesmo território.

Como resultado, os projetos de intervenção foram elaborados em diversos biomas brasileiros, envolvendo servidores públicos e populações tradicionais. Exemplos incluem contribuições de extrativistas da Amazônia, pescadores de reservas extrativistas do litoral baiano e comunidades dos manguezais paraenses, aliadas a análises técnicas de servidores do SISNAMA. Essa estratégia visa integrar diferentes atores sociais na gestão de áreas protegidas e na conservação da biodiversidade, promovendo não apenas o cuidado ambiental, mas também a melhoria da qualidade de vida das populações diretamente afetadas.

A tese busca demonstrar a importância da participação qualificada, promovida pela Educação Ambiental, como instrumento de gestão para a conservação do meio ambiente, analisando trabalhos especialmente selecionados das várias edições do curso.

1.3 Educação Ambiental como Instrumento de Gestão

O reconhecimento da Educação Ambiental como instrumento de gestão remonta à Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, realizada em 1977, em Tbilisi, Geórgia, um desdobramento da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972, na qual foram destacados como objetivos da educação ambiental: “Fomentar a consciência e o interesse pelo meio ambiente, promover o conhecimento e a compreensão dos problemas ambientais, desenvolver atitudes, habilidades e **participação para resolver esses problemas**” (Ibama, 1996, p. 28) (negrito nosso).

A participação é citada em várias partes do documento elaborado na Conferência, como no trecho que destaca:

A educação ambiental **deve enfatizar a participação ativa na prevenção e solução dos problemas ambientais...** A educação ambiental deve proporcionar aos indivíduos e grupos sociais a oportunidade **de participar ativamente na resolução de problemas ambientais e na gestão da qualidade do meio ambiente** (IBAMA, 1996, p.29/30) (negrito nosso).

A Educação Ambiental constitui um campo amplo e polissêmico, conforme Carvalho (2001):

Em primeiro lugar, caberia perguntar: existe uma educação ambiental ou várias? Será que todos os que estão fazendo educação ambiental comungam de princípios pedagógicos e de um ideário ambiental comuns? Neste sentido, a EA é um conceito que, como outros da ‘família ambiental’, sofre de grande imprecisão e generalização" (CARVALHO, 2001, p. 43).

Para facilitar a discussão das macrotendências epistêmicas da Educação Ambiental (EA), vamos trazer a proposta por Silva, Rocha e Sousa (2024), que representa uma ampliação das contribuições anteriores de autores como Layrargues e Lima, ao incorporar novas dimensões teóricas e políticas ao campo. Essas cinco tendências — **conservacionista, pragmática, crítica, pós-crítica e decolonial** — expressam diferentes formas de compreender a relação entre sociedade e natureza, e podem ser analisadas em diálogo com as **correntes do ecologismo** identificadas por Joan Martínez Alier (2007): o **culto à vida silvestre**, o **evangelho da ecoeficiência** e o **ecologismo dos pobres**.

A **macrotendência conservacionista**, centrada na preservação da natureza e na mudança comportamental individual, se aproxima do **culto à vida silvestre**, que valoriza a proteção de ecossistemas e espécies como um fim em si mesmo. Ambas compartilham uma visão técnica e apolítica da questão ambiental, com foco na difusão de informações ecológicas e na formação de atitudes pró-ambientais, muitas vezes desconsiderando os contextos sociais e históricos que moldam os conflitos ambientais (Silva et al., 2024, p. 31).

A **macrotendência pragmática**, por sua vez, reflete a lógica do **evangelho da ecoeficiência**, ao propor soluções técnicas e gerenciais para os problemas ambientais, dentro da racionalidade de mercado. Presente em propostas como a Educação para o Desenvolvimento Sustentável e a Educação para o Consumo Sustentável, essa abordagem aposta na modernização ecológica, na responsabilidade socioambiental empresarial e na formação de consumidores conscientes, mantendo a crença na neutralidade da ciência e na ação individual como motor da transformação (Silva et al., 2024, p. 32).

A **macrotendência crítica** dialoga diretamente com o **ecologismo dos pobres**, ao reconhecer que os problemas ambientais são inseparáveis das estruturas de poder e das desigualdades sociais. Composta por correntes como a EA popular, emancipatória e transformadora, essa tendência propõe uma educação dialógica e politizada, que valoriza o protagonismo dos sujeitos na construção coletiva do conhecimento e na defesa dos bens comuns frente à mercantilização da vida (Silva et al., 2024, p. 33; Martínez Alier, 2007).

As **macrotendências pós-crítica e decolonial** ampliam o campo da EA ao incorporar dimensões subjetivas, identitárias e epistemológicas que desafiam a racionalidade moderna. A pós-crítica valoriza a afetividade, a intersubjetividade e os processos de significação, propondo novos caminhos pedagógicos que reconhecem a diversidade de experiências e subjetividades (Silva et al., 2024, p. 7). Já a **decolonial**, inspirada no movimento da decolonialidade, denuncia a dominação eurocêntrica e propõe um redirecionamento epistemológico baseado em visões biocêntricas e saberes ancestrais. Embora não esteja diretamente nomeada por Alier, essa tendência se aproxima fortemente do **ecologismo dos pobres**, ao valorizar práticas de subsistência, experiências comunitárias e formas de resistência que desafiam o sistema mundo moderno-colonial (ROCHA, 2022, p. 7).

Essa articulação entre os itinerários epistêmicos da EA e as correntes do ecologismo permite compreender a diversidade de racionalidades que disputam o campo

ambiental, revelando que a educação ambiental não é neutra, mas profundamente marcada por escolhas políticas, epistemológicas e éticas.

Existem outras divisões das linhas de EA, em Guimarães temos a separação em dois grupos: a conservadora e a crítica.

Um projeto **conservador** de Educação (Ambiental) baseado em uma visão liberal do mundo, acredita que a transformação da sociedade é consequência da transformação de cada indivíduo. Dessa forma, a educação, por si só, é capaz de resolver os problemas da sociedade, bastando ensinar o que é certo para cada um tornando-se assim uma educação teórica, transmissora de informações. Nessa concepção, as relações sociais são secundarizadas no trabalho pedagógico enfocando o indivíduo. Em uma concepção **crítica** de Educação (Ambiental), acredita-se que a transformação da sociedade é causa e consequências (relação dialética) da transformação de cada indivíduo havendo reciprocidade dos processos no qual propicia a transformação de ambos. Nessa visão, educando e educador são agentes sociais que atuam no processo de transformações sociais; portanto o ensino é teoria/prática, é práxis. Ensino que se abre à comunidade com seus problemas sociais e ambientais, sendo esses conteúdos do trabalho pedagógico. (grifo nosso) (GUIMARÃES, 2013, p. 7).

O Curso de Gestão Socioambiental adota a chamada Macrotendência Crítica, e a linha da Educação no Processo de Gestão Ambiental, conforme Quintas e Gualda (1995) que a definem como:

Educação Ambiental crítica, transformadora e emancipatória. Crítica na medida em que discute e explicita as contradições do atual modelo de civilização, da relação sociedade-natureza e das relações sociais que ele institui. Transformadora, porque [...] acredita na capacidade da humanidade construir um outro futuro [...]. Emancipatória, por tomar a liberdade como valor fundamental e buscar a produção da autonomia dos grupos subalternos, oprimidos e excluídos" (QUINTAS e GUALDA, 1995, p. 6).

Em outros momentos da tese são aprofundadas as características da EA utilizada no Curso de Gestão Socioambiental.

1.4 Participação Qualificada e Efetiva

A participação qualificada requer simetria nos processos decisórios e busca reduzir assimetrias entre diferentes setores, especialmente populações locais e grandes empreendedores.

A participação, à qual nos referimos, alinha-se ao conceito político descrito como "marcada pelo objetivo da partilha efetiva do poder entre Estado e sociedade civil, por meio do exercício da deliberação no interior dos novos espaços públicos" (DAGNINO, 2004, p. 103). Na gestão ambiental pública, assim como em outros âmbitos da sociedade, alguns setores têm maior acesso aos processos decisórios do que outros. Geralmente, as

populações residentes no entorno de unidades de conservação possuem muito menos voz do que empreendedores ou grandes ruralistas, por exemplo. Assim, a participação qualificada refere-se a um processo que busca reduzir a assimetria nos processos de tomada de decisão, tanto no acesso ao conhecimento e às informações discutidas, quanto nas definições das negociações e na divisão de responsabilidades.

A definição de participação que fundamenta este trabalho é:

Minha resposta à pergunta central 'o que é participação' se resume à constatação de que participação cidadã constitui um sinônimo para poder cidadão. Participação é a redistribuição de poder que permite aos cidadãos sem-nada, atualmente excluídos dos processos políticos e econômicos, a serem ativamente incluídos no futuro. Ela é a estratégia pela qual os sem-nada se integram ao processo de decisão acerca de quais informações serão divulgadas, quais os objetivos e políticas públicas que serão aprovados, como os recursos públicos serão alocados, quais programas serão executados e quais benefícios, tais como terceirização e contratação de serviços, estarão disponíveis. Resumindo, a participação constitui o meio pelo qual os sem-nada podem promover reformas sociais significativas que lhes permitam compartilhar os benefícios da sociedade envolvente (ARNSTEIN, 2002, p. 4).

A ênfase no termo "compartilhar os benefícios da sociedade envolvente" (ARNSTEIN, 2002, p. 4) também reflete o que entendemos por **participação efetiva**, uma vez que busca garantir o alcance dos objetivos que o cidadão visava ao se engajar no processo.

A participação qualificada pela educação ambiental, embora não tenha governabilidade para garantir a participação efetiva, busca reduzir as situações de assimetria nos espaços de tomada de decisão, pela busca da ampliação do acesso à informação e pelo fortalecimento da organização dos sujeitos em situação de vulnerabilidade socioambiental.

A participação, para ser efetiva, precisa ser qualificada, ou seja, não basta a presença numérica das pessoas porque o acesso está aberto. É preciso dotá-las de informações e de conhecimentos sobre o funcionamento das estruturas estatais. Não se trata, em absoluto, de integrá-las, incorporá-las à teia burocrática. Elas têm o direito de conhecer essa teia para poder intervir de forma a exercer uma cidadania ativa, e não uma cidadania regulada, outorgada, passiva. Os representantes da população têm que ter igualdade de condições para participar... (GOHN, 2006, p.10).

No âmbito da gestão ambiental pública, cabe destacar a atribuição do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) de gerir as Unidades de Conservação Federais, sendo o principal marco legal dessa gestão a Lei nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). A participação, conforme estabelecido no SNUC, configura-se como um direito do cidadão e um dever do Estado.

Nesse contexto, a Lei nº 9.985/2000 estabelece diretrizes para a gestão participativa nas Unidades de Conservação, garantindo o envolvimento das populações locais na criação, implantação e gestão dessas áreas. Das 13 diretrizes do SNUC, 5 falam sobre Participação da sociedade (BRASIL, Lei nº 9.985/2000, art.5º, incisos II, III, IV, V e IX).

O artigo 5º, que apresenta as diretrizes a serem seguidas, estabelece:

Art. 5º O SNUC será regido por diretrizes que:
(...)

II – assegurem os mecanismos e procedimentos necessários ao envolvimento da sociedade no estabelecimento e na revisão da política nacional de unidades de conservação;

III – assegurem a **participação efetiva** das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação;

IV – busquem o apoio e a cooperação de organizações não governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação;

V – incentivem as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem unidades de conservação dentro do sistema nacional. ...

IX - considerem as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais. (Brasil, 2000, grifo nosso).

O inciso III destaca a necessidade de assegurar a participação efetiva — e não apenas qualificada — das populações locais, ou seja, a participação que garanta o atendimento das demandas dessas comunidades tanto na gestão, quanto na criação e implantação das Unidades de Conservação.

Retornando à discussão entre participação efetiva e qualificada, “A participação efetiva pressupõe não apenas a presença física dos atores sociais nos espaços de decisão, mas a capacidade real de influenciar os rumos das políticas públicas.”(AVRITZER, 2002, p. 45), enquanto a participação qualificada “está associada à capacidade dos sujeitos de compreenderem o conteúdo das discussões, se apropriarem das informações técnicas e intervirem com base em argumentos consistentes” (TATAGIBA, 2002, p. 45).

A relevância da participação para a gestão da biodiversidade no Brasil pode também ser observada por meio dos Planos de Ações Nacionais para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (PANs). Esses planos, elaborados e coordenados pelo ICMBio, visam aumentar a proteção das espécies de fauna ameaçadas de extinção. O Brasil, com a maior biodiversidade de fauna do mundo, possui mais de 130 mil espécies de invertebrados e cerca de 9.000 táxons de vertebrados, incluindo mamíferos, aves, répteis, anfíbios e peixes continentais e marinhos (ICMBio, 2018).

O ICMBio conduz a avaliação do risco de extinção das espécies da fauna brasileira, analisando mais de 12 mil espécies em 2014 (ICMBio, 2018). O resultado dessa avaliação subsidia a publicação da Lista Nacional de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção, e, com base nela, ações são planejadas para mitigar ameaças. Entre essas ações, destaca-se a criação de PANs, atualmente com 46 planos vigentes que abrangem cerca de 80% da fauna de vertebrados ameaçados.

Os PANs são instrumentos oficiais de gestão e políticas públicas, construídos de forma participativa, com objetivos definidos em horizontes temporais específicos. Sua elaboração envolve planejamento, execução e acompanhamento, com enfoque na participação efetiva dos envolvidos. Neste trabalho, analisamos como a capacitação de servidores no Curso de Gestão Socioambiental impacta os espaços de participação relacionados à gestão desses planos.

1.5 – Justificativa

A gestão da biodiversidade no Brasil enfrenta desafios proporcionais à sua grande extensão territorial e à diversidade cultural. O artigo 225 da Constituição Federal assegura a todos o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, reconhecendo-o como bem de uso comum, essencial à qualidade de vida e às gerações futuras.

Entretanto, a persistente desigualdade social reflete-se em assimetrias nos processos decisórios, nos quais populações tradicionais e comunidades locais costumam ter menos voz do que setores sociais dominantes (Cunha e Loureiro, 2001). Isso compromete a efetividade da Gestão Ambiental Pública. A criação de unidades de conservação, por exemplo, pode gerar conflitos quando sobreposta a terras indígenas, quilombolas ou outras áreas de uso tradicional. Da mesma forma, medidas de proteção à fauna e à flora, embora necessárias, podem afetar práticas culturais como a pesca artesanal. Nesses contextos, a participação qualificada torna-se essencial para minimizar conflitos e promover justiça ambiental, integrando a conservação da biodiversidade com a melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas.

Diante desses desafios, processos participativos consistentes, articulados a estratégias de educação ambiental, despontam como ferramentas fundamentais para fortalecer a gestão ambiental pública. Destaca-se, nesse cenário, a atuação de servidores públicos e gestores ambientais que, por meio de iniciativas como os Ciclos de Formação em Gestão Socioambiental, implementam ações diretamente nos territórios. Contudo,

ainda são escassos os estudos que avaliem os efeitos desses processos formativos na promoção de uma participação social efetiva e qualificada, o que justifica a relevância deste estudo.

1.6 Questões de Pesquisa

1. Em que medida a Educação Ambiental pode ser considerada um instrumento de gestão ambiental tão relevante quanto a fiscalização, o licenciamento e a pesquisa?
2. De que forma os Ciclos de Gestão Socioambiental do ICMBio contribuem para a qualificação da participação social e para a efetividade das ações de gestão ambiental?
3. A participação qualificada pode, de fato, promover uma participação efetiva nos processos de gestão ambiental pública?
4. Quais são os efeitos das ações de Educação Ambiental, implementadas por meio dos projetos dos Ciclos, na conservação da biodiversidade?
5. Quais são os limites e potencialidades institucionais do ICMBio para promover a participação qualificada por meio da Educação Ambiental?
6. Como a Educação Ambiental pode contribuir para a mediação de conflitos socioambientais em Unidades de Conservação?
7. Como os participantes dos Ciclos percebem os impactos das formações recebidas em sua atuação territorial e na conservação ambiental?

1.7 Objetivos

1.7.1 Objetivo Geral

Analisar como a Educação Ambiental, desenvolvida nos Ciclos de Gestão Socioambiental do ICMBio, pode atuar como instrumento de gestão ambiental pública ao contribuir para a formação de uma participação socioambiental qualificada, promovendo a conservação da biodiversidade e a justiça ambiental nos territórios.

1.7.2 Objetivos Específicos

1. Descrever e caracterizar o processo formativo dos Ciclos de Gestão Socioambiental, com ênfase em suas metodologias e referenciais teóricos;

2. Identificar de que forma as ações de Educação Ambiental contribuem para a conservação da biodiversidade, o fortalecimento da justiça socioambiental e a melhoria da qualidade de vida nos territórios;
3. Compreender como a Educação Ambiental, no contexto dos Ciclos, contribui para a construção de uma participação qualificada e efetiva nos processos de gestão ambiental;
4. Avaliar a Educação Ambiental como instrumento de fortalecimento da gestão ambiental pública;
5. Avaliar as potencialidades e os limites institucionais do ICMBio no uso da Educação Ambiental como ferramenta estruturante da gestão ambiental pública.

1.8 Metodologia

Nesta pesquisa foi adotado o **estudo de caso** como metodologia principal, complementado pela análise de conteúdo de entrevistas. O foco recai sobre os Cursos de Gestão Socioambiental promovidos pelo ICMBio e os projetos desenvolvidos por seus cursistas.

A escolha pelo estudo de caso justifica-se por sua adequação à investigação qualitativa aprofundada de fenômenos contemporâneos em seu contexto real (YIN, 2001). Tal metodologia é especialmente pertinente quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidas, como ocorre na formação de gestores ambientais e em suas práticas na gestão socioambiental pública. O estudo contempla um caso instrumental e múltiplo, investigando duas experiências distintas: uma em Unidades de Conservação e outra em Planos de Ação Nacionais para a Conservação de Espécies Ameaçadas (PANs).

A coleta de dados se deu por meio de análise documental — incluindo projetos e relatórios dos cursistas, planos de manejo das unidades, PANs, dentre outros — e entrevistas semiestruturadas com os autores dos projetos selecionados, conforme recomendam Boni & Quaresma (2005). Esses instrumentos visam reunir informações que possibilitem analisar o impacto do curso na prática profissional e na gestão ambiental participativa nos territórios.

O estudo de caso possibilita uma compreensão rica e contextualizada dos processos formativos, suas metodologias, limitações e potencialidades, bem como seus desdobramentos concretos nas Unidades de Conservação e nos PANs. Assim, contribui para uma análise crítica da Educação Ambiental enquanto estratégia de gestão e instrumento de transformação social.

A abordagem metodológica está fundamentada nas definições de Robert K. Yin em *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos* (2001), considerando cinco componentes essenciais: (1) questões do estudo; (2) proposições, quando existentes; (3) unidades de análise; (4) lógica

que relaciona dados às proposições; e (5) critérios para interpretação dos achados (Yin, 2001, p. 29-30).

O estudo abrangerá as quatro edições do Curso de Gestão Socioambiental, com menor destaque para a quarta edição, realizada virtualmente durante a pandemia de Covid-19. Essa última se diferenciou das anteriores, que priorizavam a convivência presencial e a diversidade dos educandos, compostos por servidores do ICMBio, membros do SISNAMA e populações tradicionais.

As entrevistas semiestruturadas seguiram roteiros flexíveis, permitindo aprofundar temas emergentes conforme os relatos dos cursistas, segundo orientações de Boni & Quaresma (2005) e Lakatos et al. (2017). Segundo Lakatos et al. (2001, p. 94), entrevistas são fontes fundamentais em estudos de caso, pois possibilitam registrar e interpretar questões humanas sob a perspectiva dos entrevistados.

A análise das entrevistas e dos documentos foi realizada com base na **Análise de Conteúdo**, segundo Bardin (2011), metodologia que permite a interpretação sistemática e objetiva de conteúdos qualitativos. Essa análise visou identificar sentidos, padrões e significados atribuídos pelos participantes à formação recebida e às práticas desenvolvidas nos territórios.

A análise seguiu abordagem mista, com categorias definidas a priori, baseadas nos objetivos e no referencial teórico, e outras emergentes dos dados coletados. As etapas da análise de conteúdo incluíram: (1) pré-análise, com leitura exploratória e definição inicial das categorias; (2) exploração do material, com codificação e agrupamento por categorias temáticas (ex.: participação social, educação ambiental crítica, conflitos territoriais); e (3) tratamento dos resultados e interpretação, à luz de autores como Paulo Freire, Philippe Layrargues e José da Silva Quintas.

As hipóteses iniciais da tese são:

- (1) A Educação Ambiental, articulada a processos participativos continuados como os Ciclos de Gestão Socioambiental, contribui para a conservação da biodiversidade e o fortalecimento da justiça socioambiental;
- (2) A participação qualificada, construída por meio de processos formativos contextualizados, favorece a efetividade da gestão ambiental, a conservação da biodiversidade e a qualidade de vida dos sujeitos do território;
- (3) A efetividade das ações educativas depende da abertura institucional ao diálogo, da continuidade das políticas públicas e da valorização dos sujeitos e territórios envolvidos;

- (4) A Educação Ambiental é um instrumento de gestão ambiental tão estratégico quanto a fiscalização e o licenciamento, desde que estruturada como política pública e não como ação pontual.

1.9 Estrutura da Tese

A tese está organizada em seis capítulos, estruturados da seguinte forma:

- **Capítulo 1 – Introdução:** apresenta o tema, o contexto da pesquisa, as premissas, os objetivos, a justificativa e a metodologia adotada, fundamentada na abordagem documental
- **Capítulo 2 – Referencial Teórico:** traz a revisão bibliográfica sobre os principais conceitos que fundamentam a pesquisa, incluindo Estado, relação entre sociedade e natureza, território, justiça ambiental, gestão ambiental, percepção ambiental, estudo de caso e pesquisa social qualitativa.
- **Capítulo 3 – Educação Ambiental, Participação e Paulo Freire na Conservação da Biodiversidade:** explora os conceitos de participação, educação ambiental crítica e transformadora, e a concepção freiriana de educação, também com base na abordagem documental.
- **Capítulo 4 – Estudo de Caso: Curso de Gestão Socioambiental em Unidades de Conservação:** analisa os trabalhos desenvolvidos em duas unidades de conservação, uma de proteção integral e outra de uso sustentável, avaliando seus impactos na conservação ambiental e na qualidade de vida, a partir de entrevistas semiestruturadas trabalhadas por meio da análise de conteúdo.
- **Capítulo 5 – Estudo de Caso: Curso de Gestão Socioambiental em Planos de Ação Nacional:** examina os projetos desenvolvidos por cursistas atuantes em dois PANs distintos — um do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos (CMA), voltado à conservação de espécies ameaçadas, e outro do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT), com foco em estudos socioambientais —, utilizando também entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo.
- **Capítulo 6 – Discussão:** apresenta a análise dos achados dos estudos de caso à luz do referencial teórico, avaliando o papel da participação como instrumento de gestão ambiental além de apontar contribuições, limitações e sugestões para pesquisas futuras.

CAPÍTULO 2 REFERENCIAL TEÓRICO

*A novidade veio dar à praia. Na qualidade rara de sereia
Metade o busto D'uma deusa Maia Metade um grande Rabo de baleia...
A novidade era o máximo Do paradoxo Estendido na areia
Alguns a desejar Seus beijos de deusa Outros a desejar seu rabo para ceia..
Oh! Mundo tão desigual, tudo é tão desigual oooooouoo...
E a novidade que seria um sonho, o milagre risonho da sereia
Virava um pesadelo tão medonho, ali naquela praia Ali na areia...
A novidade era a guerra. Entre o feliz poeta e o esfomeado,
Estraçalhando uma sereia bonita despedaçando o sonho para cada lado....
(A Novidade, Gilberto Gil, Hebert Vianna, Bi Ribeiro e Barone)*

A música sempre a nos inspirar, em qualquer momento. Aqui temos um poema-canção que toca em temas que vamos tratar neste capítulo, principalmente o paradoxo de querer evoluir destruindo, em um mundo tão desigual e com visões diferentes sobre as dádivas da natureza. As diferenças que levam ao conflito, do sonho à guerra e, no fim, estraçalhando o que deveria ser a solução. Essa é a questão ambiental que devemos destrinchar.

Para a construção desta tese de forma a garantir coerência lógica, robustez e credibilidade às formulações apresentadas, é essencial fundamentar adequadamente determinados conceitos, a fim de assegurar clareza e rigor acadêmico na compreensão dos temas abordados.

Considerando que o foco central desta pesquisa é a participação qualificada pela educação ambiental na gestão e sua contribuição para a conservação da natureza e para a qualidade de vida do cidadão, julgamos pertinentes os seguintes conceitos, a serem discutidos e aprofundados:

- Método Científico
- Pesquisa Social e Qualitativa;
- Preservacionismo x Conservacionismo
- Crise Ambiental
- Fratura Metabólica
- Relação Sociedade-Natureza;

- Populações Tradicionais
- Estado;
- Antiambientalismo;
- Justiça Ambiental;
- Conflitos
- Território;
- Gestão Ambiental Pública
- Qualidade de Vida;
- Participação*;
- Educação Ambiental*;
- Educação Popular e Paulo Freire*.

Os três últimos temas serão abordados em um capítulo específico, além de aparecerem de forma recorrente em outros locais da tese, enquanto os demais serão tratados neste tópico. Ressalto que esses temas foram selecionados por também constarem no Curso de Gestão Socioambiental.

Antes de abordar a Pesquisa Social e Qualitativa, considera-se relevante apresentar algumas reflexões iniciais sobre o papel da ciência na construção do conhecimento e suas contribuições para a sociedade. Com a consolidação do método científico, principalmente nos séculos XVIII e XIX, o positivismo de Auguste Comte defendeu o desenvolvimento do conhecimento como um processo linear, validado por um único método, caracterizado como uma "marcha progressiva do espírito humano" (Comte, 1983, p. 6). No entanto, a evolução da filosofia da ciência levou à revisão do conceito de evidência científica. Karl Popper, por exemplo, questionou a ideia de uma verdade única e absoluta, ressaltando, no entanto, o avanço proporcionado pela ciência:

Portanto, a epistemologia otimista de Bacon e Descartes não pode ser verdadeira. O mais estranho é que essa falsa epistemologia constituiu a maior inspiração de uma revolução intelectual e moral sem paralelo na história. Ela incitou o homem a pensar por si mesmo; deu-lhe esperança de que, através do conhecimento, poderia libertar a si e aos outros da servidão e da miséria; possibilitou a ciência moderna; tornou-se base da luta contra a censura e a supressão do livre pensamento; a base da consciência não conformista, do individualismo e de um novo senso de dignidade do homem; suscitou a exigência da educação universal e o novo ideal de uma sociedade livre; fez o homem sentir-se responsável por si mesmo e pelos outros, pronto a melhorar não só suas condições individuais de vida como também as da humanidade. Este é bem o caso de uma má ideia que inspirou muitas boas ideias (POPPER, 1972, p. 26).

Com a evolução da epistemologia da ciência, o modelo de pensamento único e de progressão linear foi amplamente discutido e criticado. Atualmente, diversos autores que atuam na área da educação ambiental questionam essa abordagem, que privilegia um conhecimento voltado para a dominação da natureza e do ser humano.

A ontologia humanista clássica tem sido reconhecidamente antropocêntrica, ou seja, centrada no humano como fonte de todo pensamento válido no mundo inteligível. Os movimentos intelectuais contemporâneos, que procuramos agrupar sob as epistemologias ecológicas, têm em comum a intenção de operar um deslocamento dessa perspectiva humanista. Para estes, trata-se não apenas de reconhecer a diversidade cultural e levar em conta o ponto de vista do outro humano, mas considerar o ponto de vista das coisas e dos organismos não humanos que habitam o mundo (CARVALHO, 2014, p.71).

Outros autores contemporâneos, como Bruno Latour, também criticam essa concepção científica dominadora da natureza: "(...) a ecologia política questiona o poder aristocrático da Ciência Divina" (LATOUR, 2019, p. 318).

Hugh Lacey (2010, p. 56) reforça que a ciência não é isenta de valores, pois não há neutralidade absoluta na produção do conhecimento, uma vez que a escolha de estratégias científicas é influenciada por contextos sociais e culturais. Enrique Leff (2001, p. 76) complementa, ao questionar a supremacia de uma racionalidade tecnológica e econômica que tem conduzido a processos insustentáveis.

A globalização guiada por uma racionalidade tecnológica unidimensional e pela racionalidade econômica orientada para a maximização do benefício econômico no curto prazo, resultou em um planeta poluído, em um mundo saturado, violento e inseguro, em um processo econômico insustentável (LEFF, 2001, p. 76).

Diante desse panorama, esta pesquisa, embora fundamentada em referenciais metodológicos tradicionais, busca dialogar com diferentes perspectivas epistemológicas, evitando uma visão fragmentada da realidade. O objetivo é proporcionar uma compreensão mais ampla e complexa da problemática ambiental, fortalecendo a ação individual e coletiva na gestão ambiental.

Ela (a questão ambiental) convoca diversos campos do saber a depor. A questão ambiental, na verdade, diz respeito ao modo como a sociedade se relaciona com a natureza. Nela estão implicadas as relações sociais e as complexas relações entre o mundo físico-químico e orgânico. Nenhuma área do conhecimento específico tem competência para decidir sobre ela, embora muitas tenham o que dizer" (PORTO GONÇALVES, apud QUINTAS, 2004, p. 117).

Nesse contexto, a pesquisa social e qualitativa foi escolhida como abordagem metodológica por permitir uma compreensão mais profunda da importância da participação qualificada. Segundo Tozoni-Reis (2008, p. 160), a pesquisa qualitativa não

se limita à descrição dos fenômenos, mas busca compreendê-los em sua complexidade: “Na pesquisa qualitativa, portanto, a produção de conhecimentos sobre os fenômenos humanos e sociais está voltada muito mais para a *compreensão* dos fenômenos do que para a sua *descrição*” (TOZONI-REIS, 2008, p.160).

Para uma definição mais detalhada sobre o conceito do método que utilizaremos:

(...) conceituamos a abordagem qualitativa ou pesquisa qualitativa, como um processo de reflexão e análise da realidade através de métodos e técnicas para a compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação. Esse processo implica em estudos, segundo a literatura pertinente ao tema, observações, aplicação de questionários e entrevistas e análise de dados que devem ser apresentados de modo descritivo. (OLIVEIRA, 2005, p.59).

A pesquisa qualitativa, segundo Godoy, tem como principais características:

1. Ambiente natural como fonte de dados, e o pesquisador como instrumento fundamental;
2. Caráter descritivo;
3. Significado que as pessoas dão às coisas e a sua vida, que deve ser uma preocupação do investigador;
4. Enfoque indutivo (GODOY, 1996, p.62).

Como nesta proposta de tese se trabalha a participação qualificada pela educação ambiental, Tozoni-Reis (2008) uma boa referência, por tratar, dentre outros assuntos, da relevância dos aspectos essenciais da pesquisa qualitativa e sua escolha adequada de métodos e teorias para se trabalhar a educação ambiental e sua apropriabilidade. Gostaríamos de destacar uma de suas reflexões sobre a opção pela pesquisa qualitativa:

(...) caracterizamos a pesquisa em educação como essencialmente qualitativa porque, na interpretação dos fenômenos educativos, preocupamo-nos em explorar as ações educativas desvelando uma realidade diversa, dinâmica, complexa e específica com o objetivo de compreender a realidade educativa da forma mais complexa e abrangente possível. Nesse sentido, essa realidade não pode ser somente quantificável: é preciso buscar, para a sua interpretação, a totalidade, entendida como complexidade, do fenômeno social e humano; é preciso buscar as “qualidades” dos processos educativos para compreendê-los. (Tozoni-Reis, 2008, p.159).

Após a referência da metodologia empregada, faz-se necessário conceituar temas fundamentais para a compreensão da presente tese. Considerando que a pesquisa aborda a importância da participação qualificada na gestão ambiental, serão discutidos conceitos essenciais para sua adequada contextualização.

Inicialmente, vamos trazer uma questão bastante relevante dentre os servidores do ICMBio e que está muito longe de ter um consenso, na verdade um campo de disputas políticas, sobre os paradigmas de preservação e conservação da natureza. Essas diferenças epistemológicas e culturais no interior das práticas de gestão ambiental, e quando trabalhadas de forma dialógica e respeitosa enriquecem a gestão da

biodiversidade no interior da autarquia. Essas abordagens, embora muitas vezes tratadas como complementares, partem de pressupostos distintos quanto ao papel do ser humano na relação com o meio ambiente.

O **preservacionismo**, amplamente influenciado pela tradição norte-americana dos parques nacionais no final do século XIX, defende a proteção integral de áreas naturais consideradas "intocadas", excluindo nelas a presença e o uso humano direto. Essa visão parte de uma perspectiva ecocêntrica e contempla a natureza como um valor em si mesma. Como sintetiza Donald Worster (2002, p. 127), o preservacionismo “buscava proteger a natureza de qualquer forma de uso humano, considerando-a sagrada em si mesma”. Antonio Carlos Diegues (1996, p. 24) critica esse modelo por sua inspiração excludente, afirmando que “o modelo preservacionista, inspirado nos parques nacionais norte-americanos, exclui os grupos humanos tradicionais”. Essa concepção é também refletida no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), na categoria de unidades de proteção integral, que visa à preservação total dos ecossistemas (Brasil, 2000, art. 11).

Em contraposição, o **conservacionismo** propõe o uso racional e sustentável dos recursos naturais, orientado por critérios técnicos e científicos que assegurem a manutenção dos serviços ecossistêmicos ao longo do tempo. Aldo Leopold (1949, p. 58), um dos principais expoentes dessa corrente, sustenta que “o conservacionismo enfatiza o uso racional e sustentável dos recursos naturais para garantir a sua disponibilidade futura”. Nesse sentido, o conservacionismo reconhece a inevitabilidade da presença humana e busca estabelecer um equilíbrio entre uso e proteção, como reforça William Cronon (1996, p. 80): “o conservacionismo reconhece que o uso humano é inevitável e busca um equilíbrio entre proteção e uso”.

No Brasil, essa tensão está expressa na própria estrutura legal do SNUC, que diferencia as **Unidades de Conservação de Proteção Integral**, mais alinhadas ao preservacionismo, e as **Unidades de Uso Sustentável**, que se aproximam da lógica conservacionista, permitindo “a compatibilização da conservação da natureza com o uso sustentável de parte dos seus recursos naturais” (Brasil, 2000, art. 18).

A crítica ao modelo preservacionista, no entanto, vai além da questão do uso dos recursos, atingindo também a exclusão histórica das populações tradicionais dos processos de decisão e gestão territorial. Assim, Carlos Walter Porto-Gonçalves afirma: “(...) a lógica preservacionista muitas vezes invisibiliza os modos de vida tradicionais, ao

passo que a abordagem conservacionista, ainda que limitada, abre espaço para a construção de alternativas socioambientais locais” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 84).

Nesse ponto, a integração entre a conservação da biodiversidade e a justiça socioambiental torna-se central, especialmente em contextos marcados por conflitos fundiários e disputas sobre os usos do território.

A evolução do debate internacional, refletida nos Congressos Mundiais da IUCN, aponta para uma crescente valorização da participação social nos processos de conservação. No congresso de 1980, realizado em Firenze, Itália, foi destacada a importância de se integrar dimensões sociais à conservação ambiental, sinalizando uma inflexão importante na direção de um novo paradigma, no qual comunidades locais passam a ser reconhecidas como protagonistas da gestão (IUCN, 1980, p. 75). Em 1994, no congresso de Buenos Aires, consolidou-se a ideia de que conservação e desenvolvimento humano não são excludentes, mas dimensões complementares de uma abordagem sustentável (IUCN, 1994, p. 102).

A distinção entre os dois paradigmas não deve, portanto, ser vista de maneira dicotômica, mas como parte de uma tensão produtiva que reflete diferentes modos de conceber a natureza, a sociedade e suas interações. Como aponta Jacobi (2003, p. 38), o debate entre preservacionismo e conservacionismo “revela tensões históricas entre uma visão ecocêntrica, que defende a intocabilidade dos ecossistemas, e uma visão antropocêntrica, que busca o uso racional dos recursos naturais”.

Assim, compreender essas categorias e suas implicações é essencial para analisar criticamente os instrumentos de gestão ambiental, inclusive aqueles que buscam articular educação ambiental, participação social e conservação da biodiversidade.

A fundamentação do campo de pesquisa referente à gestão ambiental, se justifica pelo reconhecimento da chamada crise ambiental. Tal questão é amplamente debatida por diversos autores, como Quintas, Layrargues, Loureiro e Leff dentre outros, os quais questionam se a situação contemporânea se configura como uma crise ambiental ou uma crise civilizatória.

A crise ambiental irrompeu a década de 1960 junto com diferentes questões sociais, debates públicos e processos de emancipação: os movimentos feministas, de gênero e estudantil; a questão étnico racial, que ganhou destaque com a descolonização dos povos asiáticos e africanos e o movimento negro nos Estados Unidos. Por mais que essas outras questões fossem cruciais para um mundo mais democrático, a questão ambiental representava uma *crise de civilização*, um limite na progressão da modernidade e a abertura de novos horizontes civilizatórios na perspectiva de sustentabilidade da vida na Terra (LEFF, 2001, p. 429).

Essa problemática se insere em um contexto mais amplo de crise civilizatória, que engloba não apenas a crise ambiental, mas também outras questões sociais e econômicas advindas da industrialização do mundo moderno. No século XXI, surgem desafios antes inexistentes, como as mudanças climáticas, o aprofundamento das desigualdades sociais, a degradação dos biomas e da biodiversidade, bem como o crescimento exponencial da produção, do consumo e da geração de resíduos.

Produção e consumo se tornam, assim, uma espiral interminável, esgotando os recursos naturais de maneira irracional e acirrando ainda mais a tensão criada pelas desigualdades sociais. Nesse ponto, desempenham papel determinante muitos avanços tecnológicos que aceleram o círculo perverso de produção crescente e apetites cada vez mais vorazes (ACOSTA, 2016, p. 36).

Nesse cenário, observa-se um reconhecimento institucional não apenas da crise ambiental, mas de uma crise civilizatória global (Quintas, 2002), que envolve dimensões sociais, econômicas e epistemológicas. Conforme Leff, “a crise ambiental é a crise da racionalidade, da modernidade e dos pilares da racionalidade formal, instrumental e institucional que sustentaram um modelo de modernidade insustentável” (Leff, 2021, p. 85). O reconhecimento da insustentabilidade desse modelo de civilização conduz, por sua vez, à necessidade de uma revisão crítica do modo de produção de conhecimento que guiou a humanidade até essa situação-limite.

Portanto, a superação dessa crise não pode se basear exclusivamente no aprimoramento do projeto científico e epistemológico tradicional:

Dessa forma, a solução para tal crise não poderia basear-se no refinamento do projeto científico e epistemológico que tem levado ao desastre ecológico, à alienação do homem e ao desconhecimento do mundo, sendo imprescindível um caminho novo que leve a uma compreensão de cunho planetário, incorporando a incompletude do ser, o diálogo de saberes e interseção da subjetividade, dos valores e dos interesses nas tomadas de decisão e nas estratégias de apropriação da natureza (LEFF, *apud* COOPER *et al*, 2014, p.139).

A compreensão da crise ambiental como um desdobramento da crise civilizatória é fundamental para profissionais da gestão ambiental, que muitas vezes não percebem que as raízes dessa problemática são mais profundas do que aparentam. Essas raízes remontam à relação entre **sociedade e natureza** imposta pelo modelo hegemônico de desenvolvimento e pela globalização. Esse modelo fundamenta-se na dicotomia entre ser humano e natureza, promovendo sua apropriação para fins de produção econômica.

Marx e Engels (2007), entre outras obras, já ressaltaram que o que precisa ser explicado não é o fato de sermos natureza, mas o que levou à fratura metabólica sociedade natureza, às ideologias que concebem o ser humano separado da natureza (FOSTER, 2014, p.136).

Essa **fratura metabólica** não é natural, mas socialmente construída, resultado das formas específicas de organização econômica e ideológica que emergiram com o capitalismo e que desconsidera os ciclos naturais de recuperação do solo, resultando na degradação ambiental.

Na economia política desenvolvida por Marx, tal como apresentada no *Capital*, o conceito de metabolismo (Stoffwechsel) foi empregado para definir o processo de trabalho como “um processo entre o homem e a natureza, um processo pelo qual o homem através de suas próprias ações medeia, regula e controla o metabolismo entre ele mesmo e a natureza”. Mas uma “falha irreparável” surgiu nesse metabolismo em decorrência das relações da separação antagonista entre cidade e campo (FOSTER, 2014, p.178).

Ao discutir a separação entre campo e cidade e o impacto da agricultura capitalista sobre a fertilidade do solo, Marx observa que o sistema de produção capitalista rompe “o metabolismo social prescrito pelas leis naturais da própria vida” (Marx, 2013, v. I, p. 637). A extração contínua de nutrientes da terra, sem sua devolução adequada, cria uma “fissura irreparável no processo interdependente do metabolismo social” (Marx, 2013, v. I, p. 638), expressão que se tornou central para a crítica ecológica marxista. Essa ruptura, longe de ser um problema técnico, revela-se como manifestação concreta da contradição entre a lógica expansiva do capital e os limites naturais da reprodução da vida. John Bellamy Foster (2000) retoma esse conceito e o sistematiza ao formular a categoria de ruptura metabólica, apontando que Marx não apenas analisou a economia política, mas também antecipou os problemas ecológicos gerados pelo capitalismo industrial. Para Foster, a ruptura metabólica é o fundamento histórico-estrutural da crise ecológica contemporânea, pois expressa como a “produção capitalista solapava as próprias condições naturais de sua continuidade” (FOSTER, 2000, p. 155). Michael Löwy interpreta a falha metabólica como um dos elementos centrais da contradição entre capital e natureza. Segundo ele, “o capitalismo não pode resolver a crise ecológica porque é estruturalmente prisioneiro da lógica da acumulação” (LÖWY, 2005, p. 23). Assim, tanto Foster quanto Löwy reforçam a atualidade do conceito marxiano, projetando-o como chave interpretativa para os dilemas ambientais da sociedade contemporânea.

Ademais, Marx enfatiza que a raiz do problema reside na concepção do ser humano como um ente separado da natureza, e não como parte integrante dela. O destaque aqui fica para ênfase dada por K. Marx na possibilidade de um outro momento histórico em que não exista a dicotomia sociedade natureza na busca de um outro futuro possível. Como já discutido, temos uma crise civilizatória devido ao modelo capitalista

hegemônico. Como explicita Meszáros “o capital é a força extraparlamentar por excelência de nossa ordem social” (MÉSZÁROS, 2007, p. 281).

A abordagem de István Mészáros sobre a crise ambiental insere-se em uma crítica radical à totalidade da sociedade capitalista. Em sua obra, *Para Além do Capital* (1995), o autor recusa explicações fragmentadas ou tecnocráticas sobre os impasses ecológicos e aponta para sua origem sistêmica, vinculada à forma historicamente determinada do metabolismo social sob o capital.

A crise ambiental, nesse sentido, não é um “efeito colateral”, mas uma expressão orgânica da irracionalidade estrutural do capital. Para o autor, a destruição ecológica figura entre os “muitos sinais da incompatibilidade estrutural do capital com a sobrevivência humana” (MÉSZÁROS, 1995, p. 84), junto com a degradação do trabalho e a corrosão da vida comunitária.

Como um agravante da questão da crise ambiental decorrente da crise civilizatória, que não se trata de mais uma crise cíclica do modo capitalista de produção, mas algo mais profundo, uma nova fase na história do capitalismo, denominada crise estrutural do capital, onde Mészáros nos aponta as seguintes características:

(1) seu caráter universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.); (2) seu alcance é verdadeiramente global, [...] em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises do passado); (3) sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro [...]. (MÉSZÁROS, 2011, p. 795-796).

O que buscamos ressaltar são as impossibilidades de superação da crise ambiental mantendo esse padrão de produção e consumo que aprofunda a ruptura metabólica:

Martínez-Alier (2007) e Schweickart (2010), por sua vez, afirmam que o capitalismo, ao levar em conta a necessidade de produção crescente para a sua manutenção, necessita de expansão contínua de base material. Segundo esse pensamento, a incompatibilidade entre o crescimento exponencial da produção e do consumo e a finitude dos recursos naturais, além da incapacidade do planeta de suportar a carga em alta escala de material degradado e de pouca ou nenhuma absorção pelo próprio sistema industrial, revela ainda mais as contradições inerentes ao sistema de reprodução sociometabólica do capital (LEANDRO *et al*, 2015, p. 154).

Malcom Ferdinand acrescenta ao debate a ideia da dupla fratura metabólica, que não se limita à cisão entre homem e natureza, mas inclui também a divisão entre os próprios seres humanos. Ele utiliza a metáfora da colonização como um navio negreiro, onde parte da população mundial ocupa o convés enquanto outra permanece confinada no porão. Essa dupla fratura – ambiental e colonial – desconsidera os modos de produção das populações nativas, substituindo-os pelas plantations, que exploravam a terra de maneira destrutiva e eram sustentadas pelo trabalho forçado de escravizados sequestrados da África. Dessa forma, a questão ambiental adquire também uma dimensão racial, evidenciando uma fratura que separa brancos, indígenas e negros.

As violências constituintes do mundo colonial e da sua forma de habitar – da engenharia global de transformação das paisagens em plantations – impuseram rupturas de relações que teciam outros mundos: outras maneiras de habitar a Terra. Modos ameríndios que conceberam a Terra como mãe nutriz, não como insumo ou meras terras a serem exploradas. ... A dupla fratura da modernidade... (FERDINAND, 2022, p.13).

Assim, a modernidade impôs um modelo de civilização que aprofundou desigualdades e relações de dominação entre países centrais e periféricos.

As diferenças entre países periféricos não se produzem apenas pela pilhagem e pela sobre-exploração visível dos recursos, mas ficam camufladas sob as novas funções atribuídas a natureza nas estratégias de apropriação dos bens e dos serviços ambientais do planeta (LEFF, 2021, p.127).

Essa perspectiva é fundamental para a compreensão relação sociedade e natureza em territórios onde coexistem múltiplos sujeitos e formas de relação com o meio ambiente.

A ecologia dominante muitas vezes apaga os saberes, as lutas e os modos de existência das populações indígenas, afrodescendentes e camponesas, como se não houvesse outra relação com a Terra senão aquela mediada pelo capital e pela modernidade ocidental (FERDINAND, 2022, p. 37).

A exploração dos recursos naturais para atender mercados externos não pode sobrepujar a necessidade de valorização de modos de vida alternativos, especialmente os das populações tradicionais, que podem ser compreendidas como:

[...] Comunidades tradicionais estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social de reduzida acumulação de capital, que não emprega força de trabalho assalariado. Seus membros atuam de forma independente em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura, pesca, coleta e artesanato. Esses grupos baseiam-se no uso sustentável de recursos naturais renováveis e possuem amplo conhecimento sobre esses recursos. A

conservação ambiental é parte integrante de sua cultura (DIEGUES, 1996, p. 87).

As populações tradicionais no Brasil têm um papel de extrema relevância para gestão ambiental pública, em especial para gestão de áreas protegidas.

Destarte, para essa literatura, esses povos representariam a melhor custódia humana possível para a biodiversidade global, entre outros, pelos seguintes motivos: a) por sua relação particular com a natureza, traduzida num corpo de saberes técnicos e conhecimentos sobre os ciclos naturais e os ecossistemas locais de que se apropriam; b) pelo fato desses ecossistemas representarem, em muitos casos, remanescentes globais e derradeiras amostras de ecossistemas críticos e frágeis; e c) por situarem-se relativamente à margem da economia de mercado formador de preços, articulados em sistemas de produção baseados na organização familiar, orientados para a subsistência e segundo um modelo de uso dos recursos naturais intensivo em trabalho, tecnologicamente austero e, supostamente, de baixo impacto...As características desses grupos sociais “tradicionais” constituiriam, também, para muitos autores que partilham dessa perspectiva, o passaporte para a sobrevivência futurada humanidade no mundo moderno (BARRETTO FILHO, 2006, p.121/122).

A questão das populações tradicionais é de extrema relevância dentro do ICMBio que tem uma interface direta na gestão de unidades de conservação de uso sustentável e proteção integral e posições diferenciadas dentro da instituição sobre seu papel na conservação da biodiversidade, e de uma outra relação sociedade natureza, “Populações tradicionais carregam mundos possíveis.” (FERDINAND, 2022, p. 112).

Ao discutir a crise ambiental e a relação entre sociedade e natureza, torna-se imprescindível analisar o papel do Estado na organização social e em especial na Gestão Ambiental Pública. O Estado exerce um papel central na regulação, ordenação e implementação de políticas públicas, sendo um ator fundamental para a gestão ambiental e a promoção da justiça socioambiental.

Inicialmente, é necessário diferenciar sua função em Hegel, Marx e Gramsci para, em seguida, aprofundar a distinção entre o Estado liberal, o Estado de bem-estar social e o Estado neoliberal, modelos predominantes nos séculos XX e XXI.

Hegel concebe o Estado como uma entidade neutra e racional, estruturada a partir do mundo das ideias. Um organismo ético e garantidor da ordem, representando os interesses universais da sociedade. “A neutralidade do Estado se materializaria na forma de uma burocracia onisciente, supostamente desvinculada de interesses materiais conflitantes” (CUNHA, *apud* FABI, 2011, p. 19). Segundo sua visão a racionalidade daria ao estado os poderes para garantir justiça e tratamento igualitário a todo cidadão.

Na visão liberal de Adam Smith, o Estado (neutro, como em Hegel) deve garantir a segurança do cidadão contra ameaças externas e internas, proteger a propriedade

privada, administrar a justiça e manter serviços que não são lucrativos para o mercado, como assistência social e infraestrutura pública. Smith argumenta:

Pouco se requer, para levar um Estado da barbárie mais baixa para o mais alto grau de opulência, além da paz, impostos baixos e uma administração aceitável da justiça; todo o resto é feito pelo curso natural das coisas. Todos os governos que interferem nesse curso natural, que forçam as coisas para outra direção, ou que se empenham em sustar o progresso da sociedade em um ponto específico, não são naturais e para subsistirem têm de ser opressivos e tirânicos (SMITH, 1983, p.20).

As regras e o funcionamento do mercado garantiriam uma concorrência justa e o regramento das atividades financeiras, inclusive na relação entre empregados e patrões.

Para Marx, o Estado é um instrumento de dominação, cuja função central é garantir a perpetuação da exploração de classe e a manutenção dos privilégios da elite dominante. A concepção marxista clássica está expressa na célebre passagem do Manifesto Comunista: “O executivo do Estado moderno nada mais é do que um comitê para a administração dos assuntos comuns de toda a burguesia.” (BOTTOMORE, 2012, p. 218).

Gramsci reconhece o papel de dominação e de manutenção de privilégios da burguesia, mas amplia essa visão, apresentando o Estado como “uma combinação entre força e consentimento. Em sua perspectiva, a sociedade política organiza o uso da força, enquanto a sociedade civil assegura a hegemonia ideológica” (GRAMSCI, 1971, p. 263). Assim, o Estado opera como um espaço de disputa entre grupos sociais, onde o poder não se sustenta apenas pela coerção, mas também pela construção do consenso.

O estado mínimo liberal foi hegemônico nos países centrais até meados do século XX. No pós-Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria dividiu o mundo entre socialismo e capitalismo. Como resposta ao modelo socialista, os países capitalistas adotaram políticas keynesianas, defendendo um Estado interventor, capaz de garantir crescimento econômico e estabilidade social, conhecido por Estado de Bem-Estar Social (ou *welfare state*). Esse modelo emerge como resposta às profundas desigualdades sociais e econômicas geradas pelo capitalismo industrial. A partir do século XIX, o crescimento urbano-industrial, embora promotor de desenvolvimento econômico, intensificou a miséria, a exploração do trabalho e a marginalização de grandes contingentes populacionais. Diante desse cenário, a pressão de movimentos operários, sindicatos e partidos socialistas tornou-se central na reivindicação por proteção social e redistribuição de renda. A emergência do bem-estar social, portanto, não foi apenas um gesto de

benevolência estatal, mas uma resposta política à instabilidade social e ao risco de rupturas mais radicais com a ordem capitalista (GOUGH, 1979, p. 23).

Nesse contexto, ganha destaque a contribuição teórica e prática de John Maynard Keynes, cuja proposta rompe com os pressupostos do liberalismo clássico. Diferentemente da crença de que o mercado, por si só, seria capaz de se autorregular e garantir o pleno emprego, Keynes defendia a intervenção ativa do Estado como condição para a estabilidade econômica. Por meio de políticas anticíclicas, como investimentos públicos, controle da taxa de juros, tributação progressiva e déficits orçamentários planejados, o Estado poderia estimular a demanda agregada, reduzir o desemprego e evitar crises prolongadas (BOTTOMORE, 2012, p. 329). Esse modelo, que fundamentou o chamado **Estado de bem-estar social**, foi responsável por um período de crescimento econômico sustentado no pós-Segunda Guerra Mundial, especialmente entre as décadas de 1940 e 1970. Durante esse período, observou-se uma significativa expansão dos direitos trabalhistas, com a criação de legislações protetivas, aumento real dos salários, fortalecimento dos sindicatos e ampliação do acesso a serviços públicos como saúde, educação e previdência social. O keynesianismo, portanto, representou uma inflexão histórica importante ao reconhecer que o bem-estar da população trabalhadora não poderia ser deixado à mercê das forças do mercado. No entanto, a partir da década de 1960, com a queda da taxa de lucro e o aumento das pressões inflacionárias, esse modelo passou a ser questionado, abrindo espaço para a ascensão do neoliberalismo.

Como resposta, Milton Friedman e Friedrich Hayek, dentre outros, propuseram a radicalização do Estado mínimo, enfatizando a desregulamentação e a primazia do mercado. No contexto do capitalismo hegemônico, destaca-se a transição, a partir dos anos 1970, do Estado de bem-estar social para o modelo neoliberal.

A implementação inicial do neoliberalismo ocorreu sob regimes autoritários na América Latina, como no Chile (1973), Uruguai (1974) e Argentina (1976), onde governos militares impuseram tais políticas sem resistência popular. Posteriormente, essa agenda foi consolidada nos países centrais sob os governos de Margaret Thatcher (Reino Unido, 1979), Ronald Reagan (EUA, 1980) e Helmut Kohl (Alemanha, 1982) (BARUCCO, 2005, p. 51).

Nos anos 1970, a principal função do Estado passou a ser dismantelar as conquistas sociais da era keynesiana, muitas vezes por meio do uso da força. Assim, a implantação do neoliberalismo exigiu Estados fortes, especialmente nas ditaduras latino-americanas, onde a repressão garantiu a ausência de oposição.

A consolidação do neoliberalismo nos países centrais fortaleceu a hegemonia dessas nações no cenário global, promovendo um Estado mínimo ainda mais restritivo do que o modelo liberal clássico. O papel do Estado deveria se limitar ao uso da força e à aplicação da justiça, enquanto todas as demais funções seriam repassadas ao mercado, reduzindo ainda mais o estado liberal de Adam Smith.

No contexto da gestão ambiental as Conferências das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente — Estocolmo (1972) e Rio de Janeiro (1992) — marcaram momentos importantes de reconhecimento internacional da necessidade de regulação no uso dos recursos naturais, vinculando a proteção ambiental ao desenvolvimento econômico e à qualidade de vida. Esses eventos consolidaram a ideia de que o meio ambiente não poderia mais ser tratado como um recurso ilimitado, e que políticas públicas deveriam ser implementadas para garantir sua preservação. No entanto, à medida que o neoliberalismo se consolidava como paradigma dominante nas décadas seguintes, passou a incorporar uma postura antiambientalista, voltada à desregulamentação e à flexibilização das normas ambientais. Sob a lógica de que o mercado é mais eficiente que o Estado na gestão dos recursos, o neoliberalismo passou a atacar os novos regramentos ambientais, tratando-os como entraves ao crescimento econômico e à competitividade. Essa ofensiva se expressa na pressão pela redução da fiscalização, na fragilização da legislação e órgãos ambientais, na mercantilização da natureza e na promoção de soluções tecnocráticas que ignoram os conflitos socioambientais e os saberes locais. Assim, o discurso ambiental passa a ser capturado por uma racionalidade econômica que subordina a sustentabilidade aos interesses do capital. Essa lógica impacta a gestão ambiental pública, reduzindo a interferência estatal e enfatizando mecanismos de mercado, como o comércio de créditos de carbono e certificações ambientais corporativas. Dessa forma, o espaço de participação passa a ser ditado pelos interesses econômicos, restringindo o controle público sobre os recursos naturais e suas formas de exploração.

O avanço do antiambientalismo nas últimas décadas tem sido analisado por diversos autores como uma reação articulada às conquistas das agendas ambientalistas críticas, especialmente aquelas que colocam em xeque o modelo de desenvolvimento capitalista e as desigualdades socioambientais dele decorrentes. Philippe Pomier Layrargues (2020) define o antiambientalismo como uma “ofensiva ideológica que visa restaurar a hegemonia do produtivismo capitalista”, desmantelando as políticas públicas ambientais e deslegitimando práticas educativas voltadas à emancipação e à crítica social. Segundo o autor: “O antiambientalismo, enquanto ofensiva ideológica, procura

deslegitimar e dismantelar os avanços da política ambiental e da educação ambiental crítica, visando restaurar a hegemonia do produtivismo capitalista” (Layrargues, 2020, p. 15).

Essa perspectiva evidencia que o antiambientalismo não é apenas uma postura reativa ou pontual, mas sim uma estratégia política consciente de manutenção das estruturas de poder e de dominação, promovida por setores econômicos e políticos interessados na mercantilização da natureza e na despolitização dos conflitos ecológicos. Em outro texto, o autor reforça essa crítica ao denunciar o caráter tecnocrático da nova racionalidade ambiental imposta: “O antiambientalismo busca neutralizar a politização da questão ambiental, substituindo-a por uma abordagem tecnocrática e mercadológica.” (Layrargues, 2021, p. 22)

Henri Acselrad (2010) contribui para esse debate ao evidenciar que o discurso antiambientalista está frequentemente associado a estratégias de “deslegitimação das populações que denunciam injustiças ambientais”, como comunidades tradicionais, povos indígenas e movimentos sociais. Para o autor, a luta por justiça ambiental é sistematicamente criminalizada e invisibilizada por discursos oficiais que acusam esses grupos de entraves ao que denominam “progresso”: “A injustiça ambiental ocorre quando segmentos sociais são impedidos de participar da definição dos usos dos espaços onde vivem” (ACSELRAD, 2009, p. 57). Nesse sentido, o antiambientalismo opera não apenas no plano discursivo, mas também na produção de desigualdades, ao excluir os mais vulneráveis dos processos decisórios e relegá-los às zonas de sacrifício ambiental.

Assim, os discursos e práticas antiambientalistas devem ser compreendidos não como aberrações pontuais, mas como parte de um projeto de reafirmação da hegemonia do capital, frente às ameaças representadas por projetos emancipatórios, como a educação ambiental crítica, a gestão democrática dos bens comuns e os saberes tradicionais.

A mudança no papel do Estado intensifica os conflitos pelo uso do território e amplia as situações de injustiça ambiental. A seguir, apresenta-se a definição de justiça ambiental que fundamenta esta tese:

1. A estratégia ancorada na noção de Justiça ambiental, por sua vez identifica a desigual exposição ao risco como resultado de uma lógica que faz com que a acumulação de riquezas se realize tendo por base a penalização ambiental dos mais pobres. Os movimentos de justiça tentam mostrar que enquanto os males ambientais puderem ser transferidos para os mais pobres a pressão geral sobre o ambiente não cessará.
2. Considerando que a injustiça social e a degradação ambiental têm a mesma raiz, haveria que se alterar o modo de distribuição-desigual-de poder sobre os

recursos ambientais e retirar dos poderosos a capacidade de transferir os custos ambientais do desenvolvimento para os mais despossuídos.

3. Junção estratégica entre justiça social e proteção ambiental: pela afirmação de que para barrar a pressão destrutiva sobre o meio de todos, é preciso começar protegendo os mais fracos (ACSELRAD, 2005, p. 222).

No contexto da gestão ambiental pública, torna-se imprescindível evidenciar as situações de injustiça ambiental que afetam povos indígenas e demais comunidades tradicionais.

Exemplos de violações de direitos são comuns na conservação global, pois estados, organizações não governamentais (ONGs) ou atores privados, agindo sob o pretexto da conservação, deslocam povos indígenas e comunidades locais com direitos ancestrais, instituições tradicionais e práticas culturais, e tratam estes grupos como uma ameaça à natureza e não como detentores de direitos e como parte integrante de resultados bem-sucedidos (DAWSON *et al*, 2022, p. 2).

Comunidades tradicionais, que historicamente adotam práticas sustentáveis de manejo dos recursos naturais, muitas vezes são desalojadas de seus territórios sob o argumento da conservação ambiental, caracterizando um quadro de injustiça ambiental.

A falta de equidade de direitos, aliada a um olhar colonialista sobre o uso do território, acentua situações de injustiça ambiental, aprofundando a degradação social e ecológica sob o pretexto da proteção ambiental. Ferdinand que traz uma relação das questões da justiça ambiental com o colonialismo enfatiza que: “Os mais afetados pelas catástrofes ambientais são justamente aqueles que foram historicamente desumanizados e explorados. A justiça ambiental deve começar por eles.” (FERDINAND, 2020, p. 119).

E completamos essa relação com sua afirmação que “É impossível pensar a justiça ambiental sem considerar a história da escravidão, da colonização e das expropriações que moldaram o mundo moderno.” (FERDINAND, 2020, p. 76).

O conceito de justiça ambiental está intrinsecamente ligado ao de conflitos ambientais ou socioambientais. Vamos demarcar em nossa tese a questão do uso de conflitos ambientais, pois obviamente estamos discutindo conflitos entre humanos que logo são inerentemente sociais assim achamos redundante a inclusão do termo sócio antes do ambiental, analogamente temos a mesma posição quanto a gestão ambiental que é sempre um ato da sociedade sobre o ambiente.

Os conflitos ambientais são expressões concretas das desigualdades sociais e das disputas pelos grupos sociais, mas evidenciam contradições estruturais entre modelos de desenvolvimento econômico e modos de vida de populações locais e tradicionais. Como destaca Acselrad (2004, p. 17), “os conflitos ambientais expressam diferentes concepções

de justiça ambiental e revelam disputas por territorialidades e sentidos de pertencimento, frequentemente invisibilizados pelas políticas oficiais de ordenamento do espaço”.

Esses conflitos que decorrem da disputa por elementos da natureza e revelam tensões entre interesses coletivos e privados, muitas vezes manifesta-se na tentativa de apropriação de espaços públicos.

Os conflitos socioambientais são, em síntese, conflitos sociais cujo objeto são elementos da natureza e que expressam relações de tensão entre *interesses coletivos/espços públicos x interesses privados/tentativas de apropriação de espaços públicos*. Envolvem o interesse difuso do livre acesso e usufruto dos serviços da natureza, para toda a coletividade (ACSELRAD, 2005, p. 225).

A disputa por recursos naturais envolve diferentes visões sobre a natureza, modelos de civilização e interesses econômicos e sociais, sendo, portanto, um elemento central dos conflitos ambientais.

Os conflitos socioambientais emergem de confrontos de interesses e estratégias diferenciadas de apropriação e aproveitamento da natureza na era da globalização econômico-ecológica (LEFF, 2021, p.103).

Tais conflitos ganham complexidade em contextos de Unidades de Conservação, onde as estratégias estatais de conservação e exploração de recursos muitas vezes colidem com os direitos e saberes de comunidades tradicionais, indígenas, ribeirinhas e camponesas. Conforme Porto-Gonçalves (2006, p. 135), “os conflitos ambientais são também conflitos de racionalidades, entre uma racionalidade instrumental, técnico-econômica, e uma racionalidade territorial, cultural e simbólica”.

Esses conflitos ocorrem em territórios que possuem múltiplos significados para diferentes atores. Dessa forma, é fundamental compreender o conceito de território em sua complexidade.

Designa-se por território uma porção da natureza e, portanto, do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos, ou parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito à totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram, que ela deseja e é capaz de explorar” (GODELIER, *apud* VALLEJO, 2002, p.7).

O conceito de território ultrapassa a noção meramente geográfica e passa a ser compreendido como um espaço socialmente construído, marcado por relações de poder, práticas culturais e formas de apropriação simbólica e material. Raffestin (1993, p. 143) define o território como “o espaço produzido por uma relação de poder”, sendo, portanto, inseparável dos processos sociais que o constituem.

Leff amplia essa definição com o conceito de “o lugar é o território em que a sustentabilidade cria raízes em bases ecológicas e identidades culturais, sendo o espaço

social onde os atores exercem poder para controlar a degradação ambiental e mobilizar potenciais ecológicos" (LEFF, 2021, p.136), atribuindo ao conceito um papel importante na busca de um modo mais sustentável de se viver.

A construção social dos conceitos de povos e de territórios implica uma nova relação sociedade-natureza, que nos leva a questionar a coisificação da terra e da natureza como recursos econômicos; o princípio da igualdade que levou a parcelar (parcelar) a terra para implementar culturas homogêneas (de subsistência, de exportação); o fracionamento do conhecimento que dessubstantivou os saberes da vida; a universalização dos direitos individuais sobre os direitos coletivos, desconhecendo as identidades que entrelaçam as relações dos seres -homens e mulheres com a natureza (...) (LEFF, 2021, p.139).

A construção social dos conceitos de povo e território implica uma nova relação entre sociedade e natureza, desafiando a visão reducionista da terra como mero recurso econômico. Essa reflexão permite questionar a fragmentação do conhecimento, a universalização dos direitos individuais em detrimento dos direitos coletivos e o desconhecimento das identidades que estruturam as relações entre os seres humanos e a natureza (LEFF, 2021, p.139).

Além disso, o conceito de território está indissociavelmente ligado às relações de poder, à identidade cultural e aos significados do sagrado para diferentes povos, elementos que transformam um espaço físico em um território socialmente construído.

Não é possível também dissociar do conceito as relações de poder, a identidade cultural, os significados do sagrado para cada povo que transforma o espaço em território.

Em uma concepção mais integradora, Haesbaert (2007) entende que o conceito de território não diz respeito, somente, ao tradicional poder político, de dominação, mas também ao poder no sentido mais simbólico de identidade e efetiva apropriação, ou seja, enquanto a dominação é mais concreta, funcional e vinculada ao valor de troca, o simbólico carrega marcas do vivido. Assim, o território manifesta-se em um sentido multiescalar e multidimensional. Assim a desterritorialização, como a reterritorialização, seriam etapas do processo de construção de múltiplos territórios, dinâmicos e sobrepostos (GARCIA *et al*, 2018, p. 58).

A apropriação dos recursos naturais, a regulamentação do uso do território e a mediação dos conflitos socioambientais são aspectos fundamentais da Gestão Ambiental Pública (GAP). O principal marco legal que orienta a GAP no Brasil é o artigo 225 da Constituição Federal de 1988, que estabelece:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de protegê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público (...) (BRASIL, 1988).

Embora conciso, esse artigo possui um conteúdo de grande relevância, ao reconhecer o meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito de toda a coletividade e essencial para a qualidade de vida. Além disso, atribui ao Estado e à sociedade a responsabilidade de protegê-lo e preservá-lo para as futuras gerações. O parágrafo primeiro, ao estabelecer deveres específicos para o Poder Público, reforça a responsabilidade estatal na gestão ambiental.

A essência da GAP, conforme previsto no artigo 225, reside na busca pelo equilíbrio entre o uso dos bens ambientais para garantir qualidade de vida e a necessidade de preservação dos ecossistemas. Uma gestão excessivamente restritiva pode comprometer o bem-estar das populações, enquanto uma abordagem permissiva pode comprometer a conservação ambiental e assim também comprometer esse bem-estar. Assim, a Gestão Ambiental Pública deve atuar na mediação desse equilíbrio, assegurando que os recursos naturais sejam utilizados de forma sustentável, garantindo sua disponibilidade para as gerações presentes e futuras.

A gestão ambiental pública deve ser entendida como um processo institucional e político que articula a formulação, implementação e avaliação das políticas ambientais, buscando conciliar o desenvolvimento econômico com a conservação ambiental (VEIGA, 2011, p. 45).

A definição proposta por Quintas enfatiza de maneira mais explícita a centralidade do conflito na conceituação do papel da Gestão Ambiental Pública (GAP):

(...) um processo de mediação de interesses e conflitos entre atores sociais que agem sobre os meios físico-natural e construído, o qual define e redefine, continuamente, a forma como esses atores, por meio de suas práticas, impactam a qualidade do meio ambiente e como se distribuem os custos e benefícios decorrentes de suas ações (QUINTAS, 2006, p. 17).

Outra definição relevante destaca o papel do Estado e a não neutralidade da GAP, evidenciando as contradições inerentes a um Estado hegeliano:

Em nome do interesse público, o Estado, por meio da gestão ambiental, assume a responsabilidade de administrar e regular o uso dos recursos naturais, além de mediar conflitos (sejam potenciais ou explícitos) entre os diversos agentes sociais. No entanto, a gestão ambiental pública não é isenta, pois a implementação de seus instrumentos de controle e tomada de decisão sobre o que pode ou não ser feito – e quais atividades podem ou não ser licenciadas – reflete as correlações de forças presentes na sociedade (MAGALHÃES et al., 2016, p. 133-134).

Consideramos fundamental na discussão sobre a GAP à fundamentação que deve orientar o processo de tomada de decisão diante da diversidade de perspectivas sobre a apropriação da natureza. Trata-se de questionar quem será beneficiado ou onerado pelas decisões da gestão ambiental e com base em quais argumentos, especialmente no contexto

de um Estado democrático. “A gestão ambiental não pode ser vista apenas como um conjunto de ações técnicas e burocráticas; ela é um processo social que envolve poder, conflitos e a disputa pela definição do território” (SANTOS, 2000, p. 56).

Essa análise não deve se restringir apenas a conceitos técnico-científicos, pois reconhecemos em outros pontos desse referencial a importância da diversidade de saberes, nesse sentido:

A gestão ambiental pública deve levar em conta a complexidade dos territórios e as múltiplas relações entre sociedade e natureza, reconhecendo as práticas locais e o saber dos povos tradicionais como elementos centrais para a construção de políticas ambientais eficazes (GONÇALVES, 2006, p. 78).

Por fim, considera-se essencial definir o que se entende por “qualidade de vida”, conforme mencionada no Artigo 225 da Constituição Brasileira, em sua relação com a questão ambiental, uma vez que esse conceito fundamenta todo o processo decisório da GAP:

(...) para que haja qualidade (de vida) é necessário que o equilíbrio ecológico seja respeitado. Primeiro, porque a qualidade de vida não pode se limitar à presente geração. Segundo, porque a natureza faz parte da construção da qualidade (de vida), devido a três vetores: sua necessidade biológica, sem a qual não há qualidade; sua função econômica, sem o que a qualidade fica restrita; e seu valor cultural, que compõe o patrimônio da sociedade e, portanto, da qualidade de vida (BUARQUE, 1993, p.2).

A noção de qualidade de vida está intrinsecamente ligada ao acesso equitativo aos bens comuns da natureza, como ar puro, água potável, alimentação saudável e paisagens preservadas. No entanto, essa qualidade só pode ser assegurada por meio de uma gestão ambiental pública comprometida com a justiça socioambiental, que reconheça a interdependência entre os sistemas ecológicos e os modos de vida humanos.

Segundo Enrique Leff, a crise ambiental contemporânea revela os limites de uma racionalidade econômica que dissocia o bem-estar humano dos processos ecológicos, “A qualidade de vida não pode ser reduzida a padrões de consumo material; ela está enraizada nas condições ecológicas e culturais de existência.” (LEFF, 2006, p. 57).

Assim, o conceito de qualidade de vida deve ser ampliado, deixando de ser entendido apenas como acesso a bens e serviços, e incorporando elementos como participação social, justiça ambiental, equidade no uso dos recursos naturais e preservação da diversidade cultural e ecológica. Nesse sentido, Seixas (2010) propõe que o conceito de qualidade de vida deve ser compreendido a partir de três eixos essenciais:

(...) o entendimento desse conceito perpassa três eixos que devem estar presentes quando se almeja qualidade de vida para a sociedade: primeiro, diz respeito à satisfação e o acesso e a qualidade a bens básicos como educação, segurança, transporte, emprego, alimentação, saneamento ambientalmente

adequado, serviço de saúde e salários condizentes com as necessidades do indivíduo e sua família. O segundo trata do acesso aos bens fundamentais para complementação da vida dos indivíduos como cultura, lazer, relações afetivas e familiares fundamentais, relação com a natureza; relações plenas com o trabalho. O terceiro diz respeito fundamentalmente ao conjunto de bens denominado ético-político, que compreende o acesso às informações que dizem respeito à vida do sujeito, a participação política e o envolvimento nas causas coletivas, participação na gestão local da vida cidadina e a cidadania (SEIXAS, 2010, p.138).

Encerramos este referencial teórico, relacionando conceitos de qualidade de vida, gestão ambiental e território que serão utilizados no próximo capítulo, quando abordaremos e aprofundaremos os temas centrais da tese: Participação, Educação Ambiental e Educação Popular (e a contribuição freiriana).

A gestão ambiental não pode restringir-se à normatização e ao controle de impactos, mas deve atuar como um instrumento de participação, democracia, organização social e ecológica. Como aponta Acselrad (2009, p. 68), “A gestão ambiental deve ser compreendida como uma dimensão da política social, articulando-se com os direitos humanos, o planejamento territorial e a democracia participativa.” Uma gestão ambiental justa e participativa é condição para a promoção de uma qualidade de vida integral, que vá além dos indicadores econômicos e considere a conservação da natureza, a justiça ambiental e o direito à voz dos sujeitos dos territórios.

CAPÍTULO 3 – PARTICIPAÇÃO, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO POPULAR

Grândola, Vila Morena
Terra da Fraternidade
O povo é quem mais ordena
Dentro de ti, ó cidade
Em cada esquina, um amigo
Em cada rosto, a igualdade
O povo é quem mais ordena
Dentro de ti, ó cidade.
Dentro de ti, ó cidade
Juro em ter a companheira
A sombra de uma azinheira
Que já não sabia a idade.

(Grândola Vila Morena, Zeca Afonso)

A música em epígrafe ressalta a fraternidade, que deve acompanhar a educação ambiental crítica ancorada na educação popular freiriana, na qual a participação determina que o povo é quem mais ordena e a amizade prevalece caminhando em igualdade. Que a sombra da Azinheira nos faça refletir sobre um outro caminho possível para a gestão ambiental pública.

No capítulo introdutório desta tese, apresentamos a participação como "partilha efetiva do poder entre Estado e sociedade civil" (DAGNINO, 2004, p.103). Neste capítulo, aprofundaremos essa compreensão, com ênfase na gestão ambiental pública. Especificamente, discutiremos a educação no processo de gestão ambiental, conforme apresentada no Capítulo 1, fundamentada nos princípios da educação popular e na obra de Paulo Freire.

A compreensão das relações entre educação ambiental, participação social e gestão pública socioambiental exige, inicialmente, um resgate das bases críticas da educação ambiental, especialmente na sua vertente influenciada pela educação popular latino-americana. Nesse campo, a perspectiva freiriana desempenha papel central ao afirmar a necessidade de uma prática educativa dialógica, crítica e transformadora, que

contribua para a emancipação dos sujeitos e para a transformação das estruturas sociais e ambientais opressoras (FREIRE, 1987).

A qualificação da participação por meio da educação ambiental tem demonstrado ser essencial para a promoção da cidadania e a busca pela conservação de um meio ambiente equilibrado, conforme previsto na Constituição Brasileira. Defendemos que a participação seja contínua e inclusiva, com o objetivo de reduzir assimetrias nos processos decisórios que impactam os recursos ambientais indispensáveis à qualidade de vida. Importante também destacar que buscamos qualificar a participação com a intencionalidade de torná-la efetiva

A efetividade da participação está relacionada à existência de processos contínuos de capacitação, que possibilitem aos atores sociais um engajamento qualificado e duradouro (GOHN, 1997, p.37).

A participação para a gestão da biodiversidade precisa reconhecer os diversos saberes existentes no território, um lugar de escuta e aprendizados contínuos em busca da defesa do bem comum e da qualidade de vida. A perspectiva da educação popular, conforme formulada por Paulo Freire, serve de base epistemológica para uma educação ambiental crítica. Para Freire (2005), “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”, o que implica reconhecer os saberes e experiências das populações em seus contextos territoriais e culturais. “A democracia participativa exige não apenas a criação de novos espaços institucionais, mas também a valorização dos saberes e práticas das comunidades, como condição para uma participação qualificada” (SANTOS, 2002, p.362).

Nesse sentido, a educação ambiental crítica aproxima-se dos processos de gestão ambiental pública que valorizam a participação qualificada da sociedade na formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas ambientais. A gestão ambiental, compreendida como campo de disputas políticas e epistemológicas, deve incorporar processos educativos contínuos que fortaleçam o protagonismo das populações locais, a valorização dos saberes tradicionais e a construção de formas coletivas de cuidado com o território (PORTO-GONÇALVES, 2006; ACSELRAD, 2004).

Como discutido no Capítulo 1 desta tese, a questão ambiental passou a ganhar centralidade a partir da segunda metade do século XX, impulsionada, entre outros fatores, pelos movimentos sociais da década de 1960, que contestaram as bases do modelo desenvolvimentista hegemônico. Nesse contexto, a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental, realizada em Tbilisi em 1977, apresentou uma análise crítica do modelo consumista, apontando que a origem da degradação ambiental está ligada a um

sistema cultural que promove uma visão de mundo unidimensional, utilitarista e economicista, na qual o ser humano se coloca em posição de exterioridade e domínio sobre a natureza:

(...) uma visão crítica da realidade bastante pertinente, demonstrando que a causa primeira da atual degradação ambiental deve sua origem ao sistema cultural da sociedade industrial, cujo paradigma norteador da estratégia desenvolvimentista, pautada pelo mercado competitivo como a instância reguladora da sociedade, fornece uma visão de mundo unidimensional, utilitarista, economicista e a curto prazo da realidade, em que o ser humano ocidental se percebe numa relação de exterioridade e domínio da natureza (LAYRARGUES, 1999, p. 1).

A partir dessa conferência, a Educação Ambiental foi consolidada como ferramenta de gestão para o enfrentamento da crise ecológica e da crise civilizatória global (QUINTAS, 2004). Destaca-se da declaração final do evento a ênfase na participação social como elemento estruturante dos processos educativos:

A educação ambiental deve ser dirigida à comunidade, despertando o interesse do indivíduo em participar de um processo ativo no sentido de resolver os problemas dentro de um contexto de realidades específicas, estimulando a iniciativa, o senso de responsabilidade e o esforço para construir um futuro melhor (BRASIL/UNESCO, 1997, p. 18-19).

No Brasil, a promulgação da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA, Lei 6.938/81) foi um marco importante para a Educação Ambiental. Seu artigo 2º, inciso X, estabelece: “educação ambiental a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente” (BRASIL, LEI 6938/1981). Foi a primeira lei brasileira a institucionalizar a Educação Ambiental como instrumento da gestão ambiental. O já citado artigo 225 da Constituição Federal, quando incumbe competências ao poder público, vai incluir no inciso VI – “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (Brasil, Constituição Federal, Artigo 225, 1988), reforçando as obrigações listadas na PNMA.

Dentre os marcos legais que tratam do tema, o Congresso Brasileiro aprova a lei 9795/1999, que define a Política Nacional de Educação Ambiental, constando em seu primeiro artigo:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, Lei 9795, 1990).

Relacionando a Educação Ambiental com o Artigo 225 da Constituição Brasileira, e seu papel para a conservação ambiental e a sadia qualidade de vida do cidadão. Importante também citar a lei que cria o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Lei 11.516/2007, que define como uma de suas finalidades: “III - fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental”.

Embora existam diversos marcos legais e normas infralegais relacionados ao tema, não é nosso objetivo revisá-los detalhadamente neste trabalho. Entretanto, os exemplos citados evidenciam o reconhecimento da Educação Ambiental como um instrumento legal fundamental na gestão ambiental pública. Sua implementação é um dever do Estado e, ao mesmo tempo, um direito do cidadão, garantindo a capacitação para uma participação qualificada nos processos decisórios.

Ressaltamos nos nossos referenciais teóricos que nem toda abordagem de Educação Ambiental é eficaz para alcançar esses objetivos. Por isso, adotamos como base a vertente da Educação no Processo de Gestão Ambiental, desenvolvida no IBAMA nos anos 1990 (Quintas E Gualda, 1995), que propõe o desenvolvimento de capacidades (conhecimentos, habilidades e atitudes) para uma participação qualificada na gestão ambiental (IBAMA, *apud* QUINTAS, 2004, p.115).

A Educação Ambiental, nesse contexto, emerge como uma ferramenta para transformação social e individual. Ela visa possibilitar o enfrentamento dos modelos insustentáveis de consumo e produção, incentivando soluções dialogadas e problematizadoras para a crise ambiental e civilizatória planetária (QUINTAS, 2008, p.09).

Essa abordagem critica o modelo civilizacional vigente, que perpetua desigualdades e degradação ambiental e nesse contexto, os processos educativos são trabalhados em um espaço de gestão ambiental, que, por natureza, apresenta-se conflituoso, envolvendo diversos sujeitos no território. Sob essa perspectiva, a análise da problemática ambiental ocorre com base na complexidade do meio social, e o processo educativo adota uma postura dialógica, problematizadora e comprometida com as mudanças estruturais na sociedade. “Parte-se do pressuposto de que, ao participar de processos coletivos de transformação, os indivíduos também se transformam” (QUINTAS, 2008, p. 9).

No entanto, apesar das décadas de debates, mobilizações e conferências internacionais sobre as questões ambientais ao longo do século XX, os desafios persistem com força no século XXI. A sociedade global segue uma trajetória insustentável, marcada

pelo uso intensivo de combustíveis fósseis e por um consumismo exacerbado. A promessa de uma modernidade capaz de erradicar a miséria e a fome permanece não cumprida, enquanto a exploração desenfreada da natureza e a busca incessante pelo crescimento econômico continuam a agravar as mudanças climáticas, a ameaçar a biodiversidade e a ampliar as incertezas quanto à construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Dessa forma, a Educação Ambiental deve apontar para a criação de novos paradigmas, questionando o modelo de sociedade que perpetua crises ambientais e desigualdades globais.

Quanto ao que consideramos ao tratarmos da questão ambiental, é importante deixar absolutamente claro do que estamos falando:

A questão ambiental coloca em xeque o desdobramento produtivista (tanto na sua vertente liberal como socialista) de um projeto civilizatório de origem européia que tem na ideia antropocêntrica de *dominação da natureza* um de seus pilares (LEFF, 2006, p.171).

Com base nesses fundamentos, é possível buscar uma educação que promova a construção de novos sentidos, responsabilidades e horizontes claros para os processos educativos que qualifiquem a participação na gestão ambiental.

Esse é o maior desafio da educação na atualidade: o da responsabilidade – a tarefa de contribuir para este processo de reconstrução, educar para que os novos homens e mulheres do mundo sejam capazes de enfrentar a crise civilizatória, convertendo-a em um sentido para a existência, reencantando a vida e reconstruindo o mundo (LEFF, 2001, p.24).

A busca por esse reencantamento inclui conceitos como qualidade de vida e a participação ativa nos processos decisórios da gestão ambiental pública, diretamente ligados à vida dos cidadãos. Esse modelo de Educação Ambiental tem o potencial de reduzir as desigualdades em uma sociedade marcada por profundas desigualdades, como a brasileira.

(...) a Educação para a Gestão Ambiental, por definição, carrega implicitamente o potencial da formação e exercício da cidadania de uma determinada classe social – a mais afetada pelos riscos ambientais – no fortalecimento do espaço público, quando este está relacionado ao meio ambiente como local de vida cotidiana (QUINTAS, 2008, p.14).

Ao focar nas populações mais vulneráveis, busca-se fortalecer a democracia, incluindo vozes historicamente excluídas dos processos decisórios. “A participação democrática no destino da sociedade, como principal instrumento pedagógico, privilegia o interesse coletivo em detrimento dos direitos individuais” (LAYRARGUES, 2000, p.28).

O grande desafio atual consiste em fortalecer o interesse coletivo em uma sociedade cada vez mais inclinada ao individualismo, impulsionada pelo consumismo desenfreado. Nesse contexto, os indivíduos frequentemente experimentam uma sensação de frustração por não possuírem tudo o que desejam, o que alimenta ainda mais a ânsia pelo consumo. A educação ambiental que defendemos deve atuar no sentido de romper com esse ciclo vicioso, que leva ao esgotamento dos recursos naturais e à produção descontrolada de resíduos.

A gestão ambiental, que envolve o território e suas territorialidades, é o espaço onde o sujeito constrói sua história. Os processos educativos devem partir da realidade do indivíduo, de seu cotidiano e de sua relação com o meio. Nosso objetivo é desenvolver processos educativos que promovam a emancipação e a autonomia dos sujeitos, em contraposição a uma educação meramente tecnicista e reprodutora do racionalismo consolidado pela modernidade.

Não é nosso propósito no momento descrever toda a metodologia da Educação no Processo de Gestão Ambiental, mas, para deixar mais claro seus passos, é importante destacar:

A essência do planejamento de um Projeto de Educação Ambiental na Gestão Ambiental Pública está na resposta a cinco perguntas: o que fazer (Objetivos), com base em que (Concepção Pedagógica), com quem (Sujeito da Ação Educativa), em que contexto (Socioambiental e Legal), como fazer (Concepção Metodológica), que durante a formulação da proposta dialogam entre si o tempo todo. A partir da resposta a essas perguntas dimensionam-se Equipe, Metas, Custos e Cronogramas (QUINTAS, 2019, p.12).

Antes de iniciarmos a discussão sobre a importância da participação na gestão ambiental pública e sua relação com os conceitos da Educação Popular, consideramos relevante destacar brevemente o que Paulo Freire aborda sobre a questão ambiental:

(...) urge que assumamos o dever de lutar pelos princípios éticos mais fundamentais, como o respeito à vida dos seres humanos, à vida dos outros animais, à vida dos pássaros, à vida dos rios e florestas (...) a ecologia ganha uma importância fundamental neste fim de século. Ela precisa estar presente em qualquer prática educativa de caráter social, crítico e libertador (FREIRE, 2000, p.67).

A participação na gestão ambiental pública, como já discutido, é um direito do cidadão. A Política Nacional de Educação Ambiental, regulamentada pela Lei nº 9795/99, estabelece no Art. 5º, inciso IV, entre seus objetivos fundamentais: “O incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania” (BRASIL, 1999, p.1).

A abordagem de participação que almejamos nesse entrelaçamento entre educação popular e educação ambiental busca formar sujeitos ativos, protagonistas de suas ações. Inspiramo-nos na visão de um povo que "descruza os braços, renuncia a ser mero espectador e exige participação, não mais se contentando em assistir, mas buscando decidir" (FREIRE, 1983, p. 66).

Para garantir que a educação ambiental tenha um caráter emancipatório, os princípios educacionais da Educação Popular são fundamentais. Não se trata de um ensino exclusivamente teórico, mas de um processo de intervenção direta na gestão ambiental pública. Essa intervenção deve permitir que sujeitos populares elaborem projetos educativos que busquem ocupar espaços nos processos decisórios relacionados ao mundo natural. Nesse sentido:

(...) a *educação popular* emerge como um *movimento* de trabalho político com as classes populares por meio da educação. Ela pretende ser uma retotalização de todo o projeto educativo, desde um ponto de vista popular. A diferença entre a educação popular e outras concepções está, em primeiro lugar, na origem de poder e no projeto político que submete o agenciamento, o programa e a prática de um tipo específico de educação dirigida às classes populares. Está, em segundo lugar, no modo como o educador pensa a si mesmo e o *projeto de educação*, no sentido mais pleno que estas palavras podem ter (BRANDÃO *et al*, 2009, p.27).

Moacir Gadotti (2000), ao propor a ecopedagogia como desdobramento da educação popular, afirma que a educação ambiental deve formar sujeitos ecológicos comprometidos com a transformação social. Brandão (2002) complementa ao destacar que educar-se ambientalmente é também educar-se nos vínculos com o território e com os modos de vida locais. Assim, a educação ambiental inspirada na educação popular assume um papel político, voltado à superação das injustiças socioambientais, como enfatizam também Carvalho (2001) e Layrargues (2000).

Tanto na Educação para a Gestão Ambiental quanto na Educação Popular, não estamos tratando de um modelo tradicional de ensino, mas de processos educativos que conduzam à ação e à reflexão, fundamentados na práxis:

Fora dessa práxis, desta forma especial de dialética ação-reflexão, o conhecimento resulta idealista e o fazer torna-se meramente mecânico e irrefletido, porque "o ato de conhecer envolve um movimento dialético que vai da ação à reflexão sobre ela" e desta para uma nova ação. É a mesma dialética que se desenrola entre o fazer e o saber, entre a linguagem e a ação, a palavra e o trabalho, porque não pode haver pronúncia do mundo sem a consciente ação transformadora sobre este (FREIRE, 1996, p.50).

Na práxis da Gestão Ambiental, a realidade muitas vezes parece inalterável diante do poder econômico e das forças que se apropriam dos bens ambientais. No entanto, a

Educação Popular pode atuar desafiando essa aparente imutabilidade e criando oportunidades de enfrentamento, transformação e emancipação. Para que isso ocorra, é fundamental mobilizar conhecimentos, habilidades e atitudes no cotidiano dos educandos, promovendo intervenções qualificadas, possibilitando não apenas a aprendizagem, mas também a obtenção de resultados concretos na conservação do meio ambiente e na melhoria da qualidade de vida. Nesse sentido, é relevante a reflexão de Dourojeanni:

A questão da qualidade de vida reforça que a conservação ambiental não é um debate apenas de sobrevivência: A proteção da natureza não se faz apenas para garantir a nossa sobrevivência, tampouco como objetivo principal de lucrar com ela; a proteção da natureza é antes de tudo uma necessidade moral essencial (...) é parte de nossa identidade como habitantes da terra (DOUROJEANNI, *apud* MILANO, 2002, p.203).

Os princípios da Educação Popular, ao considerarem a leitura da realidade do educando e promoverem ação e reflexão, estão alinhados à abordagem da educação ambiental na gestão pública e de que "o mundo não é, está sendo" (Freire 2017, p. 74)

A participação social qualificada, nesse contexto, deve ser entendida não apenas como presença física em espaços institucionais, mas como capacidade de incidir nos processos decisórios com base em saberes construídos coletivamente, experiências territoriais e práticas de resistência na busca pelo que lhe é de direito, reconhecendo os ferramentais para sua luta em defesa da qualidade de vida dos sujeitos do território. Nesse sentido a participação qualificada não garante a participação efetiva, no sentido de assegurar as demandas levantadas, mas sem ela as chances de alcance ficam muito reduzidas.

A educação ambiental crítica, ao dialogar com a educação popular, contribui para essa qualificação ao promover processos formativos pautados na problematização da realidade, na escuta ativa, na valorização dos saberes locais e na construção de práticas emancipadoras (FREIRE, 1996; BRANDÃO, 2002).

O caminho da Educação Ambiental deve, portanto buscar transformações capazes de reduzir assimetrias nos processos decisórios que impactam diretamente tanto a natureza quanto a dignidade humana no planeta. Ao qualificar a participação por meio de processos educativos, contribuimos para o fortalecimento da gestão ambiental ao favorecer uma maior inclusão de sujeitos na formulação de políticas públicas. Essas políticas, por sua vez, devem assegurar o uso sustentável dos bens ambientais, conciliando conservação e qualidade de vida.

CAPÍTULO 4 – ESTUDO DE CASO: CURSO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

“Lucro
Máquina de louco
Você para mim é lucro
Máquina de louco
Tire as construções da minha praia
Não consigo respirar
As meninas de minissaia
Não conseguem respirar
Especulação imobiliária
E o petróleo em alto mar...”

(Lucro, Russo Passapusso / Mintcho Garrammone)

A epígrafe que abre este capítulo foi escolhida por tratar de conflitos por territórios a beira mar, disputa que levou a pescadora Ana Paula, com atuação profissional na Comunidade Pesqueira da Ilha da Croa, onde está a APA Costa dos Corais, a se inscrever no II Curso de Gestão Socioambiental, realizado pelo ICMBio. A disputa se dá pelo acesso e uso das zonas de praia e de visitação turística, contrapondo a atividade de pesca ao turismo e à especulação imobiliária, e onde pescadoras e pescadores perdem os espaços para guardar seus petrechos de pesca e embarcações e o acesso às praias. Considera-se, importante também, nesses tempos, destacar a questão da extração petróleo em alto mar. Será um dos dois projetos analisados neste capítulo, o outro trata do uso do fogo na Serra da Canastra. Conflitos socioambientais que têm, como origem, como vimos nos outros capítulos no “Você pra mim é lucro, Máquina de louco”, que questiona os limites do modelo capitalista na relação sociedade natureza

4.1 Introdução ao Curso de Gestão Socioambiental

Como já discutido no capítulo introdutório desta tese, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, tem como atribuições a execução da política nacional de unidades de conservação federais, a conservação de espécies ameaçadas, bem como o

desenvolvimento de programas voltados à pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade, além da promoção da educação ambiental.

Dentre as estratégias adotadas pelo ICMBio para o cumprimento de seus objetivos institucionais, tem-se a oferta de cursos de formação para seus servidores, no âmbito da chamada educação corporativa. Esses cursos são planejados pelas diretorias do órgão com base nas demandas de capacitação identificadas pelos próprios servidores, consolidadas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP). A execução das ações formativas é responsabilidade da ACADEBio, centro de formação localizado em Iperó (SP), na Floresta Nacional de Ipanema, unidade de conservação sob gestão do ICMBio.

Até 2022, a missão institucional da ACADEBio era: “Promover a construção e difusão de conhecimentos para a conservação da sociobiodiversidade por meio de processos educacionais” (ICMBio, documento interno). Essa missão evidencia que os processos formativos vão além da capacitação interna, alcançando também servidores de outras instituições do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) que abrange esferas federal, estadual e municipal, além de outros atores sociais envolvidos na gestão ambiental pública nos territórios de atuação do ICMBio.

A estrutura organizacional do ICMBio compreende quatro diretorias, entre as quais a Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação (DISAT). No âmbito da DISAT, encontra-se a Coordenação-Geral de Gestão Socioambiental (CGSAM), cuja composição, em 2022, incluía a Coordenação de Gestão de Conflitos Territoriais, a Divisão de Gestão Participativa e Educação Ambiental e o Serviço de Voluntariado. Conforme descrito em documentos institucionais, o foco da CGSAM é “promover o diálogo e institucionalizar um conjunto de políticas relacionadas com a gestão territorial, conservação e desenvolvimento socioambiental, fundamentadas nos princípios da Educação Ambiental” (ICMBio, documento interno).

Desde 2010, a CGSAM tem desenvolvido processos educativos com duplo propósito: integrar a educação corporativa institucional e ampliar a capacitação de servidores de outras instituições, bem como de sujeitos sociais que, mesmo não atuando diretamente em órgãos públicos, são impactados pelas decisões relacionadas à gestão ambiental. Nesse contexto, foram promovidos, entre 2010 e 2012, os primeiros cursos em três frentes distintas: Gestão Participativa (2010/2011), Educação Ambiental (2011) e Gestão de Conflitos Territoriais (2012).

Até 2014, esses cursos eram ofertados separadamente, até que foi elaborado um projeto de unificação. A partir de então, foi criado o Ciclo de Formação em Gestão

Socioambiental (GSA), com o objetivo de integrar os três eixos formativos (Gestão Participativa, Educação Ambiental e Gestão de Conflitos Territoriais). O I GSA ocorreu em 2014, com módulos comuns e trilhas específicas, em Gestão Participativa e Educação Ambiental. Em 2015, durante o II GSA, a trilha de Gestão de Conflitos foi incorporada. Essa estrutura se manteve nas edições seguintes (como o III GSA), até que, em 2019, foi adotado um formato totalmente integrado, consolidando as três linhas em um único curso. O IV GSA foi realizado entre agosto de 2019 e dezembro de 2021. Devido à pandemia, os dois últimos módulos foram ofertados a distância, o que comprometeu parte das atividades, dada à centralidade da convivência e da troca de experiências entre os participantes, proporcionada pela imersão em espaço comum, conforme prevista no curso.

Entre 2010 e 2022, aproximadamente 400 pessoas foram capacitadas por esse processo formativo, dentre servidores públicos e representantes de povos e comunidades tradicionais. O curso tem como objetivo central “fortalecer a participação qualificada na gestão ambiental pública, por meio de uma compreensão crítica do contexto histórico e sociopolítico dos territórios de atuação” (ICMBio, Plano de Curso II GSA).

A formação é voltada exclusivamente para adultos, baseada na Educação Popular, com ênfase no pensamento de Paulo Freire, e na perspectiva da Educação Ambiental Crítica, especialmente na abordagem da Educação no Processo de Gestão Ambiental (Quintas & Gualda), conforme discutido no Capítulo 3. Um dos principais eixos metodológicos do curso é a elaboração de um projeto de intervenção, desenvolvido pelos próprios cursistas para implementação em seus contextos de atuação. Esses projetos, acompanhados por uma equipe pedagógica, visam aplicar os conhecimentos adquiridos, articulando saberes locais e coletivos, com foco na conservação da natureza e na melhoria da qualidade de vida, conforme a proposta de Leff (2003, p. 25), que defende uma metodologia que “integre os potenciais da natureza, os valores humanos e as identidades culturais em práticas produtivas sustentáveis”.

O objetivo maior da formação é preparar gestores ambientais, entendidos como todos aqueles envolvidos com a gestão do meio ambiente, sejam servidores públicos ou representantes da sociedade civil, para uma atuação ativa, qualificada e democrática nos espaços de decisão que envolvem o uso, apropriação e conservação dos recursos naturais. Por isso, adota-se uma abordagem crítica da Educação Ambiental, entendida como instrumento de emancipação social e de participação cidadã.

Nesse sentido, concorda-se com Reigota ao afirmar que:

A educação ambiental deve estar comprometida com a ampliação da cidadania, da liberdade, da autonomia e da intervenção direta dos cidadãos e das cidadãs na busca de soluções e alternativas que permitam a convivência digna e voltada para o bem comum. (...) O que deve ser considerado prioritariamente na educação ambiental é a análise das relações políticas, econômicas, sociais e culturais entre a humanidade e a natureza e as relações entre os seres humanos, visando à superação dos mecanismos de controle e de dominação que impedem a participação livre, consciente e democrática de todos (REIGOTA, 2009, p. 13).

Para uma melhor compreensão do curso, será apresentada a seguir uma análise mais detalhada do Plano de Curso do III GSA, o último antes da unificação completa das três linhas formativas, que continha bases comuns, mas ainda mantinha especificidades em cada uma das três áreas.

Para entendermos de maneira mais aprofundada a proposta formativa, este tópico apresenta excertos que evidenciam os objetivos e a metodologia do III Curso de Gestão Socioambiental (III GSA). O Plano de Curso, que se encontra anexado a esta tese, está estruturado em seções que abordam: apresentação institucional, justificativa, dados gerais e, posteriormente, capítulos que detalham as três linhas formativas e suas especificidades, finalizando com os módulos comuns e o seminário de encerramento.

A apresentação do plano destaca que o ICMBio:

(...) vem investindo na capacitação de seu quadro de servidores com vistas ao alcance de seus objetivos institucionais e no fortalecimento da gestão das 325 unidades de conservação federais que estão sob sua responsabilidade, bem como na elaboração e execução de planos de ação de espécies ameaçadas de extinção (ICMBio, 2017, p. 3).

A justificativa reforça a missão do Instituto Chico Mendes de “proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental”, enfatizando a importância da formação de servidores públicos e demais atores estratégicos na gestão da biodiversidade, com vistas à gestão socioambiental e territorial, fortalecendo a interlocução entre a autarquia e a sociedade. Essa concepção está alinhada com a perspectiva da Educação Ambiental Crítica, que, segundo Layrargues e Lima (2011), deve possibilitar a leitura crítica do contexto socioambiental e fomentar a participação política em processos de transformação social.

O III Curso GSA foi estruturado em quatro módulos presenciais, realizados em períodos de duas semanas, distribuídos entre os anos de 2017 e 2018, além de um seminário de encerramento. Cada módulo presencial foi precedido por uma etapa a distância, com carga horária de 20 horas:

- **Módulo 1 – Fundamentos da Gestão Socioambiental:** comum às três linhas formativas, com 80 horas de duração;

- **Módulo 2** – formação específica para cada linha (Gestão Participativa, Educação Ambiental e Gestão de Conflitos), também com 80 horas;
- **Módulos 3 e 4** – realizados em conjunto, com 40 horas cada, abordando os temas de Planejamento e Comunicação;
- **Seminário de encerramento** – 40 horas, destinado à apresentação dos projetos de intervenção desenvolvidos pelos participantes.

Objetivos do curso

Objetivo Geral: Contribuir para a formação de servidores do ICMBio e de outros atores sociais envolvidos com a conservação da biodiversidade, para atuarem na Gestão Ambiental Pública a partir de uma compreensão crítica do contexto histórico e sociopolítico de seus territórios de atuação, estimulando a articulação entre os diferentes atores sociais, com vistas ao fortalecimento da participação social, em consonância com os objetivos e missão institucional do ICMBio (ICMBio, 2017, p. 3).

Objetivos específicos: a) Contribuir para a formação de servidores do ICMBio e outros atores sociais, possibilitando o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes voltadas à gestão ambiental participativa; b) Fortalecer os instrumentos da Gestão Ambiental Pública por meio da ampliação e qualificação da participação social em sua elaboração e implementação; c) Fomentar espaços de articulação entre os participantes, promovendo intervenções qualificadas em seus territórios de atuação; d) Implementar processos educativos e de facilitação de dinâmicas participativas e de gestão de conflitos em Unidades de Conservação federais, que propiciem reflexões sobre as tensões inerentes à prática social, reforçando valores como solidariedade, diálogo, lealdade, cooperação, respeito à diversidade e ao uso sustentável dos recursos naturais, em busca de uma ordem social justa e democrática; e) Estimular a integração das Unidades de Conservação em seus contextos regionais; f) Aprimorar o diálogo entre os diversos atores envolvidos na Gestão Ambiental Pública; g) Fortalecer a prática de monitoramento, avaliação, registro e divulgação de processos da gestão ambiental (ICMBio, 2017, p. 4).

O curso teve como meta a formação de 60 gestores socioambientais, entre servidores do ICMBio e demais atores sociais envolvidos na gestão, “com conhecimentos, habilidades e atitudes para o fortalecimento da participação social na gestão ambiental da biodiversidade” (ICMBio, 2017, p. 5).

Como parte integrante da metodologia, previu-se o desenvolvimento de projetos de intervenção nos territórios de atuação dos cursistas, com foco em processos educativos, fortalecimento de espaços participativos e mediação de conflitos socioambientais. Essa proposta dialoga com a concepção de Paulo Freire (1996), ao entender a educação como prática da liberdade e processo de tomada de consciência crítica do mundo vivido. Também se alinha à perspectiva metodológica defendida por Quintas (2009), que propõe

a Educação no Processo de Gestão Ambiental como prática social situada, comprometida com a transformação dos territórios.

Os conteúdos detalhados de cada módulo podem ser consultados no plano de curso anexado a esta tese. Essa proposta formativa resultou na elaboração de diversos projetos implementados em distintos biomas brasileiros, por servidores públicos e representantes de povos e comunidades tradicionais, todos participantes ativos do curso. A diversidade das experiências evidencia a capilaridade da formação, que alcançou desde extrativistas florestais e pescadores de reservas extrativistas no litoral baiano e nos manguezais paraenses, até analistas ambientais e técnicos vinculados ao SISNAMA.

Nesse sentido, a prática pedagógica dos cursos GSA reforça a ideia de Leff (2003, p. 25) de que a sustentabilidade exige "uma racionalidade ambiental que integre os potenciais da natureza, os valores humanos e as identidades culturais em práticas produtivas sustentáveis". Assim, a elaboração de projetos como instrumento metodológico fortalece o enraizamento territorial da formação e amplia sua efetividade como prática transformadora.

Neste capítulo da tese, com base na metodologia de Estudo de Caso e na Análise de Conteúdo, serão apresentados dois projetos desenvolvidos por cursistas. A análise se baseará nos próprios projetos e em entrevistas semiestruturadas com os envolvidos, buscando compreender as percepções sobre os impactos concretos da formação recebida no contexto de atuação de cada um.

4.2 Estudos de casos selecionados dos Cursos GSA em Unidades de Conservação

Os estudos de caso selecionados entre os projetos dos cursistas abrangem contextos distintos: o primeiro, desenvolvido em uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, a Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais, foi realizado por uma representante de comunidades tradicionais, com foco na melhoria da qualidade de vida local. O segundo ocorreu no Parque Nacional da Serra da Canastra, uma Unidade de Proteção Integral, com foco prioritário na conservação da natureza, sob responsabilidade de um analista ambiental do ICMBio. A intenção foi diversificar tanto na categoria da unidade de conservação quanto no cursista responsável pela intervenção, para verificar as diversas possibilidades de alcance do curso.

4.2.1. Projeto de Intervenção na APA Costa dos Corais

A Área de Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais, localizada entre os estados de Alagoas e Pernambuco, foi instituída por meio de decreto federal em 23 de outubro de 1997, com o objetivo de proteger a biodiversidade dos recifes de coral e remanescentes de manguezais, assegurando a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. A unidade abrange uma área de 413.563 hectares, distribuída ao longo de 135 km do litoral, estendendo-se por até 18 milhas náuticas mar adentro, e contempla 13 municípios; quatro em Pernambuco e nove em Alagoas, alcançando a capital Maceió.

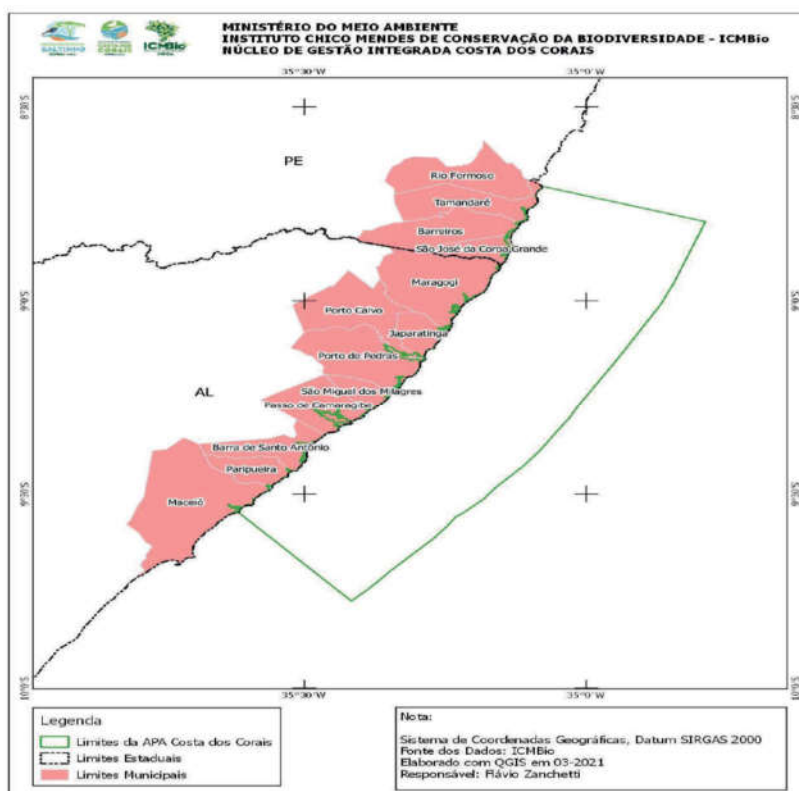


Figura 3: Mapa da APA Costa dos Corais

Nos termos do artigo 15 da Lei n.º 9.985/1998, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC):

Art. 15. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL, 1998).

Portanto, pelo SNUC tem-se que o objetivo básico seja proteger a diversidade biológica, especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar dos sujeitos do território. As APAs são Unidades de Conservação que podem ser compostas de

territórios públicos e privados, mas, diferentemente da maioria, a APA Costa dos Corais está totalmente inserida em área pública. Sua extensão marinha inclui praias, estuários e o mar, ecossistemas fundamentais para a subsistência e geração de renda das populações locais. Os objetivos de conservação da APA Costa dos Corais são descritos no Plano de Manejo e no decreto de criação da unidade. Eles incluem:

1. Garantir a conservação dos recifes coralígenos e de arenito, com sua fauna e flora associadas.
2. Manter a integridade do habitat e preservar a população do peixe-boi marinho (*Trichechus manatus*), espécie ameaçada de extinção.
3. Proteger os manguezais em toda a sua extensão, situados ao longo da costa.
4. Conciliar os usos diretos (como a pesca artesanal) e indiretos (como o turismo e a pesquisa) com a conservação ambiental, promovendo o uso sustentável dos recursos naturais.
5. Assegurar a integridade dos ambientes frágeis e, conseqüentemente, das espécies ameaçadas existentes ao longo da APA.



Fig 4: Banco de recifes APA Costa dos Corais

Contudo, a ocupação desordenada tem ocasionado crescente degradação ambiental, afetando tanto a biodiversidade quanto a qualidade de vida dessas comunidades. As principais disputas ambientais e territoriais concentram-se na apropriação das faixas de praia, no uso dos arrecifes, onde há conflitos entre turismo e pesca, e na ocupação indevida dos manguezais, ecossistemas essenciais para a reprodução

de espécies marinhas e para a atividade pesqueira artesanal. A conservação de um ambiente extremamente biodiverso e, ao mesmo tempo, frágil, está no centro dessas disputas.

O projeto desenvolvido pela cursista Ana Paula de Oliveira Santos, mulher pescadora residente Barra de Santo Antônio, visa “contribuir para o fortalecimento da ação coletiva e estratégica das comunidades, com vista a garantir o acesso e o uso do território pesqueiro no município de Barra de Santo Antônio/AL, na APA Costa dos Corais”. (projeto de curso Ana Paula curso GSA, em anexo na tese)

Ana Paula foi aluna da linha de Educação Ambiental do II GSA e, na metodologia do curso era solicitado a identificação de conflitos ambientais e os sujeitos estratégicos e prioritários para, através de um processo de intervenção em educação ambiental, contribuir com a qualificação da participação visando à gestão do conflito em busca de melhorias da qualidade de vida e da conservação da biodiversidade do território. A descrição do conflito e dos sujeitos prioritários em seu projeto foi a seguinte:

O conflito socioambiental mais evidente na Comunidade Pesqueira da Ilha da Croa é a disputa pelo acesso e uso das zonas de praia e de visitação turística, contrapondo a atividade da pesca ao turismo. Como efeito deste conflito, pescadoras e pescadores, perdem os espaços para guardar seus petrechos de pesca e as embarcações, e perdem os acessos às praias. Percebe-se, neste movimento, uma constante ameaça à conservação ambiental da região e um processo de exclusão social das comunidades locais. Na Barra de Santo Antônio, a atual experiência de desenvolvimento do turismo não tem favorecido a inclusão social, a geração de emprego e renda e a melhoria da qualidade de vida, favorecendo atores de outras municipalidades (SANTOS, 2017, p. 02)

Os sujeitos prioritários para o desenvolvimento do projeto foram “20 famílias de pescadoras e pescadores da Ilha da Crôa, por serem estes mais impactados com o conflito e podem mobilizar outras famílias” e, os motivos para essa escolha, foi “está relacionado ao motivo deste grupo vivenciar ao longo dos anos a perda de espaço no território pesqueiro. Buscando assegurar o direito da pesca artesanal, que garante os direitos das famílias de pescadores/as permanecerem no seu território”. (Santos, 2017, p.04)



Figura 5: Jangada da pesca artesanal na APA Costa dos Corais

Como analista ambiental da Apa Costa dos Corais presenciei, algumas vezes, proprietários de casas de veraneio a beira mar pressionando pescadores e mesmo órgãos públicos, com vistas a retirar da praia, pequenas barracas construídas com palhas de coqueiros e madeira onde guardavam seus petrechos de pescas e embarcações. O projeto em questão visava então garantir esse acesso as pescadoras e pescadores do território.

Os resultados esperados com a elaboração do projeto eram: “Negociação e construção de termos de compromisso (TC/TAC) e termo de autorização de uso sustentável (TAUS) no território pesqueiro e Fortalecimento da organização da comunidade pesqueira da Ilha da Crôa” (SANTOS, 2017, p.03)

Conforme a metodologia do curso para a construção do projeto foi solicitada a elaboração dos objetivos de aprendizagem que o processo de intervenção pedagógica buscava alcançar. Foram elencados 4 objetivos:

1. Compreender a ocupação histórica, os modos de vida e a cultura pesqueira local na Barra de Santo Antônio.
2. Conhecer a APA Costa dos Corais e a sua importância para a gestão ambiental pública e a gestão participativa da pesca.
3. Conhecer a legislação e os instrumentos de gestão específicos para o gerenciamento costeiro e a garantia dos territórios pesqueiros.
4. Elaborar um Plano de Ação, visando a construção de um termo ou acordo de compromisso com os envolvidos no conflito e termos de autorização de uso sustentável. (Santos, 2017, p.05)

Os procedimentos metodológicos para alcançar esses objetivos foram muito diversos incluíram: exposições dialogadas, debates com a comunidade, mesas redondas e oficina de planejamento.

Conforme previsto na metodologia da tese, para averiguarmos a execução de projeto e avaliarmos sua relevância para a gestão ambiental pública, foi realizada uma entrevista semiestruturada, e trabalhada através da análise de conteúdo. A entrevista integral se encontra no anexo da tese, incluiremos aqui alguns trechos relevantes para nosso objeto de estudo.

4.2.1.1 de Conteúdo: Entrevista com Ana Paula Oliveira Santos (Ana Paula)

A análise da entrevista com Ana Paula, liderança comunitária participante do II Curso de Gestão Socioambiental do ICMBio, foi realizada com base na metodologia proposta por Bardin (2011), composta por três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A partir da transcrição, leitura aprofundada e classificação temática foram produzidas duas tabelas analíticas que orientam a leitura qualitativa dos principais eixos temáticos emergentes: a Tabela 1 apresenta uma **síntese interpretativa**, que dá liberdade para que possamos fazer nossas interpelações mais livremente e a Tabela 2, uma **síntese teórico-interpretativa**, que relaciona os achados empíricos e se busca uma construção junto aos referenciais da Educação Ambiental Crítica e da participação qualificada de forma a embasar teoricamente as conclusões a serem elaboradas. Tal separação foi realizada para facilitar as interpretações dos conteúdos à luz dos referenciais teóricos.

Tabela Síntese interpretativa da entrevista com Ana Paula

Trechos-chave (citação resumida)	Tema Central	Subtemas / Assuntos	Interpretação / Conexão para a Análise
“A partir desse material que a gente criou, a gente conseguiu multiplicar esse conteúdo com outros jovens, com outras mulheres...”	Multiplicação de saberes	Material didático e oficinas	O curso fomentou a autonomia local e o protagonismo pedagógico das comunidades.
“A gente não teve só o conteúdo técnico, teve o	Educação ambiental	Formação crítica e emancipatória	A formação propiciou uma compreensão

conteúdo político, o conteúdo teórico e metodológico...”			ampliada da gestão ambiental.
“A gente trazia o que a gente já fazia na comunidade e pensava junto com os facilitadores...”	Valorização dos saberes tradicionais	Intercâmbio de conhecimentos	O diálogo entre saberes foi valorizado como princípio pedagógico.
A gente conseguiu realizar oficinas, vídeos, cartilhas, envolver jovens e mulheres...	Impactos concretos	Projetos e ações comunitárias	A formação gerou desdobramentos efetivos na prática comunitária.
A gente não participou da elaboração do curso... então muita coisa vinha pronta...	Representatividade	Participação na formulação	Há um desafio de ampliar a escuta ativa dos sujeitos populares nos processos formativos.

Tabela 1: Síntese Interpretativa Ana Paula

Tabela Téorico Interpretativa

Excerto da fala de Ana Paula	Categoria temática	Eixo analítico	Interpretação
“A gente percebeu que o curso trouxe muito essa coisa da valorização do que a gente já fazia.”	Valorização dos saberes tradicionais	Saberes tradicionais	O curso reconhece práticas já existentes nas comunidades, promovendo um diálogo de saberes em sintonia com Freire (1996) e Leff (2001).
“Com o material em mãos, a gente conseguiu fazer oficina em várias comunidades.”	Difusão do conhecimento	Educação ambiental crítica	O material didático funciona como instrumento de emancipação coletiva,

			fortalecendo o protagonismo local — Freire (1996), Reigota (2009).
“A gente teve uma ampliação da atuação das mulheres... e os jovens passaram a ver a gestão como um campo de atuação.”	Protagonismo de mulheres e jovens	Participação qualificada / Protagonismo comunitário	Reflete o fortalecimento da cidadania ativa e da representatividade social — Avritzer (2002), Carvalho (2008).
“Eu mesma uso o que aprendi no curso no meu mestrado... e também nas reuniões da rede de jovens e mulheres.”	Formação como ferramenta de atuação política	Educação como emancipação	A formação é articulada à ação política e à produção de conhecimento crítico, conforme defende Paulo Freire (1996).
“Acho que falta ter mais gente como a gente pensando o curso... precisamos estar desde a construção.”	Representatividade nos processos formativos	Gestão participativa / Justiça epistemológica	Critica a ausência de representatividade na elaboração dos cursos, apontando para a necessidade de um processo mais horizontal e democrático — Layrargues (2012).
“A gente não parou depois do curso. Continuamos os projetos, articulamos outros com base nele.”	Resultados concretos e continuidade da atuação	Efetividade / Educação transformadora	Demonstra impactos de médio e longo prazo, com reverberação prática e institucional — Leff (2003), Porto-Gonçalves (2006), Jacobi (2003).

Tabela 2: Téorico Interpretativa Ana Paula

4.2.2.2 Análise textual com excertos e interpretação teórica

A entrevista com Ana Paula revela a potência transformadora do Curso de Gestão Socioambiental, do ICMBio, como instrumento de formação política, valorização dos

saberes locais e fortalecimento da participação qualificada em contextos comunitários e institucionais. Sua fala articula-se com diversos conceitos-chave da Educação Ambiental Crítica, apontando para efeitos concretos da formação em sua trajetória pessoal, acadêmica e política. Logo no início, ela destaca a **valorização dos saberes tradicionais**:

“A gente percebeu que o curso trouxe muito essa coisa da valorização do que a gente já fazia. Então, coisas que a gente já fazia como liderança, como comunitário, passaram a ser vistas como importantes. Isso dá força.”

(Entrevista Ana Paula Oliveira Santos)

Essa percepção reforça o princípio da justiça epistemológica, ao reconhecer a legitimidade do conhecimento comunitário. Dialoga com o que Leff (2001) chama de *racionalidade ambiental*, na qual, saberes locais são essenciais para uma gestão sustentável do território. Também se conecta ao pensamento de Paulo Freire (1996), quando propõe uma educação que parte do mundo vivido para construir uma consciência crítica.

Outro ponto enfatizado é a difusão do conhecimento, possibilitada pelo material didático: “Com o material em mãos, a gente conseguiu fazer oficina em várias comunidades. O material ajudou muito porque tem linguagem simples, mas fala de coisas muito sérias... a gente usava ele até com os jovens.” Aqui se evidencia a função pedagógica emancipadora do curso. O material atua como meio para promover o protagonismo dos sujeitos e a ampliação da capacidade de leitura crítica da realidade, numa perspectiva freireana. Como defende Reigota (2009), a educação ambiental deve priorizar a análise das relações de poder, bem como possibilitar a intervenção transformadora nos territórios.

A importância do curso na formação de novos sujeitos políticos, especialmente mulheres e jovens, é recorrente: “A gente teve uma ampliação da atuação das mulheres, que passaram a se sentir mais à vontade para falar, organizar encontros. E os jovens passaram a ver a gestão como um campo de atuação.” Essa afirmação evidencia a formação de sujeitos autônomos e críticos. O curso contribui para uma educação política de base, pautada na equidade e no fortalecimento da participação. Isso se aproxima da concepção de participação qualificada proposta por Avritzer (2002), em que os sujeitos não apenas ocupam espaços, mas incidem nas decisões coletivas com legitimidade.

A entrevistada Ana Paula também ressalta os desdobramentos acadêmicos e institucionais de sua formação: “Eu mesma uso o que aprendi no curso no meu mestrado... e também nas reuniões da rede de juventude e mulheres pescadoras. Ajudou muito para

organizar as ideias.” Isso revela a efetividade do curso enquanto ferramenta de transformação pessoal e coletiva, ao articular teoria e prática. Conforme Quintas (2009), a educação ambiental não deve se restringir à sensibilização, mas sim, a atuar como prática social situada, que contribua para reorganizar as relações de poder nos territórios.

Por outro lado, ela aponta limitações no processo de elaboração dos cursos, com uma crítica clara à baixa representatividade das comunidades nos espaços decisórios: “Acho que falta ter mais gente como a gente pensando o curso... precisamos estar desde a construção.” Essa crítica está alinhada à noção de gestão participativa defendida por autores como Layrargues (2012) e Porto-Gonçalves (2006), que chamam a atenção para a necessidade de democratizar os processos pedagógicos desde a sua origem. Também remete à crítica decolonial à centralidade do saber técnico, em detrimento de outras formas de conhecimento.

Importante também destacar a continuidade da atuação pós-curso, um indicativo claro de efetividade: “A gente não parou depois do curso. Continuamos os projetos, articulamos outros com base nele. Não foi um curso que terminou e ficou no papel.” Essa continuidade demonstra a potência da formação na indução de processos duradouros. O curso, portanto, não se limita à dimensão formativa, mas contribui para modificar práticas e fortalecer redes de ação nos territórios — o que Leff (2003) entende como educação ambiental para a sustentabilidade.

A entrevista com Ana Paula evidencia, com clareza e força, como a formação proporcionada pelo Curso de Gestão Socioambiental do ICMBio pode produzir transformações significativas, tanto no plano individual quanto coletivo. A trajetória da entrevistada demonstra que a participação qualificada não é apenas um ideal normativo, mas uma prática concreta que se fortalece a partir de processos formativos críticos, territorializados e inclusivos.

Ao relatar os impactos do curso em sua atuação nas redes comunitárias, na produção de materiais educativos, na organização de oficinas com jovens e mulheres, e na continuidade de projetos pós-formação, Ana Paula mostra que a gestão ambiental pública se torna mais justa, efetiva e sustentável quando incorpora a escuta ativa e o protagonismo dos sujeitos locais.

A atuação de Ana Paula também se caracteriza pelo aumento do engajamento em redes sociais e movimentos comunitários, como no caso da Rede de Mulheres Pescadoras. “A gente começou a se articular em rede, em movimentos sociais, na luta das mulheres pescadoras, na luta pelo território... Isso foi um impacto muito forte”, relata. Tais

articulações ampliam o capital social da comunidade e contribuem para a construção de agendas coletivas em defesa do território e dos bens comuns. Nesse sentido, a participação qualificada vai além da presença formal nos espaços institucionais e passa a constituir uma prática de resistência ativa, conforme discutido por Avritzer (2002).

Adicionalmente, a entrevistada reforça o caráter político-pedagógico do curso como instrumento de defesa ambiental: “Esse curso chegou como um instrumento político-pedagógico que fortaleceu nossos processos, nossa atuação em defesa do território, das águas, da vida.” Essa fala revela um impacto direto na proteção dos recursos naturais, por meio da mobilização comunitária, da produção de conhecimento situado e da ampliação da consciência ecológica. Trata-se de uma atuação em consonância com os princípios da Educação Ambiental Crítica (LAYRARGUES & LIMA, 2011), que busca a transformação das relações sociais e ambientais por meio do protagonismo dos sujeitos históricos.

A fala de Ana Paula demonstra sua atuação como multiplicadora de processos formativos, ao afirmar: “Hoje eu sou educadora em um curso de formação política para juventude e mulheres das comunidades tradicionais costeiras e marinhas. E levo tudo isso que aprendi.” A multiplicação do conhecimento, com base na experiência vivida no curso GSA, indica a continuidade da formação para além de seu espaço original, contribuindo para o fortalecimento de lideranças locais e para a difusão de práticas socioambientais sustentáveis.

A análise da entrevista com Ana Paula também evidencia de forma clara o alcance e, em alguns aspectos, a superação dos objetivos propostos pelo Curso de Gestão Socioambiental do ICMBio. Tais objetivos, conforme delineado nos documentos institucionais do curso e na fundamentação teórica desta pesquisa, incluem: (i) a formação crítica e emancipatória de sujeitos socioambientais; (ii) a valorização dos saberes tradicionais e locais; (iii) a promoção da participação qualificada e efetiva em espaços de gestão pública; e (iv) a multiplicação dos conhecimentos produzidos no interior das comunidades e de forma interinstitucional. Um dos primeiros indícios do alcance desses objetivos aparece no relato sobre a apropriação e a disseminação do conteúdo formativo. Ana Paula destaca que, após concluir o curso, passou a multiplicar os conhecimentos adquiridos em oficinas voltadas a jovens e mulheres de sua comunidade.

Outro ponto relevante diz respeito à autonomia e ao protagonismo comunitário decorrente da formação. A criação de projetos como a Rede de Mulheres Pescadoras e ações educativas em escolas ribeirinhas são atribuídas diretamente aos aprendizados do

curso. Isso revela uma apropriação crítica e criativa do conteúdo, que se desdobra em práticas concretas de transformação social e ambiental. Tais resultados demonstram a potência do curso enquanto instrumento de educação ambiental crítica, como propõe Layrargues (2004), ao articular práxis, engajamento político e transformação das condições materiais e simbólicas dos sujeitos envolvidos.

Quanto à **participação efetiva**, que vai além da mera presença formal dos sujeitos nos espaços de gestão e decisão e só se realiza quando os sujeitos envolvidos dispõem de condições institucionais e cognitivas para atuar de forma deliberativa, o projeto de intervenção contribuiu diretamente para a construção, em parceria com o Ministério Público Federal (MPF) e outras instituições, de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) que reconhecem os modos de vida tradicionais e evitam processos de criminalização das práticas produtivas de comunidades pesqueiras. Essa ação representa um importante avanço na gestão participativa e na promoção da justiça socioambiental, pois insere os sujeitos formados pelo curso em arenas decisórias formais e juridicamente reconhecidas.

A participação na construção de TACs também evidencia o fortalecimento da articulação interinstitucional, um dos eixos estratégicos do Curso de Gestão Socioambiental e aponta para uma qualificação técnica e política das lideranças comunitárias, aptas a dialogar de forma crítica e propositiva com instituições do sistema de justiça ambiental. Essa atuação se alinha às concepções de Leff (2006) e Acsehrad (2010), que defendem a necessidade de institucionalizar os direitos dos povos tradicionais por meio de mecanismos de mediação jurídica construídos com base no diálogo de saberes e no reconhecimento da diversidade epistemológica dos territórios.

Por fim, ao sugerir que os comunitários também participem da elaboração dos cursos futuros – “É importante que os comunitários participem da construção do curso também”, Ana Paula revela um nível de consciência que transcende a lógica de receptor de conteúdos e reivindica um papel ativo na própria estruturação dos processos formativos. Esse posicionamento indica a assimilação de um princípio central da gestão participativa e da educação popular: o de que os sujeitos sociais são também sujeitos pedagógicos, capazes de construir conhecimento em diálogo com os saberes técnicos e institucionais (Carvalho, 2001; Quintas, 2009).

Assim, pode-se afirmar que a experiência da entrevistada Ana Paula expressa de forma exemplar os resultados esperados pelo Curso de Gestão Socioambiental do ICMBio, especialmente em sua vertente crítica e transformadora. Os efeitos observados

não se restringem à formação individual, mas reverberam em práticas comunitárias, redes de articulação e intervenções no campo das políticas públicas. Tais desdobramentos reforçam o caráter estratégico da educação ambiental como instrumento de gestão, emancipação e justiça socioambiental.

4.2.2 Projeto de Intervenção Parque Nacional da Serra da Canastra

Após o estudo sobre a o projeto de intervenção na APA Costa dos Corais, trabalharemos com o Projeto de intervenção “A valorização dos saberes tradicionais de manejo do fogo como ferramenta para gestão”, elaborado pelo cursista do III Curso GSA, na linha de gestão de conflitos, Fernando Tizianel, analista ambiental do ICMBIO. Como estamos trabalhando com a metodologia de estudo de caso, vamos fazer uma breve descrição da área do Parque Nacional da Serra da Canastra complementada pelo projeto de intervenção.

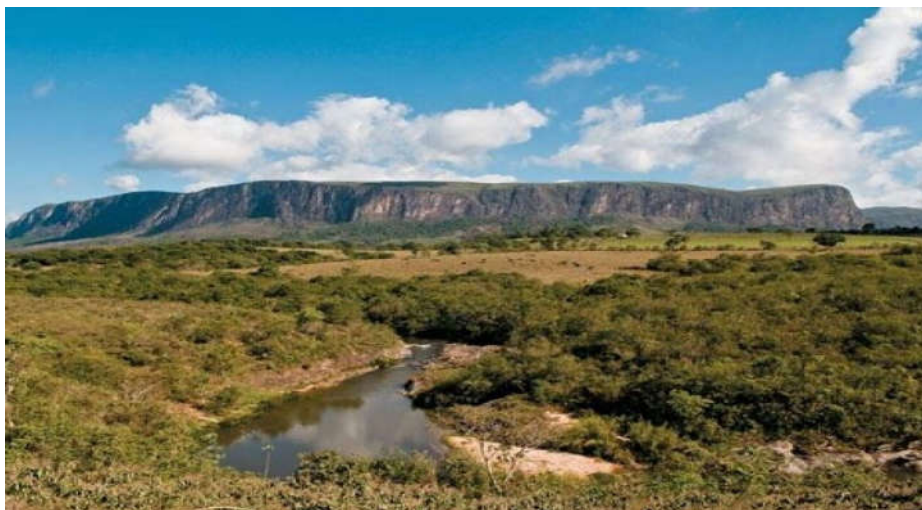


Fig 6 Serra da Canastra em formato que lembra um baú (canastra)

Parque Nacional da Serra da Canastra, criado pelo Decreto n.º 70.355, de 03 de abril de 1972, localiza-se no sudoeste de Minas Gerais, abrangendo seis municípios. A economia da região baseava-se predominantemente na agropecuária, atividade que foi gradualmente complementada pelo turismo regional. Com cerca de 93 mil hectares, o parque está inserido no domínio do Cerrado, sendo coberto por formações campestres, savânicas e florestais, além de extensas áreas de campos rupestres. Destacam-se dois grandes maciços, a Serra da Canastra e a Serra das Sete Voltas, com o vale dos Cândidos entre eles. A altitude varia de 900 a 1.496 metros, e o relevo acidentado, aliado à vegetação rasteira, proporciona paisagens de grande beleza cênica, com inúmeras

cachoeiras e a presença de espécies ameaçadas, como o tamanduá-bandeira, o lobo-guará e o veado-campeiro.

A principal motivação para a criação do Parque foi a proteção das nascentes do rio São Francisco, localizadas no seu chapadão — cuja forma se assemelha a uma "canastra", ou baú. No entanto, como ocorre com muitas Unidades de Conservação de proteção integral, a criação do parque implicou restrições de uso do território, afetando populações tradicionais que ainda enfrentam problemas de regularização fundiária. A ausência de alternativas econômicas, somada à limitação de práticas como o uso do fogo e da caça, provocou conflitos e a exclusão de parte da população local dos benefícios gerados pelo turismo ambiental.

Sem detalhar ainda o conteúdo do projeto desenvolvido, destaca-se que a intervenção realizada aborda o uso controlado do fogo, prática tradicional na agropecuária da região, buscando equilibrar saberes locais e critérios técnicos, de modo a prevenir impactos negativos à fauna e flora do parque.

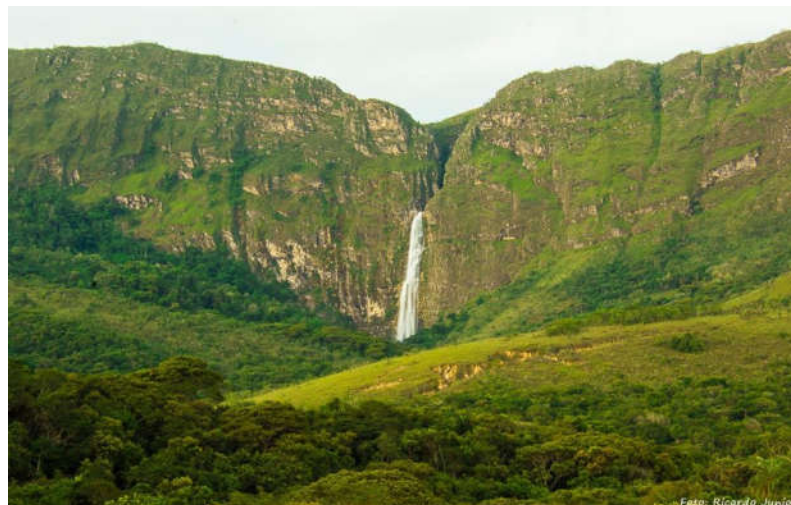


Figura 7: Casca D'Anta, cachoeira do Rio São Francisco, poucos quilômetros abaixo de sua nascente.

O uso do fogo constitui uma prática ancestral de manejo dos ecossistemas do Cerrado, desempenhando papel central na organização dos modos de vida de diversos grupos tradicionais e comunidades rurais. Longe de representar apenas uma ameaça ou um elemento destrutivo, o fogo tem sido historicamente utilizado como instrumento de cultivo, limpeza de áreas, renovação de pastagens, proteção contra incêndios maiores e manejo de espécies vegetais e animais. A convivência milenar com o fogo no Cerrado

resultou na constituição de um conhecimento tradicional ecológico profundamente enraizado nos territórios e ajustado às especificidades do bioma.

Na região da Serra da Canastra, em Minas Gerais, esse saber tradicional foi historicamente marginalizado pelas políticas conservacionistas, que muitas vezes adotaram posturas repressivas e criminalizadoras frente ao uso do fogo pelas comunidades locais. Durante décadas, predominou uma abordagem técnico-normativa da gestão ambiental, marcada por interditos generalizados e pela ausência de diálogo entre instituições de conservação e os habitantes tradicionais da região. Contudo, esse modelo tem sido progressivamente questionado a partir de perspectivas que reconhecem o valor dos saberes locais e defendem a necessidade de construir formas participativas e interculturais de gestão ambiental.

Diversos estudos (MIRANDA *et al.*, 2002; PIVELLO, 2011; SCHMIDT *et al.*, 2020) demonstram que a exclusão dos saberes tradicionais do planejamento ambiental tem contribuído para o agravamento de incêndios de grandes proporções, enquanto a incorporação dos conhecimentos locais pode resultar em estratégias de prevenção e manejo mais eficazes. Essa mudança de paradigma se alinha aos princípios da Educação Ambiental Crítica, que propõe a formação de sujeitos capazes de ler e transformar suas realidades a partir da articulação entre conhecimentos científicos e populares, práticas emancipatórias e engajamento político (LAYRARGUES, 2004; QUINTAS, 2009; CARVALHO, 2001).

A valorização do fogo como ferramenta legítima de manejo territorial exige não apenas uma reinterpretação técnica, mas sobretudo uma transformação nas relações entre Estado, comunidades e natureza. Para isso, é necessário promover espaços de diálogo horizontal, nos quais os saberes locais não sejam apenas tolerados, mas reconhecidos como fundamento da gestão ambiental em contextos de sociobiodiversidade. A proposta de construção de planos participativos de manejo do fogo e o surgimento de experiências de cogestão entre instituições públicas e comunidades são expressões concretas desse novo enfoque.

É nesse contexto que se insere o caso do projeto de intervenção no Parque Nacional da Serra da Canastra com o objetivo de fortalecer o protagonismo das populações locais, reconstruir relações de confiança entre órgãos ambientais e comunidades, e articular diferentes formas de saber em prol da conservação do Cerrado.

A expectativa é que a investigação permita avaliar a contribuição da formação para a atuação qualificada de servidores do ICMBio, de demais instituições do SISNAMA

e de outros atores sociais envolvidos com a conservação da biodiversidade. Parte-se da premissa de que, ao fomentar uma compreensão crítica sobre os contextos históricos e sociopolíticos dos territórios, é possível promover intervenções mais eficazes e comprometidas com os princípios da Gestão Ambiental Pública.

A análise da entrevista com Fernando Tizianel foi conduzida com base no referencial metodológico de Bardin (2011), estruturando-se nas três etapas clássicas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Inicialmente, foram elaboradas duas tabelas: a primeira, com uma síntese interpretativa das falas, estruturada por categorias e subcategorias temáticas; a segunda, com uma síntese teórico-interpretativa, conectando os excertos às referências teóricas discutidas na tese. A seguir, desenvolve-se a análise textual com base nesses dados, buscando compreender as contribuições do Curso de Gestão Socioambiental do ICMBio na formação de gestores públicos e nos impactos concretos sobre a gestão ambiental participativa.

Tabela Síntese Interpretativa da Entrevista com Fernando Tizianel

Trechos-chave (citação resumida)	Tema Central	Subtemas Assuntos /	Interpretação Conexão para a Análise /
"A participação social precisa ser efetiva, não apenas formal... tem que haver compromisso e troca real."	Participação Social	Efetividade da participação, qualificação	Participação qualificada e efetiva depende do compromisso mútuo entre o ICMBio e a comunidade. Fundamental para a gestão ambiental.
"O curso ajudou a consolidar os conselhos, a entender melhor como fortalecer esses espaços de diálogo."	Participação Social	Fortalecimento de conselhos e redes	Participação qualificada e efetiva depende do compromisso mútuo entre o ICMBio e a comunidade principalmente nos espaços deliberativos
"A gente aprendeu muito com as comunidades. Não era só ensinar, era escutar também."	Saberes Tradicionais	Reconhecimento e articulação	Reconhecimento da importância dos saberes locais e da troca de experiências como método.

"O saber tradicional é essencial para a gestão do fogo... as comunidades têm conhecimento profundo que deve ser respeitado."	Saberes Tradicionais	Uso do fogo, manejo compartilhado	Reconhecimento dos saberes tradicionais fortalece a gestão ambiental e reduz conflitos, ampliando a sustentabilidade.
"O curso promove a conscientização e qualifica as pessoas para entender e participar melhor da gestão socioambiental."	Educação Ambiental	Instrumento de gestão, formação	A educação ambiental atua como ferramenta estratégica para fomentar a participação qualificada e gestão sustentável.
"O curso não traz só conteúdo técnico, ele te coloca pra pensar no seu papel, no que está em jogo nos territórios."	Educação Ambiental	Formação política e emancipatória	A formação estimula a consciência crítica dos gestores sobre os conflitos socioambientais.
"Sem normatização, fica ao sabor do gestor, que pode não querer ou não ter sensibilidade."	Gestão pública e políticas ambientais	Normatização e gestão, contradições legais	A institucionalização da participação e do manejo é necessária para garantir continuidade e evitar arbitrariedades.
"Aprendemos a olhar os conflitos como algo que pode ser mediado, não como problema em si."	Gestão pública e políticas ambientais	Território e territorialidade	Redefinição dos conflitos territoriais como oportunidades de mediação e construção coletiva.
"Muita gente que passou pelo curso	Efeitos concretos	Continuidade e multiplicação	A formação reverbera em iniciativas

hoje está fazendo projetos, criando ONG, rede, tudo a partir dali."			práticas com impacto nos territórios e no fortalecimento da sociedade civil.
---	--	--	--

Tabela 3: Síntese Interpretativa da Entrevista com Fernando Tizianel

Excerto da Fala	Categoria Temática	Eixo Analítico	Interpretação
"O curso te provoca, te tira da zona de conforto. É pra formar gente que se posicione."	Educação ambiental crítica	Formação crítica e emancipatória	Reflete o modelo freireano de formação como consciência crítica Freire (1996), Layrargues e Lima (2011).
"Aprendi muito mais escutando pescador, quilombola, do que em muito curso por aí."	Valorização de saberes locais	Justiça epistemológica	Dialoga com Leff (2003) e Santos (2007), ao reconhecer o conhecimento comunitário como legítimo e necessário.
"A gente começou a ver mais gente nos conselhos, mais engajamento nos debates."	Fortalecimento da participação social	Participação qualificada	Alinha-se a Avritzer (2002) e Carvalho (2008), como processo de ampliação da democracia deliberativa.
"Conseguimos fazer oficinas com todos os lados, construir proposta juntos."	Gestão participativa de conflitos	Mediação de conflitos	Enfatiza a gestão dialógica e territorial dos conflitos, como

			proposto por Porto-Gonçalves (2006).
"O curso plantou sementes. Tem gente até hoje aplicando o que aprendeu."	Efeitos duradouros	Efetividade e transformação social	Reforça a ideia de educação ambiental como processo com impactos contínuos — Jacobi (2003), Quintas (2009).

Tabela 4: Síntese Teórico-Interpretativa da Entrevista com Fernando Tizianel

4.2.2.1 Análise Interpretativa da Entrevista com Fernando Tizianel

A entrevista com Fernando Tizianel, analista ambiental do ICMBio e participante do III Curso de Gestão Socioambiental (GSA), revela a densidade e o alcance da formação como instrumento de transformação institucional e territorial. Desde suas primeiras falas, Fernando destaca o curso como um espaço de provocação política e pedagógica: "O curso não traz só conteúdo técnico, ele te coloca pra pensar no seu papel, no que está em jogo nos territórios." Essa percepção reforça o caráter emancipatório da formação, nos moldes propostos por Paulo Freire (1996), ao estimular a reflexão crítica sobre os conflitos e as disputas em torno dos bens comuns. A educação ambiental, nesse caso, é compreendida não como transmissão de informações, mas como prática social de leitura do mundo e posicionamento político.

A análise da entrevista com Fernando Tizianel revela com clareza como o Curso de Gestão Socioambiental do ICMBio atua como ferramenta de fortalecimento da participação social, da valorização dos saberes tradicionais e da construção de uma educação ambiental crítica. Suas falas demonstram que, além de ampliar o repertório técnico dos participantes, o curso promove mudanças significativas nas formas de atuação dos gestores e atores sociais, contribuindo para uma gestão ambiental mais democrática, situada e transformadora. Um dos eixos centrais apontados por Fernando é o reconhecimento dos saberes comunitários e tradicionais como parte integrante da gestão pública: "A gente aprendeu muito com as comunidades. Não era só ensinar, era escutar também." Esse tipo de escuta ativa e horizontal reforça a proposta da justiça epistemológica (SANTOS, 2007) e da racionalidade ambiental (LEFF, 2003), que propõem integrar os conhecimentos científicos e tradicionais em prol de um manejo mais sustentável e equitativo dos territórios. A valorização do conhecimento local é central para

a gestão do fogo e para a redução dos conflitos socioambientais. Isso reforça a necessidade de reconhecer os saberes tradicionais como insumos importantes para políticas públicas ambientalmente eficazes e socialmente justas.

A participação social, para Fernando Tizianel, deixa de ser uma obrigação institucional e passa a ser compreendida como prática cotidiana e estratégica: "O curso ajudou a consolidar os conselhos, a entender melhor como fortalecer esses espaços de diálogo." Essa fala indica um avanço na qualificação da participação, como defende Avritzer (2002), ao promover a autonomia dos sujeitos e a capacidade de incidir nos processos decisórios com legitimidade. O entrevistado destaca a diferença entre participação formal (burocrática) e qualificada (realmente comprometida), apontando que a efetividade depende da confiança e do diálogo entre ICMBio e comunidades. Isso mostra uma visão crítica sobre as práticas tradicionais de gestão pública que muitas vezes limitam a participação social. O reflexo dessa participação vista no fortalecimento dos conselhos, redes locais e ONGs é, segundo Fernando, um dos desdobramentos mais visíveis da formação.

Na dimensão dos conflitos, a formação permite uma reconfiguração do olhar sobre as disputas territoriais: "Aprendemos a olhar os conflitos como algo que pode ser mediado, não como problema em si." Essa concepção ressoa as ideias de Porto-Gonçalves (2006), para quem os conflitos socioambientais são expressão legítima das contradições do território e devem ser enfrentados com diálogo, participação e justiça.

Fernando também destaca a importância da confiança como base para o diálogo territorial: "Antes a comunidade só via o ICMBio como quem multa. Depois das oficinas, dos encontros, começaram a ver como alguém que pode dialogar." Esse trecho reforça a centralidade da escuta, do respeito mútuo e da construção de vínculos para além do controle e da fiscalização ambiental. Remete à concepção de gestão compartilhada e à ética do cuidado nas relações entre Estado e sociedade, como discutido por Sato (2002) e Loureiro (2006).

Ao tratar dos efeitos do curso, Fernando aponta para sua continuidade e desdobramentos: "Muita gente que passou pelo curso hoje está fazendo projetos, criando ONG, rede, tudo a partir dali." Essa reverberação confirma a efetividade da proposta formativa, que extrapola os limites da sala de aula e se materializa em práticas transformadoras. Conforme Quintas (2009), trata-se de uma educação ambiental inserida nos territórios, conectada com os sujeitos e com seus projetos de vida. O curso de Gestão Socioambiental é visto como um mecanismo para ampliar o entendimento dos atores

locais e gestores, favorecendo a uma gestão mais participativa e integrada. A educação ambiental tratada como um elo entre teoria e prática na gestão participativa.

O relato indica ainda uma resistência cultural e estrutural dentro da gestão pública, onde nem todos os gestores têm a mesma sensibilidade ou vontade para efetivar a participação social. Isso revela uma contradição entre os discursos oficiais e as práticas institucionais. Há uma crítica às políticas ambientais que impõem multas às populações locais, muitas vezes sem considerar as condições sociais e históricas, o que pode gerar injustiças e deslegitimar a relação entre comunidades e órgãos ambientais.

Ao destacar a importância da escuta ativa, da troca de saberes e da atuação conjunta nos territórios, o entrevistado reafirma princípios centrais da Educação Ambiental Crítica, como a emancipação dos sujeitos, a justiça ambiental e a transformação social.

Os efeitos mencionados por Fernando Tizianel, como a consolidação de conselhos, o fortalecimento de redes locais, a mediação de conflitos com base no diálogo e a criação de projetos duradouros, refletem um tipo de formação que vai além da sala de aula, repercutindo diretamente na prática institucional e na qualidade das políticas públicas. A ênfase na valorização dos saberes tradicionais, particularmente no contexto da gestão do fogo, mostra que o curso também contribui para a construção de alternativas mais sustentáveis e inclusivas, ao reconhecer as comunidades locais como protagonistas da conservação ambiental. A valorização das experiências locais, o estímulo à organização social e à qualificação da participação institucional, são também aspectos que apontam para uma melhoria da qualidade de vida e da conservação ambiental.

O projeto de intervenção na Serra da Canastra evidencia como a construção de uma gestão socioambiental verdadeiramente participativa pode gerar impactos concretos tanto na conservação da biodiversidade quanto na melhoria das condições de vida das populações locais. A consolidação da proposta de queimas controladas “se deu porque a gente passou a escutar mais do que falar”. A inversão da lógica prescritiva, tradicionalmente adotada pelos órgãos ambientais, permitiu construir soluções adequadas às necessidades e possibilidades das comunidades. “A gente foi para ouvir, para dizer que não estava ali para apontar culpados, mas para planejar junto”, reforça, indicando o papel central do diálogo na transformação institucional.

Entre os efeitos positivos mais visíveis, o entrevistado cita a redução significativa dos incêndios descontrolados na região piloto, aliada ao aumento da segurança para os próprios moradores: “Eles viram que fazer aceiro, queimar em área autorizada, do jeito

certo, protege a casa deles, o pasto, o curral, a nascente”. Essa prática, que alia técnica e tradição, não apenas fortalece os modos de vida locais como também reduz a vulnerabilidade do ecossistema a incêndios tardios, promovendo a conservação dos campos rupestres e da fauna nativa.

A melhoria das condições materiais também é ressaltada: “Com o fogo controlado, o capim volta mais cedo, o leite aumenta e o queijo sai melhor. Isso impacta no sustento da família”, relacionando diretamente a política de manejo participativo à economia familiar rural, centrada na produção artesanal do Queijo Canastra – patrimônio imaterial da região. A prática tradicional de queima, antes criminalizada, passa a ser reconhecida como conhecimento legítimo e aliado da conservação.

Nesse sentido, Fernando aponta que a formação promovida pelo Curso de Gestão Socioambiental foi determinante para estruturar essa nova postura institucional. “Foi no curso que a gente aprendeu a olhar diferente para o território e para quem vive nele”, afirma. Ele reconhece que o curso permitiu desenvolver ferramentas de escuta, mediação e valorização dos saberes locais, além de trazer referências teóricas que complementaram práticas como o Manejo Integrado do Fogo. “A gente passou a entender que participação não é chamar para uma reunião, é construir junto desde o começo”, completa.

Os resultados da intervenção também incluem o fortalecimento da confiança entre comunidade e Estado, anteriormente marcada por desconfiança mútua. Segundo Fernando, “o curso ajudou a romper a lógica do ‘nós e eles’, e isso foi fundamental para o pessoal topar conversar com o ICMBio”. Tal mudança institucional não se deu sem resistências, mas demonstrou que processos formativos voltados à escuta, ao respeito e à mediação podem qualificar profundamente a atuação dos agentes públicos.

A experiência descrita por Fernando evidencia, portanto, que a **participação efetiva**, entendida não como presença formal, mas como capacidade de influenciar decisões e construir políticas, contribui diretamente para a redução de conflitos, para a preservação dos ecossistemas e para a valorização da vida nos territórios. Como aponta o próprio entrevistado: “Se o fogo é problema, a solução não pode excluir quem sabe lidar com ele. O território só se conserva se quem vive nele fizer parte da gestão”.

Esse caso demonstra, enfim, como a educação ambiental crítica, articulada à gestão participativa e ao reconhecimento das práticas culturais locais, pode promover políticas públicas mais justas, eficazes e sustentáveis, capazes de proteger a natureza sem excluir os sujeitos que a habitam.

4.3 Considerações finais: formação, participação e gestão ambiental transformadora

As experiências relatadas por Ana Paula e Fernando Tizianel, a partir de lugares sociais e institucionais distintos, convergem em aspectos centrais que permitem afirmar a relevância do Curso de Gestão Socioambiental (GSA) como um instrumento eficaz para promover a participação qualificada, a conservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida nos territórios.

No relato de Ana Paula, liderança comunitária ligada à Rede Monap e moradora da região Apa Costa dos Corais, destaca-se como o curso ampliou sua capacidade de intervenção política e de atuação em rede, fortalecendo projetos voltados à valorização dos saberes tradicionais, à emancipação de mulheres e jovens, e à construção de políticas ambientais mais sensíveis ao território. Sua trajetória evidencia como a formação contribuiu para transformar participantes em sujeitos ativos de sua própria realidade, capazes de dialogar com diferentes esferas do poder público e articular práticas educativas e ambientais a partir da base comunitária.

Já, Fernando Tizianel, servidor do ICMBio na Serra da Canastra, mostra que o curso teve papel decisivo para requalificar a prática institucional, contribuindo para romper com posturas historicamente impositivas e para construir uma abordagem dialógica e territorializada da gestão ambiental. A partir da experiência concreta de manejo comunitário do fogo na região do Vão dos Cândidos, ele revela como a escuta dos moradores, o reconhecimento dos saberes locais e o planejamento conjunto de ações, foram fundamentais para se reduzir incêndios, conservar ecossistemas e garantir segurança e dignidade aos modos de vida tradicionais.

Ambos os relatos indicam que o GSA foi mais do que um espaço de capacitação técnica, foi um processo formativo com base na Educação Ambiental Crítica, que possibilitou reconhecer conflitos, negociar sentidos e construir alternativas com base no diálogo, na participação efetiva e no reconhecimento da diversidade sociocultural dos territórios. A formação permitiu que comunitários e gestores deixassem de ocupar posições antagônicas e passassem a se reconhecer como corresponsáveis pela gestão ambiental, cada um a partir de seus saberes, práticas e experiências.

A noção de participação qualificada e efetiva, nesse contexto, ganha densidade: trata-se de ir além da presença em espaços formais de deliberação, e promover condições para que os sujeitos influenciem de fato os rumos das políticas públicas, a partir de sua

realidade concreta. O curso contribuiu, nesse sentido, para reduzir assimetrias de poder, construir mediações institucionais e ampliar o campo de possibilidades para uma gestão ambiental mais justa, eficaz e legitimada socialmente.

CAPÍTULO 5: O CURSO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL E OS PLANOS DE AÇÃO NACIONAIS PARA CONSERVAÇÃO DE ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO (PAN)

Antes de chegarmos aos Planos de Ação Nacionais para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (PAN) e mais especificamente, ao PAN do Peixe-boi marinho, vamos fazer uma pequena introdução sobre a política pública que trata da conservação de espécies de faunas ameaçadas. Uma outra atribuição do ICMBio que possui muito menos visibilidade que a gestão de unidades de conservação federais, mas, que também é de extrema relevância para a conservação da biodiversidade. A título de esclarecimento, as espécies da flora ameaçadas de extinção são de responsabilidade do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, autarquia federal, também sob responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

A extinção de espécies da fauna é uma preocupação planetária que possui um longo histórico.

As preocupações com a rarefação e com a proteção da fauna silvestre, por conseguinte, estiveram presentes em várias sociedades e em diversos momentos. Eram associadas a valores instrumentais, relacionados a interesses humanos (CHAN et al., 2016) como a conservação de um recurso útil, ou a motivos de ordem ética, estética ou religiosa, em geral associados ao estabelecimento de tabus que impedissem a caça de determinadas espécies consideradas sagradas... Na Ásia, por volta do ano 252 a.C., o imperador hindu Asoka decretou proteção aos peixes, aos animais terrestres e às florestas. Kublai Khan (1215-1294), soberano da Mongólia, decretou proibida a caça de aves e mamíferos nos períodos de reprodução. Na Europa Oriental, durante o fim do século XIII, a caça do auroque (*Bos primigenius*) foi proibida nas terras do duque Boleslau da Mazóvia. No século XVI, os auroques já eram tão raros que o rei Sigismundo III criou reservas nas áreas onde se encontravam os últimos espécimes, o que não impediu a extinção da espécie em 1627, quando o último indivíduo de que se tem registro morreu na floresta de Jaktorowka, na Polônia. Durante a Idade Média e a Idade Moderna, a proteção da fauna na Europa foi instituída por leis que garantiam o monopólio da caça para a nobreza. No continente Africano, as iniciativas legais para conter a exploração da fauna tiveram início em 1658, quando foram estabelecidas leis de restrição ao abate de pinguins, focas e elefantes (BENEVIDES et al, 2017, p.84).

No Brasil, apesar de ações esporádicas mais antigas, a proteção da fauna ameaçada se institui como política pública em finais da década de 1960, quando temos um aumento expressivo das ações de conservação da natureza:

A fauna, principalmente de mamíferos e de pássaros carismáticos, tem atraído a atenção para a questão mais ampla da perda de biodiversidade. Assim como em outras partes do mundo, as iniciativas de conservação de espécies no Brasil se deram a partir de iniciativas individuais e de grupos preocupados com a proteção da natureza. A partir da década de 1960, os projetos de conservação de espécies da fauna surgiram, se consolidaram, incorporaram novos elementos e se tornaram projetos de sucesso nacional e internacional. Os primeiros projetos brasileiros foram destinados a duas espécies de primatas: o

mico-leão-dourado e o miqui...Coimbra-Filho é reconhecido como o primatologista brasileiro que salvou da extinção três espécies de micos: mico-leão-dourado (*L. rosalia*); mico-leão-preto (*L. chrysopygus*); mico-leão-da-cara-dourada (*L. chrysomelas*) (BENEVIDES *et al*, 2017, p. 84).

Atualmente, a conservação das espécies ameaçadas no Brasil é coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), formulador de políticas públicas que as executa por meio de suas autarquias vinculadas, o Ibama, o ICMBio e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, além do Serviço Florestal Brasileiro, que não é uma autarquia, mas um órgão vinculado à estrutura do MMA.

O compromisso da gestão de espécies ameaçadas é reforçado no Brasil a partir da Conferência Internacional da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como a RIO 92, reflexo da preocupação mundial com os caminhos da humanidade em sua relação com a natureza. Dentre os vários resultados de sua realização, a mobilização dos países para a aprovação da Convenção da Diversidade Biológica (CDB), com certeza é um dos mais sólidos, passados 32 anos de sua realização. “A CDB é ratificada por **192 países**, mais a União Europeia. Dos países da ONU, apenas os Estados Unidos, Andorra e Sudão do Sul não são parte da CDB” (ZAPATER, 2020, p.1).

O Brasil assume os compromissos com a CDB, a partir do Decreto Legislativo nº 2, de 1994, e pela promulgação do Decreto nº 2.519, de 1998, que oficialmente **promulga** a sua validade em nosso país. Uma das tarefas impostas aos países signatários da CDB é a busca da redução de espécies ameaçadas de extinção. Vale a pena ressaltar que:

O Brasil é considerado um país megadiverso (Mittermeier *et al*, 1997), contendo mais de 13% da biota mundial (Lewinsohn & Prado 2005) em sua enorme variedade de habitats terrestres e aquáticos. Distribuídos por seis importantes biomas (Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal), o maior sistema fluvial do mundo e uma zona costeira e marinha de aproximadamente 4,5 milhões de km², estão mais de 46 mil espécies de plantas (Flora do Brasil 2020, em construção) e mais de 118 mil espécies de animais (Boeger *et al*. 2018), sendo quase 9 mil espécies de vertebrados descritos e a estimativa de que existam mais de 137 mil invertebrados (SOUZA *et al*, 2018, p. 62).

Para garantir esse compromisso, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) instituiu, através da Portaria MMA nº 43, de 2014, o Programa Nacional de Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção – Pró-Espécies. O programa é fundamentado em três instrumentos: (1) Listas Nacionais Oficiais de Espécies Ameaçadas de Extinção; (2) Planos de Ação Nacionais para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (PAN); e (3) Bases de dados e sistemas de informação. Através do Pró-Espécies definiu-se que o

ICMBio e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro são responsáveis pela execução das ações relacionadas à fauna e flora brasileiras, respectivamente (SOUZA et al, 2018).

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), quando foi criado em 2007, a partir da divisão das competências do Ibama, ficou marcado como sendo um órgão responsável pela gestão das Unidades de Conservação Federais, mas não era essa a sua única atribuição, sua lei de criação coloca entre suas finalidades: “ III - fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental” (Lei nº 11516 de 2007), e para a conservação da biodiversidade, uma parte fundamental é reduzir as ameaças de extinção de espécies.

Para realizar essa atribuição, o ICMBio possui em sua estrutura a Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade (DIBIO), que coordena 14 Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação e, junto com a Coordenação de Identificação e Planejamento de Ações para Conservação (COPAN) e Coordenação Geral de Estratégias para a Conservação (CGCON), são responsáveis pela gestão das espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção.

A conservação das espécies começa pelas Listas Nacionais Oficiais de Espécies Ameaçadas de Extinção, que no que concerne à fauna, é elaborada pelo ICMBio, através da DIBIO e dos Centros de Pesquisa a ela vinculados. Apesar de toda estrutura que o estado pode proporcionar para a sua confecção, trata-se de um trabalho de extrema dificuldade de execução

A compilação de uma lista nacional de espécies da fauna ameaçadas de extinção é uma tarefa bastante difícil e complexa, considerando-se que: (i) apenas uma pequena porcentagem do total de nossa fauna é conhecida, (ii) há uma grande deficiência de dados sobre a maioria das espécies, e (iii) há ainda um pequeno número de especialistas dedicados à taxonomia e à conservação de nossa biota, em contraposição às dimensões continentais de nosso país e à nossa megadiversidade. Por outro lado, é um processo que necessita ser repetido periodicamente, considerando-se o dinamismo dos fatores que levam as espécies a tornarem-se ameaçadas de extinção, principalmente aqueles relacionados a mudanças no uso da terra (DRUMOND *et al*, 2008, p.13).

Vale ressaltar que na elaboração de listas de espécies ameaçadas, a participação é fundamental. São diversos pesquisadores que contribuem com suas pesquisas através de fóruns específicos para os táxons avaliados.

O atual processo de avaliação do risco de extinção da fauna brasileira, sob coordenação do ICMBio, teve seu primeiro ciclo iniciado em 2009 e finalizado em 2014. Foram avaliadas 12.254 espécies, em 73 oficinas de trabalho com a participação de mais de 1.270 especialistas da comunidade científica brasileira e estrangeira, vindos de mais de 250 instituições (SOUZA *et al*, 2018. p.68).

A lista de espécies da fauna brasileira ameaçada de extinção foi elaborada com base na metodologia proposta pela IUCN (2001).

Nessa metodologia, cada espécie foi avaliada através de critérios e limites pré-estabelecidos. Tais critérios estão associados a declínio populacional, distribuição geográfica restrita ou em declínio e pequeno tamanho das populações. Existem diferenças entre os grupos taxonômicos nos critérios utilizados para classificar uma espécie como ameaçada de extinção. De maneira geral, 65% das espécies categorizadas como ameaçadas o foram com base no critério de distribuição geográfica, e 48% pelo critério de declínio populacional (DRUMOND *et al.*, 2008, p.67).

No que diz respeito à elaboração de listas de espécies ameaçadas e os países megadiversos, o Brasil possui um papel de destaque, “pelo seu nível de desenvolvimento e pesquisa científica, ainda que haja necessidade de se promover um avanço substancial na extensão, organização e uso da informação sobre sua biodiversidade” (DRUMOND *et al.*, 2008, p. 40). As listas são fundamentais em todo o mundo para subsidiar o processo de elaboração de políticas públicas e estratégias de conservação. O conhecimento proporcionado por sua elaboração permite afirmar que:

Os impactos dos humanos sobre a biodiversidade (não só sobre a fauna, mas sobre todos os seres vivos), sobretudo a partir da revolução industrial, resultaram em uma taxa de extinção de espécies que está hoje de 100 a 1000 vezes acima do que seria o normal (no processo evolutivo espécies desaparecem e surgem ao longo do tempo). Isto configura, para os cientistas dedicados à biologia da conservação, uma crise global da biodiversidade, como a que extinguiu os dinossauros há 65 milhões de anos atrás. As principais causas da perda de biodiversidade são destruição de habitats, espécies invasoras, poluição e exploração excessiva (caça, pesca e coleta). A destruição de habitats é, atualmente, a principal causa para o desaparecimento de espécies (BENEVIDES *et al.*, 2017, p. 86).

A elaboração de listas de espécies ameaçadas aliadas aos Planos de Redução de Impactos (PRIM) e aos Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (PANs), são as principais estratégias da DIBIO em sua busca de redução dos danos à fauna brasileira ameaçada de extinção. Como o foco desta proposta de tese é analisar a participação na gestão e, tendo como um dos estudos de caso, o Plano de Ação Nacional para Conservação do Peixe Boi Marinho, faz-se necessário descrever com detalhes do que exatamente se trata um PAN.

O Plano de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (PAN) é um instrumento de gestão e de políticas públicas, construído de forma participativa, a ser utilizado para o ordenamento e a priorização de ações para a conservação de espécies e ambientes naturais, com um objetivo estabelecido em um horizonte temporal definido. Ou seja, é um instrumento de gestão oficial do governo brasileiro, por meio de portaria publicada pelo ICMBio (ICMBio, 2018, p. 18).

Os processos de elaboração e gestão dos PANs são em sua essência bastante participativos, no sentido de “repartição de poder” (Dagnino, 2004), não apenas na sua execução, mas durante sua elaboração e validação. Descreveremos esse processo de construção coletiva:

(...) os Planos de Ação Nacionais (PANs) foram formalmente reconhecidos como o instrumento para o planejamento de ações visando à conservação de espécies no Brasil. Esta ferramenta é aplicada desde 2004, seguindo os modelos internacionais. Os PANs servem para integrar diversas ações ou medidas para a proteção das espécies, tais como: criação de unidades de conservação, recuperação de habitats, translocação de espécimes, manejo em cativeiro, fiscalização e mitigação de impactos de empreendimentos (ICMBio, 2018, p.03).

A base legal que normatiza sua metodologia é a Portaria MMA 43/2014, a qual define os Planos de Ação como instrumentos do Pró-Espécies, assim como a Instrução Normativa ICMBio 21/2018, que disciplina os procedimentos para elaboração, publicação, implementação, monitoria, avaliação e revisão dos PANs (ICMBio, 2018).

O Plano de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção-PAN é um instrumento de gestão e de políticas públicas, elaborado conjuntamente com a sociedade, que identifica e orienta as ações prioritárias para combater as ameaças que colocam em risco as espécies e seus ambientes naturais. Os PANs abrangem de forma objetiva a interferência em políticas públicas, o desenvolvimento de conhecimentos específicos, o controle da ação humana, a sensibilização de comunidades e outras ações relevantes para combater as ameaças que põem em risco as espécies e seus ambientes naturais (...) As etapas de elaboração de um PAN envolvem a definição de uma proposta; a organização e análise de informações para identificação das espécies e ambientes foco, das ameaças e dos atores a serem envolvidos; a definição dos objetivos (geral e específicos) e das ações estratégicas para promover uma melhoria no estado de conservação das espécies e ambientes foco, em oficinas de planejamento participativas; a validação e aprovação do PAN e do seu Grupo de Assessoramento Técnico (GAT), por intermédio de portaria do ICMBio, bem como sua publicação no formato de Sumário utivo e, opcionalmente, em Livro (ICMBio, 2018, p.18).

Ressaltamos que todos os momentos de elaboração e gestão nos espaços listados na figura abaixo, exigem a participação de servidores do ICMBio, de pessoas ligadas a pesquisa científica, de outros órgãos públicos que estejam atuando no mesmo território com interface socio ambiental e de setores da sociedade civil diretamente ligados a gestão das espécies ameaçadas.

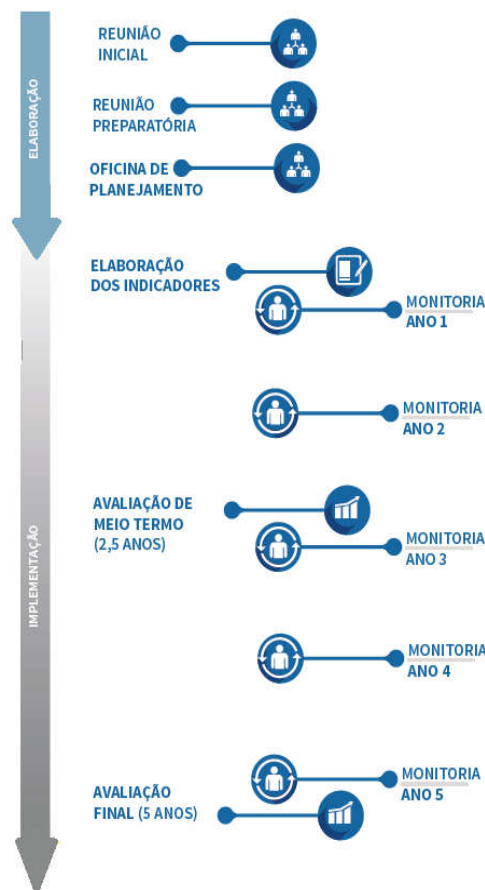


Figura 8: Cronograma de funcionamento de um PAN.

A figura acima resume bem as etapas de um PAN, normalmente elaborado a partir das listas de espécies ameaçadas que contém o táxon, a distribuição geográfica e suas principais ameaças.

O Centro Nacional de Pesquisa e Conservação (CNPc) responsável pelo táxon, propõe inicialmente junto à Coordenação dos PANs (COPAN), um recorte inicial que pode envolver uma única espécie (mono específico), como é o caso do PAN Peixe Boi Marinho, um agrupamento de espécies ou um recorte Táxon-Territorial, muito utilizado para bacias hidrográficas quando envolve espécies da biota aquática continental.

A partir da proposta, é feita uma reunião inicial entre os técnicos do CNPC e da COPAN “para discussão e alinhamento interno de questões básicas sobre o PAN a ser elaborado, como recorte, lista prévia de espécies e ambientes, organização da Reunião Preparatória, entre outros” (ICMBio, 2018, p. 20). Um produto importante dessa reunião é a elaboração de uma lista de atores chaves, que se relacionam diretamente com os táxons envolvidos ou com suas ameaças para a participação da Reunião Preparatória.

A Reunião Preparatória conta com a participação do Centro de Pesquisa proponente, da COPAN e da CGCON, e é incrementada com os atores identificados na reunião inicial para levantamento

(...) de dados relevantes do PAN a ser elaborado contendo informações essenciais à condução dos trabalhos. Nessa reunião são definidos a abrangência geográfica do PAN, lista de espécies e ambientes foco, ameaças às espécies e ambientes, lista de participantes e questões logísticas da Oficina de Planejamento, entre outros (ICMBio, 2018, p. 20).

Com as espécies, as ameaças e a localização geográfica definidas, é elaborada uma lista de participantes com pesquisadores, usuários de recursos, populações tradicionais, órgãos de gestão e regulação, dentre outros que tenham relação direta com as espécies ou as ameaças. Esses atores serão convidados a participar da Oficina de Planejamento.

As Oficinas de Planejamento têm trabalhado com números entre 30 e 60 participantes dependendo do território e das ameaças. Essa é a principal e maior oficina do PAN, pois é o momento em que as espécies e os territórios são apresentados e validados, ou alterados, assim como são apontadas as principais ameaças, depois de terem sido apresentados os produtos desenvolvidos na reunião preparatória e na oficina de planejamento. Após a aprovação das espécies, ameaças e território, são construídos participativamente, pelos atores que representam os diversos setores envolvidos na conservação, os objetivos, geral e específicos, que visam reduzir as ameaças, aumentar o conhecimento e buscar a melhoria no estado de conservação das espécies elencadas. Com base nos objetivos, são construídas as ações necessárias para atingi-los. Na oficina de planejamento, ainda são escolhidos os membros do Grupo de Assessoramento Técnico (GAT), para o qual é atribuída a execução do PAN, sob a coordenação de um servidor do Centro de Pesquisa de Conservação, responsável pelos táxons envolvidos.

Os PANS, após a IN 021/2018 do ICMBio, têm duração prevista de 5 anos. A cada ano são realizadas reuniões de monitoria, nas quais o GAT se reúne para verificar o estado de andamento das ações, as oficinas de monitoria, que deverão ocorrer 5 ao longo do ciclo do PAN.

Na metodologia está prevista, também, uma Oficina de Elaboração de Indicadores e Metas, com a participação do GAT para elaborar os indicadores e as metas que o PAN pretende alcançar em seu ciclo de vigência. Deve ser realizada no início do Plano, após a oficina de planejamento, podendo acontecer junto com a primeira monitoria, ou antes dela.

Os indicadores e metas elaborados vão embasar as Oficinas de Avaliação de Meio Termo e Avaliação Final, verificando se os objetivos traçados foram alcançados, elencando os problemas enfrentados, bem como os resultados construídos na redução das ameaças e na melhoria do estado de conservação, ações possíveis de serem alcançadas em 5 anos. Como o tempo para a recuperação pode ser maior que este ciclo, na oficina de avaliação final são feitas também recomendações sobre a necessidade ou não de um novo ciclo, buscando resgatar todo o aprendizado desenvolvido durante sua execução. Esse é o que denominamos ciclo de um PAN, estratégia que busca minimizar as dificuldades da gestão da biodiversidade, focando na participação em todo seu processo.

Além de uma grande extensão territorial, a gestão da biodiversidade, sob a responsabilidade do Instituto Chico Mendes, também perpassa por uma enorme diversidade de sujeitos que, no seu dia a dia, se relacionam e transformam continuamente o espaço onde vivem. Tendo o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme exposto na Constituição Federal, em seu artigo 225, um bem de uso comum que deve proporcionar sadia qualidade de vida, além de ser protegido para as presentes e futuras gerações.

Os princípios já discutidos nesta tese sinalizam a participação como fundamental para se determinar quais os limites de uso, ou não uso, do meio ambiente, para a conservação da biodiversidade e para que se possa garantir qualidade de vida de maneira equitativa a todos os cidadãos.

O que buscamos responder nesse momento é como, através de processos participativos qualificados pela educação, podemos contribuir com a Gestão Ambiental Pública, por meio dos Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas.

5.1 O PAN Peixe Boi Marinho

O peixe-boi-marinho (*Trichechus manatus*), espécie de mamífero aquático herbívoro, está entre os animais mais ameaçados da fauna brasileira. Sua ocorrência histórica se estende por praticamente todo o litoral norte-nordeste do país, mas as populações sofreram drástica redução nas últimas décadas devido à caça, perda e fragmentação de habitat, colisões com embarcações, e captura acidental em redes de pesca. Em função desse quadro, a espécie figura na Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção, sendo considerada "em perigo".



Figura 9: Peixe boi marinho (*Trichechus manatus*)

Com o objetivo de reverter esse processo, o ICMBio formulou duas iniciativas principais de planejamento estratégico: o PAN Sirênios (2010–2015), que abrangeu também o peixe-boi-da-Amazônia, e o PAN Peixe-boi Marinho (vigente de 2018 a 2023). O primeiro plano teve foco na melhoria do status de conservação das duas espécies de sirênios, com metas voltadas ao combate da degradação dos habitats costeiros, como o desmatamento de manguezais e o assoreamento de estuários. Já, o segundo plano foi elaborado exclusivamente para a espécie marinha, com ênfase em reduzir os impactos antrópicos, ampliar o conhecimento técnico-científico, e aperfeiçoar ações de conservação *ex situ*, como o manejo em cativeiro e a reabilitação.

O PAN Peixe-boi Marinho é composto por nove objetivos específicos e ações, como: educação ambiental, monitoramento populacional, manejo participativo e fortalecimento das políticas públicas locais. Sua coordenação, inicialmente, ficou sob responsabilidade do CEPENE/ICMBio e, mais recentemente, passou ao Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos (CMA/ICMBio). A elaboração dos planos contou com ampla participação de representantes de diferentes esferas do poder público, ONGs, universidades e comunidades costeiras de diversos estados do Norte e Nordeste do Brasil.

Um dos destaques na implementação desses PANs foi o Programa de Reabilitação e Soltura de Peixes-boi-marinhos que, desde 1994, atua no resgate, reabilitação, aclimação e reintrodução de indivíduos na natureza. Os recintos de aclimação utilizados localizam-se em Alagoas (Porto de Pedras e Paripueira) e na Paraíba (Rio

Tinto). A escolha dos locais de soltura levou em conta critérios como abundância de alimento, oferta de água doce, presença de unidades de conservação e baixo impacto humano.

Segundo dados sistematizados pelo ICMBio, entre 1994 e 2021, 48 peixes-boi-marinhos foram soltos na natureza, a partir de recintos de aclimação localizados em Porto de Pedras e Paripueira (AL) e Rio Tinto (PB). Esses locais foram selecionados com base em critérios ecológicos e logísticos, incluindo disponibilidade de alimento, presença de água doce, existência de unidades de conservação e menor grau de ocupação humana. O monitoramento dos indivíduos soltos revelou altas taxas de sobrevivência e reprodução bem-sucedida, com 100% dos machos copulando e 66,7% das fêmeas gerando filhotes, segundo estudos realizados entre 2008 e 2013.



Figura 9: Peixe Boi marinho abraçando jangada de turistas na área de reintrodução em Porto de Pedras- AL

Nosso objetivo nesta tese é identificar como a participação qualificada pela educação ambiental, trabalhada nos cursos de gestão ambiental, pode contribuir para o aprimoramento da conservação das espécies ameaçadas, tendo o PAN como referência. Para tanto, vamos analisar o caso do servidor José Ulisses dos Santos, aluno dos cursos de gestão participativa e de educação ambiental, que viriam a ser unificados depois como Curso GSA. Ulisses trabalhava na época no Centro de Mamíferos Aquáticos e diretamente com os processos participativos do PAN Peixe Boi Marinho. Depois, o servidor foi removido para a APA Costa dos Corais, onde estavam sendo realizadas as solturas de peixe bois marinhos reintroduzidos. Neste ponto é importante ressaltar

também o papel da gestão da unidade (e de seu conselho gestor) na conservação da espécie.

5.2 Análise de conteúdo Entrevista José Ulisses dos Santos

A entrevista com José Ulisses dos Santos reforça o impacto significativo dos Curso de Gestão Participativa de Educação Ambiental do ICMBio na **participação qualificada e efetiva** das comunidades tradicionais na gestão ambiental.

Tabela Participação Social Qualificada

Trechos-chave (Fala resumida)	Tema Central	Subtemas / Assuntos	Interpretação / Conexão
“As pessoas começaram a participar mais dos conselhos e a entender melhor os seus direitos e deveres.”	Participação social qualificada	Fortalecimento dos conselhos; empoderamento comunitário	O curso fortaleceu a capacidade dos atores locais de influenciar políticas públicas, promovendo uma participação mais qualificada e ativa nos espaços institucionais.
“O conteúdo do curso ajudou a gente a traduzir melhor nossas experiências em argumentos técnicos”.	Educação Ambiental crítica	Multiplicação de saberes; valorização da experiência local	A formação possibilitou a articulação entre saberes locais e científicos, qualificando a intervenção dos participantes nos debates ambientais.
“Com o curso, conseguimos participar das oficinas e defender nossa	Gestão participativa	Conflitos entre pesca e turismo; revisão do plano de manejo	O curso contribuiu para uma atuação mais informada em processos de planejamento e revisão de políticas

visão sobre o uso do território.”			públicas como o plano de manejo.
“Hoje a gente está no conselho, mas também participa de reuniões com o Ministério Público e outras instâncias.”	Redes e articulação política	Atuação em outras instâncias; fortalecimento institucional	O curso estimulou o engajamento em múltiplos espaços de poder, ampliando a capacidade de incidência política dos participantes.

Tabela 5: Participação Social Qualificada

Tabela Conservação da Biodiversidade e Qualidade de Vida

Trechos-chave (Fala resumida)	Tema Central	Subtemas / Assuntos	Interpretação / Conexão
“A gente mesmo começou a monitorar e proteger os manguezais, onde o peixe-boi aparece.”	Conservação da biodiversidade	Monitoramento participativo; proteção do peixe-boi e manguezal	O curso incentivou ações diretas de conservação por parte das comunidades, como vigilância e manejo comunitário dos ecossistemas costeiros.
“Participamos das solturas do peixe-boi e ajudamos a divulgar a importância da espécie para a comunidade.”	PANs e espécies ameaçadas	Envolvimento com ações do ICMBio; apoio às solturas	O fortalecimento do vínculo entre comunidade e ICMBio permitiu maior adesão e eficácia nos PANs voltados à conservação do peixe-boi-marinho.
“A gente conseguiu garantir nosso espaço e melhorar o diálogo	Qualidade de vida e justiça ambiental	Valorização da pesca artesanal; mitigação de conflitos territoriais	A qualificação da participação proporcionou maior

com o turismo sem ser criminalizado.”			segurança territorial e reconhecimento dos modos de vida tradicionais.
“Depois do curso, criamos nossa ONG e conseguimos apoio pra projetos de educação ambiental com jovens.”	Continuidade da ação	Projetos, ONGs locais e redes de atuação	O curso teve efeito multiplicador, impulsionando iniciativas autônomas e sustentáveis nas comunidades envolvidas.

Tabela 6: Conservação da Biodiversidade e Qualidade de Vida

Tabela Síntese Teórico-Interpretativa da entrevista com Ulisses

Falas Representativas	Tema Central	Subtemas / Assuntos	Interpretação Teórica
“As pessoas começaram a participar mais dos conselhos e a entender melhor os seus direitos e deveres.	Gestão Participativa	Participação qualificada e efetiva	A fala expressa um processo de empoderamento político-pedagógico que se alinha à concepção de participação qualificada como capacidade de incidir nas decisões e disputar sentidos na arena pública (Avritzer, 2002; Quintas, 2009).
“O curso ajudou a gente a traduzir melhor nossas experiências em argumentos técnicos.	Articulação entre saberes	Diálogo saberes tradicionais e saberes técnicos	Reflete a proposta da Educação Ambiental Crítica de promover o diálogo de saberes e valorizar os conhecimentos tradicionais e

			populares, permitindo sua incidência em processos de gestão ambiental (Layrargues; Lima, 2011).
“Conseguimos participar das oficinas e defender nossa visão sobre o uso do território.”	Gestão participativa e manejo compartilhado	Participação qualificada e efetiva	A inclusão de saberes comunitários nos processos de planejamento representa a prática da gestão ambiental participativa e a disputa por territórios sustentáveis e justos (Acsegrad, 2010; Porto-Gonçalves, 2006).
“A gente mesmo começou a monitorar e proteger os manguezais, onde o peixe-boi aparece.”	Gestão participativa e manejo compartilhado	Conservação comunitária da biodiversidade	Demonstra a eficácia de estratégias de conservação participativa, em que comunidades atuam como agentes ativos na proteção da biodiversidade (Diegues, 1996; ICMBio, 2018).
“Criamos ONGs e conseguimos apoio pra projetos de educação ambiental com jovens.”	Educação emancipatória e continuidade da ação	Participação qualificada e efetiva	A formação gerou processos de autonomia e multiplicação, elementos-chave da educação ambiental emancipatória (Paulo Freire, 2001).

Garantimos nosso espaço e melhoramos o diálogo com o turismo sem ser criminalizado.	Justiça socioambiental e valorização territorial	Gestão compartilhada	A qualificação da participação possibilitou maior equidade no acesso aos territórios e ao reconhecimento dos modos de vida tradicionais (Acsegrad, 2004; Schlosberg, 2007).
Participamos das solturas do peixe-boi e ajudamos a divulgar a importância da espécie.	Efeito sobre políticas públicas e PANs	Conservação comunitária da biodiversidade	A inclusão de comunitários nas ações dos PANs favorece sua efetividade e corresponsabilidade social (Quintas, 2009; ICMBio, 2018).

Tabela 7 : Síntese Teórico-Interpretativa da entrevista com Ulisses

Ulisses destaca que o curso possibilitou um entendimento mais profundo sobre os direitos e deveres dos comunitários, fundamental para o fortalecimento dos conselhos gestores: “As pessoas começaram a participar mais dos conselhos e a entender melhor os seus direitos e deveres.” Esta fala reforça a importância da participação efetiva, conceito fundamental para a democracia ambiental, que exige não apenas presença nos espaços, mas capacidade real de influir nas decisões (Avritzer, 2002). Além disso, ele enfatiza o ganho na articulação dos saberes: “O conteúdo do curso ajudou a gente a traduzir melhor nossas experiências em argumentos técnicos.” Esse diálogo entre saberes locais e técnicos é um princípio central da Educação Ambiental Crítica, que valoriza os conhecimentos tradicionais para qualificar a participação e ampliar o poder de agência dos sujeitos locais (LAYRARGUES e LIMA, 2011).

A participação qualificada também se traduz em atuação concreta nas políticas públicas e na gestão dos territórios, especialmente em relação à revisão do Plano de Manejo da APA Costa dos Corais: “Com o curso, conseguimos participar das oficinas e defender nossa visão sobre o uso do território.” Esse processo evidencia uma prática de gestão participativa, que inclui a inserção de atores locais nos processos decisórios,

fortalecendo o manejo sustentável e o controle social (Porto-Gonçalves, 2006). Ulisses ainda destaca o papel do curso para ampliar o engajamento em outras instâncias políticas: “Hoje a gente está no conselho, mas também participa de reuniões com o Ministério Público e outras instâncias.” Esse fortalecimento das redes de atuação aumenta a capacidade de influência política e promove uma maior integração entre movimentos sociais, órgãos públicos e instituições ambientais.

No que se refere à conservação da biodiversidade, Ulisses destaca ações concretas desenvolvidas pela comunidade, como o monitoramento e a proteção dos manguezais, habitat crítico do peixe-boi-marinho: “A gente mesmo começou a monitorar e proteger os manguezais, onde o peixe-boi aparece.” Essa mobilização local representa uma estratégia de conservação participativa, reconhecida como eficiente por promover a corresponsabilidade entre comunidades e instituições (Diegues, 1996; ICMBio, 2018). O vínculo com as ações do ICMBio, especialmente nos Planos de Ação Nacional (PANs), também foi enfatizado: “Participamos das solturas do peixe-boi e ajudamos a divulgar a importância da espécie para a comunidade.” Essa colaboração contribui para o sucesso das estratégias oficiais de conservação e reforça a integração entre ciência e saberes locais.

Outro aspecto fundamental abordado foi a melhoria da qualidade de vida e o enfrentamento dos conflitos territoriais: “A gente conseguiu garantir nosso espaço e melhorar o diálogo com o turismo sem ser criminalizado. “Essa fala aponta para a importância da justiça socioambiental, na qual a participação qualificada possibilita o reconhecimento dos direitos das populações tradicionais e a mitigação dos conflitos decorrentes das pressões externas (ACSELRAD, 2004; SCHLOSBERG, 2007).

Por fim, o entrevistado ressaltou o legado duradouro do curso, que transcende a formação inicial: “Depois do curso, criamos nossa ONG e conseguimos apoio pra projetos de educação ambiental com jovens.” Isso evidencia o papel da educação ambiental crítica como instrumento não só de gestão, mas também de emancipação social e ambiental, promovendo processos contínuos de aprendizagem, autonomia e mobilização comunitária (FREIRE, 2001; QUINTAS, 2009).

5.3 A Educação Ambiental Crítica no Aprimoramento do PAN Peixe-boi-marinho

A análise da entrevista evidencia que a Educação Ambiental, quando articulada à gestão participativa e aos saberes locais, torna-se um instrumento poderoso para a gestão

ambiental pública. Ela não se limita à transmissão de conhecimentos técnicos, mas atua como um processo formativo que capacita atores sociais para participar efetivamente das decisões, gerenciar conflitos, e colaborar na conservação da biodiversidade e na promoção da justiça socioambiental. Dessa forma, o Curso de Gestão Socioambiental do ICMBio exemplifica como a educação pode ser mobilizada para transformar relações sociais e ambientais, promovendo uma gestão ambiental mais democrática, inclusiva e efetiva.

A análise dos dados coletados neste capítulo, especialmente por meio da entrevista com José Ulisses dos Santos, revela como a **Educação Ambiental Crítica** exerce um papel central no aprimoramento de políticas públicas voltadas à conservação da biodiversidade, como é o caso do Plano de Ação Nacional para a Conservação do Peixe-boi-marinho (PAN Peixe-boi-marinho).

Ao fortalecer o protagonismo das comunidades tradicionais e qualificar sua atuação em espaços institucionais, o Curso de Gestão Socioambiental promove uma apropriação crítica dos instrumentos de gestão ambiental, permitindo que os sujeitos historicamente marginalizados se tornem corresponsáveis pela implementação e avaliação de estratégias como os PANs. A participação em oficinas de planejamento, ações de soltura, monitoramento comunitário e campanhas educativas, relatadas por Ulisses, não apenas conferem legitimidade social ao PAN, mas também ampliam sua efetividade, ao integrar o conhecimento local aos procedimentos técnico-científicos.

Nesse sentido, a educação ambiental não se apresenta como ação paralela ou complementar, mas como dimensão estruturante da gestão ambiental pública. Ela permite o reconhecimento dos saberes e modos de vida tradicionais, promove a justiça ambiental e contribui para a produção coletiva de soluções territoriais e ecológicas sustentáveis. No caso do peixe-boi-marinho, isso se traduz na redução dos conflitos entre a conservação e a pesca artesanal, no fortalecimento das redes comunitárias e na ampliação da vigilância e proteção dos manguezais, habitats essenciais para a sobrevivência da espécie.

Assim, ao fomentar o engajamento ativo, crítico e situado das populações costeiras, a Educação Ambiental Crítica revela-se um instrumento estratégico para o aprimoramento dos Planos de Ação Nacional, não apenas em termos operacionais, mas também no que se refere à sua base ética, social e política. Essa abordagem contribui para transformar o PAN Peixe-boi-marinho em uma política pública mais democrática, dialógica e eficaz, conectando conservação da biodiversidade, justiça ambiental e emancipação dos sujeitos sociais.

A articulação entre educação ambiental crítica, participação social qualificada e gestão territorial se expressa com clareza nos Planos de Ação Nacionais (PANs) coordenados pelo ICMBio, especialmente no caso do peixe-boi-marinho (*Trichechus manatus*). Os PANs constituem instrumentos fundamentais da política de conservação da biodiversidade, organizando ações territoriais integradas e mobilizando diferentes atores para proteger espécies ameaçadas de extinção. Em sua formulação e implementação, os PANs incorporam não apenas elementos técnico-científicos, mas também os saberes tradicionais e as experiências locais dos territórios onde atuam.

A partir das entrevistas realizadas no âmbito desta pesquisa, observa-se que os Cursos de Gestão Socioambiental oferecidos pelo ICMBio tiveram impacto direto na consolidação de ações vinculadas ao PAN do peixe-boi, tanto em sua dimensão participativa quanto na qualificação dos sujeitos envolvidos. A formação proporcionada pelos cursos contribuiu para a ampliação do engajamento de comunidades locais, lideranças tradicionais, jovens e mulheres, fortalecendo redes e iniciativas como a dos Guardiões do Peixe-Boi e da Rede de Mulheres Pescadoras. Esses grupos não apenas atuam na conservação da espécie e dos ecossistemas costeiros associados — como os manguezais e estuários —, mas também assumem papel ativo na mediação de conflitos socioambientais e na proposição de políticas públicas locais.

A abordagem educacional presente nos Ciclos GSA se revelou estratégica para a efetividade do PAN, pois os conteúdos trabalhados — como legislação ambiental, direitos territoriais, mediação de conflitos, manejo participativo, ecologia e saberes tradicionais — dialogam diretamente com os desafios enfrentados nos territórios. Como evidenciado nas entrevistas, a apropriação crítica desses conteúdos pelos participantes gerou desdobramentos concretos em suas práticas cotidianas e em sua capacidade de articular ações conjuntas entre comunidades e instituições públicas.

Além disso, a educação ambiental foi identificada como um fator fundamental para garantir o protagonismo dos sujeitos locais na elaboração e no acompanhamento dos PANs. Ao se apropriar de instrumentos de gestão e de marcos legais, os atores envolvidos passaram a atuar de forma mais autônoma e crítica, influenciando decisões relacionadas ao ordenamento territorial, ao turismo sustentável e à pesca artesanal — temas centrais para a conservação da biodiversidade e para a promoção da justiça socioambiental nos territórios tradicionais.

Os depoimentos analisados revelam que a participação qualificada, promovida por meio dos cursos, permitiu transformar o PAN do peixe-boi em um processo de gestão

ambiental territorializado, colaborativo e culturalmente sensível. Essa perspectiva reforça a ideia, defendida por autores como Leff (2006) e Porto-Gonçalves (2004), de que a sustentabilidade depende não apenas da conservação biológica, mas da articulação entre diversidade ecológica e diversidade sociocultural.

Por fim, é importante destacar que a experiência do PAN do peixe-boi mostra o potencial dos cursos GSA como ferramenta estratégica do ICMBio para operacionalizar políticas de conservação a partir da educação ambiental crítica e da mobilização territorial. Essa articulação entre formação política, práticas de cuidado e gestão integrada constitui um modelo promissor para enfrentar os desafios contemporâneos da conservação da biodiversidade em contextos marcados por desigualdades socioambientais

CAPÍTULO 6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS EM BUSCA DE UM NOVO CAMINHO

“Quero a utopia, quero tudo e mais
Quero a felicidade dos olhos de um pai
Quero a alegria muita gente feliz
Quero que a justiça reine em meu país
Quero a liberdade, quero o vinho e o pão
Quero ser amizade, quero amor, prazer
Quero nossa cidade sempre ensolarada
Os meninos e o povo no poder, eu quero ver”
(Coração Civil, Milton Nascimento e Fernando Brant)

A epígrafe que abre este capítulo final evoca, com lirismo e potência política, o horizonte utópico que inspira esta tese: um mundo em que justiça, liberdade e felicidade sejam direitos concretos e universais. Em consonância com os princípios da Educação Ambiental Crítica aqui defendida, a canção de Milton Nascimento e Fernando Brant convoca à construção de uma gestão ambiental pública que seja, ao mesmo tempo, instrumento de transformação social e espaço de participação qualificada. A utopia, entendida como horizonte mobilizador, orienta a ação educativa que busca fortalecer sujeitos e territórios para que, efetivamente, “os meninos e o povo” possam exercer o poder e transformar a realidade socioambiental.

E, para iniciar este capítulo conclusivo, propomos uma reflexão sobre as escolhas metodológicas que orientaram a pesquisa, guiadas pela necessidade de compreender, em profundidade, como a Educação Ambiental Crítica, promovida pelos Cursos de Gestão Socioambiental (GSA) do ICMBio, tem se configurado como um instrumento estratégico de gestão ambiental pública. Diante da complexidade do objeto de estudo, optou-se por uma abordagem qualitativa, com ênfase na estratégia do estudo de caso, complementada pelo uso de entrevistas semiestruturadas e pela análise de conteúdo como técnica de sistematização e interpretação dos dados.

A metodologia adotada, inspirada na proposta de Yin (2001), foi estruturada em cinco elementos fundamentais: questões do estudo, proposições teóricas, unidades de análise, lógica de ligação entre dados e proposições, e critérios para interpretação dos achados. Essa estrutura permitiu integrar análise qualitativa e interpretação crítica,

considerando a complexidade dos processos formativos, sociais e institucionais envolvidos.

A escolha por três contextos distintos: o Parque Nacional da Serra da Canastra, a APA Costa dos Corais e o Plano de Ação Nacional para a Conservação do Peixe-boi-marinho, possibilitou a compreensão sobre como os Ciclos de Formação GSA se concretizam em diferentes realidades socioterritoriais, influenciando a gestão participativa, a conservação da biodiversidade e a promoção da justiça socioambiental.

As entrevistas semiestruturadas foram fundamentais para se captar a riqueza das experiências formativas e das trajetórias dos sujeitos, valorizando suas narrativas e saberes, em consonância com os princípios da Educação Ambiental Crítica. A análise de conteúdo (BARDIN, 2011) revelou categorias centrais à pesquisa, como participação qualificada, valorização dos saberes tradicionais, gestão de conflitos, emancipação política e justiça ambiental.

A articulação entre essas estratégias metodológicas foi decisiva para evidenciar os efeitos dos cursos GSA na formação de sujeitos políticos e na ampliação da capacidade de intervenção social. As questões formuladas no início da pesquisa orientaram a análise dos dados empíricos, permitindo examinar os impactos da formação em Educação Ambiental sobre a participação social, a conservação da biodiversidade, a qualidade de vida e o aprimoramento das políticas públicas ambientais. Os resultados demonstram que, concebida de forma crítica e participativa, a educação ambiental não apenas forma sujeitos, mas também fortalece a gestão ambiental democrática.

6.1 Contribuições Analíticas da Pesquisa: Educação Ambiental como Instrumento de Gestão Ambiental Pública

Esta pesquisa demonstrou que a Educação Ambiental Crítica, especialmente quando articulada a processos de formação continuada como os Ciclos de Gestão Socioambiental (GSA) do ICMBio, deve ser reconhecida como um componente estruturante da gestão ambiental pública. Longe de ocupar um papel meramente ilustrativo ou acessório, a educação ambiental revelou-se capaz de produzir efeitos concretos na formação de sujeitos políticos ativos, na mediação de conflitos e na promoção da justiça socioambiental em contextos marcados por desigualdades históricas.

A partir dos estudos de caso realizados no Parque Nacional da Serra da Canastra, na APA Costa dos Corais e na interface com o Plano de Ação Nacional para a Conservação do Peixe-boi-marinho, evidenciou-se que os cursos GSA fomentam processos formativos

ancorados nos princípios da educação popular freiriana. Esses processos valorizam o diálogo de saberes, a leitura crítica da realidade e a ação coletiva, promovendo não apenas o fortalecimento de capacidades técnicas, mas também a ampliação da consciência política e territorial dos participantes.

A análise crítica permitiu compreender que a gestão ambiental pública no Brasil se apresenta atravessada por tensões entre os paradigmas preservacionista e conservacionista. Como apontam Ferdinand (2008) e Diegues (1996), o primeiro frequentemente resultou na exclusão de populações tradicionais, enquanto o segundo, embora mais inclusivo, nem sempre assegura a participação efetiva. Nesse cenário, os Ciclos GSA emergem como alternativas concretas, ao promoverem espaços de escuta, aprendizado mútuo e reconstrução de vínculos entre comunidades e Estado.

Essa reconstrução é possível porque, como destaca Quintas (2009), a gestão ambiental exige mais do que normas e técnicas: requer a construção social de sentidos, valores e práticas orientadas à sustentabilidade e à justiça. Os cursos GSA cumprem esse papel ao problematizar o papel das políticas públicas, o funcionamento dos conselhos gestores e os limites da ação institucional, revelando que a participação qualificada é fruto de processos formativos e da criação de condições materiais e simbólicas para o exercício da cidadania socioambiental.

As entrevistas evidenciaram ainda que os cursos contribuem para a formação de redes territoriais de cuidado com a natureza, resistência política e produção de conhecimentos situados. Esses saberes, muitas vezes invisibilizados, dialogam com a ciência e, como afirmam Leff (2006) e Porto-Gonçalves (2004), são fundamentais para se enfrentar a crise ambiental contemporânea, ao valorizar modos de vida sustentáveis e lutas territoriais protagonizadas por populações tradicionais, pescadores artesanais, camponeses e comunidades indígenas.

Os impactos dos Ciclos GSA buscam alinhar a dimensão subjetiva com ações concretas de conservação, fortalecimento de conselhos gestores, enfrentamento de conflitos e promoção de alternativas de vida mais justas. Iniciativas, como os guardiões do peixe-boi, o manejo integrado do fogo e as redes de mulheres pescadoras, ilustram como a educação ambiental pode articular conhecimento, território e ação política.

Em um contexto de avanço do antiambientalismo e de fragilização das políticas públicas, a experiência dos cursos GSA reafirma a possibilidade de se construir políticas ambientais com e para os sujeitos do território. Mais do que formar indivíduos, esses cursos contribuem para a reconstrução de vínculos entre o Estado e a sociedade civil,

ampliando o repertório democrático e ecológico da gestão ambiental e gerando impactos positivos na qualidade de vida das comunidades envolvidas.

Em síntese, esta pesquisa reforça a tese de que a Educação Ambiental Crítica se apresenta como um elemento essencial da gestão ambiental pública. Sua potência reside não apenas na formação de sujeitos conscientes, mas na capacidade de tensionar práticas autoritárias, ampliar os horizontes da democracia e enraizar as políticas ambientais nos territórios vivos e diversos do Brasil.

6.2 Educação Ambiental, Planos de Ação Nacional e Conservação da Biodiversidade

A conservação da biodiversidade, especialmente de espécies ameaçadas de extinção, exige uma abordagem integrada que vá além dos aspectos técnicos e científicos, incorporando dimensões sociais, culturais e políticas. Nesse contexto, a Educação Ambiental Crítica se apresenta como um instrumento estratégico para potencializar os resultados dos Planos de Ação Nacional (PANs) e fortalecer a gestão ambiental pública. Como destaca Quintas (2009), a efetividade das políticas ambientais está diretamente relacionada à capacidade de envolver, de forma significativa, os atores locais na construção e implementação das estratégias de conservação.

Os Ciclos de Gestão Socioambiental (GSA), ao promoverem processos formativos baseados no diálogo de saberes e na valorização das experiências territoriais, contribuem para a qualificação da participação social. Essa participação, quando efetivamente construída, amplia o protagonismo de comunidades tradicionais e demais atores locais, permitindo que os PANs, originalmente concebidos em instâncias técnicas e centralizadas, sejam adaptados às realidades socioterritoriais, tornando-se mais legítimos, eficazes e sustentáveis. Como ressalta Diegues (1996), a incorporação dos saberes locais é condição fundamental para que as ações de conservação sejam culturalmente enraizadas e socialmente justas. No campo da educação ambiental, essa perspectiva dialoga com a proposta de Leff (2001) sobre o *diálogo de saberes*, que defende a articulação entre conhecimentos tradicionais e científicos como base para a construção de uma racionalidade ambiental plural e democrática. Ao valorizar os diferentes modos de conhecer e viver o ambiente, o diálogo de saberes fortalece a participação ativa das comunidades nos processos educativos e nas decisões socioambientais, promovendo uma educação ambiental crítica, comprometida com a justiça social e com a sustentabilidade.

Além disso, a mediação proporcionada pela Educação Ambiental é essencial para se enfrentar os conflitos socioambientais recorrentes em Unidades de Conservação e áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade. Processos participativos qualificados, ancorados em uma perspectiva crítica, são capazes de superar antagonismos históricos entre comunidades locais e órgãos ambientais, favorecendo o manejo compartilhado dos recursos naturais. Essa cooperação é especialmente relevante em casos como o do peixe-boi-marinho, cuja conservação depende do equilíbrio entre o uso sustentável dos ecossistemas e a garantia dos direitos das populações tradicionais.

Porto-Gonçalves (2004) reforça que a conservação da biodiversidade deve ser compreendida como um processo territorializado, que articula justiça ambiental e sustentabilidade ecológica. A Educação Ambiental, nesse sentido, fortalece redes comunitárias, estimula o monitoramento participativo e promove práticas socioambientais que contribuem para a preservação dos ecossistemas e das espécies ameaçadas.

Os achados desta pesquisa evidenciam que a Educação Ambiental, ao qualificar a participação social e fomentar o protagonismo territorial, atua como um componente essencial para o êxito dos Planos de Ação Nacional. Sua capacidade de integrar ciência, saberes tradicionais e políticas públicas a torna indispensável para enfrentar os desafios da crise socioambiental contemporânea e assegurar a conservação da biodiversidade com justiça social.

6.3 Alcance dos Objetivos Geral e Específicos

O objetivo geral desta pesquisa foi compreender de que maneira a Educação Ambiental, por meio dos Ciclos de Gestão Socioambiental (GSA), promovidos pelo ICMBio, atua como instrumento de gestão ambiental pública, contribuindo para a qualificação da participação social, a conservação da biodiversidade e o fortalecimento da justiça socioambiental. A partir dos estudos de caso e da análise qualitativa dos relatos dos participantes, conclui-se que esse objetivo foi plenamente alcançado, uma vez que a pesquisa evidenciou a centralidade da Educação Ambiental Crítica na construção de práticas socioambientais emancipatórias e eficazes.

Os objetivos específicos orientaram a investigação em quatro frentes principais. Em primeiro lugar, a pesquisa demonstrou que a Educação Ambiental, longe de ser uma ação complementar, deve ser reconhecida como um instrumento estratégico da gestão ambiental, com relevância equivalente à fiscalização, ao licenciamento e à pesquisa

científica. Os cursos GSA promovem uma formação política e técnica que fortalece a capacidade dos sujeitos de intervir nos processos decisórios, mediar conflitos e articular saberes diversos, elementos essenciais para uma gestão pública democrática e transformadora.

Em segundo lugar, aprofundou-se a compreensão sobre a participação social, destacando a distinção entre presença formal e participação qualificada. A pesquisa mostrou que a efetividade da participação depende de processos formativos críticos, do reconhecimento dos saberes locais e da criação de espaços institucionais inclusivos (Layrargues, 2002). Os cursos GSA cumprem esse papel ao proporcionar ferramentas que ampliam a autonomia e o protagonismo dos participantes nos espaços de gestão ambiental.

Em terceiro lugar, a investigação revelou os impactos concretos da Educação Ambiental na conservação da biodiversidade. Os dados indicam que os cursos GSA promovem mudanças significativas nas práticas socioambientais, como o manejo sustentável do fogo, a proteção de espécies ameaçadas e o fortalecimento de redes comunitárias. Como destaca Loureiro (2006), a educação ambiental crítica articula conhecimento, território e práticas sociais, contribuindo para a conservação com justiça social.

Por fim, a análise dos limites e potencialidades institucionais do ICMBio evidenciou que, apesar de desafios como a burocratização e resistências internas, a incorporação da Educação Ambiental em sua agenda representa um avanço importante. A atuação de servidores engajados e a consolidação dos cursos GSA demonstram ser possível ampliar a participação qualificada e promover a justiça ambiental em escala territorial.

Em síntese, esta pesquisa confirma que a Educação Ambiental Crítica deve ser reconhecida como um componente essencial da gestão ambiental pública. Sua capacidade de formar sujeitos políticos e ambientais, mediar conflitos e articular saberes diversos é fundamental para se enfrentar os desafios da crise socioambiental contemporânea. A integração da Educação Ambiental com os demais instrumentos de gestão se configura como indispensável para a promoção da sustentabilidade com justiça, fortalecendo a construção de territórios socioambientalmente justos e ecologicamente equilibrados.

6.4 Contribuições da Pesquisa

Esta pesquisa oferece contribuições significativas para os campos da Educação Ambiental Crítica e da Gestão Ambiental Pública, ao evidenciar o papel estratégico da educação como ferramenta para se qualificar a participação social e ampliar a efetividade das políticas de conservação socioambiental. Diferentemente de abordagens que a tratam como dimensão acessória ou meramente ilustrativa, os resultados aqui apresentados reforçam que, quando implementada de forma crítica e participativa, a Educação Ambiental se equipara, em importância, aos instrumentos técnicos da fiscalização, do licenciamento e da pesquisa científica.

A análise dos Ciclos de Gestão Socioambiental (GSA), promovidos pelo ICMBio, demonstrou que os processos formativos contribuem para a construção de sujeitos capazes de dialogar com o Estado, influenciar decisões e fortalecer instâncias de governança territorial. A qualificação da participação, nesse contexto, não se limita à presença formal nos espaços decisórios, mas pressupõe uma formação crítica que promove a autonomia, a consciência política e o protagonismo, em consonância com a concepção freiriana da “educação como prática da liberdade” (Freire, 2005).

A pesquisa também aprofunda a compreensão sobre os limites e as potencialidades institucionais do ICMBio na promoção da participação social por meio da Educação Ambiental. Apesar dos desafios impostos por estruturas burocráticas e resistências internas, a atuação de servidores engajados e a consolidação dos cursos GSA evidenciam avanços importantes na democratização da gestão ambiental. Essa constatação dialoga com as reflexões de Diegues (1996) sobre a importância de se incorporar os saberes e as experiências das populações locais na formulação de políticas públicas mais justas e eficazes.

No campo da conservação da biodiversidade, os resultados indicam que a Educação Ambiental atua como um importante vetor de transformação de práticas socioambientais, promovendo o manejo sustentável, a proteção de espécies ameaçadas e a mediação de conflitos. O fortalecimento de redes territoriais, a mobilização comunitária e a valorização dos saberes tradicionais demonstram a potência da educação como elo entre ciência, política e cultura. Esta pesquisa amplia o debate sobre a participação qualificada ao demonstrar que sua efetivação exige mais do que marcos normativos: requer investimentos contínuos em processos formativos, espaços institucionais inclusivos e práticas educativas que reconheçam a diversidade cultural e promovam a

justiça ambiental. Nesse sentido, reafirma-se a participação qualificada como condição indispensável para a efetividade dos instrumentos de gestão ambiental pública, contribuindo para a sua legitimidade e para a produção de resultados concretos em contextos socioambientais complexos.

6.5 Limitações da Pesquisa

Apesar das contribuições relevantes, esta pesquisa apresenta limitações que devem ser consideradas na interpretação dos resultados e na formulação de estudos futuros. A complexidade do tema, a Educação Ambiental como instrumento de gestão ambiental pública, impôs desafios metodológicos, especialmente no que se refere à abrangência e à profundidade das análises qualitativas.

A opção pelo estudo de caso permitiu uma investigação mais aprofundada dos processos formativos nos Ciclos de Gestão Socioambiental (GSA), mas restringe a possibilidade de generalização dos resultados para outros contextos e territórios com dinâmicas socioambientais distintas (YIN, 2005). Além disso, o tempo limitado de trabalho de campo dificultou o acompanhamento das práticas e impactos, o que poderia ter proporcionado uma compreensão mais ampla e detalhada das transformações geradas pelos cursos.

A coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas, e sua interpretação, por meio de análise de conteúdo, embora eficazes para se captar percepções e experiências dos participantes, estão sujeitas à subjetividade, tanto dos entrevistados, quanto do pesquisador, o que pode introduzir vieses interpretativos (BARDIN, 2011). Soma-se a isso, a instabilidade institucional do ICMBio e das Unidades de Conservação, frequentemente impactadas por mudanças administrativas e conjunturas políticas, o que dificulta a avaliação contínua dos efeitos dos cursos GSA e a consolidação de práticas participativas baseadas na Educação Ambiental Crítica. Por fim, a diversidade cultural das populações tradicionais e a complexidade dos conflitos socioambientais exigem abordagens interdisciplinares que extrapolam o escopo deste estudo. Isso reforça a necessidade de pesquisas complementares que integrem diferentes saberes, metodologias e atores sociais para uma compreensão mais abrangente das dinâmicas territoriais e das práticas educativas.

6.6 Sugestões para Pesquisas Futuras

A partir das limitações e dos achados desta pesquisa, emergem diversas possibilidades para o aprofundamento do campo da Educação Ambiental na gestão

ambiental pública. Uma das principais recomendações seria a realização de estudos que envolvam um número maior e mais diverso de casos, abrangendo diferentes regiões, biomas e contextos socioculturais, a fim de se ampliar a possibilidade de generalização dos resultados e captar as especificidades locais.

Destaca-se, também, a importância de investigações que acompanhem os processos formativos e as ações socioambientais ao longo do tempo. Esse tipo de abordagem permitiria avaliar com maior precisão os impactos e a sustentabilidade das práticas decorrentes dos cursos GSA. O acompanhamento prolongado é fundamental para se compreender como as dinâmicas institucionais e políticas influenciam a continuidade da participação qualificada.

Outra lacuna relevante refere-se à necessidade de abordagens interdisciplinares que combinem métodos qualitativos e quantitativos, integrando áreas como sociologia, ecologia, antropologia e políticas públicas. Essa integração pode oferecer uma visão mais ampla e multifacetada dos processos educativos e de gestão.

Além disso, considera-se recomendável aprofundar a análise dos conflitos socioambientais e dos processos de mediação promovidos pela Educação Ambiental, explorando as estratégias de resolução, os atores envolvidos e os efeitos dessas práticas na construção da justiça ambiental e da sustentabilidade.

Por fim, sugere-se investigar o potencial das tecnologias digitais e das mídias sociais como ferramentas de fortalecimento da participação social e da Educação Ambiental, especialmente em contextos remotos ou com acesso limitado aos métodos tradicionais de formação. A incorporação dessas ferramentas pode ampliar o alcance e a eficácia das ações educativas, promovendo maior inclusão e inovação nos processos formativos.

6.7 Considerações finais e caminhos de aprimoramento

O conceito de participação social qualificada, que se desenvolveu nesta tese, é que ela deve ser compreendida não apenas como presença física em espaços institucionais, mas sobretudo como a capacidade de intervir nos processos decisórios a partir de saberes construídos coletivamente, experiências territoriais e práticas de resistência, mediadas pela Educação Ambiental Crítica. Mais do que ocupar formalmente um assento em conselhos ou reuniões, trata-se de reconhecer e mobilizar instrumentos políticos, jurídicos e pedagógicos que permitam, aos sujeitos do território, defender seus direitos e incidir de forma concreta na gestão socioambiental.

No entanto, a existência de uma participação qualificada não garante, por si só, a participação efetiva, entendida como a real incorporação das demandas sociais nas decisões e políticas públicas. Mesmo quando atores sociais se encontram preparados e organizados para o debate, os espaços participativos permanecem limitados por assimetrias de poder, estruturas burocráticas e pela prevalência de interesses institucionais sobre as necessidades comunitárias. A efetividade da participação depende, portanto, não apenas da qualificação dos sujeitos, mas também da abertura real das arenas decisórias e da disposição do Estado em reconhecer e acolher as contribuições da sociedade civil.

O desafio central é transformar a **participação qualificada**, promovida pela Educação Ambiental Crítica, em **participação efetiva**, superando barreiras institucionais, limitações orçamentárias e dificuldades de comunicação interna e externa no ICMBio. Essa transformação exige reconhecer a educação ambiental como instrumento estratégico, capaz de integrar o protagonismo comunitário, a conservação da biodiversidade e a construção coletiva do conhecimento. Garantir que a participação social se converta em ação efetiva significa investir em territórios onde a justiça ambiental se materialize na prática cotidiana, e a qualidade de vida de suas comunidades seja fortalecida, consolidando uma gestão socioambiental verdadeiramente democrática, inclusiva e transformadora.

Ao longo desta pesquisa, ficou evidenciado que os Ciclos de Gestão Socioambiental (GSA), promovidos pelo ICMBio, têm desempenhado um papel fundamental na qualificação da participação social e na promoção da conservação da biodiversidade em diferentes territórios. Contudo, para que tais experiências avancem de forma ainda mais efetiva, é necessário apontar caminhos de aprimoramento que fortaleçam os processos participativos, a política educacional do ICMBio e a gestão ambiental pública como um todo.

No que se refere aos processos participativos, os dados coletados indicam a urgência de se ampliar os espaços de deliberação com real capacidade de influência nas decisões institucionais. Como afirmam Avritzer (2009) e Gohn (2019), a participação só se torna efetiva quando os sujeitos sociais têm a possibilidade concreta de interferir nos rumos das políticas públicas. Para tanto, é necessário não apenas manter os conselhos gestores, mas revitalizá-los, garantindo a presença qualificada de representantes das comunidades locais, em especial mulheres, jovens, pescadores artesanais, quilombolas e outros grupos historicamente marginalizados. Isso requer metodologias de escuta ativa e

valorização dos saberes territoriais (Diegues, 2000; Leff, 2006), capazes de construir processos de cogestão verdadeiramente democráticos.

Quanto qualificação do Ciclos de Gestão Socioambiental (GSA), as entrevistas indicam que sua estrutura pode ser aprimorada por meio de maior protagonismo das comunidades na elaboração do conteúdo e na escolha das abordagens metodológicas. A produção de materiais didáticos acessíveis e contextualizados, como demandado pela entrevistada Ana Paula, deve ser priorizada, bem como a inclusão de temas como racismo ambiental e decolonialidade, sugeridos pelo entrevistado Ulisses. Além disso, a continuidade das formações, com fóruns de ex-alunos, redes territoriais de intercâmbio e acompanhamento de projetos, contribuiria para a sustentação e multiplicação dos efeitos das formações.

Do ponto de vista institucional, o ICMBio poderia consolidar os Ciclos GSA como uma política pública de Estado, dotada de orçamento e planejamento estruturado, de modo a não depender apenas da atuação voluntarista de servidores engajados, além de ampliar o orçamento da Coordenação de Gestão Socioambiental. A construção de um outro mundo possível exige uma ação pedagógica sistemática, enraizada nos territórios e conectada às lutas pela justiça socioambiental. Nesse sentido, a Educação Ambiental Crítica deve ser reconhecida como um instrumento transversal e estratégico da gestão ambiental pública, ao lado da fiscalização, do licenciamento e da pesquisa, como esta tese demonstrou ao longo de seus capítulos.

Também se destacam os efeitos positivos dos Ciclos de GSA sobre os Planos de Ação Nacional (PANs), especialmente no caso do peixe-boi-marinho. A partir de metodologias participativas e da valorização dos saberes locais, os PANs tornam-se ferramentas não apenas de conservação biológica, mas de emancipação socioterritorial. Isso reafirma o entendimento de que a gestão ambiental pública deve articular conservação da biodiversidade com a melhoria da qualidade de vida dos povos e comunidades tradicionais, conforme preconizado no artigo 225 da Constituição Federal de 1988. O aprimoramento da ferramenta passa por capacitação de servidores de Centros de Pesquisa no Ciclo GSA e a inclusão de profissionais capacitados em processos participativos nas oficinas de elaboração de PANs e nas oficinas de avaliação de espécies da fauna.

Propor essas sugestões, não se trata de desvalorizar os avanços já alcançados, mas de contribuir para que a educação ambiental continue sendo um instrumento potente de transformação social. Diante dos resultados alcançados, esta pesquisa reafirma a potência

da Educação Ambiental Crítica como um instrumento estruturante da gestão ambiental pública, capaz de articular saberes, fortalecer a participação social e promover a justiça socioambiental em territórios marcados por conflitos e desigualdades. Ao evidenciar que a formação continuada, como a promovida pelos Ciclos de Gestão Socioambiental do ICMBio, contribui para a construção de sujeitos políticos, este estudo aponta caminhos concretos para o fortalecimento da democracia ambiental no Brasil.

Em um cenário de crescentes ameaças às políticas públicas e aos direitos socioambientais, investir em processos educativos emancipadores, territorializados e inclusivos não é apenas uma estratégia desejável, mas uma condição necessária para a construção de futuros sustentáveis, justos e diversos. Apostar na participação crítica, na formação cidadã e na valorização dos territórios é, como canta Milton Nascimento em *Coração Civil*, acreditar que “os meninos e o povo no poder” não são apenas um verso bonito, mas uma possibilidade política concreta. Quando a participação social qualificada pela Educação Ambiental Crítica, se torna efetiva, nasce um território onde a justiça ambiental floresce e a qualidade de vida se concretiza. É o protagonismo das comunidades e de servidores comprometidos, a sabedoria dos territórios e a conservação da biodiversidade entrelaçados em ação. Educar com escuta, ouvir com sensibilidade e agir coletivamente, é assim que se constrói um outro futuro possível, democrático e transformador para a gestão ambiental pública.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **Justiça ambiental: construção e defesa de um campo**. In:

ACSELRAD, H. (org.). **Justiça ambiental: lutas sociais e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2009.

ACSELRAD, H. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ARNSTEIN, S. R. **Uma escala da participação cidadã**. Participe – Revista da Associação Brasileira para Promoção da Participação, p. 4-13, 2002.

AVRITZER, L. **Democracia e esfera pública: participação e deliberação na era da globalização**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

AVRITZER, L. **Democracia e esferas públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

BENEVIDES, F. C. M. **História dos projetos de conservação de espécies da fauna no Brasil**. História Revista, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 83–106, maio/ago. 2017.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Revista Eletrônica dos Pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC, v. 2, n. 1(3), p. 68-80, jan./jul. 2005.

BOTTOMORE, T. (ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2012.

BRANDÃO, C. R.; ASSUMPÇÃO, R. **Cultura rebelde: escritos sobre a educação popular ontem e agora**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. (Educação Popular).

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, 28 abr. 1999.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Diário Oficial da União, Brasília, 19 jul. 2000.

BRASIL; UNESCO. **Educação ambiental: as grandes orientações da Conferência de Tbilisi**. Brasília: IBAMA, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

CAL, S. B. S. R.; CAMPOS FORMAGIO, C.; BARBOSA, R. V. **Áreas protegidas, uso e ocupação do solo, qualidade de vida e turismo no litoral norte paulista: algumas reflexões sobre o município de Ubatuba**. Caderno Virtual de Turismo, v. 10, n. 2, p. 121-137, 2010.

CALDART, R. S. **A pedagogia da luta pela terra: o movimento social como princípio educativo**. In: Pedagogia do Movimento Sem Terra. Petrópolis: Vozes, 2000.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2001.

CARVALHO, I. C. M. **Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação**. Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 43-51, abr./jun. 2001.

CARVALHO, I. C. M. **Perspectiva das pedras: considerações sobre os novos materialismos e as epistemologias ecológicas**. Pesquisa em Educação Ambiental, v. 9, n. 1, p. 69-79, 2014.

COMTE, A. **Curso de filosofia positiva**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).

COOPER, A. F. S. C.; ANJOS, M. B. A. **A constituição do pensamento ambiental: de Leff a Ingold – bases da visão crítica?** Pesquisa em Educação Ambiental, v. 9, n. 2, p. 133-146, 2014.

CUNHA, C. C. **III ciclo de formação em gestão socioambiental: relatório de atividades**. [S. l.: s. n.], 2017. (mimeo).

CUNHA, C. C.; LOUREIRO, C. F. B. **Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática**.

In: LOUREIRO, C. F. B. (org.). *Gestão pública do ambiente e educação ambiental: caminhos e interfaces*. Rio de Janeiro: Rima, 2001.

DAGNINO, E. **Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?** In: *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Venezuela/facesucv/20120723055520/Dagnino.pdf>.

DAWSON, N. M.; BHARDWAJ, A.; COOLSAET, B. **Rumo a uma conservação da natureza mais equitativa e eficaz, liderada pelos povos indígenas e comunidades locais**. *Questão de Política*, n. 23, ICMBio, 2022.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996

DRUMMOND, G. M.; MACHADO, A. B. M.; PAGLIA, A. P. **Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção**. 1. ed. Brasília, DF: MMA; Belo Horizonte, MG: Fundação Biodiversitas, 2008. 2 v. (1420 p.). (Biodiversidade; 19).

FERDINAND, M. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Tradução Maria Teresa Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FREIRE, P. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, P.; HORTON, M. **O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GARCIA, L. M.; MOREIRA, J. C.; BURNS, R. **Conceitos geográficos na gestão das unidades de conservação brasileiras**. GEOgraphia, v. 20, n. 42, p. 53-62, 2018.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 26, n. 2, 1995.

GOHN, M. G. **Sociedade civil e democracia**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GUIMARÃES, M. **Por uma educação ambiental crítica na sociedade atual**. Revista Margens, v. 7, n. 9, p. 7, 2013.

HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Tradução de José Marques de Melo. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. v. 1.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. **The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change**. Oxford: Blackwell, 1996.

ICMBIO. **Guia para gestão de planos de ação nacional para a conservação das espécies ameaçadas de extinção: PAN – elabore, monitore, avalie**. Brasília: ICMBio, 2018.

ICMBIO. **Portaria nº 284, de 4 de abril de 2018**. Diário Oficial da União, Brasília, 6 abr. 2018. Seção 1, p. 175.

JACOBI, P. R. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, n. 118, 2003.

LACEY, H. **Valores e atividades científicas 2**. Tradução Marcos Barbosa de Oliveira et al. São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Studia/Editora 34, 2010.

LATOUR, B. **Políticas da natureza: como associar as ciências à democracia**. Tradução Carlos Aurélio Mota de Souza. São Paulo: Editora UNESP, 2019.

LAYRARGUES, P. P. **A educação ambiental na formação de professores: entre o conformismo e a resistência.** In: LAYRARGUES, P. P. (org.). *Identidades da Educação Ambiental Brasileira*. Brasília: Ministério da Educação, 2011.

LAYRARGUES, P. P. **A resolução de problemas ambientais locais deve ser um tema gerador ou a atividade-fim da educação ambiental?** In: REIGOTA, M. (org.). *Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LAYRARGUES, P. P. **Educação ambiental sob ataque: notas sobre o desmonte da política ambiental brasileira.** *Educação e Sociedade*, v. 42, e022093, 2021.

LAYRARGUES, P. P. **Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais.** In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (orgs.). *Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LAYRARGUES, P. P. **O antiambientalismo como pedagogia da barbárie: notas para uma crítica da conjuntura.** *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)*, v. 15, n. 1, p. 14-22, 2020.

LAYRARGUES, P. P. **Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais.** Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2000. Disponível em: .

LAYRARGUES, P. P. **A crise ambiental e seus desafios para a educação: a emergência da educação ambiental crítica.** In: LAYRARGUES, P. P. (org.). *Identidades da Educação Ambiental Brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 51-72.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. **Macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira.** *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 23-40, jan./mar. 2014.

LEFEBVRE, H. **The production of space.** Oxford: Blackwell, 1991.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental.** São Paulo: Cortez, 2001.

LEFF, E. **Ecologia Política: da desconstrução do capital a territorialização da vida**, tradução: Jorge Calvimontes – Campinas – SP; Editora da Unicamp, 2021.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental: a reinvenção da política**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEMONS, R. B. **"Gestão Ambiental e Territorialidade: Uma Perspectiva Integrada"**. In: XXX (organizador). Políticas Públicas e Gestão Ambiental. São Paulo: Editora XYZ, 2000. p. 89-102.

LOUREIRO, C. F. B.. **Educação ambiental crítica: contribuições para a construção de um pensamento complexo**. São Paulo: Cortez, 2005.

MILANO, M. S. **"Por que existem as unidades de conservação?"** In: Unidades de conservação: atualidades e tendências. MILANO M. S. (org.). Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. p. 193-208, 2002.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MIRANDA, H. S.; BUSTAMANTE, M. M. C.; MIRANDA, A. C. **"The fire factor"**. In: Oliveira, P. S.; Marquis, R. J. (eds.). The Cerrados of Brazil: Ecology and Natural History of a Neotropical Savanna. New York: Columbia University Press, 2002. p. 51–68.

PIVELLO, Vânia R. **"O manejo adaptativo do fogo em unidades de conservação no Brasil: problemas e perspectivas"**. Ciência Hoje, v. 47, n. 281, p. 24–29, 2011.

POPPER, K.R. **A lógica da pesquisa científica**, tradução: Leônidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Editora Cultrix, 1972.

PORTO GONÇALVES, C. W. **Território, Globalização e Fragmentação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

PORTO-GONÇALVES, C.W. **"A Ecologia Política na América Latina: Reapropriação Social da natureza e Reinvenção dos Territórios"**. Revista

Internacional Interdisciplinar INTERthesis, vol 09, nº01, Jan/Jun 2012.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

QUINTAS, J. S. **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente** (org.). 3. ed. Brasília: Ibama, 2006. (Coleção Meio Ambiente. Série Educação Ambiental)

QUINTAS, J. S. **"Educação no Processo de Gestão Ambiental: Uma Proposta de Educação Ambiental Transformadora e Emancipatória"**. In: Layrargues P. P. (coord.). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

QUINTAS, J. S.; GUALDA, M.J. **A formação do educador para atuar no processo de gestão ambiental.** Brasília: Ibama, 1995.

QUINTAS, José Silveira. **Educação ambiental: desafios e utopias.** São Paulo: Cortez, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental.** São Paulo: Brasiliense, 2009.

SANTOS, A.P.O. **Formação para Construir Estratégias de Ações Socioambientais na Comunidade Pesqueira da Ilha da Crôa, APA Costa dos Corais** (mimeo) 2017.

SANTOS, B.S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão.** São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** São Paulo: Edusp, 2009.

SCHMIDT, I. B. et al. **"Manejo Integrado do Fogo: desafios e oportunidades para a conservação em unidades de conservação federais"**. *Ciência e Ambiente*, n. 52, p. 141–158, 2016.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultura, 1983.

SOUZA, E.C. F., BRANT, A., RANGEL, C.A., BARBOSA, L.E., CARVALHO, C. E. G., JORGE, R.S., P. S., R. J. "**Avaliação do Risco de Extinção da Fauna Brasileira: Ponto de Partida Para A Conservação da Biodiversidade**". *Diversidade e Gestão*, 2(2): 62-75, 2018. Volume Especial: Conservação in situ e ex situ da Biodiversidade Brasileira. e-ISSN: 2527-0044.

TATAGIBA, Luciana. "**Participação qualificada**". In: *Sociedade civil e espaços públicos*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 45.

TENÓRIO, Francisco. **Gestão participativa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

TIZIANEL, Fernando A. T. **Relatório de intervenção: planejamento participativo de queimas controladas na Serra da Canastra**. Projeto do III Curso de Gestão Socioambiental ICMBio, 2018. [documento interno].

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Pesquisa-ação em Educação Ambiental**. *Pesquisa em Educação Ambiental*, vol. 3, n. 1, pp. 155–169, 2008.

VERCILLO, U. E. **Os Planos de Ação para Conservação de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção no Brasil: história e análise de resultados (2004-2019)**. Dissertação (Mestrado) Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

WORSTER, Donald. **Natureza e Poder: Uma História Ambiental do Mundo**. São Paulo: SENAC, 2002.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos I**, trad. Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens. **Conflitos ambientais: abordagens, experiências e cartografias**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

ANEXOS

Anexo A
Planejamento do III Curso de Gestão
Socioambiental

III Ciclo de Formação em Gestão
Socioambiental 2017/2018

Linhas de Educação Ambiental, Gestão de
Conflitos e Gestão Participativa

PLANO DE CURSO



1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. APRESENTAÇÃO:

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), como autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e responsável pela execução do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), vem investindo na capacitação de seu quadro de servidores com vistas ao alcance de seus objetivos institucionais e no fortalecimento da gestão das 325 unidades de conservação federais que estão sob sua responsabilidade, bem como na elaboração e execução de planos de ação de espécies ameaçadas de extinção.

A Coordenação Geral de Gestão Socioambiental (CGSAM), subordinada à Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação (DISAT), visa promover a conservação da sociobiodiversidade e o desenvolvimento socioambiental por meio do envolvimento da sociedade na gestão das unidades de conservação e dos centros nacionais de pesquisa e conservação, com atuação pautada pela valorização da participação social, pelo diálogo interinstitucional e pelo desenvolvimento de estratégias integradas de gestão territorial e da biodiversidade¹. Neste contexto, o Ciclo de Formação em Gestão Socioambiental (GSA) se consolida como um processo formativo voltado para os servidores da Instituição e outros atores sociais relacionados à gestão das unidades de conservação, contribuindo para o alcance dos objetivos da CGSAM.

O Ciclo de Formação GSA teve início em 2014, com a integração de três processos formativos que vinham sendo desenvolvidos na Instituição: Ciclo de Gestão Participativa (2010-2014); Curso de Educação Ambiental na Gestão Pública da Biodiversidade (2011-2014) e o Curso de Gestão de Conflitos Socioambientais (2012 e 2014). Em 06 (seis) anos de formação em gestão socioambiental, 332 (trezentas e trinta e duas) pessoas concluíram o curso, entre servidores do ICMBio e demais atores sociais, com importante reflexo na gestão de suas unidades.

Atualmente o Ciclo de Formação em Gestão Socioambiental possui

¹ICMBio, Relatório de Gestão 2015.

três linhas temáticas – Educação Ambiental, Gestão Participativa e Gestão de Conflitos, contando com momentos de integração entre os cursistas das três linhas, o que proporciona uma visão integrada no tratamento dos diferentes temas, que, na prática, são indissociáveis na gestão da sociobiodiversidade.

1.2. JUSTIFICATIVA:

Este Ciclo de Formação se justifica na missão do Instituto Chico Mendes de “**proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental**”, preparando o servidor público e demais atores estratégicos na gestão da biodiversidade para a gestão socioambiental e territorial, fortalecendo a interlocução com a sociedade.

Da mesma forma, contribui para a implementação do SNUC que tem, entre suas diretrizes, assegurar a participação efetiva das populações locais na criação, implementação e gestão das UC, bem como, compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais com essas unidades.

1.3. DADOS GERAIS:

NOME DO CURSO: III Ciclo de Formação em Gestão Socioambiental

DIRETORIA/COORDENAÇÃO REGIONAL SOLICITANTE: DISAT

COORDENAÇÃO/DIVISÃO/CENTRO DE PESQUISA SOLICITANTE: CGSAM

CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO*:

350 h/a (280 h/a presenciais e 70 h/a à distância)

NÚMERO DE TURMAS:

01 turma, dividida em três linhas temáticas

* 1h/a = 45'

PONTOS FOCAIS E COORDENADORES		
PONTO FOCAL PEDAGÓGICO: Thais Furini Rossi	--	CONTATO (FONE/SKYPE/E-MAIL): (15) 3266-9337 thais.rossi@icmbio.gov.br
PONTOS FOCAIS NA COORDENAÇÃO TÉCNICA (CGSAM) Camilla Helena Karina Dino Marcelo Cavallini	-	CONTATO (FONE/SKYPE/E-MAIL): VOIP: 9044/9034/9038 camilla.silva@icmbio.gov.br karina.dino@icmbio.gov.br marcelo.cavallini@icmbio.gov.br
COORDENADORA DO CURSO: Cláudia Conceição Cunha	TOTAL DE H/A*: 350 h/a	CONTATO (FONE/SKYPE/E-MAIL) (83) 32460066 Skype: cau.cunha claudia.cunha@icmbio.gov.br

COORDENADORA DA LINHA DE GESTÃO PARTICIPATIVA: Sylvia de Souza Chada	TOTAL DE H/A*: 350 h/a	CONTATO (FONE/SKYPE/E-MAIL) (24)3362-9885/ (21)99904-1331 sylvia.chada@icmbio.gov.br skype: sylvia.chada
COORDENADOR DA LINHA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: Claudio Rodrigues Fabi	TOTAL DE H/A*: 350 h/a	CONTATO (FONE/SKYPE/E-MAIL) (19)3565-1299/998111136; claudio.fabi@icmbio.gov.br Skype: claudio.rodrigues.fabi
COORDENADOR DA LINHA DE GESTÃO DE CONFLITOS: Luiz Francisco Ditzel Faraco	TOTAL DE H/A*: 350 h/a	CONTATO (FONE/SKYPE/E-MAIL) (41) 3292-6470, ramal 221 / 987247012 luiz.faraco@icmbio.gov.br Skype: xicofaraco@yahoo.c

		om
--	--	----

* 1h/a = 45'

MÓDULOS

APRENDIZES E EQUIPE*

Quantidade de aprendizes:	Quantidade equipe e de organização :	Quantidade instrutores e palestrantes do ICMBio:	Quantidade de instrutores e palestrantes externos:	TOTAL :
60	01	34	15	110

* A distribuição da equipe ao longo do ciclo será detalhada nos planos dos módulos.

SUJEITOS DA AÇÃO EDUCATIVA: Servidores do ICMBio e demais atores sociais envolvidos na gestão da biodiversidade (servidores de Unidades de Conservação estaduais ou municipais, conselheiros de Unidades de Conservação, comunitários, parceiros do ICMBio, etc).

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO:

O processo seletivo será diferenciado para cada perfil de candidato:

SERVIDORES DO ICMBio (todos)

- a) Envolvimento na elaboração ou implementação de instrumentos de gestão de Unidades de Conservação;
- b) Envolvimento na elaboração ou implementação de planos de ação para a conservação de espécies-alvo;
- c) Existência de ameaças ou comprometimentos à efetividade da Unidade de Conservação;
- d) Existência de oportunidades e potencialidades para melhoria da efetividade da Unidade de Conservação;
- e) Atuação em gestão socioambiental nos Centros de Pesquisa e Conservação, nas Coordenações Regionais ou em suas instâncias colegiadas;
- f) Será dada prioridade para servidores e parceiros atuantes na bacia do Rio Tapajós, região da Terra do Meio, Jalapão e Salgado Paraense, além das Unidades de Conservação priorizadas pelas Coordenações Regionais com demandas para atuação em gestão socioambiental;
- g) Servidores de UCs ou Centros de Pesquisa e Conservação onde não haja outros servidores que já tenham passado pelos cursos do processo formativo da Coordenação Geral de Gestão Socioambiental;
- h) Servidores de UCs que não têm ou que precisam reativar seus Conselhos Gestores;
- i) Será considerado como critério adicional de seleção, em especial para a linha de Gestão de Conflitos Socioambientais, servidores de Unidades de Conservação que vivenciam conflitos complexos e/ou com longo histórico de interações (exitosas ou não) entre órgão gestor e grupo(s) social(is) relacionado(s); e
- j) Servidores que ainda não passaram por nenhuma capacitação prevista no PAC nos anos de 2011 a 2016 possuem prioridade para serem capacitados em 2017.

GESTORES ESTADUAIS E PARCEIROS DO PROGRAMA ARPA E DO GEF MAR

- a) Atuação em gestão socioambiental no Órgão Gestor;
- b) Servidores de UCs que não têm ou precisam reativar seus Conselhos Gestores;
- c) Envolvimento na elaboração ou implementação de instrumentos de gestão de Unidades de Conservação;
- d) Envolvimento na elaboração ou implementação de planos de ação para a conservação de espécies-alvo;
- e) Existência de oportunidades e potencialidades para melhoria da efetividade da Unidade de Conservação;
- f) Indicação de ordem de preferência do Ponto Focal;
- g) Será considerado como critério adicional de seleção, em especial para a linha de Gestão de Conflitos Socioambientais, servidores de Unidades de Conservação que vivenciam conflitos complexos e/ou com longo histórico de interações (exitosas ou não) entre órgão gestor e grupo(s) social(is) relacionado(s); e
- h) Servidores que ainda não passaram por nenhuma capacitação prevista no PAC nos anos de 2014 a 2016 possuem prioridade para serem capacitados em 2017.

PRAZO E DETALHAMENTO DA SELEÇÃO:

- Período de inscrição: 05 a 25 de junho de 2017;

- Data limite para envio da documentação solicitada: 26 de junho de 2017;

- Período de seleção: 28 de junho a 14 de julho de 2017;

- Divulgação do resultado: 17 de julho de 2017;

OBJETIVOS DO CURSO:

Objetivo geral

Contribuir para a formação de servidores do ICMBio e de outros atores sociais

envolvidos com a conservação da biodiversidade para atuarem na Gestão Ambiental Pública, a partir de uma compreensão crítica do contexto histórico e sociopolítico de seus territórios de atuação, estimulando a articulação entre os diferentes atores sociais, com vista ao fortalecimento da participação social, considerando a atribuição do ICMBio, seus objetivos e missão institucional.

Objetivos específicos:

- a) Contribuir para a formação de servidores do ICMBio e outros atores sociais, possibilitando o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes com vistas ao fortalecimento de uma gestão ambiental com a participação da sociedade;
- b) Contribuir para o fortalecimento dos instrumentos da Gestão Ambiental Pública por meio da ampliação e qualificação da participação social em sua elaboração e implementação;
- c) Fomentar espaços de articulação entre os participantes, para intervenções qualificadas em seus locais de atuação;
- d) Implementar processos educativos, de facilitação de processos participativos e de gestão de conflitos nas Unidades de Conservação federais, que proporcionem reflexões sobre tensões inerentes à prática social, bem como reiteração de valores no plano das atitudes como solidariedade, diálogo, lealdade, cooperação, respeito ao outro, à diferença e a todas as manifestações da vida, incorporando o uso prudente e cuidadoso dos recursos ambientais, que devem caracterizar uma ordem social justa, democrática e sustentável;
- e) Implementar processos de integração das Unidades de Conservação no contexto regional;
- f) Aprimorar o diálogo entre os diversos atores envolvidos na Gestão Ambiental Pública; e
- g) Fortalecer a prática de monitoramento, avaliação, registro e divulgação de processos da Gestão Ambiental Pública.

PRODUTOS ESPERADOS:

- 60 gestores (servidores e demais atores sociais envolvidos na gestão) com conhecimentos, habilidades e atitudes para o fortalecimento da participação social na gestão ambiental da biodiversidade; e
- Desenvolvimento de projetos nas áreas de atuação dos cursistas, voltados ao desenvolvimento de processos educativos, fortalecimento de espaços de participação social e gestão de conflitos socioambientais.

METODOLOGIA:

O Ciclo de Formação em Gestão Socioambiental está ancorado em uma concepção de educação crítica, transformadora e emancipatória, em um processo pedagógico que privilegia a construção e aprendizagem coletiva, na perspectiva do “aprender fazendo” e da “gestão adaptativa”.

O Ciclo conta com atividades à distância, preparatórias para os momentos presenciais (leitura de textos, exercícios etc) e, nos momentos presenciais, são realizadas exposições dialogadas, mesas redondas e trabalhos em grupo, em um ambiente que privilegia a construção do saber coletivo. Ao final, o cursista deve desenvolver um projeto de intervenção prática em seu local de atuação, que é construído ao longo do curso com acompanhamento da equipe pedagógica, com o objetivo de aplicar os conhecimentos produzidos e apreendidos durante o Ciclo.

MÉTODOS DE AVALIAÇÃO:

A avaliação será processual, de acordo com a participação do cursista no Ciclo, e através de elaboração e implementação de um projeto de intervenção prática.

CONDIÇÕES PARA CERTIFICAÇÃO:

- Receberá o certificado de **aprovação no Ciclo** o cursista que atender

cumulativamente às seguintes condições:

- a) Ter 100 % de frequência nos momentos presenciais, **inclusive nas atividades previstas aos sábados;**
 - b) Ter encaminhado as tarefas, principalmente os projetos e seus respectivos relatórios finais, nos prazos previamente acordados, incluindo as atividades à distância; e
 - c) Ter elaborado e implementado² os projetos segundo os princípios (concepção teórico-metodológica) do Ciclo de Formação em Gestão Socioambiental.
- O cursista que tiver 100% de frequência nos momentos presenciais, mas, que não cumprir as condições dos itens “b” e/ou “c” acima, receberá o certificado de **participação no Ciclo.**
 - O cursista que não atingir 100% de frequência, independentemente do cumprimento das demais condições, receberá o(s) certificado(s) de **participação do(s) módulo(s)** específico(s) do(s) qual(s) participou.

Os casos omissos serão avaliados pela coordenação do curso, pelas coordenações das linhas e pela ACADEBio.

2. INFORMAÇÕES DAS LINHAS FORMATIVAS

2.1. LINHA DE FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA GESTÃO PÚBLICA DA BIODIVERSIDADE

² O cursista que não implementar o projeto por questões alheias à sua vontade ou esforço, receberá o certificado de aprovação desde que o projeto tenha sido elaborado e aprovado pela equipe pedagógica, mediante elaboração do relatório final com justificativa pela qual não houve implementação.

Objetivo geral:

Promover a formação de educadores ambientais aptos a desenvolver processos educativos junto a grupos sociais relacionados com a gestão da biodiversidade, com vistas à participação protagônica na Gestão Ambiental Pública, na perspectiva da educação crítica, contribuindo para a conservação da biodiversidade, o exercício da cidadania e a qualidade de vida das populações envolvidas.

Objetivos Específicos:

- a) Contribuir na formação e ampliação do corpo de educadores ambientais do ICMBio, demais órgãos do SISNAMA, comunidades e parceiros, possibilitando o desenvolvimento de competências para formular, executar, monitorar e avaliar processos educativos com grupos sociais no contexto territorial;
- b) Construir processos de ensino-aprendizagem que proporcionem reflexões sobre as tensões inerentes à prática social e seus reflexos sobre a gestão socioambiental para a conservação da biodiversidade;
- c) Desenvolver ações educativas, utilizando estratégias de ensino-aprendizagem que estimulem a criticidade, autonomia e intervenção de grupos sociais no processo de gestão da biodiversidade;

Competências a serem desenvolvidas:

Desenvolver processos educativos dialógicos junto a grupos sociais relacionados com a conservação da biodiversidade, contribuindo para o aprimoramento da participação social nos instrumentos da Gestão Ambiental Pública, considerando o contexto socioambiental em que está inserida a gestão das unidades de conservação.

2.2. LINHA DE FORMAÇÃO EM GESTÃO PARTICIPATIVA DA BIODIVERSIDADE

Objetivo Geral:

Desenvolver capacidades do cursista para atuar como um agente facilitador de processos participativos, por meio da ampliação de sua percepção sobre si e sobre os outros e da apropriação de técnicas e ferramentas que promovam diálogos e construções colaborativas, com vistas ao fortalecimento da participação social na gestão pública da biodiversidade.

Objetivos Específicos:

- a) Desenvolver habilidades para a facilitação de processos participativos;
- b) Entender de forma crítica as dificuldades e facilidades do uso de ferramentas e técnicas participativas no processo de gestão ambiental pública; e
- c) Ter atitude proativa na construção de ambientes favoráveis a uma gestão participativa e colaborativa, que contribua para o fortalecimento da participação social na gestão pública da biodiversidade

Competências a serem desenvolvidas:

Conduzir processos que aprimorem a participação nos espaços públicos da gestão de unidades de conservação e nos trabalhos desenvolvidos pelos centros de pesquisa do ICMBio, considerando o contexto sociocultural e os princípios da gestão adaptativa, de forma ética, crítica e comprometida.

2.3. LINHA DE FORMAÇÃO EM GESTÃO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Objetivo Geral:

Promover a formação de gestores e outros atores sociais para lidar com as múltiplas dimensões de conflitos relacionados à gestão das unidades de conservação e à execução das políticas de conservação da biodiversidade.

Objetivos Específicos:

Conhecer e compreender conceitos e métodos para análise de conflitos relacionados às atividades inerentes à gestão das unidades de conservação e à execução das políticas de conservação da biodiversidade, por meio da identificação dos elementos constituintes do conflito, da análise de atores e da proposição de estratégias de interação e gestão.

Competências a serem desenvolvidas:

Elaborar e executar processos de intervenção estratégica em situações de conflito socioambiental, a partir de uma análise crítica do seu contexto de atuação, e da aplicação de conceitos e métodos de análise e gestão de conflitos.

3. INFORMAÇÕES GERAIS DOS MÓDULOS³

3.1. MÓDULO 1 – FUNDAMENTOS DA GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

³As informações específicas serão apresentadas nos

OBJETIVOS DO MÓDULO:

Geral

Promover o aprofundamento conceitual em relação aos princípios estruturantes da Gestão Ambiental Pública (GAP), favorecendo a capacidade de leitura de realidade, a partir de uma compreensão crítica do contexto histórico e sociopolítico no qual esta se situa.

Específicos

- a) Contribuir para a compreensão da crise ambiental como elemento de uma crise civilizatória;
- b) Compreender as diferentes relações existentes entre sociedade/natureza e suas conseqüências na concepção de políticas públicas;
- c) Perceber a inter-relação entre a constituição e desconstituição de territórios e a construção de identidades;
- d) Saber distinguir os elementos constituintes de um conflito e as características de injustiça ambiental;
- e) Compreender o significado da Gestão Ambiental Pública, o papel do Estado e do servidor público;
- f) Compreender a necessidade da participação social na gestão ambiental pública, e os marcos legais pertinentes;
- g) Compreender a educação ambiental como instrumento de gestão que atua na qualificação dos sujeitos para uma intervenção na gestão ambiental pública; e
- h) Compreender aspectos envolvidos na gestão de grupos.

ATIVIDADES DA ETAPA PREPARATÓRIA À DISTÂNCIA

Estudo dirigido dos textos:

- FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. In: Freire, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São

Paulo: Cortez, 1989.

- SOUZA SANTOS, Boaventura. 06 razões para pensar. In: Rodrigues, L. M. (coord.) **Por que pensar?** Lua Nova, n. 54, p. 13 – 23. Disponível em:
http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Porque%20pensar_Lua%20Nova_2001.pdf. Acesso em 14 jun. 2015.

COMPONENTES CURRICULARES DA ETAPA PRESENCIAL

- Crise civilizatória;
- Sociedade e natureza;
- Território e identidade;
- Conflitos /(in)justiça ambiental;
- Estado e Sociedade;
- Gestão Ambiental Pública;
- Participação social;
- Educação ambiental; e
- Gestão de grupos.

3.2. MÓDULO 2 – ESPECÍFICOS DAS LINHAS FORMATIVAS

3.2.1. LINHA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA DA BIODIVERSIDADE

OBJETIVOS DO MÓDULO:

Geral

Promover a formação de educadores ambientais aptos a desenvolver processos educativos junto a grupos sociais relacionados com a gestão da biodiversidade, com vistas à

participação protagônica na GAP, na perspectiva da educação crítica, contribuindo para a conservação da biodiversidade, o exercício da cidadania e a qualidade de vida das populações envolvidas.

Específicos

- a) Propiciar a capacidade de desenvolver processos educativos junto a grupos sociais relacionados com a conservação da biodiversidade, contribuindo para o aprimoramento da participação social nos instrumentos da gestão ambiental pública;
- b) Conhecer a educação ambiental e suas diversas vertentes e os princípios da Educação Crítica e Popular;
- c) Possibilitar que o cursista se torne apto a construir e implementar projetos de educação ambiental no contexto territorial; e
- d) Fortalecer a implementação do monitoramento e avaliação de resultados dos projetos de educação ambiental.

ATIVIDADES DA ETAPA PREPARATÓRIA À DISTÂNCIA

Exercício de leitura da realidade.

COMPONENTES CURRICULARES DA ETAPA PRESENCIAL

- Ferramenta estruturante para análise de conflito;
- História e tendências da educação no Brasil;
- Fundamentos da educação crítica;
- Diferentes concepções de educação ambiental;
- Saber popular e identidade;
- Estruturação do ato pedagógico; e
- Planos de ensino aprendizagem.

3.2.2. LINHA DE GESTÃO PARTICIPATIVA - GESTOR FACILITADOR E FERRAMENTAS PARA A PARTICIPAÇÃO SOCIAL

OBJETIVOS DO MÓDULO:

Geral

Desenvolver capacidades do cursista para atuar como um agente facilitador de processos participativos, por meio da ampliação de sua percepção sobre si e sobre os outros e da apropriação de técnicas e ferramentas que promovam diálogos e construções colaborativas, com vistas ao fortalecimento da participação social na gestão pública da biodiversidade.

Específicos

- a) Desenvolver habilidades para a facilitação de processos participativos;
- b) Entender de forma crítica as dificuldades e facilidades do uso de ferramentas e técnicas participativas no processo de gestão ambiental pública; e
- c) Ter atitude proativa na construção de ambientes favoráveis a uma gestão participativa e colaborativa, que contribua para o fortalecimento da participação social na gestão pública da biodiversidade.

ATIVIDADES DA ETAPA PREPARATÓRIA À DISTÂNCIA

Exercício de leitura da realidade

COMPONENTES CURRICULARES DA ETAPA PRESENCIAL

- Ciclo de gestão adaptativa;
- Espaços públicos de participação;
- Eu, gestor;
- Competências e crenças desejáveis no gestor facilitador;
- Habilidades do gestor facilitador (múltiplas percepções, saber escutar, a arte de fazer perguntas);

- Comunicação não violenta e conflitos interpessoais;
- Métodos e técnicas do gestor facilitador (coleta e estruturação de ideias, tomada de decisão); e
- Conceitos e abordagens gerais e procedimentos para a aplicação de ferramentas e facilitação de trabalhos de grupo.

3.2.3. LINHA DE GESTÃO DE CONFLITOS - GESTÃO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

OBJETIVOS DO MÓDULO:

Geral

Conhecer e compreender conceitos e métodos para análise de conflitos relacionados às atividades inerentes à gestão das Unidades de Conservação e à execução das políticas de conservação da biodiversidade, por meio da identificação dos elementos constituintes do conflito, da análise de atores e da proposição de estratégias de interação e gestão.

Específicos

- a) Compreender o contexto dos conflitos socioambientais no Brasil;
- b) Conhecer aspectos jurídicos relacionados a conflitos socioambientais;
- c) Aprofundar conceitos sobre Gestão de Conflitos Socioambientais;
- d) Possibilitar uma reflexão crítica sobre conceitos e abordagens envolvidos no estudo de conflitos;
- e) Compreender os elementos constitutivos do conflito;
- f) Apropriar-se de ferramentas para análise de conflitos;
- g) Identificar e analisar possíveis estratégias de interação em conflitos;
- h) Conhecer e saber aplicar técnicas de relacionamento em conflitos; e
- i) Ser capaz de estruturar uma proposta de ação para gestão de

um conflito socioambiental.

ATIVIDADES DA ETAPA PREPARATÓRIA À DISTÂNCIA

Exercício de leitura da realidade

COMPONENTES CURRICULARES DA ETAPA PRESENCIAL

- Contexto e conceitos da gestão de conflitos: contexto – interfaces territoriais com UCs; aspectos jurídicos; conceitos/abordagem/enfoques; justiça ambiental;
- Elementos do conflito: elementos constituintes; ferramentas; ferramentas de diagnóstico;
- Interações estratégicas em conflitos socioambientais: estratégias de interação; técnicas de relacionamento; comunicação interpessoal; instrumentos disponíveis (gestão UC, câmara conciliação, PNGATI); e
- Aplicação prática das ferramentas de análise e interações na realidade concreta.

3.3. MÓDULO 3 – PLANEJAMENTO

OBJETIVOS DO MÓDULO

Geral

Desenvolver capacidades para o planejamento participativo de processos de gestão pública da sociobiodiversidade.

Específicos

Como objetivos específicos do módulo, espera-se que os cursistas desenvolvam os seguintes conhecimentos, habilidades e atitudes:

a) Na área dos Conhecimentos:

- O Planejamento Participativo no Ciclo de Gestão Adaptativa.

b) Na área das Habilidades:

- Estruturar o planejamento de processos a partir da análise de casos concretos;
- Elaborar o planejamento participativo de um projeto utilizando metodologias de monitoramento e comunicação;
- Explorar as habilidades do gestor-facilitador na promoção de planejamentos participativos; e
- Promover processos de planejamento com enfoque adaptativo e que utilizem ferramentas e técnicas participativas.

c) Na área das atitudes

- Incorporar o uso das ferramentas de planejamento e monitoramento no cotidiano da gestão; e
- Estimular a participação social no planejamento para a gestão da sociobiodiversidade.

ATIVIDADES DA ETAPA PREPARATÓRIA À DISTÂNCIA

Refinamento da proposta de projeto em seu local de atuação (pós módulo).

COMPONENTES CURRICULARES DA ETAPA PRESENCIAL

- Introdução ao planejamento participativo;
- Participação social nos instrumentos de planejamento da conservação da sociobiodiversidade: modelo de gestão pública, ciclo de gestão adaptativa, Espiral da melhoria contínua, níveis de planejamento, planejamento e execução, processo x projeto;
- Elementos do planejamento de projetos: a) Organizar o pensamento (objetivos, resultados, atividades); b) Olhando ao redor de si (pressupostos, fatores de risco); c) Comunicando e conferindo (matriz do marco lógico);

- Monitoramento e avaliação: indicadores (tipos, construção), fontes de verificação, impacto do monitoramento na execução, dimensões de análise dos processos de gestão socioambiental; e
- Elaboração dos projetos de gestão socioambiental.

3.4. MÓDULO 4 – COMUNICAÇÃO

OBJETIVOS DO MÓDULO:

Geral

Qualificar a atuação de servidores e outros atores sociais envolvidos com a gestão pública da sociobiodiversidade por meio da análise crítica do discurso ambiental hegemônico e do desenvolvimento de práticas comunicativas que incentivem a participação social.

Específicos

Como objetivos específicos do módulo, espera-se que os cursistas desenvolvam os seguintes conhecimentos, habilidades e atitudes:

- a) Estruturar processos de comunicação para os projetos desenvolvidos;
- b) Compreender formas de linguagem para diferentes públicos, de forma a facilitar a comunicação entre os diferentes grupos envolvidos na gestão ambiental pública;
- c) Desenvolver processos de comunicação participativos;
- d) Aprender a utilizar técnicas e ferramentas para comunicação de forma a favorecer o envolvimento de diferentes grupos sociais;
- e) Entender e saber reconhecer a dinâmica dos aspectos objetivos e subjetivos da comunicação: conflitos, linguagens verbais e não-verbais, monopólio da palavra, manipulação, etc; e
- f) Ter postura crítica em relação às práticas comunicativas existentes na sociedade e como elas refletem na gestão ambiental participativa.

ATIVIDADES DA ETAPA PREPARATÓRIA À DISTÂNCIA

Refinamento da proposta de projeto em seu local de atuação.

COMPONENTES CURRICULARES DA ETAPA PRESENCIAL

- Leitura e análise crítica dos meios de comunicação;
- Comunicação em UCs;
- Educomunicação e ENCEA;
- Comunicação não violenta;
- Arte-educação;
- Técnicas e ferramentas para comunicação; e
- Planejamento em comunicação.

3.5. SEMINÁRIO DE ENCERRAMENTO

OBJETIVOS DO SEMINÁRIO:

Geral

Promover um espaço de compartilhamento dos projetos implementados pelos cursistas do III Ciclo de Formação em Gestão Socioambiental, refletindo sobre os aprendizados advindos do mesmo.

Específicos

- a) Compartilhar os resultados dos projetos implementados, seus desafios e dificuldades, as oportunidades surgidas e os aprendizados decorrentes;
- b) Divulgar para a instituição os projetos implementados ou em execução advindos do III Ciclo de Formação em Gestão Socioambiental, avançando na institucionalização de boas práticas de gestão socioambiental;
- c) Refletir sobre os aprendizados advindos do III Ciclo GSA e sobre o desenvolvimento pessoal ocorrido ao longo do período; e
- d) Avaliar o III Ciclo de Formação em Gestão Socioambiental.

ATIVIDADES DA ETAPA PREPARATÓRIA À DISTÂNCIA

- Implementação dos Projetos; e
- Elaboração de relatório final das atividades desenvolvidas no III Ciclo GSA.

COMPONENTES CURRICULARES DA ETAPA PRESENCIAL

- Projetos dos participantes e seus resultados; e
- Desenvolvimento pessoal.

ANEXO B
Planejamento IV Curso de Gestão socioambiental

**PLANO DE CURSO – IV CICLO DE GESTÃO
SOCIOAMBIENTAL**

INFORMAÇÕES GERAIS

CURSO: IV Ciclo de Formação em Gestão Socioambiental

QUANTIDADE DE EDUCANDOS: 31

CARGA HORÁRIA (hora/aula)i: 320 h/a (275 h/a presenciais e 45 h/a à distância)

ÁREA TÉCNICA SOLICITANTE: Coordenação Geral de Gestão Socioambiental

PERÍODO: 24/07/2019 a 03/07/2020

COORDENADOR TÉCNICO:

Breno Herrera da Silva Coelho

Alessandra Fontana

Cláudio Rodrigues Fabi

Marcus Machado Gomes

LOCAL: CEPTA – Pirassununga/SP

PONTO FOCAL PEDAGÓGICO: Thaís Rossi

JUSTIFICATIVA

Por que este curso é importante para o alcance dos objetivos institucionais do ICMBio?

Esse Ciclo de Formação se fundamenta na missão do Instituto Chico Mendes, de “proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental”, capacitando o servidor público e demais atores estratégicos para a conservação da biodiversidade, contribuindo para a gestão socioambiental e territorial e fortalecendo a interlocução com a sociedade.

Da mesma forma, contribui para a implementação do SNUC que tem, entre suas diretrizes, “assegurar a participação efetiva das populações locais na criação, implementação e gestão das UC” (BRASIL, 2000), bem como, compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais com essas unidades.

PÚBLICO

Quais os sujeitos da ação educativa?

Servidores do Instituto Chico Mendes e demais atores sociais envolvidos na gestão da biodiversidade (servidores dos órgãos integrantes do SISNAMA, conselheiros de unidades de conservação, comunitários e parceiros do Instituto Chico Mendes).

COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO CURSO

Após o curso, espera-se que o educando esteja apto a...

Conduzir processos que aprimorem a participação da sociedade na gestão de unidades de conservação e na conservação da biodiversidade, considerando o contexto sociocultural e os princípios da gestão adaptativa, de forma ética e compromissada.

Planejar e conduzir processos de intervenção estratégica em situações de conflito socioambiental, a partir de uma análise contextualizada do seu território de atuação, e por meio da aplicação de conceitos e métodos de gestão de conflitos.

Desenvolver processos educativos em diálogo com grupos sociais relacionados à conservação da biodiversidade, contribuindo para o aprimoramento da participação da sociedade nos instrumentos da Gestão Ambiental Pública, considerando o contexto socioambiental em que está inserida a gestão das unidades de conservação e a preservação de espécies da fauna ameaçadas de extinção.

ATITUDES

Proatividade, abertura ao diálogo, flexibilidade, acolhimento, respeito e colaboração.

Organização dos Módulos

Módulo	Componentes Curriculares	Período	Local	Coordenador	Carga Horária
Etapa 1 à distância	Leitura da realidade:	24 de julho a 20 de	Em	Breno Herrera da Silva Coelho,	10 h/a

	diagnóstico inicial	agosto de 2019		Claudio Rodrigues Fabi	
Módulo I – Leitura da Realidade	Pilares teórico-metodológicos da Gestão Socioambiental no ICMBio; Diferentes olhares sobre a realidade; Relação sociedade/natureza; Território e identidade; Conflitos socioambientais; Justiça ambiental; Estado e Sociedade; Gestão Ambiental Pública (GAP); Participação social; Instrumentos de gestão; Marcos legais da GAP; Ferramentas de diagnóstico da realidade	21 a 29 de agosto de 2019	CE PTA	Breno Herrera da Silva Coelho, Claudio Rodrigues Fabi	80 h/a
Etapas à distância 2	Leitura da Realidade: mapeamento de atores locais, identificação das assimetrias na	02 de setembro a 11 de outubro de 2019	AV A	Alessandra Fontana	10 h/a

	gestão ambiental pública e nos espaços de participação				
Módulo II – Aportes Metodológicos	Diálogo de Saberes; Gestor Facilitador (habilidades, percepção, métodos e técnicas); Metodologias participativas (ferramentas participativas e facilitação de trabalhos de grupo); Comunicação para a gestão participativa (educomunicação, leitura crítica dos meios, técnicas e ferramentas); Orientação para a construção de propostas de intervenção II	21 a 29 de agosto de 2019	CE PTA	Alessandra Fontana, Marcus Machado Gomes	80 h/a
Etapa 3 à distância	Leitura da realidade: descrição da problemática no território de atuação, com	01 de novembro de 2019 a 13 de março de 2020	AV A	Marcus Machado Gomes	10 h/a

	identificação das necessidades de intervenção, a partir das prioridades de gestão				
Módulo III – Estruturação da Ação	Espaços públicos e instrumentos de gestão; Elementos do planejamento (plano de ação, planejamento de comunicação); História e tendências da educação no Brasil; Educação ambiental na gestão da biodiversidade; Educação e Extensão; Construção do ato pedagógico; Estruturação da proposta de intervenção (construção, apresentação)	25 de março a 02 de abril de 2020	CE PTA	Alessandra Fontana, Breno Herrera da Silva Coelho, Claudio Rodrigues Fabi, Marcus Machado Gomes	80 h/a
Etapas à distância 4	Implementação das propostas de intervenção; Elaboração e	03 de abril a 19 de junho de 2020	AV A	Alessandra Fontana, Breno Herrera da Silva Coelho,	15 h/a

	entrega de relatório final das atividades desenvolvidas no IV Ciclo GSA			Claudio Rodrigues Fabi, Marcus Machado Gomes	
Módulo IV – Seminário de Encerramento	Apresentação das propostas de intervenção; Desenvolvimento pessoal	30 de junho a 3 de julho de 2020	CE PTA	Alessandra Fontana, Breno Herrera da Silva Coelho, Claudio Rodrigues Fabi, Marcus Machado Gomes	35 h/a

AVALIAÇÃO

A avaliação será processual, com base na participação do cursista nos Módulos presenciais do Ciclo, na execução das tarefas encaminhadas nas etapas à distância e na elaboração e implementação de uma proposta de intervenção prática.

APROVAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

☐ Certificado de aprovação: será aprovado no Ciclo o cursista que atender cumulativamente às seguintes condições:

a) Frequência integral nos momentos presenciais, inclusive nas atividades previstas para os finais de semana. Ausências justificadas serão analisadas pela coordenação, podendo ser abonadas;

b) Execução das tarefas (presenciais e à distância), nos prazos previamente acordados;

c) Proposta de intervenção e relatório final aprovados pela equipe pedagógica;

1. Certificado de participação: em casos de frequência integral e não aprovação da proposta de intervenção e relatório, o cursista receberá certificado de participação no curso.

2. O cursista que não comparecer em qualquer um dos módulos presenciais sem a devida justificativa será automaticamente desligado do Ciclo, ficando impedido de cursar os módulos subsequentes.

3. Os casos omissos serão avaliados pela coordenação técnica do Ciclo, em conjunto com a Coordenação de Educação Corporativa (COEDUC).

ANEXO C

Entrevista Ana Paula de Oliveira Santos, pescadora e liderança comunitária

da	Barra	de	Santo	Antônio
Claudio	Rodrigues	Fabi		0:04
Deixa eu só abrir aqui. Pronto, já está transcrevendo também. Tudo bem, Ana parou a chuviada aí está mais calma a coisa aí na APA?				
Ana	Paula			0:12
Hum, Hum, É até que baixou mais agora, mas a gente tem de vez em quando é chuvinha.				
Claudio	Rodrigues	Fabi		0:23
Então, está bom, vamos lá, vamos começar aqui com a nossa entrevista aqui.				

Ana	Paula	0:30	
Uhum.			
Claudio	Rodrigues	Fabi	0:30
É? Você fez o terceiro curso, né? De gestão ambiental.			
Eu não lembro quem foi, né? Deixa eu só botar aqui as perguntinhas aqui e como é que você chegou no curso? Quem é que te levou lá pro curso?			
Ana	Paula	0:34	
Que me levou para o curso foi Ulisses, sim.			
Claudio Rodrigues Fabi			1:06
Depois do curso você começou a ter uma relação melhor de com o pessoal da unidade de conservação com os gestores da unidade de conservação. Ou ficou mais ou menos na mesma?			
Ana	Paula	1:23	
Consegui. A gente conseguiu fazer vários trabalhos juntos, inclusive trabalhos com os já os jovens protagonista da da região sul da APA, né? Só que hoje está totalmente diferente. Se a gente não é hoje está meio complicado fazer um trabalho com a APA, viu? É, é.			
Claudio	Rodrigues	Fabi	1:37
Mais difícil? É Isso?			
Ana	Paula	1:44	
Muito complicado. Ele já não chamam tanto a gente para nenhuma discussão. E que a gente participa aí do. Do conselho, né?			
Claudio	Rodrigues	Fabi	1:59
Ah, você está no conselho.			
Ana	Paula	2:01	
E faz parte do conselho pela confrem . Aí assim a gente vai, mas assim aquele trabalho de comunidade não tem mais não. Esse trabalho não teve agora o dagestão territorial pessoal, não foi convidado. As comunidades aqui, alguém da comunidade para participar, não não, nem barra nem paripueira.			
Claudio	Rodrigues	Fabi	2:04
Oxi. Não Foi ninguém na barra. Na barra, aí está, está aberta aquela sede ainda ou não?			
Ana	Paula	2:32	
Eles aparecem lá, mas quase ninguém vê aquela sede aberta. Não, não, ei.			
Claudio	Rodrigues	Fabi	2:37
Não, né? Que pena, eu vou começar aqui com as perguntas aqui. A pergunta que eu tenho escrito aqui é, qual foi a impressão sobre o conteúdo do curso? Ele trouxe algo novo para você.			
Ana	Paula	2:52	
Trouxe muitas			
Claudio	Rodrigues	Fabi	2:55
Que que foi de novidade?			
Assim que achou que melhorou sua relação com com o trabalho social que você já, porque você já tem uma formação social, né? Você já era daluta né você já era do movimento, né? Não, não foi ninguém que te ensinou nada lá, mas o que que te de novo lá, o curso, assim que você acha que te ajudou?			
Ana	Paula	3:11	
Metodologia a forma de você é trabalhar nos eventos, nas reuniões, usando outras metodologias que contribuiria para o desenvolvimento do trabalho, as comunidades. Isso foi. Isso foi muito bom.			

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 3:28
Legal. E isso impactou seu trabalho com a comunidade. Melhorou? Você acha que ajudou?

Ana **Paula** 3:35
Ajudou, sim. Inclusive, ajudou muito quando foi para construir a formar rede de mulheres pescadoras da Costa dos corais.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 3:38
Eu fiquei sabendo desse projeto, foi bem bacana, é, e você sentiu uma mudança na participação social depois que você conseguiu fazer esse trabalho com o pessoal aí você acha que melhorou a participação social, pelo menos no seu entorno?

Ana **Paula** 4:05
Melhorou, é, e aí, assim, quando a gente criou a rede, né? Hoje a gente tem, a gente tem 14 municípios, 14 comunidades envolvidas na rede é e a conseguiu através dessa metodologia que eu aprendi no GSA, foi a gente fazer com que outras mulheres fossem para a gestão. E pude desenvolver a mesma metodologia lá nas comunidades.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 4:34
Você acha que é importante?
Então, a participação para a gestão ambiental aí na APA. Você acha que é importante a participação?

Ana **Paula** 4:43
É muito importante. Hoje eu sinto falta desse trabalho que o pessoal fazia na APA. Como a Gabi, né? E outros, o próprio Ulisses.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 4:53
Gabi está aí ainda, né? Ah, a Gabi saiu da APA.

Ana **Paula** 4:56
Eu. Eu fiquei sabendo, parece que ela tinha saído da APA, viu?

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 4:59
É? Eu acho que Ela Foi trabalhar remoto pra outro, pra outro setor, é verdade.

Você acha que o curso ajudou a diminuir os conflitos aí na região de você ajudou?
A trabalhar melhor esses conflitos ,buscar uma gestão desses conflitos? O curso ajudou nisso.

Ana **Paula** 5:27
Principalmente aqui na comunidade. O curso ajudou, é o que eu sinto falta hoje é que a gente veio fazendo esse trabalho, né? De mediação de conflitos, discussão dos problemas. Como a gente é dialogar essas questões. Mas hoje eu já não sinto tanto, porque a gente não sente a APA junto das comunidades.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 5:55
Então, se a você percebe uma certa resistência dentro do ICMBio em relação à participação social?

Ana **Paula** 6:01
Hoje eu sinto.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 6:03
Esse momento sim, né?

Ana **Paula** 6:04
Uhum. Parecendo que está um pouco distante da gente.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 6:07
Você acha? que pena né? Você acha que o curso ele ajuda a qualificar a participação social do dos atores que fazem o curso. Acho que eles saem mais qualificados.

Ana**Paula**

6:21

Isso, isso, inclusive o curso. Ele contribuiu muito assim, olhando para o eu, Ana, né? Ele contribuiu muito para minha formação acadêmica. Né?E aí consegui desenvolver essa formação do que eu aprendi no curso, desenvolver nas comunidades, porque eu não fiz só na minha comunidade. Hoje eu faço nos 14 municípios que compõem a rede de mulheres, mas eu faço dentro da confrem, que é uma instituição nacional, né? Então eu consigo trazer aquilo que eu aprendi lá atrás, no GSA, eu consigo trazer.

Claudio**Rodrigues****Fabi**

7:06

Legal é você lembra que você fez curso lá? Tinha desde agente de fiscalização até comunitário, né? De Pescador até os técnicos dos órgãos. Analistas, e todo mundo,

Ana**Paula**

7:25

Isso.

Claudio**Rodrigues****Fabi**

7:25

Estar todo mundo junto, aproxima os técnicos da população? você se sentiu mais próxima de técnicos e analistas? conseguiram ficar mais perto? Você acha que isso ajudou para você?

Ana**Paula**

7:36

No início, no primeiro módulo, eu senti uma dificuldade muito grande, mas no segundo módulo em diante eu não, não senti dificuldade. Eu achei que isso foi muito bom. Não é porque assim a gente tem, tem, tinha públicos diferente e a gente conseguia socializar, dialogar com todos os públicos que estava ali, que talvez se fosse só, é representação de movimentos sociais. Talvez a gente não tivesse tido aquele avanço que a gente que a gente teve nesse terceiro GSA, né? Sentia, assim, que a gente conseguia discutir em pé de igualdade com todo mundo que estava ali. Técnico representante de gestão, né comunidade a gente dialogar os conflitos, tentar ver de que forma a gente solucionar os conflitos e como a gente poderia é atuar nas comunidades. E aí atuar é tão importante que o meu projeto ele não vê uma atuação só da Ana. Que era aluna do GSA, mas ele vê uma atuação trazendo ICMBio, né? Pra a gestão do ICMBio pra dentro do projeto dialogando com as comunidades e aí a gente desenvolveu o trabalho, né? Na comunidade, trazendo MPF, universidade, ICMBio, comunidade, movimentos sociais, a gente conseguiu fazer o desenvolvimento da atividade, trazendo todo o pessoal que faz um diálogo com a pesca.

Claudio**Rodrigues****Fabi**

9:26

Isso então você acha que a educação ambiental ela é um instrumento de gestão tão eficiente quanto outros instrumentos, como licenciamento, como multa, como fiscalização, como pesquisa. Você acha que a educação ambiental ela é um instrumento importante para melhorar a qualidade de vida do cidadão?

Ana**Paula**

9:44

E a, na minha avaliação é, eu acho que ele perpassa, ainda mais do que licenciamento do que multa porque você, você forma você forma o cidadão, né? Você traz o cidadão, prepara ele e traz ele para o diálogo. Lá nas base. É uma forma de você saber como você vai lidar com aquela situação junto à comunidade. Então a educação ambiental ela forma isso. Ela prepara a gente para a gente ir para o nosso mundo, para o nosso diálogo, lá nas bases.

Claudio**Rodrigues****Fabi**

10:24

Legal. Agora a gente vai, vai, vai, vai encaminhando mais pro seu projeto agora, né?

Então, assim a vamos falar um pouco da APA na forma lei que é uma área de uma área de área de proteção ambiental. É uma área extensa, com um certo grau de ocupação humana adotada de atributos abióticos bióticos essencialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar da região. No caso da APA, o mar é super importante por causa da pesca do turismo, do lazer, né? Da de tudo, né? É porque ele propicia qualidade de vida e os objetivos da criação da unidade é proteger a diversidade biológica, né? Disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos. Então, é são 3 objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos. Você acha que o curso ele ajudou você a contribuir com isso? Seja conservando a biodiversidade, seja disciplinando o uso dos recursos naturais? A sustentabilidade da pesca você acha que o curso contribuiu com isso? Ajudou você no seu projeto? A trabalhar com isso?

Ana **Paula** 11:34

Ajudou muito assim porque tinha questões, por exemplo, que a gente conseguiu dialogar. Durante o desenvolvimento do projeto, que foi a questão da sustentabilidade dos recursos e a questão da preservação, junto com a permanência nos territórios pesqueiros, né? Eram coisas que a gente dialogava, mas não dessa forma da gente pensar ali, trazer discussões, trazer pessoas. Como eu poderia contribuir naquele processo. E eu vi a comunidade, então o meu projeto ele conseguiu chegar a todas essas linhas. De discussão é pensada de que forma a gente, poderia é conservar, preservar, a biodiversidade, os espaços que a gente tem de pesca e de moradia, sabe tudo. Então, o projeto, ele trouxe tudo isso.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 12:40

É muito bacana, então contribuiu com quase tudo que o que a APA tem, o objetivo de fazer, eu estou vendo aqui o objetivo da do seu trabalho, né? Ele queria é o conflito dele, era trabalhar com os pescadores relacionados aos territórios dos pescadores, e da conservação da sustentabilidade da pesca

Ana **Paula** 12:45

Tudo.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 12:55

luta por Espaço, né? Principalmente na área da orla, né? Que o pessoal estava, principalmente a especulação imobiliária estava expulsando vocês, né? Então vocês estavam buscando o seu objetivo, era buscar, assegurar o direito da pesca artesanal.

Ana **Paula** 13:05

Exato.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 13:09

É para garantir o direito das famílias de pescadores permanecerem no seu território, né? Você acha que você conseguiu isso? Você conseguiu alcançar? Ajudou claro porque isso aí é uma coisa enorme, né?

Ana **Paula** 13:25

Consegui sim contribuir. Inclusive, é eu, sempre quando eu vou nas comunidades que a gente fala essa questão dos territórios pesqueiros, eu coloco o exemplo do GSA né. Eu trouxe no GSA essa discussão da permanência é dos pescadores no território Pesqueiro, né? Porque foi resolvido aqui, mas eu trouxe outros territórios vizinhos para esse diálogo. Para a participação do início até o final do projeto, né? E hoje a gente conseguiu é cadastrar o nosso território dentro da plataforma dos territórios tradicionais, né? Que é uma plataforma conjunta com o MPF, mas que foi uma plataforma

construída por povos e comunidades tradicionais, né? Então eu consegui. E fazer isso. Sei que passou muito tempo, mas a gente foi dialogando, foi conversando, vendo os instrumentos. De que forma a gente poderia preservar o nosso território, né? Nossos locais de pesca é a permanência nossa na comunidade, né? Assim a gente sabe que tem aí algumas construções que foram terríveis que não passaram pela gente nem para análise, né? Nem a própria APA convidou a gente para uma discussão dessa ocupação, desse hotel.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 15:01
Aonde? Qual hotel você está falando?

Ana **Paula** 15:03
É o hotel Vila Galé, aqui na comunidade.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 15:05
E aí que tem, né? O Vila Galé, que foi feito aí perto de Paripueira?
A Vila é em Paripueira, né?

Ana **Paula** 15:10
Não aqui na comunidade Barra de Santo Antônio, isso.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 15:12
Barra de Santo Antônio, é?? É o mesmo das Gales de Maragogi, né? É a mesma rede.

Ana **Paula** 15:18
É o mesmo do é o mesmo lugar, leve Vila Gale la do Ceará.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 15:24
Ah, não é do Galés de Maragogi, porque você que era aquela das Galés de Maragogi.

Ana **Paula** 15:26
Eu não sei . Parece que Maragogi tem também, né? Bem, parece que tem.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 15:31
É, acho que tem. É.
Eu lembro que aí tinha uma briga feia aí com a questão do pessoal querendo destruir, principalmente as caiçaras, né? Não só em Barra de Santo Antônio, mas também em em Porto de Pedras, né? Em Porto de Ruas, eu via muito pessoal falando em querer destruir as caiçaras.
Não é EE? Isso aí como é que ficou? O pessoal ainda tenta, porque isso aí é 11, coisa assim que diretamente do seu projeto, né? O seu projeto queria garantir o território pesqueiro. Vocês conseguiram diminuir isso?

Ana **Paula** 15:48
É A gente conseguiu garantir a nossa permanência, principalmente nos locais de pesca, né? É, mas desde que foi construído lá, o Vila Galé é a gente. Hoje tem um problemão que é a questão do eles jogam os os dejetos dentro do do de uma parte do Rio, que é uma parte de Água Doce, né? E aí isso é ruim porque a? Gente, fica tentando ver de que forma a gente é vai solucionar esse problema, né? Porque a gente sabe o quanto isso ipatua também na comunidade, na vida de da população, mas também Na Na nossa atividade da pesca, né? Agora um.

Claudio Rodrigues Fabi 16:43
É do Rio Santo Antônio, jogo do Rio Santo Antônio, não, não córrego menor.

Ana Paula 16:48
O córrego menor, né? Isso aí traz traz problemas para a saúde.? É, mas assim a gente conseguiu do GSA para cá do desenvolvimento do projeto, a gente conseguiu amenizar essa situação, né? A gente hoje tem o pessoal permanecendo na comunidade. A Vila dos pescadores, o pessoal que é da atividade, da pesca. Eles continuam lá na a margem do Rio Santo Antônio, o pessoal continua lá e aí a gente teve uma outra situação que foi. AA construção da ponte, né? Que isso fez com é isso foi feito com que fosse desmatado uma área de manguezal. E a população invadiu esse espaço e criou uma Vila.

Claudio Rodrigues Fabi 17:48
Não sabia disso?

Ana Paula 17:50
É?
E aí é hoje a gente vê o quanto isso impactou, porque toda vez que chove EE passa dias chovendo lá, enche, enche de água, né? Você não pode sair de casa, se sai é assim, é lixo, é tudo que vem do Rio, desce lá e fica lá, ali naquele local, então isso foi muito ruim, mas o pessoal permanece lá, né? Eles não saíram de lá.

Claudio Rodrigues Fabi mas lá, vai alagar sempre, né? Porque a área que enche mesmo, né? Não tem jeito, não vai ter como fazer, é?

Ana Paula 18:24
Isso. Isso que não deveria estar ali, deveria ler, é, é o governo tirar dali daquele espaço e ali fazer o reflorestamento de manguezal, né?

Claudio Rodrigues Fabi 18:35
Exatamente.
E me diga uma coisa, O objetivo também do seu trabalho era fortalecer a ação coletiva e estratégica das comunidades.
Isso. Você, então acho que conseguiu, né? É importante.

Ana Paula 18:45
Isso a gente conseguiu sim, sim. Acho que a gente, a gente foi até mais além, porque a gente não foi só a comunidade aqui, mas a gente trouxe as outras comunidades do entorno, né? Paripueira, Barra de Camaragibe, todo esse pessoal Ipioca todos essas comunidades que talvez a gente conseguiu fortalecer o trabalho e hoje todo o trabalho que a gente faz a gente faz em conjunto.

Claudio Rodrigues Fabi 19:10
Pior que o problema era grave também, né? Porque ela tem aqueles condomínio fechado e que eles queriam expulsar vocês de todo jeito, não queriam?

Ana Paula 19:15
era sim

Claudio Rodrigues Fabi 19:16

E me diga, aqui é vamos um pouquinho nos seus objetivos específicos que era conhecer as histórias e os modos de vida da comunidade Pesqueira local e isso aí você já já relatou que fez bastante, né? O outro é refletir sobre a melhoria da qualidade de vida das comunidades de conservação.

Ana **Paula** 19:26
Isso.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 19:31
Você acha que isso é contribui para a melhor da qualidade de vida sua e das pessoas do seu entorno? Você acha que conseguiu, mesmo que seja No No limite que a gente tem, né? Da nossa atuação, você acha que contribuiu para melhorar a qualidade de vida das pessoas? Que habitam a APA?

Ana **Paula** 19:46
Contribuiu

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 19:48
como contribuiu, assim como né, melhorou a pesca, melhorou a relação com o espaço, a autoestima das pessoas. Que que você acha?

Ana Paula 19:57

melhorou assim a auto estima , a permanência das pessoas na comunidade no território. O que atrapalhou foi o derramamento de petróleo

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 20:17
Aquela época.

Ana **Paula** 20:18
Perfeito aí agora o branqueamento dos corais, né? A preocupação da da da gente na comunidade é se isso aí continuar, né? Como é que vai ser, né? A as populações tradicionais, como é que vai ficar nessa situação? E assim melhorou pra gente, dialogar é o acesso às políticas públicas.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 20:46
Ah, sim.

Ana **Paula** 20:46
Isso, a gente, isso a gente faz. Inclusive a gente fez agora a primeira audiência pública. É com as mulheres pescadoras. A gente tinha na audiência, é chegando aproximadamente 300 mulheres,

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 21:05
Ficava discutindo o que é ocupação da da área, pesca, atividade, tudo.

Ana **Paula** 21:08
A gente estava discutindo. Saúde, é acesso a aos territórios, né? A permanência de a gente continuar nos territórios pesqueiro, mas também a gente estava discutindo as políticas públicas no geral, pra pra, para as mulheres pescadoras de Alagoas.

Claudio Rodrigues Fabi 21:30

Certo. E outra coisa que você queria atingir com o seu projeto é colaborar para o entendimento da comunidade sobre a legislação do gerenciamento costeiro. Você conseguiu fazer isso daí? Você fez algumas reuniões de pessoal hoje, entende mais dos direitos, né? Sobre o gerenciamento costeiro, o que que você acha disso?

Ana Paula 21:48

Em partes, em partes, é um grupo, não tanta gente, né? Até a gente, agora que a gente está conseguindo, porque vai ter um evento no Rio Grande do Norte

parece que ou no Ceará, e aí vai discutir essa questão do gerenciamento costeiro. E aí a gente conseguiu montar um grupo. Pessoas da pesca para a gente começar a dialogar nesse grupo E a gente levar as propostas . Para esse encontro. É para que as pessoas, as pessoas possam entender melhor essa questão de gerenciamento costeiro, né? E como essa discussão está se dando. Não só a nível A nível aqui de região, mas a nível mesmo nacional.

Claudio Rodrigues Fabi 22:44

Então esse projeto foi bem longe, atingiu bastante coisa, né? Contribuiu. Acho que foi um passo importante aí para vocês.

Ana Paula 22:48

foi. Foi, Eu sempre digo que OGSA ele. Ele trouxe assim, uma formação que seria muito bom que a gente conseguisse ter um GSA onde tivesse mais participação social, né? Porque ele ele contribuiu muito comigo, né? Nesse movimento, das atividades na minha forma de trabalhar com as comunidades, né? Hoje, dentro da confren, na rede mulheres. É, então assim, dentro do conselho nacional de povos e comunidades tradicionais, então a gente tem uma e a gente conseguiu ampliar essa discussão e trazer e eu eu consegui trazer do GSA aquilo que eu aprendi e desenvolver nas comunidades, formando multiplicando esse trabalho com outras pessoas.

Claudio Rodrigues Fabi 23:47

Bacana. Isso é bem legal, então estamos tamo junto. Que que você daria de contribuição assim pro GSA? Que que precisa ter mais no GSA que você achou que faltou lá? E poderia ter mais. Tem alguma coisa que gostaria?

Ana Paula 23:58

Uma seria a participação, uma seria a participação social. A gente tem mais participação porque eu vejo assim muitos funcionários de ICMBio, de secretarias e tal, mas a gente tem que ter o nosso povo lá dentro, contribuindo também, porque eu sei o quanto foi importante No No, No No GSAA gente tem a. Poucas pessoas, mas a gente estava lá para falar, para contribuir, para dizer que aquilo ali não estava dando certo e que tinha que ser portar o caminho e que a equipe, a forma de se trabalhar nas comunidades eram essas, então.

Claudio Rodrigues Fabi 24:38

Incluir mais comunitárias, né? No cursos?

Ana Paula 24:41

Isso ter mais comunitários. E é uma coisa assim que eu que eu, que eu acho que o GSA poderia voltar a ter, não sei como é que está sendo discutido isso, mas, por exemplo, para mim foi muito legal quando foi no quarto GSA. Eu fui lá no GSA como palestrante.

Claudio Rodrigues Fabi 25:03
Lá onde eu trabalhava, né? Lá em Pirassununga, no CEPTA.

Ana Paula 25:03 Isso pois é. Então assim, eu acho que tem que continuar com isso aí, trazer quem contribuiu também para esse processo de construção da formação, né? Processo político pedagógico tal de preparação, sempre que alguém, um comunitário, 2 sei lá que possa contribuir nesse processo de desenvolver o como é que se diz do curso, é que a gente diz.

Claudio Rodrigues Fabi 25:36
Aprimorar o curso, melhorar o curso.

Ana Paula 25:38
Isso então está lá. A equipe que vai construir o projeto do curso. Então, ter alguém que seja comunitário, que já participou do do do GSTA, é trazer para para essa construção ali.

Claudio Rodrigues Fabi 25:49
Ah, legal do planejamento.
Excelente sugestão, Ana. Excelente sugestão.

Ana Paula 25:59
Acho que isso é fundamental.

Claudio Rodrigues Fabi 26:00
Pensar nisso, né? Não, não só de participar como palestrante, mas talvez participar como elaborador, né? Planejador. Participar do planejamento.

Ana Paula 26:05
Isso. Isso aí porque eu vi que vocês se reúnem para construir projeto, né?

Claudio Rodrigues Fabi 26:11
Isso.

Ana Paula 26:14
Como é que vai ser o curso, as etapas e tal? Então de saída então nesse processo, seria interessante que a gente tivesse alguém que já fez, seja lá o primeiro, o segundo terceiro, sei lá quanto GSA já tem, mas trazer alguém que pudesse estar ali. Com vocês construindo juntos, até porque é o conselho, não é só para para aparecer em secretarias de meio ambiente, mas também para garantir participação social, né? Eu acho que é.

Claudio Rodrigues Fabi 26:43
Vou fazer umas perguntas aqui que são do meu doutorado, eles querem mais respostas mais específicas aqui. Então é mais teórica aqui. Mas assim, em que medida a educação ambiental pode ser considerada um instrumento de gestão ambiental? A gente até falou um pouquinho sobre isso, né?

Então eficaz, né? Quanto fiscalização e licenciamento e pesquisa que por que que você acha que é tão importante quanto aos outros?

Ana **Paula** 27:08

Sim, eu acho que é importante, porque assim para mim, em primeiro lugar, ela forma, ela faz a gente entender. É quais os viés que a gente tem que trabalhar educação ambiental e para mim é educação ambiental. Ela não pode ser trabalhada só com um grupo, mas ela tem que ter. Ela teria que estar dentro do currículo escolar a gente começar a trabalhar lá na escola formar o pessoal Lá, para entender que a educação ambiental, como a gente, desenvolveu o trabalho nessa área da educação ambiental, e aí a gente traz esse retorno também para as comunidades. Então ela vai muito além do que você pensar na fiscalização na diminuição do pescado não sei o quê todas as coisas que que está dentro, né? Na Na questão do do manguezais e aí eu trago um exemplo para você, hoje a gente tem aqui na, na comunidade. O Observatório do mangue. E a gente tem 5 jovens, então o trabalho da educação ambiental, ele veio de uma forma que ele conseguiu. A gente conseguiu trazer esses 5 jovens. Para um trabalho na nas bases. De de discussão da da educação ambiental, pensando de como a gente preservar os manguezais, quem são essas pessoas que estão lá ou que fazem, né? Então a gente conseguiu aplicar vários protocolos de impactos ambientais e a gente descobriu que nós somos o grupo que mais conseguimos trazer resultados...

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 28:56

Olha que bacana , no meu outro lado eu estou discutindo assim. É. É participação qualificada e participação efetiva, né? Então, participação qualificada é aquele conceito, as pessoas participam, sabem do que estão participando e tem as informações suficientes para participar. Então, elas participam de qualificada. Elas não estão lá sem saber do que está sendo discutido, então e a diferente da participação efetiva que o snuc fala? A participação efetiva seria, assim, a participação que garante que resultados são alcançados. Participação ela é efetiva? Quando você queria que alguma coisa fosse atendida e Ela Foi. Isso é participação atendida. Eu queria, eu fui lá, apresentei uma demanda e a demanda foi resolvida, foi atendida. Isso é participação efetiva e participação qualificada. É quando assim eu eu fui na reunião e eu sabia do que estava discutindo. Então como é que o curso GSA ele contribui para qualificar a participação para deixar você mais preparada para participar e como ele? E se isso ajuda a você ter uma participação efetiva ajuda você conseguir direitos.

Ana **Paula** 30:01

você diz Como o curso conseguiu, é.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 30:03

Isso ele conseguiu fazer isso.

Ana **Paula** 30:06

Contribuir para que eu pudesse desenvolver o bastante, seguir resultados. Olha é difícil de dizer isso, mas assim. Ele. Ele contribuiu no sentido. Assim, por exemplo, ter. Oo melhor conhecimento sobre as leis é como eu atuar na comunidade frente ao problema, mesmo sabendo o problema. Então ele contribuiu para mim dizer, olha, o problema é esse

e eu tenho que atuar de tal forma, mas eu não posso atuar sozinha, eu tenho que atuar com um grupo, então eu preciso preparar esse grupo para esse grupo, atuar junto comigo. Então foi isso que eu aprendi na educação ambiental. É lá no curso, né? é assim, tem o melhor conhecimento, os fatos, né, dos conflitos e

O que eu posso fazer para é trabalhar os conflitos e se ele pensar naquela questão de que assim eu preciso ter, é acreditar que eu posso, mas eu não posso sozinha, eu tenho que multiplicar aquilo que eu aprendi. Mesmo conhecendo o problema. Mas eu eu conheço. Como é tentar solucionar o problema. Porque foi através do conhecimento das leis, né? De tudo que foi que foi aplicado no curso, eu conseguir, dá esse passo.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 31:47
Então, é. É, é isso que eu quero saber também se é legal. Você falou bastante que do da participação de coletivo cada, e isso garantiu que você conseguisse atender o objetivo que você queria. Você conseguiu alguma coisa concreta assim? Eu tinha um objetivo e consegui. Você já falou alguns até, né? Mas eu queria ver que que você conseguiu assim que. Assim foi mais efetivo que a participação, garantiu. Para você, né? Você falou do território, né?

Ana **Paula** 32:09
Hum, Hum, eu acho que esse foi um dos dos um dos passos que eu mais consegui foi a gente é trabalhar essa questão da permanência do território, as pessoas.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 32:24
Esse foi o resultado mais efetivo que se conseguiu, né? Garantia a ocupação do território, né? Que as pessoas estavam expulsando vocês, né?

Ana **Paula** 32:26
Conseguiram? Sim, é, e aí garantir é assim também através do do eu consegui através do do projeto fazer com que a comunidade tivesse outros multiplicadores.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 32:48
Legal, então você ampliou a sua rede, aí não é só você. Agora você tem uma outra rede, né? Inclusive esses educadores que você falou, né?

Ana **Paula** 32:52
Agora já é, e muito, muito maior.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 32:57
Então você acha que a educação ambiental é um bom instrumento para fazer essa mediação dos conflitos de disputa por recurso ambiental?

Ana **Paula** 33:04
Isso.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 33:07
Cara, era mais ou menos isso que eu queria conversar com você mesmo. Quer falar mais alguma coisa sobre resultados, né? Sobre o que você conseguiu aí na barra, como que você conseguiu? Com o curso está aberto para você aí.

Ana **Paula** 33:20
Deixa eu te dizer quando as coisas assim que eu, eu, eu sinto, eu não. Eu não sei, também não sei se se isso saiu, né? Por exemplo, para mim, o custo da gestão socioambiental teria

que sair um tipo assim, um caderno, sei lá, alguma coisa que pudesse. A gente ter como subsídio para a gente chegar nas comunidades e a gente se basear para a gente fazer o trabalho. Eu achei, né?

Claudio Rodrigues Fabi 33:56

É uma ideia boa, uma ideia boa.

Ana Paula 33:58

Por exemplo, com metodologias dinâmicas, sabe? Alguns é com sugestões de temas, então a gente poderia estar na comunidade trabalhando a formação de outros multiplicadores, porque para minha gestão socioambiental ela, ela trabalha esse conceito também de você buscar outros multiplicadores nas comunidades e eu senti falta de que não teve assim um caderno, alguma coisa que a gente pudesse ter saído daquele curso. Depois, recebi aquele material e através daquele material a gente poderia é fazer o trabalho de multiplicadores. Acho que faltou isso no curso sabe

Claudio Rodrigues Fabi 34:43

Sim, uma ideia boa também.

Ana Paula 34:43

A gente, a gente, a gente. Tem se ter como subsídio?

Por exemplo, eu fiz u curso sobre territórios e aí a gente tem o material, então todas as vezes que eu, eu quero preparar alguma coisa lá na comunidade sobre sair, eu vou aqui, eu olho e aí eu vou passo a passo, aí eu vou. Eu, lendo do GSA, eu vou pegar a metodologia de que forma eu vou trabalhar lá na comunidade, então isso fortalece a gente.

Claudio Rodrigues Fabi 35:18

É bem pensado, vou falar dessa questão.

Ana Paula 35:20

Principalmente, principalmente olhando para o lado. O lado é comunidade, né?

Claudio Rodrigues Fabi 35:30

Sim, não, mas até é, é verdade, pra comunidade pode até ser mais efetivo, mas também pode ser bom também para os técnicos. E né eles terem isso no seu ambiente de trabalho?

Ana Paula 35:42

Outra coisa, assim que educação ambiental, ela contribui muito. É nessa questão da gente. Conscientizar a comunidade porque devemos preservar o território, né? A cultura então a educação ambiental, ela contribui para esse processo, para a gente entender melhor as leis, para a gente é sugerir algumas. É assim, a gente está preparado para dialogar mesmo com com o governo, com, com a própria sociedade, né? Então a educação ambiental ela contribui também nesse sentido.

Claudio Rodrigues Fabi 36:29

É, não toquei nesse assunto, mas foi bem que se bom que você falou, você acha que o curso de gestão ambiental ele, ele respeitou? Ele valoriza o conhecimento tradicional. Você acha que a gente ouve bem o conhecimento tradicional que a gente reforça? Que a

gente ajuda o que a gente desmerece, que que você acha, né? O que que você sentiu lá? Você como uma representante do saber tradicional local das pescadoras, tal.

Ana **Paula** 36:51
E no primeiro módulo, não senti isso não, viu?

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 36:54
É, e primeiro modo, ele é mais teórico, né?
Que ele é mais de coisa assim, e, mas tinha. Acho que foi alguém, né? Tradicional falar, né? Não foi não. Eu não lembro qual que era o terceiro, mas foi gente de comunidade falar, né? Acho que foi um cara de um quilombola, não foi do de Paraty, de de vocês. Tudo bem?

Ana **Paula** 37:02
Oi.
Não foi aquele um Pescador lá do Rio de Janeiro, é o Alexandre, é?

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 37:11
Ah, é verdade, o Alexandre, o Alexandre.

Ana **Paula** 37:16
Mas é, mas no segundo módulo eu senti assim que a gente teve espaço. Tem espaço para gente fazer esse esse diálogo com outras pessoas que estavam lá, que era de comunidade, né?

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 37:35
Você acha que o saber tradicional do primeiro ficou meio difícil, mas depois você sentiu que estava dando um certo valor? Você sentiu ouvida?

Ana **Paula** 37:44
É, eu senti. E assim quando e o que eu senti. Mas ainda foi quando a gente dividiu por temática. E aí a gente chegou um momento para a gente é socializar. Foi bem legal.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 38:02
É, aí você sentiu que o seu saber foi valorizado, né?

Ana **Paula** 38:06
Isso.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 38:10
Legal era mais ou menos isso, essa conversa. Agradeço demais você ter me atendido depois que eu acabar para aí. Pode falar.

Ana **Paula** 38:14
Uma das coisas, assim todas as coisas assim que eu assim a Ana, né? A Ana, que foi aluna, que eu falei que foi muito bom Na Na no curso, né? E que isso contribui muito comigo. Foi poder é trazer, por exemplo, o meu meu trabalho para uma discussão dentro do curso que não tinha nada a ver, né? Nós assim. E aí poder ter, eu estou os escritores ali para dizer, olha isso aqui, você precisa mudar isso, você precisa isso aqui. Então eu acho que a educação também ambiental ela é isso, né? Você promove.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 38:54
Que a ajuda do seu TCC, né?

Ana **Paula** 38:56
Isso, né? Então foi muito bom, porque assim o meu TCC, ele falava de um público da pesca, mas ele trazia todo um contexto, né? De um grupo que está dentro de territórios, né? Tradicionais, né? isso aí, assim, contribuiu muito para mim melhorar o meu trabalho. Para mim, ver assim o valor, a importância que tem também o tradicional, né? E que ali eu não estava só nem que eu tinha todo um grupo que poderia contribuir também comigo, então isso é muito válido, porque às vezes, nas comunidades a gente não tem essa oportunidade de ter alguém para contribuir. até usam a gente para o trabalho deles.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 39:46
Foi primeiro. Lembro que você trabalha. Era muito bacana, muito bom mesmo. Se trazia muita informação de sua, né? Muita informação sua aliado com o que você tinha aprendido na faculdade é, foi muito bacana a gente. Aquele dia estava eu, Marquinhos e Breno, né?

Ana **Paula** 39:58
Aí eu consegui quando eu fiz a minha pós, eu consegui desenvolver o que eu aprendi Na, na educação ambiental, consegui fazer o meu trabalho de conclusão da pós é falando sobre o derramamento do do melaço na resex Lagoa do Jequiá, os impactos que isso trouxe para a população.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 40:28
Então foi contribuiu assim para sua pós é que se fez especialização, mestrado especializado.

Ana **Paula** 40:31
Eu fiz, depois eu fiz em gestão ambiental e desenvolvimento sustentável. Eu fiz uma pós.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 40:42
Que legal, bacana.

Ana **Paula** 40:43
Que legal, porque assim eu trouxe, eu peguei os instrumentos que eu aprendi no GSA, né? Usei aquele os instrumentos ali para desenvolver meu trabalho de pós.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 40:54
Teve bastante, ajudou bastante. Aí você acha? Então, foi, foi, foi importante para você.

Ana **Paula** 40:59
Ajudou muito né. E assim, o que foi mais gratificante foi foi a multiplicação. Trazer outras pessoas da é da das comunidades para fazer.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 41:06
Aí você conseguiu multiplicar, não é?

Ana **Paula** 41:11
 Então hoje a gente tem dentro da rede, a gente tem um grupo de mulheres que que faz esse trabalho. A gente tem esses 5 jovens de de 4 comunidades que eles são. Eles trabalham no Observatório do mangue, fazendo levantamento, aplicando protocolos, né, dialogando com a comunidade, discutindo a questão dos impactos, discutindo a questão da da da educação ambiental no geral. Né? Formando, dialogando, trazendo os problemas que foi identificados no protocolo para dialogar com a comunidade. Então tudo isso a gente conseguiu e a gente e a gente ampliou o grupo da Juventude. Hoje a gente tem é um grupo de 40 jovens e aí a gente é está trabalhando, a gente está fazendo de forma virtual os momentos com ele, mas a gente fez um presencial, encontrando se algo na comunidade e trouxe todos os jovens mais jovens de representação de Ypioca até Maragogi.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 42:22
 E de mulheres quantas, quantas mulheres? Assim, mais ou menos tem ideia?

Ana **Paula** 42:27
 E mulheres, a gente tem um grupo de 17 conectores da rede. Elas são preparadas para fazer essas discussões em qualquer em qualquer local, em qualquer grupo onde a gente, a gente conseguiu ampliar isso aqui.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 42:44
 Isso aí é. É em parceria com a CPP ou com a com o CONFREi?

Ana **Paula** 42:48
 Não. Hoje a gente faz esse esse trabalho em parceria em Rede com a CONFREN o monap. A rede de comunidades tradicionais.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 43:04
 Então você conseguiu ampliar a rede de participação que você tem aí, esse. Esse também é o resultado, né?

Ana **Paula** 43:09
 Sim, conseguimos, é.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 43:11
 Se bem que você já era, né? Você já era do monap, né? Quando você for fazer o curso, né? Se eu não me engano, já era da era do monap.

Eu fico feliz de ter visto que Oo curso, pelo menos com você, rendeu bastante frutos, né? Com alguns ele eu falo para você que com alguns ele passa algumas pessoas, parece espelho, o curso bateu e voltou e a pessoa não ficam.

Ana **Paula** 43:30
 Eu aproveitei bem. Pois é por isso que eu acho que o GSA ele tem que pensar nessa, na é de como identificar as pessoas, né? Na época, quando eu fiz, mas foi assim, o lizes eu tava. Eu lembro que eu estava numa madrugada sem dormir estava fazendo as atividades, aí o Ulisses foi, mandou uma mensagem para mim, perguntou, está por aí? Eu disse. Citou. Ele falou, vou te mandar uma inscrição para você fazer. De que ele, de um curso,

vai ser muito bom para você. Aí ele mandou a inscrição para mim, ele falou, o que você não entender? Você me fala, vá amanhã na sede, lá na CMBO eu eu vejo com você aí eu fui aí na . Eu falei, quando eu olhei. Assim eu falei, oxe consegui. Vai ser muito bom. Aí eu preenchi tudinho e aí enviei para ele aí no outro dia eu eu fui lá na sede, ele olhou e falou, não está legal, isso está ótimo aí. Vamos enviar, envie ele falou aí ele ainda disse para mim assim, olha, não sei se se você vai conseguir, porque acho que vai ter outras pessoas também, que vão se inscrever. Eu recebi AA mensagem, né, que eu tinha sido selecionada até hoje. Eu digo assim para o. Ulisses, que Ulisses foi uma luz.

Claudio Rodrigues Fabi 45:21

É está lá em Foz do Iguaçu. é chefe agora, né? Está bem, cresceu,

Claudio Rodrigues Fabi 45:28

É que eu acho que teve a Carla que fez ocurso também da APA ..Acho que é Carla o nome da menina de porto de pedras que fez também da APA uma vez, né? Fez antes de você, não sei se você conheceu ela, ela também acha que não, não. Não conseguiu ir tão para frente quanto você foi, né? Mas é assim mesmo, né? Algumas vão.

Ana Paula 45:45

Mas eu até hoje eu consigo desenvolver.

Claudio Rodrigues Fabi 45:49

A pena que você não conseguiu ir naquele lá, que a gente estava fazendo, a gente fez um Mini GSA, né? Que a gente fez lá na APA? A gente chamou você pra palestrar, mas você estava com estava doente, né? Ficou doente.

Ana Paula 45:55

Oi. Foi foi, foi Eu acho que era que era COVID ali uns 15 dias ruins. Um mês eu fiquei mal.

Claudio Rodrigues Fabi 46:03

É? Então a gente estava com essa suspeita.

Ana Paula 46:09

Foi isso, mas eu acho que é isso, sabe?

Claudio Rodrigues Fabi 46:11

É?

Ana Paula 46:12

Fabi, eu acho que tem que mudar, tem. Tem um pessoal muito bom que dava para participar do GSA, né? E aí? A gente teria que pensar. Mas eu acho que vocês têm que nesse nesse grupo que vai desenvolver o todo, como é que se diz todo o projeto? Eu acho que teria que ter alguém de comunidade que já participou, que é da comunidade.

Claudio Rodrigues Fabi 46:39

AA gente já tem. A gente já fez isso, né? Não teve curso que foi na Bahia.

Ana **Paula** 46:43
Sim, sim.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 46:44
Teve um curso que foi feito pra eles, e.
E na elaboração do curso, a gente chamou os comunitários para fazer a construção do curso, né? No final não fui pois estava no doutorado. Eles nem deixaram de dar aula, queria dar aula. Eles não deixaram o ICMBio não permitiu, né? Mas o pessoal participou os comunitários.
Participaram da elaboração da sugestão do que eles achavam que era importante levar pra pra porque é isso, né? O que você está falando, né?
A gente acha que algumas pessoas poderiam é ser impactadas com esses conteúdos, mas vocês têm outros conteúdos que vocês acham importante que a gente não sabe e que só vocês mesmo podem trazer, né?

Ana **Paula** 47:10
É isso mesmo, mas eu acho que também deveria sair, né um material no final do curso para que a gente pudesse usar é como subsídio na multiplicação lá nas comunidades.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 47:38
Anotar essa sugestão aqui, o caderninho.

Ana **Paula** 47:39
É bom pensar nisso.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 47:42
Tá bom, falta 3 minutinhos só para acabar aqui a nossa reunião, ele vai, ele vai desligar automaticamente. Mas foi um prazer revê-la muito bom.

Ana **Paula** 47:50
também né?

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 47:51
Espero que a gente consiga se ver de novo aí.

Ana **Paula** 47:54
Pensando no final do do ano, entrar no naquele mestrado do mestre, né?
Lá em lá em Brasília, no MEC das comunidades das tradicionais.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 48:08
Ah, legal.

Ana **Paula** 48:09
OK, eu até perguntei isso pro pro Oliveira quando eu fui no Rio, eu perguntei se se tinha um mestrado em gestão socioambiental, né? E se tivesse tinha tinha interesse de fazer.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 48:22
É?

A gente vai tentar fazer. Ana, então vou falar 2 coisas para você, uma hoje esse baseado ela, ela já virou uma escola de governo, então vai ter mestrado profissional lá na academia, o então mas AO primeiro mestrado profissional que vai sair é para manejo de fogo. Então é mais para galera das brigadas do fogo, segundo o mestrado que vai sair profissional é o de gestão socioambiental. A gente já tá tentando construir, então depois que a gente consolidar esse primeiro de brigada de fogo, o segundo é de tentar fazer o mestrado profissional em gestão socioambiental. A gente já tem o mestrado profissional em gestão ambiental do Jardim Botânico.

Claudio Rodrigues Fabi 48:58

Mas eu acho que é só pra servidor e não sei se pode ser comunitário, mas eu vou tentar perguntar agora, se você tiver escrevendo alguma coisa e quiser ajuda da gente para dar sugestão do seu trabalho, para se inscrever lá, nesse projeto aí de.

Ana Paula 49:01
Hum, Hum.

Claudio Rodrigues Fabi 49:12
De mestrado, aí você manda para mim que a gente dá um jeito aqui também.

Ana Paula 49:16
Legal, legal, mando sim e.

Claudio Rodrigues Fabi 49:18
Manda para a gente e manda a sugestão, podemos ajudar se você quiser.

Ana Paula 49:21
Quero sim, eu vou, eu vou estar, vou ser palestrante lá no, no curso da academia, em outubro. Acho que final de outubro.

Claudio Rodrigues Fabi 49:30
É o de populações tradicionais, né?

Ana Paula 49:32
É que é sobre os territórios tradicionais.

Claudio Rodrigues Fabi 49:36
Eu fui convidado para dar aula também. A gente vai se ver lá, então.

Ana Paula 49:39
Ontem eu fui convidada pelo pessoal do do da plataforma.

Claudio Rodrigues Fabi 49:45
Bacana. Eu também fui convidado. Vou ver, vou. Vou ter uma reunião essa semana com eles, acho.

Ana Paula 49:50
Ah, legal. Que bom que tu vai ser.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 49:52
vai ser bom te ver de novo ...

Ana **Paula** 49:54
Legal.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 49:55
Vamos ver, vou levar essa sugestão. Suas 2 sugestões vão ser tão anotadas e eu vou levá-lo tanto de produção de material para ficar para vocês quanto a de planejamento, tem que ser essencial a participação de comunitários também na elaboração do curso está coberta de razão. Participação é isso, né? Não é só receber o curso, é planejar o curso isso Paulo Freire na veia .Paulo Freire falava isso, né?

Ana **Paula** 50:13
É?
Uhum. Mas é isso. Eu espero ter contribuído com o seu trabalho e se você precisar de algumas informações a mais, você manda lá no WhatsApp que eu vou mandando para você esses dias. Eu estou em casa. Aí eu consigo te ver.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 50:30
Então, se eu precisar de mais informação, eu mando pra você, mas agradecer demais assim que eu acabar e publicar, eu mando pra você e vou mandar também o link. No dia da defesa, se você quiser assistir, vai ser uma honra. Muito obrigado pela contribuição

ANEXO D

Fernando **Augusto** **Tambelini** **Tizianel** (0:11)
Tá? Tá transcrevendo já...

Claudio **Rodrigues** **Fabi** (0:15)
É... Antes de valer aqui, as perguntas são daquele projeto que você me mandou. Não tem os resultados, né? Os resultados...

Fernando **Augusto** **Tambelini** **Tizianel** (0:22)
Não, porque foi só a proposta de intervenção. A implementação veio depois do curso, né? Do curso de GSA. Então, até isso que eu te falei: de repente, pra pegar os resultados mais consolidados, com alguns anos de implementação, seria interessante conversar com a Bianca ou com o Caio, que é o atual chefe.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** (0:50)
Acabei conversando com os dois. Depois a gente vê, mas ficou legal. A descrição sua ficou muito boa. Muito bom, gostei bastante. O projeto está muito bem escrito. Você fez o curso, né? O curso de Gestão Socioambiental...

Fernando Augusto Tambelini Tizianel (1:01)
Fiz.

Claudio Rodrigues Fabi (1:06)
Com ênfase em gestão de conflitos, né? Naquela época era por linhas, né?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel (1:10)
Isso, foi gestão de conflitos.

Claudio Rodrigues Fabi (1:13)
Você fez logo depois que a Bianca tinha feito o de Educação Ambiental, foi isso?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel (1:21)
Eu acho que ela fez primeiro.

Claudio Rodrigues Fabi (1:21)
Acho que sim. Ela fez no ano seguinte direto, né?
Mas é importante saber, porque a Educação Ambiental também influenciou, né? A Bianca te ajudou nesse projeto?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel (1:32)
Não nesse projeto. Ela trabalhava com a brigada. Mas ele foi mais gestado mesmo no curso, nas conversas com os colegas, principalmente. A experiência do pessoal da Chapada das Mesas, sabe? A Luciana me ajudou bastante com a experiência. Acho que o Morita também.

Claudio Rodrigues Fabi (1:51)
Legal.

Fernando Augusto Tambelini Tizianel (1:53)
Na época conversei com ele. O pessoal trouxe muito do que foi feito em outros locais. Serra Geral do Tocantins também.
Então a gente usou bastante a experiência de outros locais da casa.

Claudio Rodrigues Fabi (2:08)
Certo. Bom, a minha tese de doutorado, pra você entender, é sobre como a participação pode qualificar a gestão ambiental pública, né? Como a participação melhora a gestão ambiental pública por meio de trabalhos que estimulem a participação qualificada, pela Educação Ambiental. Você fez um curso, né? O curso de Gestão Socioambiental. Mesmo sendo na linha de gestão de conflitos, teve aquele módulo introdutório...

Fernando Augusto Tambelini Tizianel (2:39)
Hum, hum.

Claudio Rodrigues Fabi (2:49)
Aquele módulo falava de gestão participativa, de Educação Ambiental, né? Talvez não tão intensamente quanto o curso específico de Educação Ambiental, mas teve. Assim como também teve conteúdo sobre gestão participativa, né?
E depois você foi pra linha de gestão de conflitos, que também é muito próxima da de Educação Ambiental. Você acabou não fazendo o curso de EA ainda, mas ele trata de conflitos, problemas, potencialidades...
Então, a primeira pergunta é: você acredita na Educação Ambiental como instrumento de gestão?
Você acha que ela é um instrumento tão importante quanto os outros — como fiscalização, comando e controle, licenciamento, monitoramento? Qual é a sua posição sobre o papel da Educação Ambiental na gestão ambiental pública?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel (3:53)
 Com certeza é um instrumento de gestão. E acho que a diferença dela, o que ela traz a mais, é que busca provocar uma mudança de comportamento, de percepção. Ela também muda a relação, né? No nosso caso, como temos uma atuação territorial, uma presença fixa num território, isso cria uma oportunidade de mudar a relação entre o órgão gestor e os atores sociais. Considerando que essa relação é contínua — diferente de outras instituições, que às vezes fazem um projeto de Educação Ambiental e depois saem do território — a gente permanece. Então vejo que é uma abordagem que permite mudanças, que permite o compartilhamento de decisões. Acho que isso foi muito importante nesse projeto: tirar o órgão gestor da posição exclusiva de tomador de decisão. Fazendo acordos, a gente evita que as pessoas cometam infrações ambientais ou outros danos — que, na verdade, são prejudiciais tanto para elas quanto pra unidade de conservação.

Claudio Rodrigues Fabi (5:34)
 Legal. E me diz uma coisa: você acha que o curso que você fez mudou sua visão sobre esse instrumento de gestão, sobre o papel do gestor na unidade de conservação? O curso contribuiu pra isso, ou você já tinha essa visão antes?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel (6:00)
 Eu já tinha uma noção, mas não tinha experiência, uma atuação mais profunda ou mais contínua. Então o curso foi bom porque trouxe também um referencial teórico, que é importante pra gente entender como agir, como planejar uma intervenção. De forma mais técnica, mais organizada, mais qualificada, mas também mais respeitosa — considerando o outro lado, os atores sociais. E acho que o curso traz uma coisa que eu estava falando contigo: a possibilidade de trocar experiências com outros gestores e com comunitários de outras partes do Brasil que também estavam envolvidos em projetos. Isso dá muitos insights sobre o que pode ser melhorado, o que funciona, o que dá certo, o que deve ser observado quando se propõe algo com um grupo específico. Esses dois aportes da capacitação foram muito importantes.

Claudio Rodrigues Fabi (7:20)
 E isso você levou pra outras gestões, né? Porque depois da Canastra você foi pra outras lotações. Isso ficou com você como algo agregado no seu papel institucional?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel (7:40)
 Sim. É uma experiência que traz, na verdade, uma mudança no modo de atuar.

Você passa a ter outra perspectiva. E o que eu vejo, Fabi, é que o nosso dia a dia tende a ignorar a gestão participativa. Nosso modo institucional — por mais que fale em buscar participação — acaba nos colocando em um esforço constante pra viabilizar a participação social na gestão dos órgãos, no acompanhamento das ações. Então esse aprendizado traz reflexão, traz esse cuidado. Agora mesmo, estamos elaborando o PENIF da Flona de Ipanema. E muitos desses aprendizados vão ser trazidos pra envolver os atores da sociedade local na elaboração do plano.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** (8:53)
O que é o PMIF?

Fernando **Augusto** **Tambelini** **Tizianel** (8:55)
É o Plano de Manejo Integrado do Fogo.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** (8:59)
Ah, sim, é o que agora chamam de PMI, né?

Fernando **Augusto** **Tambelini** **Tizianel** (9:02)
Isso, o PMIFIF é o documento que consolida o PMI — é como a unidade executa aquele manejo do fogo.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** (9:14)
Esse trabalho vai ser baseado naquele primeiro que você fez lá na Serra da Canastra? Ele vai influenciar a metodologia?

Fernando **Augusto** **Tambelini** **Tizianel** (9:24)
A realidade é bem diferente. Lá na Canastra, a gente tinha muito foco na gestão do fogo pelos comunitários. Aqui a realidade é outra — as pessoas não usam o fogo como parte da vida delas. Mas o que eu trago dessa experiência é o compartilhamento das decisões sobre o fogo. A gente poderia muito bem elaborar um plano sem ouvir ninguém, mas isso iria contra o espírito do PMI. Ele traz essa necessidade de ouvir as pessoas, de ouvir quem está no território, suas visões e ansiedades sobre o fogo. Então acho que o curso também trouxe esse amadurecimento pra atuar nessa agenda.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** (10:12)
É porque São Paulo é diferente, né? Lá em Minas, você está na área de Cerrado e o fogo é frequente — pra renovação de pastagens, por exemplo. Aqui em São Paulo, às vezes usam pra limpar o terreno, mas é...

Fernando **Augusto** **Tambelini** **Tizianel** (10:17)
Isso.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** (10:26)
É raro, mas às vezes usam pra iniciar uma nova cultura. Geralmente fazem a derrubada e queimam, principalmente pra eliminar os resíduos. Não é nem pra queimar a vegetação em si. É diferente.

Fernando **Augusto** **Tambelini** **Tizianel** (10:41)
É pra limpeza, né? Limpeza de roça. O problema aqui em São Paulo é que a gente tem uma questão legal, né? De proibição dessas práticas, diferente de Minas. A gente tem uma legislação estadual que proíbe, então a gente não consegue muito.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 11:04
Ah, aqui é proibido.

Fernando **Augusto** **Tambelini** **Tizianel** 11:10
É, entrar numa discussão por enquanto sobre como fazer essas práticas aqui, de forma a evitar incêndios. O que acontece é que, legalmente, eu estou falando, a gente vai começar a entrar nessa questão agora no PMI, mas sabe-se que as pessoas usam o fogo eventualmente para limpeza e acaba escapando para a flora. Então a gente tem que ver qual estratégia pode ser usada nesse caso, para esse tipo de incêndio.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 11:37
Antes de saber, em São Paulo é totalmente proibido, não pode fazer.

Fernando **Augusto** **Tambelini** **Tizianel** 11:41
São Paulo tem proibição, sim. A gente está, sim, numa etapa de estudar a

legislação. O pessoal da coordenação de manejo de fogo está ajudando a gente, fazendo um estudo da legislação, compilando para entender quais parâmetros a gente pode ou deve atender antes de falar com as pessoas. Mas a gente está nessa etapa de estudo. Aqui, no ano passado, os incêndios foram provavelmente criminosos, porque começaram dentro da área da Flona, que não tem ocupação.

Claudio Rodrigues Fabi 12:06

Ano passado teve bastante seca, muita seca, ano passado teve bastante incêndio aí, né? Mas não foi por causa disso, né?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 12:24

E em períodos propícios para propagação de incêndio. A gente acha que foi intencional, só não sabemos qual a motivação.

Claudio Rodrigues Fabi 12:35

É em São Paulo, no passado, foi uma queimação política, né? Queriam desgastar o governo e promover a queima contra o governo federal, e promoveram queimadas em vários locais do estado. Acredito que foi isso, porque pegou perto dos eucaliptos, não é perto dos assentamentos, né?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 12:49

Chegou aqui perto da entrada, na portaria 2, e foi o ano com maior índice dos últimos 20 anos. Foi o ano que mais queimou por incêndio.

Claudio Rodrigues Fabi 13:03

Isso também bate com o índice do estado de São Paulo, que também foi o ano que mais queimou no estado como um todo.

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 13:14

Plano, bem atípico.

Claudio Rodrigues Fabi 13:20

Depois vou fazer perguntas sobre educação ambiental em si e sobre seu trabalho, né? Já fiz duas perguntas para a tese. Como é a educação como instrumento de gestão? Como o curso influenciou? Tem uma pergunta que foi difícil até para mim entender: a gente fala em participação qualificada, né? Quando trabalhamos com curso e educação ambiental, essa função é qualificar a participação, ou seja, que as pessoas no processo participativo saibam do que estão discutindo, não cheguem cruas. Pode ser qualquer projeto, qualquer população, elas têm que entender do que estão participando. Isso é participação qualificada. Isso garante a participação efetiva. Qual a diferença entre qualificada e efetiva? A efetiva é simples: a pessoa participou e conseguiu atingir o que queria. Participou, sabia o que estava sendo discutido. Na reunião, fizeram demandas e conseguiram ou não alcançá-las. Se alcançaram, a participação qualificada levou à efetiva, ou seja, conseguiram o que queriam. Então, a pergunta é: você acha que o curso te capacitou a fazer essa participação de forma qualificada? Ou seja, não foi uma participação meramente formal — porque o MIF exige abrir reunião. O curso te capacitou para que essas pessoas tivessem participação qualificada? E a segunda parte: essa participação qualificada ajudou essas pessoas a terem uma participação efetiva, foi importante para elas? Essa é uma reflexão pesada.

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 15:26

Ah, não, eu acho que nesse caso não foi um trabalho só do curso, foi uma construção de confiança que já vinha sendo feita. Para ter participação qualificada, as pessoas precisam se sentir confiantes para se manifestar de

acordo com o que sabem. Aqui, por exemplo, não conseguiríamos avançar sem essa questão de confiança, porque as pessoas teriam medo de represália.

A reunião só deu certo em pouco tempo porque houve uma construção para que as pessoas se sentissem à vontade para falar. Eles já tinham o conhecimento tradicional do uso do fogo, então não precisávamos construir esse conhecimento, mas trouxemos o conhecimento da legislação, para entender onde ela pode ou não atuar. Discutimos os parâmetros em que podemos negociar um acordo, o que foi importante para efetivar a participação.

Eles puderam colocar os termos do acordo, como escolher o período de queima, a participação do grupo. Acho que conseguimos uma participação efetiva na tomada de decisão.

Claudio Rodrigues Fabi 17:36

Ou seja, participação efetiva, né?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 17:46

Sim, com responsabilidade deles no processo, ao invés de ser um processo tutelado, em que o ICMBio apenas impõe as regras e diz como deve ser feito. A gente compartilha as regras e o poder. Isso foi uma grande mudança. Sem o curso, eu não conseguiria "virar essa chave". O curso ajudou a entender que precisamos sair dessa posição de que só o poder público sabe o que é certo. Tem que reconhecer o conhecimento, a capacidade e o direito das pessoas do território de participar nas decisões.

Claudio Rodrigues Fabi 19:06

A gente define participação como compartilhamento de poder. Você acha que houve compartilhamento de poder decisório na construção do projeto? Foi isso que aconteceu?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 19:19

Com certeza, inclusive quebrando um tabu.

Eu percebi que eles estavam à vontade para falar do fogo. Quando disseram que precisavam do fogo no ápice do período seco — algo sempre negado — conseguiram falar isso. Antes, o fogo no ápice da seca era tabu, considerado proibido. As pessoas internalizaram que não podiam falar disso.

Quando conseguiram falar, construímos uma abertura para tratar o tema de forma madura e encarar que teria queima nesse período, mas com parâmetros para controle. Eles faziam isso antigamente, com cuidado, sem perder o controle. A questão é que hoje isso virou incêndio porque é proibido falar disso, então o fogo fica descontrolado. Esse foi o grande ganho: quebrar esse tabu e construir um acordo com parâmetros.

Claudio Rodrigues Fabi 21:07

Mesmo na estiagem, eles queimam logo depois de uma chuva, né? No seu trabalho, se tem chuva em agosto, eles aproveitam para queimar logo depois.

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 21:13

Sim, eles têm conhecimento da prática, não fazem sem critério. Não queimam simplesmente porque é proibido na estiagem, eles sabem das condições climáticas e da vegetação. Eles não queimam sem uma chuva

antes para umidade, precisam de um aceiro no período seco. Tem muito conhecimento para controlar o fogo.

Claudio Rodrigues Fabi 22:01

A experiência de falar isso é importante, porque a chuva na estiagem dispara a vegetação para a rebrota, por isso querem queimar.

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 22:01

Eu acho que isso. revegetar

Claudio Rodrigues Fabi 22:12

Então, por isso que é importante. Essa chuva na estiagem, eles sabem que é muito importante para a rebrota, por isso querem queimar logo depois, né?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 22:19

Isso. E como você tem aquele material seco, até ele secar e a rebrota vir no meio, às vezes demora 12 meses. Fazendo a queima em uns 10 dias, ele já tem a rebrota.

Claudio Rodrigues Fabi 22:32

ta aí isso é sabedoria tradicional, a experiência deles, né? Eles sabem fazer isso e também sabem a importância, né, das áreas de preservação permanente, que a gente ainda chama assim. Mas eles sabem a importância da proteção das nascentes, dos olhos d'água.

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 22:33

Do cabo, então, ele não brota muito. A rebrota é muito mais rápida, né? Isso.

Claudio Rodrigues Fabi 22:52

Dadas as para inclusive a existência da água, porque lá é uma região que, apesar de ter chuva, tem déficit hídrico, né? Se os rios secarem ali?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 22:57

Muito raro. Mas tem que ter a proteção

Claudio Rodrigues Fabi 23:03

Inclusive, foi um dos motivos da fundação do parque, né? Manter essas matas ciliares, para que o Rio São Francisco não secasse. Eles sabem da fragilidade e da importância, né? Isso é tradicional deles.

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 23:14

É, com certeza. Como eu falo, né? As pessoas às vezes não têm esse conceito hoje em dia, né? Mas eles não têm esse conceito de APP, reserva legal que a gente usa. Eles incorporaram mais recentemente esses conceitos, como o de Capão de mina d'água, né? De rio, sabe? Mas eles têm muito claro a função que a vegetação arbórea tem na proteção dos mananciais, na produção das áreas das nascentes.

Claudio Rodrigues Fabi 23:44 Então, na questão da efetividade, eles conseguiram queimar o que queriam queimar? Vocês conseguiram autorizar isso? E isso evitou que naquela região tivesse incêndios, foi isso?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 23:54

Foi, cara, foi assim. Depois que implementamos esse projeto, no tempo que eu fiquei lá — até 2020 — acho que a gente fez o apoio de 2018, então foi na temporada 2018, 2019, 2020. Não peguei a temporada de incêndio 2020, mas conseguimos que nesse período não houve incêndio maior naquela região. Só teve queima controlada. Eles começaram a ajudar também a opinar sobre as áreas de queima prescrita que o ICMBio faz na área regularizada, que são as áreas que não são propriedade particular, que são

áreas regularizadas. Para evitar que o incêndio do parque atingisse também as áreas deles. Então começou a haver troca de planejamento, não só do território deles, mas também do território que não é ocupado por eles, mas tem interface, inclusive no planejamento do parque em outras áreas.

Claudio Rodrigues Fabi 24:56

Então o projeto também ajudou a reduzir a queima no parque como um todo?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 25:01

Acaba, acaba, acaba tendo uma interface no parque como um todo.

Claudio Rodrigues Fabi 25:06

Porque você falou no seu projeto que primeiro conversou com as comunidades que já tinham um certo diálogo com vocês, porque tem uma galera que não conversa, né? Eu vi o processo de criação do parque, que é bem complicado mesmo. Você cria com 100.000, depois oficializa 70.000, depois aumenta para 200.000, e as pessoas já achavam que aquele espaço de 130.000 estava liberado e podiam consolidar área rural.

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 25:22

essa incerteza gera conflitos, É complicado.

Claudio Rodrigues Fabi 25:30

Então isso deve causar um impacto terrível na cabeça das pessoas. Transformar a unidade de conservação num inimigo da galera que estava lá para proteger, né? Ainda mais numa área protegida, que é uma área engraçada, né? Porque eu sou de Minas, e lá é bem assim, com menos latifúndio e mais pequenos produtores rurais. Mesmo a criação de gado, por exemplo, lá é diferente de São Paulo, onde as criações são maiores. Lá são muitos sítios, que criam gado para manejo principalmente pelo leite, pelo queijo e pela carne. Porque não dá para viabilizar a pecuária se não tiver lucro com leite, principalmente pelo queijo. Então é uma região diferenciada, e tem muita gente que até hoje é inimiga do parque. Como é que está isso? Essa galera ainda coloca fogo? Vocês conseguiram aumentar o diálogo?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 26:28

Não.

Claudio Rodrigues Fabi 26:30

A partir desse projeto?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 26:32

É assim, o fogo é uma temática que a gente usou porque tinha convergências e interesses entre as pessoas e o ICMBio. Por isso foi usada como abertura para interlocução. E deu certo. Eu acho que mostrou que dava para expandir para outras áreas. Não sei o quanto expandiu, mas pegamos uma área central, a parte sul. Na época, não tínhamos abertura para fazer isso, porque o conflito era mais fundiário, de permanência, muito acirrado. Mas em 2022, 2023, teve revisão do plano de manejo, e acho que esse trabalho ajudou a distensionar as discussões, porque as pessoas começaram a ver outra forma de trabalho do ICMBio, que não fosse só comando e controle, que não fosse desapropriar todo mundo. Esse trabalho trouxe um exemplo real de diálogo e estabelecimento de confiança com o órgão, e acho que foi muito importante, inclusive para a revisão do plano de manejo. Essa revisão trouxe muito mais a realidade dessa população que

reside no parque. Acho que foi muito bom o resultado, dentro do possível. Não sei se foi 2022 ou 2023.

Claudio Rodrigues Fabi 28:13

Essa revisão foi quando?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 28:17

2023, acho. Teve participação das comunidades. Foi um momento muito legal, e eu coordenei, né? Eu coordenei a revisão do plano de manejo.

Claudio Rodrigues Fabi 28:36

Muito bom. Você já estava lá ainda nessa metodologia nova, né? De plano de manejo mais simplificado?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 28:40

Eu estive na oficina, né? Já tinha começado o processo como gestor, como chefe. Depois que saí, continuei na coordenação do plano até a publicação. Ah, então já não estava mais lotado no parque, mas acompanhei o final dele. É legal, o plano de manejo, se quiser, pode olhar.

Claudio Rodrigues Fabi 29:12

Está no site, né? No site público, na página do parque?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 29:12

É, está. Estou até tentando baixar aqui. Ele traz recursos e valores fundamentais do parque. E isso gerou uma discussão, porque a comunidade passou a se ver como recurso e valor fundamental da unidade, do território. Eles aparecem como cultura tradicional, como um valor fundamental da unidade. Esse aspecto cultural, essa vivência das comunidades, meio que falou assim: "Poxa, mais um parque, a gente vai colocar isso como valor." E o grupo pactuou isso, cadastrando isso como valor, recurso e valor do território a ser protegido.

Claudio Rodrigues Fabi 30:04

Que legal, é sério. Isso tem a ver com o modo de produção lá, a Canastra, por causa da população que tinha antes, né?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 30:08

É.

Claudio Rodrigues Fabi 30:14

Se fosse outra população, com outro modo de vida, outro modo de expansão econômica, a Canastra não seria a Canastra, não teria a biodiversidade que tem.

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 30:22

É, saiu assim: cultura tradicional. A cultura canastreira possui o modo de ser, fazer e viver em conexão com a natureza local, através do uso dos campos nativos, manejo do fogo associado à produção de queijo e carne, agricultura. Nesse universo estão presentes as tradições culturais, como a folia das almas, folias de reis, a catira, religiosidade, cavalgada e festas locais com enfoque gastronômico.

Claudio Rodrigues Fabi 30:51

É legal. Nossa, que importante isso. Isso está falando de gente que mora dentro e que mora no entorno, né? Porque tem gente que mora dentro ainda, né?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 30:52

Lá, tem muita gente dentro

Claudio Rodrigues Fabi 31:02
 Principalmente daquela parte, né? Que você falou do São 2 chapadas, né? Tem a Chapada da Cannabis e a outra Chapada, O que que é?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 31:06
 É Chapada Babilônia. Assim, são várias serras e vales. Os vales são intensamente, intensamente ocupados, e a parte da serra também tem uma ocupação, só que um pouco mais nos vales... É uma mudança, né? Com o tempo, as pessoas pararam de usar os chapadões pra criação, porque é uma dinâmica de criação que foi se perdendo. Sabe aquela coisa? É custoso, é trabalhoso, envolve a pessoa que está em retiro, isolado muito tempo, então foi diminuindo muito o chapadão, ele acabou ficando mais vazio e houve uma concentração maior das pessoas nos vales, mas são muitas famílias. Eu não lembro quantas são, mas eu acho que só de tradicionais deve ser mais de 200 famílias. Vá... No total, dentro do parque, no total, considerando dentro e fora, são 500, mas dentro do parque eu acho que era 200 e pouco. Eu não lembro. 200.

Claudio Rodrigues Fabi 31:59
 Nossa, tudo isso?. Além das famílias, né? 200 famílias, filhos.

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 32:10
 As famílias entre as propriedades, famílias, né? Cada propriedade com a família.

Claudio Rodrigues Fabi 32:16
 Tem ideia do tamanho da área.?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 32:16
 Que? Ah, na área restante do parque são 100 e 120 mil hectares, 110 agora, 110 mil hectares.

Claudio Rodrigues Fabi 32:27
 E não estão ainda indenizados, né?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 32:28
 É, 110 mil.

Claudio Rodrigues Fabi 32:30
 E 110 mil não foram indenizados? As 200 famílias estão lá e não foram nem indenizadas? E as pessoas... Elas têm... Será que têm interesse de serem indenizadas para saírem de lá?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 32:35
 Eu não sei...Então, Fabi, uma coisa assim não... Tem todo o movimento para permanência deles, né? Que o reconhecimento como comunidade tradicional.

Claudio Rodrigues Fabi 32:47
 É? Até disse isso, que ia perguntar, mas acabei esquecendo. Daí eles tiveram reconhecimento, população tradicional? porque se eles forem reconhecidos como população tradicional, eles podem se enquadrar no artigo 42 do SNUC, né?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 32:58
 Ganharam isso, tiveram, né?

Claudio Rodrigues Fabi 32:59
 É. Não, não é só a indenização, eles têm que ser realocados por um lugar de mesma categoria, né? De mesma conservação, o que é difícil achar, né? Espaço vazio, igual a Serra da Canastra, né? Com aquele tipo de cerrado, não vão achar, né? A discussão...

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 33:14

É assim, na verdade tem um acordo. Foi um acordo judicial, né? Que garante a permanência deles como tradicional, né? Eles só saem se quiserem. Mas o que a gente fez, estratégia, sem fugir um pouco até do escopo... Acho que o trabalho que a gente está da entrevista, né? Mas falando um pouco da estratégia de gestão. É, a gente foi para as pessoas que queriam vender, para essas áreas que estavam desocupadas, que eram de herança de família, que estava tendo pressão para venda, para plantação de soja, pessoa externa. Então, o que a gente fez? Começou a focar a regulação fundiária nessas áreas que não tinham ocupação ou uso das pessoas e a área que era ocupada pelas pessoas, cara, deixa só, só fazia negócio caso eles quisessem vender a área, tá? Então a gente construiu isso e quando construiu esse cenário, a gente avançou muito na regulação fundiária do parque, porque a estratégia anterior era desapropriar onde estavam as pessoas. Né? A estratégia que estava da chefia anterior. Quando eu cheguei lá, eles queriam desapropriar onde tinham pessoas e a gente inverteu a lógica, não. Onde estão as pessoas, a gente deixa, e vamos onde está desocupado, que tem preservação, que tem locais com atributos e essas áreas...

Que são propriedades particulares e que estavam desocupadas. Era uma área grande do parque. Eu acho que dava uns... Eu estou ruim de memória, mas assim, dava uns 40, 50 mil hectares. Então, daqueles 110 mil hectares que eu falei que não estavam desapropriados...

Claudio Rodrigues Fabi 34:48

Nossa.

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 34:55

40, 50, 1000, não são diretamente usados pela população. Então, dá para desapropriar e ficaria em torno de 50 a 60 mil efetivamente, com ocupados por pessoas.

Claudio Rodrigues Fabi 35:08

200 famílias.

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 35:10

É

Claudio Rodrigues Fabi 35:12

É bacana saber essas coisas. É importante mesmo, então ele faz parte aqui, né?

Voltando aqui, aqui, com a educação ambiental do ICMBio tem alguns objetivos estratégicos, né? É uma delas, eles falam da educação ambiental como instrumento de gestão que amplifica a conservação da biodiversidade.

Sabe, né? Eu acho que isso do seu caso é bem didático, né? Porque se reduz a queima, né? Lá se tem animais muito sensíveis, né? Quando eu fiz a visita lá, a gente conversou, né? E o pessoal fala que morre, principalmente que é a fauna com tamanduás cobras.. É muito complicado, morre muito bicho, Muito bicho, né? As espécies são até resilientes ao fogo, as espécies de flora, né? Mas as de fauna têm muita mortandade, e me falaram, acho que não sei nem se foi sim, mas acho que foi você mesmo que falou que o tamanduá-bandeira, por exemplo, ele é um animal que fica perdido no fogo e que tem dificuldade de visão e acaba indo em direção ao fogo, em vez de correr do fogo, e que morre muito, Tamanduá, então esse

trabalho teve uma importância grande também para conservação da biodiversidade, não? Foi só uma conquista social dos moradores, mas também foi uma conquista na conservação da biodiversidade, né?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 36:24? Assim, quando a gente foi conversar com as pessoas, todo mundo... Todo mundo, assim, as pessoas que moram ali, eles têm um cuidado muito grande com o que eles chamam de Capão, que são as áreas florestadas de cerrado, que são geralmente as áreas em nascente. Então, o planejamento, a ideia deles é toda voltada na proteção dos capões. Então, a queima que é feita em uma área restrita, ela nunca queima uma floresta porque sabe que a vegetação florestal não tem a mesma resiliência, então ela vai demorar muito, são décadas e décadas para recuperar uma vegetação que foi queimada. E, ao contrário... Eles criticavam que a estratégia usada pelo parque estava favorecendo os incêndios em época seca, que atinge inclusive os capões. Então, a gente estava perdendo biodiversidade, e o que eles alegavam é que hoje as áreas deles tinham mais biodiversidade do que a área do parque que estava sob domínio público, porque a gente perdeu os capões, perdeu as matas ciliares e realmente perdeu, né? Porque o incêndio vem na época errada.

Claudio Rodrigues Fabi 37:31
Quer deixar de fazer a queima, né?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 37:36
E ele queima tudo, ele vai passar e queimar tudo porque está tudo seco, né? Ele vai queimar capão, vai queimar a vegetação de cerrado. Se ela tem uma recorrência muito grande de incêndio, ela tende a ficar cada vez mais aberta, então aqueles campos...

Claudio Rodrigues Fabi 37:38
Combustível.

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 37:51
Limpos que a gente tem no chapadão da Canastra. E são seminaturais, né? Assim, na verdade, ele é uma condição mantida por um excesso de fogo. Se a gente tiver uma diminuição do regime de fogo, pode ser que vire um campo sujo, vire um cerrado senso estrito em algumas áreas, mas hoje aquela predominância de campo é grande, é um indicativo que está tendo um incêndio muito severo, inclusive, né? Incêndios severos e recorrentes.

Claudio Rodrigues Fabi 38:21
Então, a conservação da biodiversidade você acha que foi amplificada? Então, depois desse projeto garantiu mais conservação, inclusive vocês aprenderam com eles, né? Que tinham que fazer hoje. Hoje, o manejo integrado do fogo é uma atividade corriqueira, né? Vocês fazem direto, agora, eu estava lá. Estavam fazendo, inclusive ali, perto das nascentes, né?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 38:39
Hoje a unidade investe muito em queimas prescritas, né?

Claudio Rodrigues Fabi 38:44
Foi influenciado também pelos tradicionais, por essa oficina ou não? Já já era antes ou é por causa do MIF mesmo?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 38:51
Não, já tinha, já tinha essa questão da queima prescrita. Ela já vinha amadurecendo institucionalmente. Ela estava começando a acontecer aí. Só que assim, a gente não tinha o mesmo tratamento ainda para as

comunidades, a gente vinha muito com a visão antiga, né? Sobre a Questão do comando, controle, inclusive pra queima, né? Então, o que a gente mudou foi principalmente esse curso. Fez mudar a percepção de como trabalhar, ou melhor, com a abordagem de como trabalhar com as pessoas. E como isso influenciou? Isso acabou influenciando o restante do planejamento, que era uma coisa feita geralmente de gabinete, né? E a gente acabou trazendo o conhecimento das pessoas também no modo de fazer e nas necessidades. As pessoas no planejamento também da área de domínio público, entende? A gente acabou tendo um ganho tanto para a privada, dentro do parque, como para as públicas dentro do parque.

Claudio Rodrigues Fabi 39:46

Então, é isso que eu estava aí perguntando. Então é, é isso? Eles influenciaram inclusive o MIF de vocês, que já existia tudo, mas eles contribuíram para uma maior efetividade, né?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 39:56

Uma maior efetividade do MIF né? E para a gente ter um Direcionamento. É direcionar a pensar as áreas de queima, a atenção com a vegetação, né? Então, eles trouxeram pontos que eram importantes para eles, para a comunidade, que a gente também passou a considerar como algo a ser protegido na nossa estratégia, né, de proteção.

Claudio Rodrigues Fabi 40:25

E isso, um baita ganho, né? Isso é um baita ganho pra registrar, né? Isso aqui vai aparecer na nossa tese aqui, deve ter aparecido. Não sei se apareceu no artigo de vocês, mas quer dizer que o conhecimento tradicional ajudou o conhecimento técnico-científico no manejo do fogo que vocês já faziam na unidade? É um baita ganho, né? É mostrar como, como é que a gente pode usar, né, esse conto de saberes, né? E essa possibilidade do diálogo, como é que ele amplia a conservação da biodiversidade? Todo mundo ganhou, né? Tanto a flora quanto a fauna do parque ganharam com essa diminuição do incêndio, né? Legal. Isso, bem legal.

Claudio Rodrigues Fabi 41:13

Aumentar os espaços democráticos de participação. Você notou isso? O pessoal começou a participar mais dos espaços depois desse projeto, eles começaram a ter mais interesse em participar de conselho, a participar de reunião. Você acha que isso aumentou a participação efetiva na gestão da unidade? A partir disso, foi o destaque? Foi alguma coisa desse tipo que aconteceu?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 41:40

Foi assim, a gente começou a ter uma participação maior. No primeiro ano teve 11, grupo menor, né? Deve ser que a gente fez esse trabalho, que foi um grupo menor. No ano seguinte, já mais pessoas se interessaram e começaram a participar, mas eu vi também que, quando a gente foi fazer as oficinas preparatórias do plano de manejo do parque, que nós tivemos que fazer oficina com todas as comunidades, a gente conseguiu ter uma participação muito maior de pessoas. É nesse processo, porque já tinham... eles estavam começando a ver uma mudança. E como o ICMBio trabalhava com as pessoas, né? E como o ICMBio também deu espaço, como deu espaço nessa questão do

manejo do fogo. Eu acho que ele foi muito importante. Ele foi para quebrar essa resistência também, né? Da participação, porque isso era muito marcante. As pessoas se negavam a qualquer interlocução com o ICMBio.

Claudio Rodrigues Fabi 42:38

É uma pergunta um pouco mais delicada, assim, com nossos colegas, mas assim: essa participação na gestão da unidade não é uma concessão que a gente faz porque a gente é bonzinho, porque a gente tem um espírito participativo. Ela é uma demanda, né? Do artigo 5º do SNUC, que fala em um dos seus incisos que a participação na gestão é um dos objetivos do SNUC.

Você mostrou um caso assim. Como é que essa participação fortalece os resultados, tanto na qualidade de vida dos moradores que estão lá quanto também na conservação da biodiversidade da unidade? Mas a gente conhece a instituição, você sabe, você conhece... Você está desde quando? Você está desde 2009, né? Você já conhece bem, então já tem mais de 15 anos no ICMBio, você conhece bastante a gestão da unidade.

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 43:23

2009, 2009. Nunca, 16 anos aí.

Claudio Rodrigues Fabi 43:34

Você sabe que nem todo caso é assim, que muitos casos nossos colegas não dão espaço para gestão compartilhada, não dão, e muitas vezes aquilo que você tem uma visão clara de valorização do conhecimento local, tem gente que tem uma visão diametralmente oposta, sabe? Porque às vezes também porque vive realidades opostas, né? Encontram nas populações residentes o inimigo público número 1. O que você acha disso? Por que algumas pessoas, inclusive que se dizem bem legalistas, acham que quem depende da participação é uma pessoa que atua contra a conservação. O que, ao que eu acho que a gente fala, é o seguinte: a participação é o jeito que contribui para a conservação da natureza. A gente não faz participação para diminuir a conservação da natureza. A conservação da biodiversidade, muito pelo contrário. A gente acha que é um instrumento efetivo e importante, mas as pessoas acham que a gente faz isso para minimizar a importância da conservação da biodiversidade para aumentar o ganho das populações tradicionais. O que você acha dessa discussão dentro do ICMBio? Isso não está nas minhas perguntas, mas acho que é importante a gente saber.

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 45:10

Eu acho que é muito cômodo, não sei qual é a raiz disso tudo, né? Talvez a gente ter vindo de órgãos escolares, talvez de um histórico mais preservacionista na gestão das unidades. E no final das contas, é mais cômodo. Está... é cômodo porque você tem o poder de tomar decisões e não precisa satisfação para ninguém, né? Eu acho que compartilhar decisões é um processo mais... é mais demorado. Você vai ter que lidar com divergências, vai ter que liderar, vai ter que lidar com diferenças. Então, é ceder um pouco. É abrir mão de poder. Não é isso que está falando, está compartilhando. E quando a gente fala da natureza humana, eu acho que a gente sempre tende a concentrar poder, né? O indivíduo sempre quer ter o poder, então esse movimento de compartilhar poder tem que ter uma mudança de chave, de entender que isso é um ganho para a conservação, né? Toda vez que a gente toma uma

decisão sozinho, a gente não está considerando muitas vezes toda a interface que isso tem em determinado local. E a gente, pô, ver legislações que foram construídas dessa maneira, né? A gente tá citando, às vezes é uma legislação do fogo que é proibido no estado de São Paulo, por exemplo. Será que isso aí foi levado em consideração a necessidade das pessoas em todos os casos? Ou foi levado em consideração somente a necessidade das grandes propriedades, da grande indústria? Então, é muito fácil tomar esse tipo de decisão, negar quem está apartado da conversa, ou não tem voz. É como disputar esse poder. Ele fica de lado, né? Então fica lá, sofrendo as consequências. Então, acho que é isso. Eu estava também fazendo uma outra reflexão esses dias, que até a gente mesmo, enquanto instituição, não respeita o que está previsto na própria legislação. Isso, por exemplo, tá na instrução normativa que fala sobre as autorizações, licenciamento ambiental. Quando vem a autorização para licenciamento ambiental na unidade, a gente recebe as coisas com prazos curtos para manifestação, né? Você vê que em nenhum momento no fluxo eles colocam uma coisa que está exigido no decreto, no decreto, no regulamento, de novo, e o conselho, por exemplo, ele tem que participar...Ele tem que manifestar, inclusive em processos que causem dano à unidade de conservação. A gente não, a gente nem instituição internalizou isso na norma, né? Aí você imagina.

Claudio Rodrigues Fabi 48:15

Para vocês, a autorização a consulta , o órgão prevê isso, não é? Esse é esperar a reunião do conselho, não é?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 48:21

Então, aí você espera que o gestor que já não quer fazer isso, entendeu? Ele nem a instituição orienta ele, nem internaliza esses processos. Então, assim, a gente tem que também ter uma internalização séria desses processos no fazer da instituição. Não ficar esperando muito assim a boa vontade do servidor, a visão do servidor, do gestor, né? Não sei se você entende, eu acho que a gente também tem a importância, né? Mas a gente também tem que internalizar institucionalmente todos esses processos de acordo com o que está previsto, tanto na PNAP, né? No SNUC, a gente tem que levar.

Claudio Rodrigues Fabi 48:53

Acho que você falou é extremamente relevante, né? É um exemplo clássico, né? Porque está previsto no decreto que regulamenta o SNUC, a participação do conselho na autorização de licenciamentos. Nosso processo de autorização não licencia, né? Antigamente o Ibama tomava conta e licenciava e fazia a gestão das unidades, mas no nosso processo a gente só dá uma concessão, a gente não licencia, a gente autoriza a atividade, e não está previsto o tempo, né, da...

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 49:34

Aham.

Claudio Rodrigues Fabi 49:38

Reunião do conselho, porque muitas vezes a reunião do conselho é trimestral, quadrimestral, e o prazo é bem menor do que isso. Então isso não proíbe o conselho, isso já é um erro, já é um erro da legislação do nosso sistema.

Nosso sistema não deixa que a gente cumpra a lei, é uma coisa a ser apontada. É uma contradição bem grande com um órgão de Estado que é feito para que a lei seja cumprida.

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 49:54

Isso.

Claudio Rodrigues Fabi 50:02

Fazer o procedimento que garante que a lei não será cumprida é uma coisa a se discutir bastante.

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 50:05

Será cumprido? Um exemplo, só um exemplo, não é?

Claudio Rodrigues Fabi 50:08

Ela é descumprida, né? É só um exemplo bem clássico e bem importante. Aqui vamos, vamos agora pro seu projeto, você tem uns objetivos. Eu queria ver se você acha que conseguiu os seus objetivos aqui, porque você não tem os resultados no projeto. Você entregou seu projeto antes de conseguir, né? Porque foi antes de ter consolidado, mas...

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 50:31

Foi antes do Monitoramento.

Claudio Rodrigues Fabi 50:31

Tinha alguns objetivos, né? O objetivo geral dele, o objetivo geral era o propósito de realizar o resgate histórico e o planejamento participativo das queimas controladas, né? Então, acho que isso você conseguiu fazer, né? Esse resgate histórico você conseguiu fazer, né? E o planejamento participativo das queimas desses locais trabalhados, daquele ano, em 2018, você conseguiu fazer também?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 50:50

Oi, consegui. Seguimos nesses locais que foram propostos, nesses locais que estão aí nos objetivos, nós fizemos.

Claudio Rodrigues Fabi 50:57

Alguns, né? Aí, objetivos específicos que você tinha eram aqui, ó. Estabelecer canal de comunicação entre moradores e ICMBio pelo que a gente conversou até agora, você acha que aumentou? Inclusive, foi uma experiência importante para o plano de manejo, né? Mapeamento das áreas de manejo de fogo. Você conseguiu concluir, teve o mapeamento, agora isso aí está consolidado?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 51:24

Sim. Nessa reunião nós fizemos o mapeamento. Essa reunião mesmo foi feito o mapeamento participativo, né? Com o mapa, tudo.

Claudio Rodrigues Fabi 51:48

Resgate da prática da queima comunitária. Isso foi feito também, né? Eles queimam junto, é isso? Eles reúnem a comunidade para fazer a queima?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 51:52

Sim, em grupo, tem uma espécie de mutirão, para aquiema.

Claudio Rodrigues Fabi 52:01

Entendi. A brigada também, ajuda nessa queima, ou não precisa?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 52:07

Não precisa em alguns locais, sim, mas assim, alguns locais que eram mais sensíveis ou que faziam limite com propriedade do parque, a brigada vai. Quando é entre eles, não precisa, é isso que é legal do mutirão. Eles têm

uma própria dinâmica de ajuda mútua, né? De cooperação mútua para fazer a queima.

Então, o que tinha acontecido? Como tinha a proibição de fazer a queima na época, principalmente na seca, perdeu o mutirão. As pessoas passaram, ao invés de queimar em cooperação, a queimar à noite, escondido, para gerar incêndio e atingir o objetivo delas. Mas aí acaba queimando tudo, né? Um cenário desastroso. Então, aí, inclusive, esse acordo permitiu que as pessoas voltassem a ter a possibilidade legal dentro da lei, né? Com segurança, tudo, que relataram que assim, era muita insegurança para fazer uma prática tradicional que a gente acabou coibindo.

Claudio Rodrigues Fabi 53:14

É, você fala bastante dessa questão legal, porque assim é bom inclusive ressaltar isso, né? Porque muito se fala das multas ambientais, né? As pessoas têm a ideia, não sei se já viu isso, né? Que 10% das multas são pagas? Já viu esse dado aí? Você vai falar que 10%, mas não é. A verdade é que 10% dos autos de infração são pagos, não é 10% do valor das multas que são pagas, 10% dos autos de infração. E eu estava vendo uma tese?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 53:30

Já ouvi que era 5% dos Autos.

Claudio Rodrigues Fabi 53:45

Então, acho que no caso de vocês, o medo da multa por queima não autorizada deve ser bem grande, né? Então por isso que você falou dessa coisa do receio de fazer escondido... tem essa história também.

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 54:24

Porque foi trabalhado, porque assim, quando teve essa questão da expansão, não é da expansão da retomada do parque, foi muito falado para eles: "Aqui é parque, é proibido pela legislação, tá?" Então, a gente precisa fazer isso, não. A legislação não permite, sempre foi usada assim. A legislação não permite. É, você sabe aquele comodismo que está falando? É isso que a gente estava discutindo, um pouco que é muito mais cômodo você interpretar a lei proibindo tudo do que era tradicional

Claudio Rodrigues Fabi 54:48

Aham.

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 54:51

A ideia é usar a lei e tentar trazer uma interpretação que traga possibilidades e respeito inclusive pelas pessoas, é mais prático você falar: é proibido e a pessoa vai lá, faz, você vai lá, multa. É fácil, é muito mais protocolar assim, né?

Claudio Rodrigues Fabi 55:08

Tinha o histórico de autuação.

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 55:11

Bem, bem severo.

Claudio Rodrigues Fabi 55:13

Muita gente foi multada ali.

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 55:15

Muita gente foi multada por isso.

Claudio Rodrigues Fabi 55:18

E sabe se eles pagavam as multas, se eles recorriam, se alguma coisa, se estão no CAD, se eles estão com registro?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 55:24
 Não, não foi assim. As multas que eram pagáveis em valores que a pessoa conseguia pagar, eles pagavam. Só que aconteceu que teve multa que virou incêndio, ficou coisa que era maior que o patrimônio da pessoa.

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 55:42
 Eles começaram a entrar na justiça e a pedir anulação dos autos, então? O que aconteceu na Canastra é que toda a multa que era gerada a pessoa entrava na justiça para anulação. Então, tem multas que estavam no STJ, já estavam para julgamento, né? Mas muitas foram anuladas. Em primeira instância, praticamente tudo que o ICMBio estava fazendo em primeira instância estava sendo anulado pela justiça.

Claudio Rodrigues Fabi 56:10
 Bom, não sei se é bom ou ruim, mas pelo menos deu uma certa segurança. Deixa eu ver o que é mais aqui que apagou minha telinha? Vamos lá. Iniciar a relação de confiança entre as partes, né? Acho que isso você já relatou, né? Aumentar a adesão de moradores à prática da queima autorizada. Eu li o seu trabalho e acho que isso não aumentou muito, né? Porque vocês conversaram com pessoas que já faziam, já pediam autorização ou teve esse aumento de quem solicitava? Hoje você vê isso?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 56:43
 Teve, teve sim, teve sim. Tem até os gráficos diários que eram autorizadas, né? Porque a gente parou de trabalhar, na verdade, com autorização individual e passou a tratar tudo como autorização comunitária, mesmo sendo propriedades distintas. Era uma autorização só. Então, em número de autorizações, o número diminuiu, só que em área efetivamente manejada com fogo aumentou, em número de pessoas e passaram a ter autorização também aumentou bastante.

Claudio Rodrigues Fabi 57:19
 É esse gráfico, acha onde?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 57:23
 Ah, deixa eu ver aqui rapidinho... Acho que eu não vou no... eu não sei de que ano é o plano de manejo do fogo da Canastra.

Claudio Rodrigues Fabi 57:36
 Ah, pode ver depois, se conseguir mandar esse gráfico que mostra esse aumento, porque eu não vou saber achar.

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 57:37
 Então, espera aí que eu já estou olhando enquanto está... Já faz, porque senão depois fica para fazer e eu esqueço, para pegar aqui, localizar Canastra.

Claudio Rodrigues Fabi 58:03
 Enquanto você vai localizando, outra coisa que as pessoas me falam é que, por exemplo, essa rebrota beneficia inclusive os animais silvestres. Eu li uma vez um trabalho na Austrália que diz que os aborígenes queimam todo ano, porque se eles não queimarem todo ano, o lugar é tão difícil de acesso que depois eles não conseguem nem se locomover. Mas daí eles falam que, na área onde não queimam, os bichos desaparecem. Porque o mato vai ficando mais espinhoso, mais denso assim, né? Mas levando em conta isso, dizem que os bichos acabam morrendo de fome, porque o

negócio fica tão duro que eles não conseguem nem comer. Então a queima às vezes...

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 58:41
Ah, legal.

Claudio Rodrigues Fabi 58:42
A fauna, você acha que isso acontece aí também? A própria queima ajuda... a fauna, a existência da fauna? Acho que você falou indiretamente disso no monitoramento, né? Que você falou que tinha mais fauna fora da área controlada do que dentro da área controlada.

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 58:58
Assim, nas pessoas, mas aí é uma percepção das pessoas, né? É, aqui, geralmente vegetação dos capões e mata, então assim. É, a gente não tem nenhum estudo para dizer realmente que tem mais vegetação de capão fora ou dentro, tanto da percepção das pessoas. Mas eu entendo assim que a manutenção de um regime de mosaico, por que a queima aparece, que ela faz, ela mantém mosaico de paisagens, então você mantém uma diversidade de paisagem. Isso acaba favorecendo a ecologia. A gente fala, né, que é o distúrbio intermediário, ele favorece um aumento de diversidade, e então você manter uma paisagem com maior heterogeneidade, né? E isso favorece muito mais a conservação do que, por exemplo, quando você tem uma queima que atinge 30 mil hectares e simplifica todo o habitat. Você perde toda a vegetação de uma vez só, perde recurso. Então nem se compara o benefício da manutenção de uma área heterogênea com uma área que foi atingida por incêndio.

Claudio Rodrigues Fabi 1:00:17
Isso. Você mandou para mim no zap, agora é dos gráficos, é isso?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 1:00:21
Te mandei o plano de manejo e planejei o penífero, o PMIF Na página 20 tem o gráfico de queima prescrita.

Claudio Rodrigues Fabi 1:00:37
Aqui, aumentar a decisão dos moradores e diminuir a ocorrência de incêndio no período crítico. Isso eu acho que já foi relatado, né? Seguiram atingindo.

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 1:00:47
Aí não. Nesse período não dá pra falar, não dá para chegar a essa conclusão.

Claudio Rodrigues Fabi 1:00:55
Devo confirmar com a Bianca. E como é que chama o chefe novo lá?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 1:00:58
Mario. Mas se você olhar pelo próprio PMIF, eu estou olhando aqui, tem as áreas. Você vai falar com ele, mas ele tem as áreas atingidas por incêndio e a área manejada pelas pessoas tem uma diminuição da queima.

Claudio Rodrigues Fabi 1:01:14
Legal. Garantir meios dignos de uso do território condizentes com as necessidades econômicas dos moradores. O fato deles fazerem a queima facilitou que eles realizassem as atividades cotidianas deles, de manejo da área, né? O que você acha disso?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 1:01:31
No início é sobre esse esquema, né? Porque a atividade de subsistência deles, não é? Então a gente está permitindo. Não é que eles façam isso escondido, é de maneira digna, né? Não precisamos ficar com medo

fazendo escondido, sem conseguir fazer uma autorização. Para você ter uma ideia, antes a pessoa tinha que ir no escritório a 60 km de distância, estava na Terra, ele ia no escritório em São Roque, 60 km, chegava lá e pedia. Aí a gente pegava, emitia uma guia para ele, uma GRU, só que ele pagava a GRU no Banco do Brasil, não tinha agência...

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 1:02:07
São Roque?

Fernando **Augusto** **Tambelini** **Tizianel** 1:02:21
Do Banco do Brasil em São Roque. Aí ele tinha que ir em Piumhi aí andava mais 60 km, pagava às vezes uma guia que era 3,50. Voltava para São Roque. Aí a gente fazia o quê? Aí marcava uma vistoria, ele voltava para casa, andou 120 km só para fazer isso. Não, na verdade, 240 km. Ele andava para fazer o pedido e pagar a taxa. Aí a gente ia lá fazer a vistoria, depois que fazia, emitia a autorização, aí ele voltava no escritório. Depois de 60 dias para pegar a autorização. Então eram mais de 360 km para uma autorização.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 1:03:12
Nossa senhora.

Fernando **Augusto** **Tambelini** **Tizianel** 1:03:13
A gente mudou isso. O planejamento era feito com ele, fazia uma vistoria conjunta e depois a gente dava a autorização pra eles. Dispensou também o pagamento da taxa.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 1:03:22
è tudo comunitário agora? Agora é uma autorização só para a comunidade? Como é que é?

Fernando **Augusto** **Tambelini** **Tizianel** 1:03:30
Para comunidade, isso.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 1:03:32
Autorizou a comunidade. Todo mundo pode fazer a queima naquele território autorizado para essa pessoa?

Fernando **Augusto** **Tambelini** **Tizianel** 1:03:36
Aí sai a relação das pessoas, a relação da área que elas vão queimar, contando os hectares em cada propriedade.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 1:03:45
Entendi. Proteger alvos de conservação do parque nacional através da diminuição de incêndios. Você acha que isso foi atendido? Quais são os principais alvos mesmo?

Fernando **Augusto** **Tambelini** **Tizianel** 1:03:57
Isso, principalmente, certeza.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 1:04:01
Não é só de conservação, é o que? As nascentes, né?

Fernando **Augusto** **Tambelini** **Tizianel** 1:04:03
As nascentes, os capões de mata, as áreas.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 1:04:09
É uma espécie ameaçada.

Fernando **Augusto** **Tambelini** **Tizianel** 1:04:12
Mergulhão, né? Que é a espécie mais ameaçada do Brasil.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 1:04:12
É, e é difícil reverter. Parece que só tem 500 indivíduos, eu estava lendo isso.

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 1:04:25
E poucos indivíduos livres na natureza.

Claudio Rodrigues Fabi 1:04:27
Pouquinhos, né?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 1:04:31
Metade da população dele está na Canastra. 50% da população fica na Serra da Canastra e o restante espalhado pelo Brasil.

Claudio Rodrigues Fabi 1:04:43
E a diminuição do fogo também beneficiou eles também. Então, a diminuição principalmente, dos incêndios nos capões, deve ter beneficiado. Eles ficam perto daquele lago, né?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 1:04:52
Porque eles reproduzem vegetação ciliar na beira do rio. Eles precisam de árvores de grande porte na beira do rio. Está citando um exemplo de espécie. Agora, por exemplo, lobo-guará, tamanduá-bandeira, que são espécies que tem bastante lá, bem emblemáticas.

Claudio Rodrigues Fabi 1:05:09
Todos eles foram beneficiados na redução dos incêndios?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 1:05:11
Sim, com certeza.

Claudio Rodrigues Fabi 1:05:18
Aqui. Você falou que essa região foi escolhida para a implementação de proposta piloto. Caso seja bem sucedida, pode ser replicada em outras localidades. Você sabe se depois ela foi replicada nesse modelo de ir lá conversar, bater papo, ou se não teve esse bate-papo comunitário para outros locais?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 1:05:42
Então, aumentou um pouco mais a abrangência das áreas que as pessoas começaram a solicitar, teve um aumento. Sim, eu não sei se foi replicado nesse mesmo formato, teria que conversar com o Caio ou com a Bianca para ver se eles sabem.

Claudio Rodrigues Fabi 1:06:06
Bom, então era isso. Quer falar algo sobre o projeto, que você gostou, que acha que ficou faltando?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 1:06:14
Acho que é isso, o projeto.

Claudio Rodrigues Fabi 1:06:15
Te deu mais prazer, foi mais repetido?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 1:06:20
Acho que o principal que ele trouxe uma mudança nessa abordagem de gestão, de realmente fazer uma participação efetiva das pessoas na tomada de decisão.

Acho que foi uma grande virada de chave, porque era uma unidade com histórico de gestão muito centrada no comando e controle, muito judicializada.

Ele abriu uma porta de diálogo para que as pessoas tentem resolver seus conflitos por diálogo e não na via judicial. Na via judicial a gente delega para um terceiro, não é resolução. No diálogo, tenta-se uma solução consensuada.

Acho que esse é o principal: maior participação das pessoas e a possibilidade de soluções consensuadas.

Claudio Rodrigues Fabi 1:07:21
Legal, isso hoje existe na Canastra? As pessoas têm sensibilidade? A gente teve bons chefes depois de você, que são bons chefes lá também. Acha que está institucionalizado? Acha que a gente consegue institucionalizar isso no ICMBio? Qual seria o caminho?

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 1:07:50
Na verdade, não é difícil. A gente já tem os instrumentos, como a política nacional de manejo do fogo, que traz essa participação social. Mas quando a gente trata um órgão tão grande, com mentalidade tão diferente, se quiser institucionalizar, tem que normatizar. Tem que estar numa normativa que diga claramente que aquilo deve ser feito. Porque tem gente que se apega a isso: se não tem normativa, não se sente seguro para fazer. Tem que transformar isso em instrumentos de gestão. Se não for normatizado, fica ao sabor do gestor, que às vezes não tem essa sensibilidade.

Claudio Rodrigues Fabi 1:08:37
Ou que quer fazer.

Fernando Augusto Tambelini Tizianel 1:08:38
Que não quer fazer. Então, é uma questão de gestão pública.

Claudio Rodrigues Fabi 1:08:42
Bom, então acho que a gente já tem uma boa base para a análise. Obrigado pela sua disponibilidade.

Anexo E

Entrevista Ulisses

Claudio Rodrigues Fabi 0:25
É, ok, vamos lá, o curso de você, fez de gestão participativa, não é que você fez junto comigo e você fez o de educação ambiental. Só que você fez os cursos específicos, então chegou a fazer no modelo que era GSA, né, que era os cursos juntos. Você fez anterior ao CGSA, mas você fez 2 cursos que são da parte do GSA, que são gestão participativa e educação ambiental, certo? Agora se como

classifica a importância desses cursos para sua atuação no centro de pesquisa você atuava o CMA? E se você puder falar sobre pan também sobre o pan, estava na época no pan do do Peixe-Boi, né?

Jose Ulisses Dos Santos 1:10

O Cláudio, eu fiz o CFI de gestão socioambiental também. Primeiro, só participativa. O segundo de educação ambiental do ICMbio e depois O CFI de instrutores, né? Para a gestão socioambiental. Cara, é, eu posso falar assim meio informal, você quer?

Claudio Rodrigues Fabi 1:30

Pode, pode. Pode falar bem informal, porque depois a gente a gente vai fazer análise.

Jose Ulisses Dos Santos 1:35

Olha, você não me deu uma escala, né? Se era de 0 a 10 de 0 a 5, mas posso te dizer já.

Claudio Rodrigues Fabi 1:41

Mas pode falar.

Jose Ulisses Dos Santos 1:43

Tranquilamente que para mim foi de suma importância, cara, diria que foi. sine qua non, eu acho que foi essencial para minha atuação profissional. No centro de pesquisa. Sendo bem sincero contigo. O centro de pesquisa não me ofereceu o arcabouço é teórico em diretrizes claras em relação a atuação em educação ambiental e gestão participativa, né? A concepção que se tinha no centro e o planejamento que estava presente no plano de ação nacional de sirenio era a realização de campanhas chamadas campanhas educativas, que eram campanhas de sensibilização. Pontuais com a distribuição de cartazes sobre reintrodução de Peixe-Boi que era O SOS Peixe boi Marinho e a distribuição de cartazes e cadernos. Material didático é que era o salve, salve o Peixe-Boi, né? Então tinha eram 2 campanhas de sensibilização que eram feitas nas comunidades litorâneas, com distribuição de material, né? Cartaz, panfleto, caderninho e palestras que eram dadas nas colônias de pescadores e nas maiores escolas que haviam nesses municípios. Então essa orientação de educação ambiental que o centro é me me apresentou e era prática do centro do CMA, no caso de muitas de muitos anos, já eu entrei no CMA em 2007. E as campanhas de sensibilização já eram realizadas desde 1994, quando foi feita a primeira reintrodução de peixe bom em Marinho, em Alagoas, no município de paripueira,

então essas eram as orientações dada pelo CMA. Quando eu tive a oportunidade de realizar o curso de gestão participativa esse curso teve um impacto muito grande na minha formação e na minha atuação profissional. Eu pude entender com clareza o meu papel com mais clareza, né? O meu papel como a gente público na promoção da participação social e da educação ambiental crítica, pude entender com mais clareza de que forma deveríamos trabalhar com as comunidades tradicionais e com a população local. Não como meros receptores de informação em palestras de sensibilização, mas como atores atuantes, né? Como como protagonism. É então é essa formação e gestão participativa, depois consolidada com a formação em educação ambiental Me ajudaram a com atores locais, com outros atores. Porque aí eu, eu, eu. Eu percebi a importância de envolver os atores locais, principalmente as associações comunitárias, associação pestboa e colônias de pescadores e as ONGs, as organizações não governamentais com atuação do território, né? Além de institutos de pesquisa e educação, né? Como o instituto federal universidade federal de Alagoas eu pude, eu. Eu comecei a mobilizar esses atores na concepção de ações e projetos, né? De intervenção Na Na elaboração de atos pedagógicos. Então esse processo de formação em gestão participativa em abriu meu o olhar, né? Perspectiva, minha primeira atuação até junto contigo, com dado com Paulo Roney lá da redex Maria do Jequiá, foi realmente com é formação e capacitação de conselhos. Então é, é. E aí eu pude entender o papel político que tem o conselho, né? EE facilitou o trabalho de formação dos conselheiros e logo em seguida a formação em educação ambiental consolidou tudo.

Cara, porque aí eu passei a trabalhar de forma mais qualificada, com a elaboração de pedagógicos, com os atores no território, junto com os atores, né? É, então foi essencial para minha formação profissional. Isso deu uma guinada na minha atuação dentro do CNA dentro até é em mim

Em determinado ponto essa essa guinada, essa consolidação da minha formação e dessa visão crítica dos processos sociais educativos criou até um conflito por certo conflito na época, com a gestão do CMA, é que, balizada pela de DIBIO, né? Informava que é o meu plano de trabalho. Estava extrapolando a missão do centro porque eu estava desenvolvendo processos de longo prazo de formação de pescadores de ribeirinhos, é estava apoiando o fortalecimento do conselho da APA Costa dos corais. Então, a minha coordenação na época chegou a me

Olha, é Cláudio, eu posso dizer para você com toda sinceridade, cara é para mim foi uma mudança profunda. Assim foi, foi realmente impactante na minha atuação profissional. Realmente, eu era um ajudante de ordem, digamos assim.

Claudio Rodrigues Fabi 8:59

É? É como eu via você mesmo, mas depois eu vi que você você tomou, né? Eu sei, cresceu EE. Aí veio a segunda pergunta, você já respondeu parte da segunda pergunta, mas é isso, né? Oo curso ele ajudou você a promover a participação. Você acha que a participação ficou mais efetiva após a realização dos cursos. Agora, se você conseguir focar um pouquinho, você, na época trabalhava com com cupim. Você acha que você conseguiu promover mais participação, né, Social a partir dos cursos, você acha que isso melhorou a participação?

Jose Ulisses Dos Santos 9:29

Com certeza naquela época, eu era, Eu atuava. Eu era responsável por algumas linhas, né? Algumas metas no pan a de Peixe-Boi Marinho era pan, sirenioss e entre essas linhas estava o ordenamento do turismo de observação do Peixe-Boi Marinho, né? Acompanhamento, ordenamento e a realização das campanhas educativas. Acho que a partir do curso é, eu pude envolver os condutores comunitários, né? Que atuava Na Na observação do Peixe-Boi Marinho, numa discussão mais mais aprofundada, mais crítica sobre aquele processo é na compreensão do papel daqueles atores no estabelecimento das normas, na pactuação das normas com unidade de conservação. Depois do curso de gestão participativa eu entendi que aqueles atores tinham autonomia e tinham direito de se manifestar e de apresentar uma proposta, porque até então, a gente tinha a as diretrizes e as normas ali, que que a gente já trazia prontinha, né? Já já vinha com aquela receita de casa. Olhe, não pode isso. O limite é esse, e eu entendi que a gente poderia construir de de a partir da base, né? Num debate com aqueles atores ali envolvidos e educação ambiental também. Assim, as atividades de educação ambiental, eu pude, eu pude qualificar, né com o en.volvimento de de instituições locais que passaram a desenvolver projetos mas é consolidados, não é de educação ambiental. Como os jovens protagonistas, né? Foi algo também que veio ali mesmo antes do do do, do curso de educação ambiental. A gente já desenvolvia atividades de educação ambiental com as escolas, com as colônias de pescadores e já discutiam processos mais profundos e mais de longo prazo, né? Já estava

superando.

Aquele método de campanha, de sensibilização com atividades pontuais.

Claudio Rodrigues Fabi 11:30

Legal EE. Uma pergunta também relacionada a essa sim, você acha que esse aumento da da da participação ele conseguiu dar um incremento à conservação da biodiversidade? No nosso caso, a gente está falando do Peixe-Boi, você acha que com essa aumento da a participação a gente conseguiu contribuir com a proteção da da espécie diretamente, além de dar qualidades de vida pro cidadão que está no entorno, né? A gente conseguiu também contribuir com a conservação da biodiversidade, o aumento da participação.

Jose Ulisses Dos Santos 11:58

Eu Acredito, Eu Acredito que sim. Eu Acredito que sim. Cláudio, é por mais que é claro que quando a gente fala em participação social, em educação, em emancipação crítica dos atores, a gente não pode romantizar e achar que isso vai ser ser, né? Perfeito, que os atores vão estar o tempo todos alinhados com com interesses coletivos, né? Eu lidei no processo de ordenamento do turismo de conservação do turismo e observação do Peixe-Boi com muitas contradições assim dos próprios, dos próprios atores no território, né? De 1 hora, está alinhado politicamente com com determinado grupo outra hora está alinhado com outro grupo, mas eu compreendi que era um processo de maturação. Com o tempo, nós vimos que esses atores passaram a ser defensores da da da conservação do festival Marinho, né? Muitos desses atores passaram a ser colaboradores ativos da do trabalho de manejo, monitoramento com os Peixes bois e para além dos peixes bois, uma coisa importante é que a população local passou a entender o quanto era importante conservar os manguezais, proteger os manguezais não só para que eram, que são ambientes essenciais para a conservação da espécie, mas passar a entender que era um ambiente essencial para a qualidade de vida e alimentação, de segurança, soberania alimentar da população local. Porque a gente tinha ali muitos problemas com lixo, né? Com Lançamento de de esgoto de é efluente de açougue, né? De de Avícola e deposição de muito lixo na área do manguezal.

Então a gente começou um trabalho ali. Uma campanha é o foi mais que uma campanha, né? Um processo educativo. Esse foi o foi o foi o meu projeto, inclusive um dos projetos foi o meu projeto no curso de educação ambiental, a criação do fórum de socio ambiental da Costa dos corais. Então nós realizamos.

Oficinas e reuniões com vários grupos sociais envolvemos diferentes fatores desde a saúde, a educação, as organizações locais e pescadores, discutindo os impactos, né? Da da questão do, do, do, desse problema ambiental, dos resíduos, né? Na no manguezal como algo que afetava não só a conservação dos textos dos Peixe Bois Marinhos, mas a qualidade de vida das pessoas, então acho que essa discussão que começa ali, numa ação do pan, com a educação ambiental, mas que a gente tem um olhar pra para o bicho, pra conservação do bicho. Mas para além da espécie, no ambiente que essa espécie vive, né? Então, é as técnicas e ferramentas de todo o debate político e filosófico que foram é pra pra tratados ali no curso de gestão participativa e depois de Educação ambiental me ajudaram na coordenação desses processos de participação social e educação ambiental. Com certeza eu vi mudanças significativas, mudanças muito importantes. Com, inclusive com engajamento, né? Com envolvimento esses atores que que participaram tanto do fortalecimento do conselho da unidade, como da da, da discussão das normas para visitação do Peixe-Boi e depois do trabalho relacionado à conservação dos manguezais, esses atores foram através foram integrando, criando novas instituições ou através de suas instituições foram se engajando no conselho da APA da Costa dos corais, E permanecem até hoje, né? Atuando muito próximo a unidade de conservação e a equipe do projeto PEIXE Boi e lá em Porto de Pedras, inclusive com com cobranças e críticas que são muito pertinentes, porque lá no passado era existia um pouco entendimento do que era um projeto de conservação do Peixe-Boi Marinho, né? Entendimento do que era uma unidade de conservação.

Claudio

Rodrigues

Fabi

15:55

Eu lembro que dessa época, assim as pessoas. A gente fala do carabébi, do Cícero, né? Era. Eles tinham uma disputa assim, né? Entre eles tal. EE. Eles também não. E tinha uma disputa com OICM bio, né? Eles não reconheciam, eles que já trabalhavam um pouco e com O CMA com vocês conhecia um pouco, mas o povo da que trabalhava lá com o Peixe-Boi, eles não tinham uma.

Uma aproximação com ICMBbio, né?

Eles nos viam como quase como algo de fora do território, alguém que estava lá para incomodar, né? E hoje a gente não vê isso, né? A gente vê a associação Peixe-Boi assim muito próximo da gente, né? A gente vê eles com um vínculo, né? Até afetivo.

Jose Ulisses Dos Santos 16:22
Isso.

Claudio Rodrigues Fabi 16:31
Tem a disputa, vai ter sempre. A gente é estado. Eles são sociedade civil, mas só pra deixar registrado. Então aqui ó, só pra lembrar, então o seu projeto de GP foi junto com a gente de de criação do conselho da APA, né? É.

Jose Ulisses Dos Santos 16:43
Foi a capacitação do conselho da ata, né? Cláudio lembra que o?

Claudio Rodrigues Fabi 16:46
Foi a criação porque ele não tinha conselho na APA. Aí tava criando, né? Criamos e capacitamos.

Jose Ulisses Dos Santos 16:49
É, eu lembro que eu. Eu tenho. Eu tenho a percepção de que o conselho a você, junto com o Pedro, com dado ali na época da gestão do Marcelo, ainda não era No No. No eu acho que ainda não era no gestão participativa. Vocês já começaram o processo.

Claudio Rodrigues Fabi 17:05
Cara, nós fizemos essa daí.

Jose Ulisses Dos Santos 17:09
De criação do conselho, e aí quando a gente foi fazer o curso de gestão participativa, o conselho já estava criado.

Claudio Rodrigues Fabi 17:10
Isso.

Jose Ulisses Dos Santos 17:15
O nosso projeto foi a capacitação do conselho.

Claudio Rodrigues Fabi 17:17
Ah, tá certo, pra capacitação e depois do do de educação ambiental, foi o fórum socioambiental, né?
Da APA Costa dos corais.

Jose Ulisses Dos Santos 17:23
Depois, isso foi o fórum social.

Claudio Rodrigues Fabi 17:25
E aí ele aproximou e me diz uma coisa.

Uma outra pergunta relacionada a esse tema aqui que está aqui é a seguinte, você acha que as pessoas que que você conseguiu fazer trazer para essa participação elas se sentem como pessoas que participam da gestão ambiental? Elas se reconhecem como atores que participam da gestão ambiental pública? A partir disso?

Jose	Ulisses	Dos	Santos	17:45
Eu.	Eu	considero	que	sim.

Cláudio, eu acho que considerando o período que a gente teve do governo, é do governo do Bolsonaro, né, da gestão dos militares na direção do instituto, a APA Costa dos corais teve 2 chefes militares e 1 chefe empresária. Né que ali, um claro, conflito. De interesse, porque ela era, ela era empresária do setor do turismo. Durante esse período, Eu Acredito que houve. Houve uma acompanhando de longe ver que eu perseguição muito forte, né? A as diversas instituições dos atores que atuavam ali no território. Mas foi interessante ver como o conselho se manteve firme, né? Se manteve firme e se manteve crítico, né? Questionando a gestão do instituto. Questionando as decisões, questionando as mudanças, de chefia e muitos desses atores que participaram do fórum socioambiental né, que participaram das sucessivas capacitações do conselho, permaneceram firmes na defesa do conselho da unidade da integridade da unidade. Mas mesmo aqueles que se afastaram lá um pouco mais do ICMBbio, eu vi que alguns atores envolvidos naquela época, como é a própria Carolina, né? Ana Paula, a Ana Paula, lá da barra de Santo Antônio, ela se afastou da APA, mas se mas se aproximou da Confren, né? Então, passou a atuar numa perspectiva mais nacional e eu vi a Ana Paula de São Miguel dos Milagres, né? que se Afastou da Secretaria do conselho, mas continuou participando do conselho e entrou na gestão pública municipal, né? A gente teve um colega do do do instituto bioma Brasil, que que era o Rafael, que é também se afastou um pouco da da, da gestão do ICMBio, mas assumiu a gestão ambiental municipal, né? Como secretário municipal de meio ambiente, a Flávia também com Secretária municipal do meio ambiente. Alguns jovens protagonistas foram, se graduaram e continuaram atuando na área ambiental, como a Dudinha, né? Que que se tornou advogada, e aí continua atuando com as ONGs em projetos sociais e ambientais lá no estado de Alagoas. Então acho que esses atores continuam atuando fortemente na gestão ambiental pública, se não necessariamente federal, relacionada às unidades de alguma

forma. Assim com com com essa relação com a unidade de conservação, mas em outras esferas do poder público. Também interage em outras esferas do poder público ou atuando no terceiro setor ou na iniciativa privada. Eu Acredito que esses processos formaram uma, muitas pessoas, não é? Eu acho que a gente multiplicou e isso eu, isso em mérito, não é meu sozinho, você sabe muito bem disso, porque a gente fazia um trabalho coletivo. Eu, você, o Dado e a gente contou de alguma forma, contou com apoio do Iran antes, né? De alguma forma. Com o Marcelo, com com, com o Paulo e nós trabalhamos juntos, não é em diferentes frentes, né? Porque a APA era muito grande, territórios extensos eu acho que o fato da gente estar também fisicamente, territorialmente, em diferentes municípios, mas o tempo todo dialogando e é, ajudou muitos atores, e através do conselho, né, cara? O modelo do conselho da APA acho muito interessante por ser por ter reuniões itinerantes, né? Por atores que representam diferentes setores e instituições espalhadas ao longo do território de 2 estados.

Claudio Rodrigues Fabi 21:30

Certo? Foi, foi muito bom ver a APA hoje, né? A gente tem a Gabriel, a Gabi também saiu de lá. Agora, se eu não me engano, né? Acho que ela tá de de de remoto pra alguém aí, né? Eu não sei como é que tá, mas ela continuou, né? Com esse trabalho que a gente fez ali e. Eu fui dar um curso, tive a possibilidade da assim também estava lá naquele curso e a gente vê, né? Que a APA é uma região hoje muito mais participativa. Se você consegue elencar alguns projetos que foram.

É gerados a partir desses cursos. Conseguia lembrar alguma coisa, produtos, projetos, qualquer coisa que você acha que tenha sido gerado a partir não só do dos seus projetos, mas a partir da participação que você conseguiu.

Jose Ulisses Dos Santos 21:57

Conexão poderia citar alguns dos projetos?

Claudio Rodrigues Fabi 22:07

É incentivar na região projetos que deram certo, né? Você já falou alguns, mas só pra deixar registrado.

Jose Ulisses Dos Santos 22:14

Olha, é interessante lembrar do projeto jovens protagonistas da Costa dos corais, que depois desdobrou do projeto. Também é no projeto jovens protagonistas da pesca artesanal na costa dos corais, é em a rede de mulheres pescadoras, né? Também é? Foi um processo que eu não acompanhei integralmente. Eu já estava

saindo de lá, mas toda a discussão da rede de mulheres pescadoras começou a partir do trabalho da Ana Paula em um curso de gestão socioambiental que era é muito voltado a essa compreensão da é na verdade, o projeto da Ana Paula foi o direito de acesso dos pescadores ao mar e ao mangue, né? Então aquele processo de especulação imobiliária, né? Então o projeto dela foi o direito de acesso dos pescadores da Barra de Santo Antônio, mas ela também tinha o TCC na graduação dela em ciências sociais. Sobre a invisibilidade da mulher na pesca e depois isso acabou gerando uma discussão lá que que hoje criou a rede de mulheres pescadoras, né? É o projeto o algumas ONGs, né? A gente poderia dizer que que acabaram surgindo ali a partir de uma dessa, o fórum socioambiental e todo aquele debate com as instituições locais dos vetores locais, levaram à criação de 2 ONGs muito atuantes em São Miguel dos Milagres são o instituto Yandê de educação, cultura e meio ambiente, surge de um grupo de atores envolvidos no fórum, preocupados em estar organizados através de uma instituição para, né, promover ações, trazer projetos e há AMITOS aquela associação, milagrense de turismo sustentável também surge nessa onda de debate público e de participação popular da definição dos destinos da municipalidade da e da unidade de conservação. Então eu posso citar, além desses projetos, foram decorrentes hoje, depois, com a chegada da Gabi, que também é egressa de cursos de gestão participativa em educação ambiental. A Gabi vai trazer o Apayon, né? Que é aquele projeto culturaleu vou trazer o projeto do guardiões do Peixe-Boi que já voltado para a educação ambiental formal, com com as escolas e atuação dessas, dessas instituições, né? Que se fortaleceram. Acho que a própria associação de jangadeiras, também de São Miguel dos Milagres, ali pessoal, vai ficar. É, vai acompanhando essa onda aí de de discussão, né? De participação social e querendo encontrar mecanismos, caminhos, além de de garantir a sua participação de participar dos Debates, né? Eu vejo que o pessoal vai se preocupar muito em criar ONG ou associação para ter um CNPJ ou se constituir como grupo e ganhar o direito até de estar presente no conselho Também de ganhar um assento no conselho da unidade. É estar, por exemplo, nos nos nos demais debates, é revisão de plano de manejo etc., cara, olha, eu acho é que é que assim de cabeça, né, pra gente lembrar, mas eu acho que temos que a gente terminar essa conversa.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 25:27
Tá ótimo, tá ótimo, bastante coisa.

Jose **Ulisses** **Dos** **Santos** 25:32
Vou ficar lembrando, pô, deveria ter falado para o Cláudio daquele outro projeto e tal. Eu com certeza tem mais velho.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 25:40
Mas tá ótimo, tá ótimo.
E ela fala assim, o tamanho da revolução que foi esse curso, né? Como é que a gente mudou, né? Eu lembro que estava quando cheguei lá por causa dos paraís. Era só eu e o Fernando, né? Você lembra disso? O foco era só basicamente fiscalização, né? Então não tinha muita coisa a fazer, né? A gente começou a andar junto, aí, né? Quando a gente começou a aumentar o tamanho da equipe que a gente começou a conseguir é essas coisas. Você acha que a gente conseguiu contribuir para a gestão dos conflitos. Também era uma região de bastante conflito. Ainda é, né?

Jose **Ulisses** **Dos** **Santos** 26:06
Pouco

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 26:09
Aqui os conflitos das galés. O conflito do passeio do Peixe-Boi disputa entre Pescador e os setores de turismo. Você acha que o curso ele nos ajudou a lidar com esses conflitos de do a fazer a gestão melhor? A conflito não se resolve, né? Faz a gestão, né?

Jose **Ulisses** **Dos** **Santos** 26:27
Eu lembro Claudio que a gente era é muito temeroso, pelo menos enquanto CMA, na execução do pan sirenios. É eu lembro que a gente era muito temeroso em relação ao posicionamento da população, os conflitos, as críticas que vinham, né? Dos questionamentos que vinham da população Local de diversas instituições. Eu acredito que o curso nos deu a maturidade de entender que o processo de participação. É o conflito faz parte do processo. Assim de participação social, não tem como, não tem como é não ter conflito, a gente precisa estar preparado para lidar com esses conflitos, né? Entender que eles são legítimos. Eu acho que isso, esse essa maturidade, pelo menos para mim, veio com com o curso, com os projetos de formação de gestão participativa e educação ambiental. E nesse processo de escuta, de dar voz à população local, de discutir com os atores sociais

seus seus interesses, né, a questão, eu vi isso muito, muito rico. É tanto na criação da zona de conservação do Peixe-Boi. Ela entra ali naquele meio, ali entre entre no início, né? Logo após a criação do conselho da unidade, aprovação do plano de manejo. A gente tava capacitando o conselho. Acho que pouco tempo depois, a gente começa a discutir a criação da zona de conservação da vida marinha do Peixe-Boi e a tinha tinha restrição de embarcação de alta velocidade, restrição de jetski tinha as artes de pesca, né? Que a gente tinha que restringir algumas artes de pesca e ali a gente precisou é realizar muitas reuniões com a colônia de pescadores, com a associação peixe boi, com a comunidade local. E a gente entendeu que era um processo ali que a gente precisava escutar a comunidade. É e explicar o porquê e chegar ao entendimento, né? Institucionalizar ali um acordo. Eu acho que naquele momento a gente já foi ouvir a população com mais tranquilidade e isso se consolidou no processo de revisão do do plano de manejo da proposta APA Costa dos Corais, porque nós realizamos muitas oficinas. Eu não sei te dizer agora quantas, mas você lembra que a APA tem 14 municípios de que a gente decidiu realizar, no mínimo uma reunião com os pescadores de cada município, além daquelas reuniões setoriais que a gente dividiu o território em 4. Coloque aí uma média mais de 20, né? Reuniões prévias além das audiências públicas com metodologias com técnicas de participação social para fazer diagnóstico do território, identificar os atores sociais, fazer mapeamento o. Mapa ambiental das áreas. E ali a gente pode, a gente pode é obter, colher da própria população, principalmente nos atores mais vulneráveis, as suas propostas de conservação da APA de de eles apresentaram propostas diárias. Eles consideravam relevante para a exclusão de pesca, trouxeram à tona a questão do impacto do turismo na pesca. Porque eles estavam perdendo muitas áreas para o turismo os pescadores artesanais estavam perdendo território e muitos deles estavam abandonando a pesca para atuar no turismo. Mas não tem espaço para todos. Então a problemática, que foi muito debatida e a maturidade da equipe, né? Além dos gestores da unidade que haviam participado do do processo de formação e gestão participativa em educação ambiental, nós tínhamos também, é outros atores, é como o Rafael, na época, o Rafael, o Rafael Almeida. A Carolina Neves é a Ana Paula estava começando o curso de gestão socioambiental é e outros e outros atores que se formaram nos processos que a gente vinha desenvolvendo estavam ali juntos, discutindo a revisão do plano de manejo. Dava para costurar, então é cara, eu, eu, para mim, é indiscutível o impacto desses

cursos na nossa formação e no território e nos processos.

Claudio Rodrigues Fabi 31:00

Bacana demais, isto é bom de deixar registrado, por isso que o doutorado vai ter essa missão de tentar deixar isso resgatado. Tem 2 coisas assim que são conceituais da tese aqui que eu preciso de conversar aqui, que é o seguinte, a gente a gente fala que o curso ,ele. nos capacita a buscar a participação qualificada, porque a gente não quer só a participação. A gente quer que as pessoas que participem participem de uma maneira qualificada, ou seja, elas tenham entendimento do processo do que elas estão participando. Essa é uma das funções. A minha pergunta é, você acha que, a partir do curso, nós conseguimos fazer com que as pessoas tenham uma participação mais qualificada do que elas tinham antes e antes de passar para você? Assim, tem a participação qualificada e o snuc., ele fala uma participação efetiva. O que é a participação efetiva. É aquela participação que garante que as demandas que a população levou, que os sujeito de territórios levaram, foram atendidas. Então, participação qualificada é saber fazer a participação, saber do que está discutindo, né? Saber se inserir no processo e a participação efetiva é que ela garante, e o que eles levaram para os processos participativos conseguiram ser atendidos? Não totalmente, mas se eles conseguiram ter demandas atendidas, então o que eu queria falar pra você? Assim, a gente conseguiu qualificar a participação e essa participação qualificada conseguiu garantir alguma efetividade. Você acha que sim.

Jose Ulisses Dos Santos 32:21

Eu acho que sim. Eu acho que a gente conseguiu qualificar a participação. A medida que nós trabalhamos muito a formação política e o papel é dos conselheiros, mas não só dos conselheiros, né? Mas o papel da população é dos diferentes atores nos nos demais processos de participação social, porque não era só o conselho, a gente tinha outras instâncias de participação, né? O fórum socioambiental da Costa dos corais né , Coletivos e articulações existentes dos municípios, né? Os conselhos das unidades municipal estadual também e a gente foi Na Na. No processo de de formação política do conselho da APA cos corais, a gente pode atingir de certa forma, os outros conselhos também. Então acho que ali eu lembro que. Muitos conselheiros da região central, onde, onde eu vivi, onde eu estava trabalhando é comentavam, né, comigo o, quanto eles estavam impressionados

com os debates e as discussões que aconteciam nos eventos e no conselho, das propostas, naquela época, a gente levou para o processo de capacitação, a gente contou com participação da da Viviane Lasmar, da do Serginho, do Simão Marquinhos, da Camila.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 33:42

Intercâmbio, né? Intercâmbio também não teve. Você chegou a fazer?

Jose **Ulisses** **Dos** **Santos** 33:46

Intercâmbio também a gente fez intercâmbio em unidades como a resex Canavieiras, o parque nacional de abrolhos, com conselheiros é, então é muitos conselheiros relatavam quanto eles estavam, impressionamos e impactados, né? Com com o quanto eles poderiam questionar, né? E propor, né? Questionar o trabalho do instituto e propor ações e reivindicar ações em prol do seu território, da sua comunidade. Então ela estava o não acreditar que havia essa abertura do ICMBio para que essas esses pleitos fossem apresentados.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 34:21

Serem atendidos?

Jose **Ulisses** **Dos** **Santos** 34:29

E eu lembro de alguns colegas nossos, alguns pares que falavam assim para gente, não é? Falavam para mim, Ulisses, rapaz, vocês estão criando cobra. Daqui a pouco esse pessoal vai começar a usar. Eles já estão nos atacando, já estão questionando as nossas decisões e eu lembro que falei, Ué, mas é isso mesmo, você não quer ser questionado? Trabalhava como servidor público, agente público e não ser questionado e não ser cobrado, né? Que bom que os atores do território estão cobrando, estão questionando as nossas ações e nossas decisões estão cobrando ações em prol da população local

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 34:51

Bem.

Jose **Ulisses** **Dos** **Santos** 35:05

E aí, durante o processo de revisão do plano de manejo, eu. Eu ouvi isso o tempo todo, né? Então quando os atores vinham para as reuniões, fossem aquelas dos pescadores, né? Os pescadores já começaram exigindo que as reuniões das oficinas correm e fossem só com eles. Eles não queriam é que os que os empresários ou nenhum político local estivessem presentes, né? Então a gente se organizou pra aprender. E havia uma, e antes disso, eu lembro que a gente, a gente identificou outro processo importante. Cláudio o seminário de pescadores,

né? É lembra aquele do seminário de pescadores que a gente, a gente compreendeu, que precisava desenvolver um trabalho ali para promover equidade, porque não tinha um equilíbrio de participação, tanto no conselho como nos demais fóruns, né? Os pescadores pautavam um pouco, ficavam calados .

Claudio

Rodrigues

Fabi

35:49

Assim.

Jose

Ulisses

Dos

Santos

36:06

E as pautas eram sempre dominadas pelo turismo ou pela academia, pelas universidades. Então é aquele processo de trazer Organizar reuniões com os pescadores depois de realizar o seminário deles para eles, né? Sem que a gente tivesse nenhum protagonismo nas discussões, né? A gente não se colocou em mesa, não se colocou em debate nenhum. Os nomes foram todos recomendados indicados pelos pescadores. É então ali eu, eu, eu começo a ver resultados de efetividade, porque a gente passa a se preocupar mais efetivamente com os territórios pesqueiros. Né?E a se comprometer com esses com esse grupo social, de ter políticas públicas, né?, vltadas a aos pescadores. É isso vai acontecer tanto no na revisão do plano de manejo, né? Foram muitas as cobranças, é os pedidos, os pleitos, as exigências feitas pelos pescadores em relação à área em relação à fiscalização em relação ao apoio do ICMBio ao direito de acesso aos territórios pescadores e nós atuamos em todas essas frentes. Nós apoiamos os pescadores na luta pelo direito a acesso ao território daquela articulação com SPU, Ministério público federal, para para garantia dos acessos e daquelas áreas de barracas de pesca. E aí eu não vou lembrar de tudo agora, mas foi na cidade de manejo, foi muito. A gente mudou muito. O que a gente levou como proposição de área, de exclusão, de pesca, área de zona de preservação ou zona de visitação. Em muitos casos, a gente teve aqui modificar a área, ir para outro ponto, negociar com os pescadores, né? Eu ouvi, aconteceu muito em. Parepueira e Barra de Santo Antônio. As zonas foram decididas pelos pescadores. Foi mais difícil em Maragogi foi mais difícil em Tamandaré porque a gente tinha uma situação ali de turismo, de pesquisa muito consolidada. Não havia, não tivemos margem, mas as outras áreas, como Yipioca, Paripueira, Barra de Santo Antônio e Barra do Camaragibe, lembra dos pescadores, opinaram, decidiram onde ficariam cada uma dessas zonas.

Claudio Rodrigues Fabi 38:25

Quando eu cheguei na APA todo mundo achava que o certo era fazer que nem o Mauro fazia aquela área de exclusão de pesca e que tinha que replicar isso para todo lado. Sem conversa, sem negociação, né? E com o dinheiro de projeto e pagando fiscalização, 24 horas por dia, né? E a gente mudou isso, né? Fez uma revolução a partir dos pescadores, né? A gente pegou o know how deles. Das áreas de exclusão de pesca. Mas transformamos isso num outro modelo, de fazer gestão ambiental, né? É, aí vem a pergunta assim é, não sei se você lembra que que você acha do modelo do curso dos 2 cursos, que que você achou dos modelos do curso foi adequado? Foi importante, foi um referencial, ele. Já falou bastante isso. Assim, as disciplinas, os conteúdos trabalhados eram os que precisavam ter sido trabalhados. Sentiu falta de alguma coisa, de alguma metodologia? O que poderia acrescentar? O que faltou?

Jose Ulisses Dos Santos 39:20

Cláudio, eu lembro que no curso já estão participativa. Eu é. Chegou um ponto que eu me senti cansado e um pouco acho, achei um pouco excessivo a quantidade de aulas práticas, com técnicas e ferramentas, né? De de participação social, naquela aquele conteúdo ferramental, no entanto.

Claudio Rodrigues Fabi 39:44

Entendi.

Jose Ulisses Dos Santos 39:48

No entanto Eu, eu, eu estou comentando isso contigo, porque é interessante, porque às vezes a gente tem uma percepção imediata pós experiência. Ah, foi excessivo essa parte ferramental, mas eu lembro que ela me ajudou muito. No final das contas, a gente usou muito, muito ferramental, principalmente para trabalhar com os grupos sociais, com pouca escolaridade, né? Os grupos com com maior vulnerabilidade. Porque aí você consegue pensar em formas de comunicação, né?

De de, de de participação. E aí depois eu entendi quanto foi importante para mim aquele ferramental, então eu, eu, hoje, eu, eu tenho a percepção de que foi equilibrado, né? Já no curso de educação ambiental crítica, a gente teve uma carga teórica muito, mas muito, muito, muito, muito maior assim. Então é, é. no de gestão participativa a gente teve uma carga ferramental maior do que teórica. As discussões teóricas ficaram muito no primeiro encontro, no seminário e em

alguns debates, né? Mas teve uma carga muito grande entre ferramental na gestão participativa útil também, posso dizer hoje que foi muito útil para mim. Mas é a formação em educação ambiental. Depois que teve uma profundidade, uma maior profundidade nos debates é teóricos. É, eu acho que foi adequado também é que a soma das 2, né, cara? Assim é difícil. Foi um processo longo. Os 2 processos foram longos, mas eu não tenho como dizer que não foram importantes, não foram essenciais. Eu acho que a dificuldade é a questão de ser em processos longos e a gente tem um número limitado de participantes, né? É necessário investimento grande, um investimento de pessoal de recursos muito alto. A cada ano, a cada 2 anos, por um público, né? Com o número de sujeitos ali que não é tão mal. Mas eu penso que valeu a pena é e Eu Acredito que hoje a gente está está está o formato bem equilibrado, mas para mim ter feito os 2 cursos separados, com praticamente a mesma carga horária. Eu acho que me propiciaram uma formação muito mais sólida, muito mais profunda. Não estou dizendo que o atual formato integrado não não possibilite isso também. Mas acho que os desafios são maiores, né? De trazer tanto ferramental e tanto e tanto debate, principalmente com os debates mais atuais sobre decolonialidade, Racismo ambiental, né? Que foi algo que não, não, não rolou essa discussão Na Na, naquela, nos cursos simples, né?

Claudio

Rodrigues

Fabi

42:41

Ah, é lá. Estamos entrando agora no 5 e já estamos fazendo, falando mais disso, né? Decolonialidade né? Racismo ambiental já está há um certo tempo, mas Decolonialidade está entrando mais a fundo agora, né? A Ana Paula trouxe umas histórias boas também. Ela tem algumas sugestões bem boas. Eu também fiz essa entrevista com a Ana Paula, né? Ana Paula era parte das unidades de conservação. Você terá parte dos centros e dos PANs, né? Mas Ana Paula trouxe ela falou assim, que a primeira parte, ela, ela achou muito teórico para ela, foi muito pesado e ela fez uma sugestão boa assim, né? Duas sugestões que eu que a gente vai ter que levar, que uma assim se a gente quer participação na elaboração dos cursos a gente tem que levar a sociedade civil para planejar o curso também. A gente já fez isso, inclusive num curso de preparação lá na Bahia a gente levou população tradicional para preparar o curso. Então ela acha que assim o cidadão tem que levar o curso e se a gente é frei deano, né, eles têm que participar da elaboração do curso e a segunda é que a gente ficou com muito pouca coisa

escrita. A gente não tem material. Elas queriam, ela queria ter guardado coisas escritas, apostilas, materiais, né? Muita densidade e tal. Ela achou a primeira parte muito densa Pra Ela, né? Tá, ela gostou. Ela Foi ao contrário. Na parte de ela fez de educação ambiental. Na parte profissional, mostrou as ferramentas de educação ambiental. Foi aí que ela viu que ela, aí ela se encantou. Ela falou que a primeira parte foi muito pesada Pra Ela, mas a segunda par. Ela. Ela se encantou quando deram as ferramentas para ela.

Jose Ulisses Dos Santos 44:02

Está falando da da da Ana Paula Santos, da confrem, né? É eu lembro. Eu lembro que nos primeiros módulos da educação ambiental, quando nós retornávamos para a proposta dos corais, ela me perguntava se a gente poderia discutir um pouco os textos, conversar sobre os textos.

Claudio Rodrigues Fabi 44:06

É isso. Ah, que legal.

Jose Ulisses Dos Santos 44:24

Você liga a Ana Paula na base algumas vezes assim para tomar um café final de tarde. Você vê aqui, Ana Paula? E aí ela. Ela IA, IA, levava o texto e ela levava alguns trechos, né? Ela, ela marcava, ela falava, eu queria discutir melhor com você, Ulisses, sobre esse conceito aqui, aí a gente. Mas a verdade assim, a Ana Paula tinha capacidade muito grande de aprendizado, mais uma dificuldade com o academicismo dos textos.

Claudio Rodrigues Fabi 44:52

Sim, é por isso que a gente tem que ter a participação delas para a elaboração e pra pra indo caminhando pro final aqui nós vamos voltar agora para os PANs e para os centros, né? A gente trabalhou muito tempo em centro, né? Eu eu estou saindo agora, né? Não sei se sabe, sai mês passado de centro, né? Fiquei quase 10 anos do cepta, né? E agora eu estou indo por uma unidade de conservação em Campinas, né? Aí o centros, né? A gente recomenda que os servidores, acha que é importante que os servidores dos centros eles façam essa capacitação.

Jose Ulisses Dos Santos 45:10

Aham.

Claudio Rodrigues Fabi 45:21

Você acha que a gente vai conseguir trazer ganhos, né, pra conservação da biodiversidade? Se a gente conseguir convencer as pessoas dos centros a participarem do curso, a gente está falando da DIBIO, né? É aquilo que você falou,

né? A gente tem no ICMBio várias visões. Isso é uma Riqueza do do ICMBio. As pessoas acham que é que é ruim, mas não, mas é eu classifico como bom, né, que tem gente que fica olhando, né? A barbatania do peixe, né? Pra ver se, se ele é de determinada espécie ou não, né? Enquanto, né, então tem esses mais biologão e tem mais, aqueles os socioambientais e ter os mais fiscais. Eu acho que isso é uma Riqueza do órgão, não é o problema, mas o importante é que um respeite o outro, né? Mas você acha que seria importante? Isso? Daria maior é você acha que contribuiria para uma melhora do desempenho da DIBIO se as pessoas participassem dos nossos cursos?

Jose Ulisses Dos Santos 46:09

Eu acho. Eu acho importante que os servidores de centro tenham uma leitura do território. Eu acho que enquanto centro de pesquisa a gente fica muito focado. É no, no, no bioma ou na espécie, daquele grupo taxonômico e não compreende a as complexidades do território, né? Não compreende as questões sociais, políticas e econômicas que permeiam o território e que interferem na conservação da biodiversidade, nosso trabalho em conservação da biodiversidade é, eu lembro da minha experiência que eu a gente ficava muito focado, é como se a gente pudesse atuar em educação ambiental, é discutindo só peixe boi discutindo só conservação do peixe Boi Marinho, né? Sem falar é do do da, das questões é sociais que afetavam a população, que utilizava e compartilhavam do do mesmo território que o peixe boi Marinho, né? Então é eu lembro dos muitos conflitos com a pesca artesanal devido à interação do peixe boi com os pescadores. E lembro nesse processo do fórum socioambiental de que não tinha como a gente discutir a importância da da preservação dos manguezais, conservação dos manguezais para o peixe boi marinho, sem falar da importância da conservação dos manguezais para as pessoas, né? E, principalmente, no contexto de tanta desigualdade social, né? No contexto que a gente, eu lembro da época, quando eu fui olhar os indicadores sociais dos municípios de Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres. Eu fiquei chocado porque tinha 37% de analfabetismo total, né? Então e a população a principal atividade fonte de de de renda era emprego público, né? Então muita, muita gente vivendo da informalidade, da pesca desses ecossistemas. E aí, como falar da proteção peixe bom e Marinho da conservação do seu hábitat sem falar da qualidade de vida na conservação do hábitat, desses, desses, desses habitats para as pessoas, né? Para as pessoas que viviam ali, então acho que é. É importante

que os servidores de centros de pesquisa, mas também é todos aqueles que estão envolvidos com a execução de PANs terem um olhar para o território. Eu penso que a maior contribuição da formação em GSA, para os centros, é esse. Esse olhar para o território e a compreensão do todo. Essa leitura da realidade, eu acho que nos centros a gente tem um olhar muito fragmentado, é o que é delimitado ali no Pan, né?

Claudio	Rodrigues	Fabi	49:00
---------	-----------	------	-------

E para fechar aqui, vamos falar agora assim de quais são os limites, né? E os problemas que a gente vê com a participação No instituto que a gente trabalha. né? A gente tem, a gente vê que tem uns uns limites, né? Tem alguns Lim. Que a participação consegue resolver muita coisa, mas tem coisa que a gente não consegue avançar. Quais são esses limites que nos impedem a de de tornar a participação mais efetiva, né? A participação é contribuindo com a gestão da biodiversidade, garantindo qualidade de vida pro , sujeito do território Ao mesmo tempo que e mantém a proteção ambiental, quais são os limites da participação que a gente poderia estar lutando ou que não vai ter jeito de alguns são intransponíveis, que que você acha disso?

Jose **Ulisses** **Dos** **Santos** 49:49

Nossa, Cláudio pergunta difícil, cara.

Claudio Rodriques Fabi 49:54

E se eu tivesse a resposta, né?

Jose Ulisses Dos Santos 49:55

Eu lembro que quando eu, quando eu estava fazendo o curso de participação social e a gente é depois da educação ambiental também, né? Eu acho que até a educação ambiental ele tinha uma ideia assim, de que olha, eu vou revolucionar, vou fazer revolução no território, né? E a gente vai é, a gente vai fortalecer a luta. Eu lembro de uma discussão, é no curso de educação ambiental que que foi coçocada o seguinte, eu não lembro quem quem estava na mediação dessa discussão, mas de uma das foram muitas discussões riquíssimas, né? Muitos debates, riquíssimos, mas uma delas foi pautado assim que a gente não. A gente não pode esquecer que a gente é agente público, né? Que a gente está dentro A gente está no estado, está dentro do estado, então a gente. É? A gente busca a redução das assimetrias sociais. A gente busca a justiça ambiental, mas a gente tem um limite da legalidade, né? A gente tem o limite da lei, tem que atuar na lei.

E muitas vezes a lei, ela já é constituída, né pela própria lei, são estabelecidas as injustiças sociais, né? São estabelecidas as assimetrias. Eu acho que o nosso SNUC também traz muitos problemas, é, é um é uma lei, é que é Interessante, né? Traz, acho que uma série de conquistas, mas tem um conjunto de tipologias muito complexas. A forma como as unidades de conservação foram criadas também não é que eu acho que isso cria, cria, cria no servidor público. Para mim um certo receio, muitas vezes não avança em algumas discussões, né? Hoje para mim, estou trabalhando. Eu tinha uma Liberdade muito maior quando eu estava na APA é eu, eu, eu estava trabalhando em uma APA. Eu acho que às vezes é eu, as pessoas me falavam assim, cara, é muito doido trabalhar em APA, né? Porque o ICMBio não tem quase poder nenhum. Tem que estar o tempo todo negociando com os atores no território, não é? Tem que estar considerando a participação social.

EE muitos colegas do ICMBio faziam acreditar que esta na unidade de conservação de conservação de proteção integral era muito melhor, era muito mais fácil porque o ICMBio tem um controle total sobre o território, a autoridade máxima e é inquestionável. E aí eu venho trabalhar na unidade de proteção integral e vejo quantas injustiças foram cometidas ao longo da história para a consolidação do território dessa unidade de conservação. E quantas amarras e quantas Correntes, né são utilizadas pelos pares e pelo instituto para impedir avanços, né? De, por exemplo, de gestão compartilhar do Território, porque é que a gente não pode pensar em territórios de proteção integral e que a gente tem uma gestão compartilhada? Com os os, com a população local, né? É. E aí, ainda tá muito muito forte, eu acho que, com embasamento na legislação, esse papel de autoridade e protagonismo de o estado dessa ideia das unidades de proteção integral como como território, como não territórios, na verdade, como não lugares como se não existisse uma relação de afetividade, uma relação histórica, uma relação de memória ou uma relação de identidade que pudesse ser convertido numa relação de parceria. Então é é colocada como conflituosa essa relação a seguir existiu uma comunidade quilombola que, no passado, os 2 território e usava para caça, e não pode mais a caça, mas também a gente não pode nem abrir o território para essa comunidade, é ter oportunidade de lazer e recreação, participar do uso público, porque é esse território tem que ser Intocável, não é? Então acho que são muitas as Barreiras desde o snuc, a toda toda a estrutura, confusa do instituto, acho, eu acho que a gente, eu, eu tenho

essa percepção hoje, assim, de que, em termos de diretrizes, é em termos de estabelecimento de de diretrizes de normas a serem cumpridas. A gente tem um conjunto de normas até que são conflituosas entre si. E eu vejo ainda os nossos pares tomarem posições individualizadas, né? Assim, sem alinhamento com o instituto e muitos outros, ali alegando que não existe um alinhamento em que o próprio instituto não cumpre a lei. Então assim, eu, eu acho. É difícil, cara. Acho que a gente tem o arcabouço muito complexo.

Claudio	Rodrigues	Fabi	54:37
---------	-----------	------	-------

É a visão equivocada, inclusive em alguns casos, né? O pessoal não lê toda a lei, né? Se a gente for falar, eles esquecem, principalmente o artigo 42 do snuc, né? Que fala da compatibilização dos direitos, né? E falam que a gente não cumpre a lei quando está pensando em fazer concessão, sendo que a lei, obriga o que a gente faz essa concessão, né? É bem complicado isso.

Jose Ulisses Dos Santos 54:57

É porque faz uma leitura seletiva da lei, né? Faz essa leitura seletiva da lei. O que me interessa é o que compactua com os meus ideais. Isso daqui ignora o restante. Então acho que ainda falta muito amadurecimento, né? Dentro dentro do instituto Chico Mendes, para que a gente possa atuar com mais efetividade e na promoção da Justiça ambiental, né? A gente tem um novo caminho. Eu sei que a gente tem um longo caminho pela frente. Cláudio tem muitos obstáculos, tem muitos desafios, é são, os pares, são são as normas nem sempre claras, né? Os posicionamentos institucionais também, enfim, de cima para baixo.

Claudio	Rodrigues	Fabi	55:28
---------	-----------	------	-------

Lembrando aqui vou voltar para o Pan, eu preciso botar alguma coisa de pan aqui no meu, na minha tese. Mas se o pan não sei se você lembra do manual de elaboração dos dos pans, e ele é participativo desde o começo, né? Eles. Ele desde o começo ele faz um grupo de estudos para a elaboração dos objetivos. Depois, ele faz um grupo de estudos, né pra quem vai ser convidado e depois é o grupo de participantes da oficina que elabora o plano. O plano não é dado pronto pelo ICMBio. O plano é construído pela sociedade, quer dizer, ele tem um amplo espectro de participação. Você acha que a gente pode explorar mais isso? Se a gente pode trazer ganhos para isso, que o processo ele é participativo. Eu lembro que no começo os pans eles eram chamados só pra. Pesquisador não sei se você

lembra o primeiro ciclo de pan. Saí de só que convidava pesquisadore e hoje a gente já tem bastante gente do território, já tem Pescador, né? Já tem usuários indígenas, quilombolas, né?

Jose Ulisses Dos Santos 56:22

Um, sim.

Claudio Rodrigues Fabi 56:30

Os PAns estão mudando, né?

Que que você acha isso tem um caminho fértil aí e você acha ,completando essa pergunta. Para finalizar, sendo a última, você acha que os nossos cursos de gestão socioambiental, desde 2011, desde aquele de participativo, o primeiro de EA que a gente fez?

Claudio Rodrigues Fabi 56:45

Até o quinto ciclo que está acabando agora, você acha que a gente conseguiu dar uma mudadinha na cara do instituto?Do que ele começou a nasceu em 2007, né? Você é de 2007, você é de quando você é de qual, hã? 7, né? De 2007 para cá, você acha que esses cursos deram uma mudada na cara do ICMbio?

Jose Ulisses Dos Santos 56:56

Do 2007.Nos PANS é? Eu não consigo avaliar Cláudio. O impacto que teve os nossos cursos nos PANS . Eu realmente não, porque como eu fiquei com atuação, é focada no Peixe boi marinho e não interagir com outros planos tal que talvez seja isso que a gente pudesse fazer. É, é, eu considero sim que os Pans são uma ferramenta e ima oportunidade interessante. De de promover a participação social, de qualificar, é os processos de educação ambiental dentro do plano, Mas talvez a gente a gente precisasse ter uma atuação do locus institucional da educação ambiental, talvez um ponto focal da COEDU que que participasse das oficinas, né? Ou tivesse uma equipe ampliada, com diferentes pontos focais da educação ambiental, da da coordenação de educação ambiental nas oficinas de pan. Eu acho que, para além da participação dos atores sociais locais, ter educadores ambientais do instituto, capacitar os nossos processos de formação, formação qualificada, presente nas oficinas de pan, né? Porque só a participação dos atores locais, né? Dos atores no território, pode é assim, garantir alguma voz, né, desses atores, trazer algumas questões, mas para qualificar os processos de intervenção, os atos pedagógicos, talvez fosse interessante levar essa demanda pra pra equipe ampliada de educação ambiental, gestão socioambiental, né? Tem, tem um ponto focal ali na COEDU pra fazer esse mapeamento e identificar as

oportunidades de participação. O educador ambiental, participando das oficinas dos PANs. Eu acho que é, eu acho que os os, o nosso processo, os nossos processos de formação, sim, tiveram. Acho que mudaram, sim, mudaram sim. A cara do instituto não, não como um todo. Acho que a gente vê, é muitos processos de qualidade também com e efetivos em várias unidades de conservação. Mas o fato de sermos ainda em número limitado, né? E de ter e das vocês? Teve inúmeras dificuldades operacionais, de pessoal da gente, não conseguiu, não conseguimos ainda não sei em que proporção atingir todas as unidades de conservação, né? Em todos os centros de pesquisa. Mas acredito que ao menos tem um reconhecimento institucional da relevância, da importância da educação ambiental. Certamente muitos criticam. Acham que o nosso trabalho é muito político, é muito revolucionário, tem muito blá, blá blá e pouca efetividade. Mas a gente já tem muitos resultados importantes, relevantes que estão aí, que são incontestáveis, né? Mas com muita dificuldade operacional de atingir todos os operacional logística, mas também de estrutura, né? De formação para atingir todas as pontas.

Claudio Rodrigues Fabi 1:00:24

É isso, foi isso muito boa a conversa, muito rica. O seu material. Agora vou ter que botar na metodologia de como é que chama assim, estudo de caso e depois da análise de conteúdo, fazer um Monte de tabelinha com isso tudo. De fazer tudo isso daí? E como é que tá esse caso do Paraná? Aí? Como é que ficou o caso do processo aí? AA catarata é de quem é do estado mesmo ainda, como é que faz? Conseguiram recorrer? Como é que tá a história aí?

Jose Ulisses Dos Santos 1:00:40

Ainda bem que você é um educador. Recorremos, mas até agora não temos uma resposta, né? Do do a gente entrou com como é que chama? Embargo de recurso.

Jose Ulisses Dos Santos 1:01:29

É a ideia é levar esse. O recurso é pra levar a questão pro STJ, né? Julgamento pra STJ.

Claudio Rodrigues Fabi 1:01:34

E aí, como é que você, que saiu lá de Porto de Pedras, se vê hoje chefiando a segunda unidade com mais visitação do país? Aí deu um baita de um pulo, né? Uma baita visibilidade.

Jose **Ulisses** **Dos** **Santos** 1:01:44
É, e a primeira e a primeira unidade em arrrcadação.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 1:01:46
Como é que você se vê assim?

Jose **Ulisses** **Dos** **Santos** 1:01:49
A primeira unidade que mais arrecada no país não é é a que mais é cara, não,

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 1:03:04
A galera ainda entra pra caçar ainda, né? Eu eu tive aí uma época, aí vejo o pessoal que ainda quer entrar pra caçar, pra fazer pesca ilegal. Construíram uma usina bem do lado de vocês aí também, né? Do baixo Iguaçu;

Jose **Ulisses** **Dos** **Santos** 1:03:14
E a unidade nacional cercada pela pelas, pela, pela monocultura, né? Da soja, do milho.

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 1:03:21.
Tem aquela foto que é clássica, né? É que é daí, né? Que tem o parque do lado, tem a cerca e tem a Terra toda arada, né?

Jose **Ulisses** **Dos** **Santos** 1:03:30
Que está acontecendo de bom?
Agora é que a gente está ficando com 6% da receita anual da concessionária. Ela fica segregada em uma conta para os projetos, é de apoio à gestão da da unidade de conservação. Não é? Então, cara?

Claudio **Rodrigues** **Fabi** 1:03:45
Olha que maravilha. Isso não é novidadesíssima porque tudo vai sempre para GRU, né? Cai no caixa do governo, não fica nada pra unidade, né?

Jose **Ulisses** **Dos** **Santos** 1:04:01



Então a gente está podendo investir em processos grandes, assim com sistemas Agroflorestais. Tem um processo, a gente está com um projeto com a comunidade quilombola, tem um projeto sistema Agroflorestais, que incluem, inclusive as comunidades indígenas, em que a gente doa muda já grande diferentes espécies da mata Atlântica pra cadeia produtiva local . A gente faz trabalho, trabalhando muito, com cultura, com memória, com pertencimento da população do entorno. Então a gente está com vários projetos de trilhas que tem como temática.

É a história da população local, dos colonos quilombolas, aos indígenas, né? E a gente está buscando é porque o acesso, pago ele é só nas Cataratas, mas no

entorno do parque a gente tem várias cachoeiras e trilhas. Nós estamos é com muitas trilhas abertas.

Claudio Rodrigues Fabi 1:06:00

Sm.

Jose Ulisses Dos Santos 1:06:07

Disponíveis em todo em todo, né? Com infraestrutura e gratuita para a população.

Então é, a gente começa esse ano também. A capacitação de condutores locais dessas comunidades.

Claudio Rodrigues Fabi 1:06:17

Aí isso que eunia falar agora eles já estão pensando em condutores locais. Fazer a capacitação de condutores locais, aí já tem bastante curso desses daí Brasil afora.

Jose Ulisses Dos Santos 1:06:19

Sobram. Isso, estamos, já fizemos ano passado. É 2 cursos. A gente vai fazer mais esse ano e a gente vai investir na divulgação do trabalho dos condutores, né? Mas aqui trabalho de marketing, de atrair visitantes para as demais áreas do parque, onde o visitante não vai pagar o ingresso, mas vai pagar o serviço do comunitário e vai.

Claudio Rodrigues Fabi 1:06:39

Estimular a criação de cooperativas não é?

Jose Ulisses Dos Santos 1:06:45

Utilizar o serviço do ali no entorno, né? Então a gente está incentivando várias pequenas propriedades a terem camping, oferecer e alimentação.

Claudio Rodrigues Fabi 1:07:11

Estou ouvindo dizer aí que talvez o planejamento do próximo curso GSA seja aí no Parque né?

Jose Ulisses Dos Santos 1:07:15

Sim, é. E aí aqui a gente já tem auditórios, tem transporte, tem van para buscar o pessoal todo dia. Só vou ver um hotel que deu um bom desconto pra gente pra caber na diária, né?

Claudio Rodrigues Fabi 1:07:34

É, Ah, é, porque hotel aí é mais caro, né?

Jose Ulisses Dos Santos 1:07:37

É, Mas eu tenho umas parcerias aqui. Acho que eu vou conseguir 11 preço decente.

Claudio Rodrigues Fabi 1:07:42

Tá legal, Ulisses. Espero poder te encontra ainda esse ano. Então vai te dar aquele abraço.

Jose Ulisses Dos Santos 1:07:47

Até breve,. Tchau, tchau.

Claudio Rodrigues Fabi 1:07:49

Falou, valeu, companheiro, muito obrigado pela entrevista depois eu vou fazer a transcrição, tudo aí tá, tá, deve tá gravado, né? Fica tudo aí, né? Ficou gravado e transscrito.

Jose Ulisses Dos Santos 1:07:55

É só para você baixar, porque parece que depois de 60 dias o Teams vai pagar automaticamente.

Claudio Rodrigues Fabi 1:08:03

Assim não é só entrar lá no calendário, é quando você entra no calendário da onde a gente entrou, né? Lá vai estar AA transcrição e a gravação.

Jose Ulisses Dos Santos 1:08:12

É isso, descansa, abraço.

Claudio Rodrigues Fabi 1:08:13

Obrigado, companheiro. Boa sorte, bom trabalho, valeu prazer em te ver, falou.

Jose Ulisses Dos Santos parou a transcrição

ANEXO F
PLANEJAMENTO
DA AÇÃO PEDAGÓGICA

PLANO DE AÇÃO PEDAGÓGICA:

**Formação para Construir Estratégias de Ações
Socioambientais na Comunidade Pesqueira da Ilha da Crôa,
APA Costa dos Corais**

LOCAL: Ilha da Crôa, Barra de Santo Antônio/AL.

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO ENVOLVIDA: APA Costa dos Corais/NGI
ICMBio Costa dos Corais

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO: Ana Paula de Oliveira Santos
(AJAMBASA)

DOCENTE(S) ORIENTADOR(ES): José Ulisses dos Santos (ICMBio Costa dos
Corais)

PERÍODO DE EXECUÇÃO: fevereiro a julho/2018.

A. PLANO DE ENSINO APRENDIZAGEM

A.1 – Contextualização

A gestão pesqueira no Brasil destes últimos anos tem sido marcada por uma série de políticas de governo assistencialistas ou autoritárias e, particularmente, desde a ascensão do atual governo golpista, a pasta e as pautas da pesca tem sido alijadas de estrutura, recursos e direcionamento. A edição da Portaria 445/2014 do Ministério do Meio Ambiente, construída sem uma discussão democrática com a comunidade pesqueira, é um bom exemplo de uma política ambiental que pode ser desastrosa para as comunidades de pescadores se não for amplamente discutida com a sociedade, antes e durante o processo de implementação.

A possibilidade de elaboração dos planos de recuperação das espécies aquáticas ameaçadas de extinção tem sido aproveitada pelos gestores do ICMBio e organizações civis ligadas à pesca, como uma estratégia de aproximação com as comunidades. Este movimento tem suscitado outros debates e denúncias de natureza social, política e

ambiental, demonstrando a necessidade do desenvolvimento de trabalhos de educação ambiental crítica e emancipatória em todas as comunidades.

O município de Barra de Santo Antonio, fica localizado no litoral norte de Alagoas, na APA Costa dos Corais. No início de sua povoação o município era tradicionalmente natural, apenas existia famílias de pescadores no local. A partir da década de 80 com a estruturação do turismo veio a disputa de espaço pelo setor turístico hoteleiro, expansão imobiliária, com isto os pescadores foram perdendo espaço e o acesso as praias.

A.2 - Condição Ambiental

Em todo o Brasil, no que tange ao processo de desenvolvimento econômico e, consequentemente, o aumento da cadeia produtiva do turismo, a especulação imobiliária e os arranjos políticos locais alinhados com os interesses do capital vêm pressionando, expulsando e isolando as comunidades de pescadores. Não obstante, a mesma realidade vem se desenvolvendo nos municípios que integram a APA Costa dos Corais.

O conflito socioambiental mais evidente na Comunidade Pesqueira da Ilha da Croa é a disputa pelo acesso e uso das zonas de praia e de visitação turística, contrapondo a atividade da pesca ao turismo. Como efeito deste conflito, pescadoras e pescadores, perdem os espaços para guardar seus petrechos de pesca e as embarcações, e perdem os acessos às praias. Percebe-se, neste movimento, uma constante ameaça à conservação ambiental da região e um processo de exclusão social das comunidades locais. Na Barra de Santo Antônio, a atual experiência de desenvolvimento do turismo não tem favorecido a inclusão social, a geração de emprego e renda e a melhoria da qualidade de vida, favorecendo atores de outra municipalidade.

Diante do atual contexto e da oportunidade de discussão e aproximação com pescadoras e pescadores das 40 localidades ligadas à APA, cabe ampliar esta discussão para as questões de justiça e injustiça ambiental, promoção da autogestão das comunidades, ampliação da participação social, fortalecimento das identidades socioculturais, pertencimento e conservação ambiental do território.

Entre os grupos sociais afetados temos:

1º recorte: pescadoras e pescadores que são afetados pela perda de território pelo setor turístico e imobiliário.

2º Recorte: 20 famílias de pescadoras e pescadores da Ilha da Crôa, por serem estes mais impactados com o conflito e podem mobilizar outras famílias.

O conflito definido para trabalhar com os/as pescadores/as, está relacionado ao motivo deste grupo vivenciar ao longo dos anos a perda de espaço no território pesqueiro. Buscando assegurar o direito da pesca artesanal, que garante os direitos das famílias de pescadores/as permanecerem no seu território.

A.3 - Sujeitos prioritários da ação educativa

Entre os grupos sociais afetados temos:

1º recorte: pescadoras e pescadores que são afetados pela perda de território pelo setor turístico e imobiliário.

2º Recorte: 20 famílias de pescadoras e pescadores da Ilha da Crôa, por serem estes mais impactados com o conflito e podem mobilizar outras famílias.

O conflito definido para trabalhar com os/as pescadores/as, está relacionado ao motivo deste grupo vivenciar ao longo dos anos a perda de espaço no território pesqueiro. Buscando assegurar o direito da pesca artesanal, que garante os direitos das famílias de pescadores/as permanecerem no seu território.

Além deste grupo prioritário, serão envolvidos *a posteriori*: empresários do setor turístico (rede hoteleira, bares, restaurantes e receptivos) e setor imobiliário; gestores do ICMBio, SPU, MPF/AL, MPE/AL, IMA e Governo Municipal.

A.4 - Objetivo geral e objetivos específicos

Contribuir para o fortalecimento da ação coletiva e estratégica das comunidades, com vista a garantir o acesso e o uso do território pesqueiro no município de Barra de Santo Antonio/AL, na APA Costa dos Corais.

Específicos:

- Conhecer as histórias e os modos de vida da comunidade pesqueira local;
- Refletir sobre a melhoria da qualidade de vida das comunidades e a conservação do território da APA Costa dos Corais;
- Discutir o processo de ocupação das áreas de praia pelos setores turístico e imobiliário;
- Colaborar para o entendimento da comunidade sobre a legislação do gerenciamento costeiro;
- Contribuir para a elaboração participativa de estratégias ou planos de ação.

Resultados esperados como decorrentes da ação pedagógica:

- Negociação e construção de termos de compromisso (TC/TAC) e termo de autorização de uso sustentável (TAUS) no território pesqueiro.
- Fortalecimento da organização da comunidade pesqueira da Ilha da Crôa.

A.5 – Concepção Metodológica

A concepção metodológica norteadora da ação pedagógica é a educação ambiental crítica e emancipatória, vinculada a uma pedagogia humanista e dialética. Para tratar deste conflito é necessário utilizar uma metodologia que contemple a dialogicidade e a participação, com respeito aos saberes tradicionais e pautada na construção coletiva de ações.

A.7 – Avaliação do Processo de Ensino Aprendizagem

A verificação de aprendizado será realizada através da observação atenta e registro em relatório pela equipe de apoio pedagógico, entre os critérios estão: frequência, participação-interação. Também serão utilizados diversos esquemas gráficos de evolução do humor/interesse/compreensão/logística e metodologia adequadas. Ao final de cada momento também será oportunizada a avaliação aberta e oral pelos participantes.

A.8 – Bibliografia

Freire, Paulo. Ação Cultural para a Liberdade, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

Freire, Paulo. Extensão ou Comunicação, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975 (2ª edição).

Quintas, J. S. Educação no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico. In: Loureiro, C.F.B.; Layrargues, P.P.; Castro, R.S.(orgs). REPENSAR A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: um olhar crítico. São Paulo, Cortez, 2009.

B- PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO

B.1 - Equipe Técnica:

NOME	ÓRGÃO/ENTIDADE	RESPONSABILIDADE
Ana Paula de Oliveira Santos	AJAMBASA	Coordenação, organização, docência, articulação (prof. Diégues), mobilização e logística
José Ulisses dos Santos	ICMBio Costa dos Corais	Orientação, organização, docência, articulação (Prof. Lindemberg/Manuela), captação de recursos (Toyota, GEF-Mar)

Andrei Cardoso	ICMBio Costa dos Corais	Docência, execução financeira
Gabriela Calixto	ICMBio Costa dos Corais	Docência
Diego da Silva Santos	GEF-Mar/APACC/ICMBio	Docência, divulgação e logística
Carolina Neves Souza	GEF-Mar/APACC/ICMBio	Docência
Fabiano Ribeiro	CEPENE/ICMBio	Docência
Severino Antônio	CPP	Docência e articulação
Prof. Dr. Antônio Carlos Diégues	USP	Docência
Profa. MsC. Emanuela Kaspary	IFAL	Docência
Beatriz Mesquita	FUNDAJ	Docência

B.2 - Parcerias: Projeto Toyota APA Costa dos Corais, Projeto GEF-Mar, Conselho Pastoral dos Pescadores/Regional Nordeste II, Colônia de Pescadores Z-14 da Barra de Santo Antônio.

B.3 - Quadro de atividades a serem desenvolvidas para implementação da Ação Pedagógica de intervenção:

O QUÊ?	COMO?	ev	ar	br	ai	un	ul	go	QU EM?
Planejamento	Reuniões da equipe técnica, orientação do curso, contatos com demais parceiros								Ana Paula, Bill, Diego e Ulisses
	Realização de entrevistas e filmagens com depoimentos dos pescadores								Ana Paula (captação: Norah/PE LD CCAL e edição: Diego)
1º momento	Exposição dialogada e exposição de imagens								Ana Paula, Ulisses e Diego
2º e 3º momentos									Ana Paula, Ulisses, Andrei, Ernando

4º momento	Colônia								An a Paula, Ulisses, Carol, Diego e Gabi
Monito ramento	Acompanhamento da execução do Plano de Ação								An a Paula
Encerra mento	Seminário de encerramento do III GSA								An a Paula

Calendário:

- 06/02/2018, 14h30 às 17h: reunião de planejamento do ato pedagógico, Ana Paula e Ulisses.
- 28/02, 01 ou 02/03: reunião de planejamento e integração dos projetos de GSA em São José da Coroa Grande e Barra de Santo Antônio, Ana Paula, Bill e Ulisses.
- Entre
- Entre 19 a 28/03: 1º momento
- Entre 16 e 27/04: 2º e 3º momentos
- 04/05: 4º momento